

**CONFLITOS NO  
CAMPO  
BRASIL  
2012**



# Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2012  
É uma responsabilidade do Centro de Documentação  
Dom Tomás Balduino

Rua 19, no 35, 1 andar – Centro - 74030-090  
Caixa Postal 749 - 74001-970  
Goiânia-GO  
Fone: (062) 4008-6466 Fax: (062) 4008-6405  
Endereço eletrônico: [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)  
Site: [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br)

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à  
Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da  
Paz, da CNBB.

A CPT é membro da Pax Christi Internacional

Goiânia, abril de 2013

## Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Conflitos no Campo – Brasil 2012 [Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin][Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013. 188 páginas: fotos, tabelas  
Vários autores.  
Indexado na Geodados – <http://www.geodados.uem.br>  
ISBN 978-85-7743-222-6

1. Violência no Campo. 2. Conflitos no campo. 3. Reforma Agrária. 4. Direitos Humanos e legislação ambiental. I. Canuto, Antônio, coord. II. Luz, Cássia Regina da Silva, coord. III. Lazzarin, Flávio, coord. IV. Comissão Pastoral da Terra V. Título

CDD 303.6  
307.7

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

## Diretoria da CPT

D. Enemésio Ângelo Lazzaris – Presidente  
D. José Moreira Bastos Neto – Vice-presidente

## Coordenação Executiva Nacional

Edmundo Rodrigues Costa  
Flávio Lazzarin  
Isolete Wichiniński  
Jane Silva

## Conselheiro Permanente da CPT

D. Tomás Balduino

## Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

### Equipe Secretaria Nacional

Antonio Canuto  
Cássia Regina da Silva Luz  
Flávyo Santos Teles  
Múria Carrijo Viana  
Paula Pereira  
Thays Pereira Oliveira

### Equipes Regionais

Adilson Alves da Silva/Lucimone Maria de Oliveira – Goiás  
Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá  
Célio Lima Silva – Acre  
Edmundo Rodrigues Costa – Araguaia/Tocantins  
Inaldo da Conceição V. Serejo – Maranhão  
José Batista Gonçalves Afonso – Pará  
José Iborra Plans/Maria Petronila Neto – Rondônia  
Joseumar Miranda da Silva - Espírito Santo/Rio de Janeiro  
José Valmeici de Souza – Santa Catarina  
Juvenal José da Rocha/Dirceu Fumagalli – Paraná  
Ilza Franca e Thiago Valentin – Ceará  
Maria Clara Ferreira Motta - Amazonas  
Leticia Aparecida Rocha – Minas Gerais  
Paulo César Moreira Santos – Mato Grosso  
Renata Costa César de Albuquerque – Nordeste (AL, PB, PE e RN)  
Gregório F. Borges – Piauí  
Roseilda Cruz da Conceição – Bahia  
Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul  
Evanir José Albarello – Rio Grande do Sul

### Assessoria

Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves  
Geógrafo - UFF  
Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes  
Geógrafo – Unesp

### Assessoria Administrativa

Marisa Soares da Silva  
Elídia Morais Aguirre

### Revisão

Secretaria Nacional

### Diagramação:

Vivaldo da Silva Souza

### Seleção de fotos

Cristiane Passos

### Foto Capa

João Zinclar

### Organização e seleção de documentos

Elvis Fagner Ferreira Marques  
Leonardo Vinícius Pires da Silva  
Jean Ann Belini  
Sofia Corso  
Soledade Sousa de Almeida  
Weniskley Coutinho Mariano

### Apoio:

EED Evangelischer Entwicklungsdienst  
CCFD Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement  
D&P Development and Peace  
TRT Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região

## **A Dom José Rodrigues,**

bispo emérito de Juazeiro, BA,  
um dos fundadores da CPT Regional Nordeste III (Bahia/Sergipe), em 1976.  
Homem de fé e ação, de espírito e coração,  
de pouco corpo e muita alma,  
profeta do nosso tempo,  
pastor dos pobres da terra, homem santo  
partiu no dia 09 de setembro de 2012.

## **A João Zinclar,**

fotógrafo sempre presente nesta publicação e em outras da CPT.  
Seu olhar único  
valorizava a luta popular,  
mostrava a beleza das pessoas,  
o povo em marcha nas ruas ou no cotidiano sofrido,  
mas cheio de esperança.  
Em 20 de janeiro de 2013, um acidente rodoviário o arrebatou de nosso  
convívio.

## **A Frei Jean Raguènès**

Em 31 de janeiro de 2013, partiu o eterno revolucionário.  
Foi radicalmente dominicano, radicalmente presbítero, radicalmente cristão,  
radicalmente ser humano.  
Ícone entre os movimentos progressistas católicos franceses, nos anos 1960 e 1970.  
No Brasil, a partir do final dos anos 1990, identificou-se com os homens e mulheres  
do campo em Tucumã e São Félix do Xingu, PA, promovendo sua cidadania.  
Participou da criação da CPT nesta região.



# SUMÁRIO

Apresentação .....	7
Metodologia .....	9
Tabela 1 – Comparação dos Conflitos no Campo – 2003 - 2012 .....	15

## CONFLITOS NO CAMPO

Os descaminhos da associação entre o “Senhor Capital” e a “Senhora Terra” .....	18
<i>Henri Acselrad e Juliana Neves Barros</i>	
Tabela 2 – Conflitos no Campo Brasil .....	25
Agrotóxicos – das injustiças ambientais à dialética da esperança .....	63
<i>Raquel Maria Rigotto, Ary Carvalho de Miranda, Mayara Rocha Melo, Maria de Lourdes Vicente da Silva, Franciléia Paula de Castro, Cheila Nataly Galindo Bedor, Lia Giraldo da Silva Augusto</i>	

## TERRA

Tabela 3 – Violência contra Ocupação e a Posse (síntese) .....	74
O Projeto Neoextrativista e a disputa por Bens Naturais no Território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água .....	75
<i>Rodrigo Salles P. Santos</i>	
Tabela 4 – Conflitos por Terra (síntese) .....	88
O grande projeto: quando destruição/conservação convertem-se em “oportunidades de negócios” .....	89
<i>Elder Andrade de Paula</i>	

## ÁGUA

Uma Seca por Ano .....	98
<i>Roberto Malvezzi</i>	
Tabela 5 - Água (síntese) .....	102

## TRABALHO

Causo de Tentativa de Assassinato de um Trabalhador em Xinguara .....	104
Tabela 6 – Conflitos trabalhistas (síntese).....	105

## VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Tabela 7 - Violência contra a Pessoa (Síntese) .....	108
“Impregnados do uso de muitos” – viveram também por nós...Um olhar pastoral sobre os conflitos do campo no Brasil .....	109
<i>Nancy Cardoso</i>	

Tabela 8 – Assassinatos.....	113
As Violações dos Direitos Indígenas no Brasil.....	115
<i>Roberto Liebgott</i>	
Tabela 9 - Tentativas de Assassinato.....	121
Da formação ancestral ao espriamento pela América: a história dos quilombos na América Latina e os conflitos no Brasil.....	123
<i>Cristiane Passos</i>	
Tabela 10 - Ameaçados de morte .....	130

## **MANIFESTAÇÕES**

Tabela 12 – Manifestações (síntese) .....	140
Falta de sintonia com o campesinato e afinidade com agronegócio! .....	141
<i>José Plácido da Silva Junior</i>	

## **NOTAS EMITIDAS PELA CPT E OUTROS DOCUMENTOS**

Notas.....	149
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades.....	170
Fontes de Pesquisa .....	178
CPT no Brasil .....	186

# Apresentação

## Territórios em Disputa

Ao mesmo tempo em que estavam sendo julgados, em Marabá, PA, os acusados pelo assassinato de José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo<sup>1</sup>, estávamos encerrando a edição de Conflitos no Campo Brasil 2012. Mais um ano em que a violência esteve muito presente no cenário do campo brasileiro com crescimento de 24% no número de assassinatos (de 29, para 36), de 51% nas tentativas de assassinato (de 38, para 77) e de 11,2% no número de trabalhadores presos (de 89 para 99).

A cada nova edição alguns indícios vão se tornando, paulatinamente, evidências. Uma delas é que como um neocolonialismo está se implantando no Brasil, sob o discurso de defesa do meio ambiente. São programas extrativistas de exploração de minérios e neoextrativistas, como os de manejo florestal e outros, como ressaltam os professores Elder Andrade de Paula e Rodrigo Salles. O capital avança implacavelmente sobre novas fronteiras naturais e sobre os territórios indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais, buscando transformar tudo – terra, florestas, águas, o ar e até a vida humana – em mercadorias, subordinadas às leis do mercado. Desta forma destruição e conservação do meio ambiente se convertem em “oportunidades de negócios”, diz o prof. Elder.

O neocolonialismo reproduz o modelo colonial de ocupação, que é, ao mesmo tempo, predador do patrimônio natural e da biodiversidade, espoliador das terras, culturas, e saberes dos povos indígenas e de outras populações tradicionais, concentrador da terra e dos bens e riquezas que ela produz e violador dos direitos humanos. Diz o prof. Rodrigo que hoje há como que um “preceito da prioridade da mineração” sobre as demais atividades econô-

micas, o que “vêm transformando a indústria extrativa mineral no Brasil em uma devoradora de terras”. E Eduardo Gudynas, citado por Roberto Liebgott, afirma que “as violações de direitos não são mais consequência, mas condição da lógica capitalista”.

Os dados desta edição deixam claro que este modelo avança sobre novas áreas, sobretudo na Amazônia, e se assenta sobre a violação dos direitos das pessoas e das comunidades.

Assim, na Amazônia, se registraram 489 dos 1067 conflitos no campo, 45,8%, mas lá estão 97% das áreas envolvidas nestes conflitos. Lá se concentram 58,3% dos assassinatos (21 de 36); 84,4% das tentativas de assassinato (65 de 77); 77,4% dos ameaçados de morte (229 de 296); 62,6% dos presos (62 de 99) e 63,6% dos agredidos (56 de 88).

Já em relação às categorias sociais envolvidas em conflitos, que dizem respeito aos diferentes grupos sociais e comunidades, os dados mostram que 15% dos conflitos envolvem indígenas, 12% quilombolas; 9% outras comunidades tradicionais. Se a eles se acrescentarem os posseiros, ocupantes de áreas sem o título de propriedade (24%), conclui-se que 60% dos que estão envolvidos em conflitos, fazem parte de grupos humanos que não se enquadram nos parâmetros exigidos pelo capitalismo e sobre os quais a pressão é maior. Por isso, estas categorias devem “abrir caminho” para que o “desenvolvimento capitalista” avance.

Do mesmo modo, devem deixar o caminho aberto, os sem-terra. Os dados mostram que no Nordeste e Centro-Oeste cresceu sensivelmente o número de despejos em relação a 2011, regiões que apresentaram maior crescimento no número de ocupações

<sup>1</sup> José Cláudio e Maria do Espírito Santo, defensores do meio ambiente, foram assassinados no assentamento Praialta-Piranheira, município de Nova Ipixuna, PA, em maio de 2011. No julgamento que ocorreu nos dias 3 e 4 de abril de 2013, foram condenados dois executores do crime, o mandante, porém, foi absolvido.

pelos movimentos sociais. “O que mostra a atuação repressora do Judiciário, com sua “celeridade eletiva” nas ordens liminares de despejo”, afirma o prof. Henri Acselrad *et al*.

Os dados permitem afirmar que há uma acirrada disputa pelos territórios, entre o capital e as comunidades camponesas. O mais correto seria dizer que o capital continua a espoliar as comunidades de seus territórios, pois a disputa é dura e desigual. Os indígenas e camponeses contam com a força de sua resistência e o apoio de seus aliados. Já os interesses do capital são defendidos, estimulados e financiados pelos poderes públicos, e são enaltecidos pela grande mídia. O Congresso Nacional é o espelho da desigualdade das forças em jogo. Nele se constituiu a Frente Parlamentar da Agropecuária que, de acordo com seu próprio sítio na internet no dia 20 de março de 2013, era composta por 214 deputados e 14 senadores. Uma super-representação da população rural, que é 14% do total da população brasileira, de acordo com o Censo de 2010. Mas quem esta Frente, mais conhecida como Bancada Ruralista, realmente representa, são pouco menos de 500.000 proprietários, com propriedades acima de 100 hectares, que somam 471.866 estabelecimentos rurais, segundo o Censo Agropecuário de 2006. 41,7% dos deputados defendem os interesses

de apenas 9,1% dos proprietários rurais do total de 5.175.636 estabelecimentos. E fazem a nação engolir um esdrúxulo novo Código Florestal, e diariamente propõem projetos para reduzir os minguados direitos das populações indígenas, quilombolas, e demais comunidades tradicionais.

Essa bancada do agronegócio aposta no monocultivo com uso crescente de agrotóxicos que, como mostra o texto de Raquel Rigotto *et al*, eleva o número de intoxicações a cada ano: “o coeficiente de intoxicação mais que dobrou nos últimos cinco anos: em 2007 era de 1,27/1000 e elevou-se para 2,88/1000 em 2011, representando um aumento de 126% no período”.

Apesar de tudo, a CPT junto com os homens e mulheres da terra, das águas e das florestas, e suas organizações e movimentos, continua acreditando na força dos fracos, pois, como diz a pastora Nancy Cardoso, tomando emprestadas palavras de Cláudia Korol, que cita Roque Dalton: “Os mortos estão cada dia mais indóceis’, cada dia mais indóceis, cada dia mais rebeldes... e assim como o inimigo não deixou de vencer, os povos não deixaram de resistir e de criar novos espaços e possibilidades para viver os sonhos de mudar o mundo”.

# Metodologia

A CPT desde a sua criação se defrontou com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Esta violência que saltava aos olhos começou a ser registrada sistematicamente já no final dos anos 1970. A partir de 1985 os dados começaram a ser publicados anualmente em forma de Cadernos. Durante este tempo, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino trabalhou intensamente no levantamento de dados na luta e pela resistência na terra, pela defesa e conquista dos direitos. Em 2002 começou a registrar os conflitos pela água. A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre a questão agrária em âmbito nacional. Com este trabalho, a CPT formou uma das mais importantes bibliotecas com livros, cadernos, revistas, jornais e arquivos que tratam das lutas camponesas.

## Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de Documentação.

A tarefa de documentar tem uma dimensão teológica, porque, de acordo com a tradição bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além deste aspecto, a CPT fundamenta seus registros em outras dimensões, que são: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta pela terra é uma questão de

justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista da história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permitem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, ela existe para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, contra o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos. Trata-se de registrar a história da luta de uma classe que secularmente foi explorada, excluída e violentada.

## Procedimentos

Os dados são obtidos por meio de pesquisas primária e secundária. As pesquisas primárias são feitas pelos agentes dos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. Além dos agentes da CPT, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras. As pesquisas secundárias são realizadas por meio de levantamentos feitos em revistas, jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros.

Quando os números fornecidos pelas fontes secun-

dárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária realizada pelos Regionais. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se na última ação daquele conflito o maior número de famílias. No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para a contagem dos participantes, considera-se o maior número de pessoas, na última data e registra-se os atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação.

Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida. Conflitos agrários, muitas vezes graves, entre latifundiários ou outros agentes não são registrados. Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque e na data em que ocorreram. Quando não há informação da data da ocorrência, registra-se o conflito no último dia do mês citado, ou, na falta deste, no último dia do ano. Em alguns casos, registra-se na data do documento que contém a informação.

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra - e são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico que reúne todas as informações que lhe são características.

A partir de 2008, este acervo começou a ser digitalizado, ainda não está disponível para pesquisa.

## Conceitos

O objeto de documentação e análise são conflitos e a violência sofrida.

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os tra-

balhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os conflitos são catalogados em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

Ocupações e/ou retomadas são ações coletivas das famílias sem terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito.

Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos Trabalhistas compreendem os casos de trabalho escravo, superexploração, e ações de resistência.

Na compreensão do que é trabalho escravo, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em ra-

ção de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

As situações de Superexploração acontecem na esfera salarial e dizem respeito às ocorrências em que as horas de trabalho não pagas excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia.

As Ações de Resistência são protestos de trabalhadores assalariados que reivindicam aumento de salário e manutenção dos direitos.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido.

Conflitos em Áreas de Garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas, grupos indígenas e o Estado.

Conflitos Sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Estes três últimos, só são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.

Por Violência entende-se o constrangimento e ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

As Manifestações são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

## Estrutura do Banco de Dados – DATA CPT

Do Banco de Dados retiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

1. Áreas em conflito, entendidas como situações ou lugares dos litígios. Nesta tabela constam o nome do imóvel, o número de famílias envolvidas e área em hectares.
2. Ocorrências de conflitos, constam detalhes do número de vezes que aconteceram ações de violência contra as famílias. Numa mesma área podem ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito. Aqui, registra-se o tipo de propriedade e sua respectiva situação jurídica, o número de famílias vítimas de despejo e expulsão – despejo acontece quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão quando a retirada das famílias se dá por ação privada; as vezes que as famílias tiveram bens destruídos durante as violências sofridas ou foram vítimas de ausência e ou falhas de políticas

públicas. Por ausência e ou falhas de políticas públicas entende-se a falta de infraestrutura, de serviços básicos de educação, saúde, assistência técnica e crédito, a má gestão da política de assentamentos, como desvios de recursos, assentamentos em áreas inadequadas, redução de áreas de posseiros para implantação de assentamentos, não implementação dos procedimentos exigidos para se ter acesso a determinados benefícios.

3. Uma terceira tabela com as Ocupações/Retomadas de terra.

4. Uma quarta tabela com os acampamentos. É importante dizer que se registra apenas o ato de acampar do respectivo ano. Não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no País.

Os dados das três últimas tabelas são somados na tabela síntese fechando o eixo Terra, denominado “Violência contra Ocupação e a Posse”.

Os conflitos pela água são reunidos numa tabela em que constam os seguintes registros: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os conflitos trabalhistas compreendem os casos de trabalho escravo e superexploração.

Na tabela referente ao trabalho escravo uma coluna mostra o número de ocorrências e quantas denúncias foram recebidas; outra coluna indica o número de trabalhadores na denúncia; uma terceira informa

o número de trabalhadores libertados pela ação do Estado e uma última coluna apresenta o número de crianças e adolescentes envolvidos.

As situações de superexploração, dizem respeito aos casos em que o desrespeito aos direitos dos trabalhadores são muito graves, mas não se encaixam nas características do trabalho escravo. Acompanham os Conflitos Trabalhistas as ações de resistência que representam a luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves, ou outras formas de protesto.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações descrevem a violência sofrida pelos trabalhadores.

Os tipos de violência estão assim registrados: tabelas de assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte e uma tabela síntese denominada Violência contra a Pessoa, em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição, doenças), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões e/ou detenções. Uma outra tabela apresenta o detalhamento da violência contra a pessoa, na qual além das informações acima constam ainda sequestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

E por último, uma tabela em que estão registradas as manifestações de luta feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

### **Estrutura do Relatório Impresso**

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, em um relatório impresso que tem por título Conflitos no Campo Brasil. A partir de 2008, ele sofreu algumas alterações e ficou com a seguinte estruturação:

Quatro tabelas detalhadas e organizadas por Estado em ordem alfabética e seis tabelas sínteses agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

### **TABELA 1 - Comparação dos Conflitos no Campo**

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando tem casos de conflitos em tempos de seca, garimpo, etc) e o total dos conflitos no campo brasileiro.

### **TABELA 2 - Conflitos no Campo Brasil**

Esta tabela registra detalhadamente, os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas e um campo com informações específicas conforme o tema.

### **TABELA 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse**

É a síntese da soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado, o número de famílias envolvidas, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, além do número de famílias sob ameaça de pistoleiros.

### **TABELA 4 - Terra**

Sistematiza o eixo terra organizado em três blocos: Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos. Contém as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias.

### **TABELA 5 - Água**

Retrata a síntese dos conflitos pela água por Estado, com as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

### **TABELA 6 - Trabalho**

Sintetiza os conflitos trabalhistas por Estado, com dois blocos de informações: 1. Trabalho Escravo: consta o número de ocorrências, quantidade de tra-

balhadores envolvidos na denúncia e ou libertados, número de crianças e adolescentes. 2. Superexploração: número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e ou resgatados, número de crianças e adolescentes.

### **TABELA 7 - Violência contra a pessoa**

Sintetiza o número das ocorrências registradas em Terra, Água, Trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: os assassinatos, as tentativas de assassinato, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos.

### **TABELAS 8, 9 e 10 - Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de morte**

Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome, quantidade, idade e categoria da vítima da violência.

### **TABELA 11 – Manifestações**

Relatório síntese por Estado. Possui as seguintes informações: número de ocorrências e quantidade de manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de textos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes de pastoral da própria CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática.

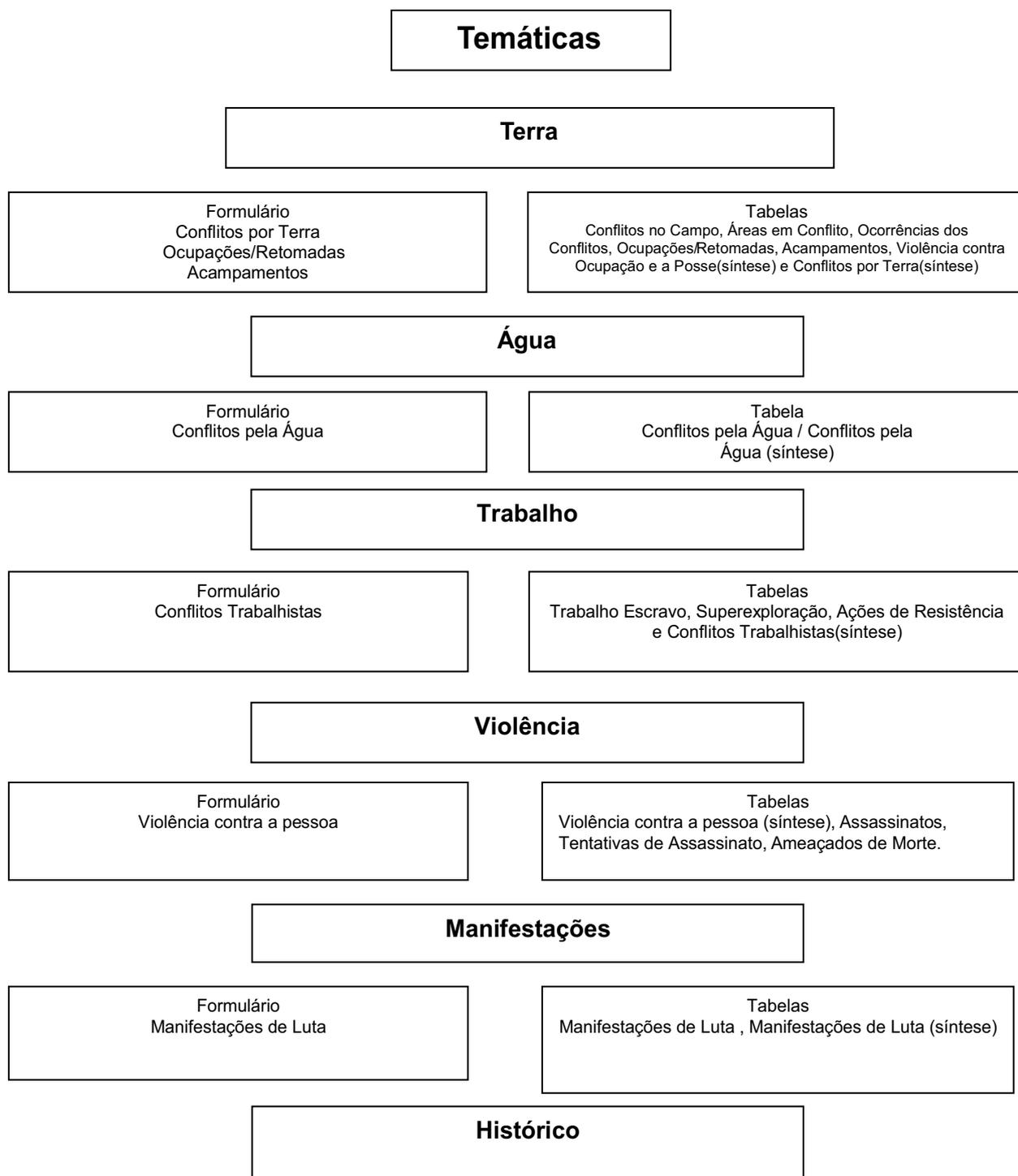
A última parte do Conflitos no Campo reproduz notas emitidas pela CPT, só ou em parceria, ou outros documentos, sobre as diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos.

### **Organograma dos temas do DATA CPT**

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

## Organograma

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.



## Comparação dos Conflitos no Campo (2003- 2012)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Conflitos de Terra*</b>										
Ocorrências de Conflito	659	752	777	761	615	459	528	638	805	816
Ocupações/Retomadas	391	496	437	384	364	252	290	180	200	238
Acampamentos	285	150	90	67	48	40	36	35	30	13
<b>Total Conf. Terra</b>	<b>1.335</b>	<b>1.398</b>	<b>1.304</b>	<b>1.212</b>	<b>1.027</b>	<b>751</b>	<b>854</b>	<b>853</b>	<b>1.035</b>	<b>1.067</b>
Assassinatos	71	37	38	35	25	27	*25	30	29	34
Pessoas Envolvidas	1.127.205	965.710	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565
Hectares	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570
<b>Conflitos Trabalhistas</b>										
Trabalho Escravo	238	236	276	262	265	280	240	204	230	168
Assassinatos		2		3	1	1		1		
Pessoas Envolvidas	8385	6.075	7.707	6.930	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952
Superexploração	97	107	178	136	151	93	45	38	30	14
Assassinatos	2			1				1		
Pessoas Envolvidas	6.983	4.202	3.958	8.010	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73
<b>Total Conf. Trabalhista</b>	<b>335</b>	<b>343</b>	<b>454</b>	<b>398</b>	<b>416</b>	<b>373</b>	<b>285</b>	<b>242</b>	<b>260</b>	<b>182</b>
<b>Conflitos pela Água</b>										
Nº de Conflitos	20	60	71	45	87	46	45	87	68	79
Assassinatos					2		1	2		2
Pessoas Envolvidas	48.005	107.245	162.315	13.072	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920
<b>Outros ***</b>										
Nº de Conflitos			52	2	8			4		36
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas			43.525	250	3.660			4.450		26.005
<b>Total</b>										
<b>Nº de Conflitos</b>	<b>1.690</b>	<b>1.801</b>	<b>1.881</b>	<b>1.657</b>	<b>1.538</b>	<b>1.170</b>	<b>1.184</b>	<b>1.186</b>	<b>1.363</b>	<b>1.364</b>
Assassinatos	73	39	38	39	28	28	26	34	29	36
Pessoas Envolvidas	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515
Hectares	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570

\*\*\* Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo. Em 2012 foram registrados 36 Conflitos em Tempos de Seca.





Foto: João Zinclar

# Conflitos no Campo

# Os descaminhos da associação entre o “Senhor Capital” e a “Senhora Terra”

Henri Acselrad <sup>1</sup>

Juliana Neves Barros <sup>2</sup>

O levantamento dos conflitos agrários, tal como aqui apresentado, oferece-nos um quadro resultante da ação dos atores sociais do campo que fazem da terra, da água, das florestas, minerais e recursos em biodiversidade um terreno contestado material e simbolicamente. O conjunto de eventos aqui sintetizados constitui um indicador das estratégias dos sujeitos sociais envolvidos nas disputas pelo acesso e controle da terra e de seus recursos. Tais estratégias exprimem o entendimento que estes diferentes atores sociais têm do jogo de forças que tem sustentado o padrão historicamente desigual de acesso à terra e aos recursos naturais no país. Os enfrentamentos refletem, assim, a presença destes sujeitos políticos com diferentes níveis de articulação coletiva e de escalas; e suas ações respondem às respectivas avaliações que eles fazem do estado da disputa e da conjuntura de suas decisões.

Os conflitos decorrem, por um lado, da ação de grupos que lutam contra o acesso desigual à terra e ao uso dos recursos naturais, contra a insegurança da posse e a distribuição concentrada da propriedade. Por outro, decorrem também da reação dos grandes proprietários aos esforços empreendidos pelos movimentos sociais para reduzir a concentração fundiária, democratizar a terra e pressionar o Estado a mudar o padrão de suas políticas agrárias em um contexto de fechamento da fronteira, onde restam apenas 70 milhões de terras públicas devolutas. Os movimentos buscam, assim, liberar tais políticas

do domínio exercido pelas oligarquias e pelos interesses mais recentemente articulados das coalizões entre o capital financeiro, os agentes do mercado de terras e as corporações do setor agroquímico. Os representantes de tais interesses buscam, por sua vez, reproduzir e expandir seu controle – direto ou indireto – sobre a terra, reagindo ou se antecipando às dinâmicas democratizantes presentes no sistema político, instalando o negócio agrícola no interior da máquina estatal, criando o que ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, chamou de “Partido do Campo do Cooperativismo e do Agronegócio (PCCA)” - materializado em bancadas parlamentares que têm por fim limitar os direitos dos trabalhadores do campo e liberar os negócios do agro de qualquer regulação política que lhes restrinja a lucratividade, como foi o caso recente da revisão do Código Florestal.

Mas, em paralelo ao sistema político formal, sabe-se que representantes de grandes corporações, segundo fontes da grande imprensa, reúnem-se tendo por objetivo, ante a pressão dos movimentos sociais, discutir “os problemas sociais e ambientais que enfrentam e a forma de resolvê-los”<sup>3</sup>. Ou seja, a “grande” política, com seu jogo de interesses nas arenas institucionais, seus macro-movimentos de cena no Congresso e nos Ministérios, é sempre acompanhada por ações articuladas “no terreno”. Através destas ações, as corporações buscam neutralizar os movimentos sociais, mas também, nas áreas cobiçadas pelo mercado de terras e pelo agronegócio, procuram desestabilizar a presença das famílias camponesas e das comunidades tradicionais

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional IPPUR/UFRJ

<sup>2</sup> Advogada e mestranda do IPPUR/UFRJ

<sup>3</sup> Revista Época, 19/03/06. “Alguém vai encarar?”

numa situação de pressão pela expansão do mercado de terras. Estando mais de 200 milhões de hectares de terras situados fora deste mercado, tanto empresas como governos querem explorar estas áreas através de outros mercados, como o de minérios, de águas e de madeira. Conflitos de uso decorrem, pois, das pressões para inserir estes novos territórios nos fluxos de acumulação de riqueza.

Sabe-se que esta acumulação, pautada no controle sobre a terra, realiza-se em duas frentes: a) uma frente de acumulação extensiva de capital – a que requer a incorporação de novas áreas, produtivas ou especulativas, pela expropriação de terras ocupadas por pequenos produtores, terras públicas, áreas de reserva legal, terras indígenas ou de povos tradicionais; b) uma frente de acumulação intensiva de capital – que se dá no interior mesmo das áreas já ocupadas, pela busca de ganhos de rendimento por hectare, através da intensificação das condições de exploração do trabalho rural e do uso crescente de insumos que, além de alimentar o negócio agroindustrial, via de regra degrada a saúde dos trabalhadores, contamina solos, sistemas vivos, rios e outros corpos hídricos.

Assim é que, em ausência de uma esfera pública

democrática no campo – ou seja, de instituições que garantam a visibilidade dos processos políticos e o exercício pleno dos direitos por grupos sociais excluídos dos processos decisórios do Estado – a exploração da terra para fins de acumulação de riqueza tende a dar lugar a uma violência expropriatória destinada a subtrair terras às famílias camponesas, seja pela ação de grileiros ou agentes do agronegócio, seja por grandes projetos hidrelétricos ou de mineração, seja pela destinação de terras públicas devolutas e do uso de seus recursos. Uma violência intimidatória é também acionada na tentativa de inibir o ânimo organizativo e a resistência de trabalhadores do campo; outras formas de violência são exercidas através das relações de trabalho, com a intensificação das condições de exploração ou o constrangimento dos trabalhadores para que estes se submetam a condições de trabalho degradantes.

Isto posto, o que os dados quantitativos sobre os conflitos agrários no ano de 2012 nos permitem dizer sobre a natureza dos processos sociopolíticos em curso no campo brasileiro? Podemos observar que o número total de conflitos levantados neste ano permaneceu na média dos cinco anos precedentes.

**Tipos de conflitos em números absolutos por ano**

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Terra	1027	751	854	853	1035	1067
Conflito trabalhista	416	373	285	242	260	182
Água	87	46	45	87	68	79
Outros*	8			4		36
<b>Total</b>	<b>1538</b>	<b>1170</b>	<b>1184</b>	<b>1186</b>	<b>1363</b>	<b>1364</b>

\* Outros, em 2012, referem-se a conflitos em áreas atingidas pela estiagem

Uma ligeira queda foi observada nas denúncias de trabalho escravo e superexploração, com relação a 2011. Com um número praticamente igual de conflitos especificamente por terra<sup>4</sup>, o número total absoluto de conflitos no campo manteve-se estável

por conta do aumento dos conflitos por água e das mobilizações verificadas na região Nordeste: com a estiagem prolongada ocorrida no semiárido nordestino, cresceram significativamente os protestos e bloqueios de rodovias para reivindicar políticas pú-

<sup>4</sup> A estabilidade no número de conflitos por terra reflete a titulação de terras, por parte do governo federal, em números abaixo do esperado, o pequeno avanço na identificação de territórios de populações tradicionais e o grande atraso na regularização ambiental de imóveis titulados.

blicas e o cumprimento de compromissos assumidos pelos governos para o enfrentamento das condições de sobrevivência em situação de seca. Ocupações de agências do Banco do Nordeste e de prefeituras reivindicaram a liberação do seguro-safra e a renegociação de dívidas<sup>5</sup>. É também no Nordeste que se situou a maior parte dos conflitos por terra (46% do total), seguido da região Norte (com 29%). A mesma distribuição regional observou-se nos conflitos por água, mostrando a vinculação, nestas regiões, das disputas por esses dois bens vitais. Os conflitos por água destacam-se nos estados do Maranhão e Bahia, Pará, Minas Gerais e em áreas de Reservas Extrati-

vistas no estado do Amazonas.

Continuam concentradas na região Norte as ocorrências de trabalho escravo e superexploração, com mais de 50% do total, se consideramos a Amazônia Legal somam 67% dos conflitos trabalhistas. O crescimento em números absolutos dos conflitos por terra levantados no estado do Mato Grosso do Sul – basicamente entre índios e fazendeiros, fez com que a participação dos conflitos por terra ocorridos na região Centro-Oeste aumentasse em detrimento dos percentuais das demais regiões<sup>6</sup>.

Conflitos por região

Região	Terra	Água	Trabalho	Outros	Total
Centro-Oeste	114	5	29		148
Nordeste	490	28	32	35	585
Norte	302	28	97		427
Sudeste	126	15	10		151
Sul	35	3	14	1	53
<b>Total</b>	<b>1067</b>	<b>79</b>	<b>182</b>	<b>36</b>	<b>1364</b>

Na região Nordeste, líder em número de conflitos por terra levantados no país, com várias ocorrências associadas a dois grandes projetos – a Transnordestina e o Complexo Suape<sup>7</sup> - destaca-se, entre os demais estados, Pernambuco, pelo maior número de famílias despejadas no ano de 2012, seguido do Rio Grande do Norte. Neste estado, na região do Apodi, cerca de 570 famílias de agricultores estão ameaçados de despejo por projetos do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs) que visam criar perímetros irrigados para a fruticultura<sup>8</sup>.

Em números absolutos, os conflitos por terra levantados no estado do Maranhão - notadamente envolvendo grandes empresas de mineração, celulose e

petróleo - continuam em primeiro lugar, como em anos anteriores, embora a segunda posição tenha passado, em 2012, do estado do Pará ao estado da Bahia, onde verificaram-se muitos de conflitos envolvendo comunidades de fundo e fecho de pasto, no oeste do estado, e quilombolas.

Os conflitos de terra decorrentes de acampamentos e ocupações respondeu por 22,1% do total no ano de 2012, ficando no mesmo patamar de 2011. Na contramão da ligeira tendência de queda das demais regiões, encontram-se as regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde cresceu o número de ocupações e acampamentos, nesta última região, em sua maior parte, constituído por retomada de áreas indígenas.

<sup>5</sup> As obras do projeto de Transposição do rio São Francisco, demandando uso de águas represadas em açudes, concorreram para agravar a situação de falta de acesso à água para famílias de trabalhadores rurais.

<sup>6</sup> No Mato Grosso do Sul, foram registrados 18 conflitos por terra em 2010. Em 2012, passaram a 58. Desse total, 17 envolveram acampamentos e ocupações e 41, conflitos desencadeados por fazendeiros – 39 contra povos indígenas e 2 contra sem-terra.

<sup>7</sup> Trata-se de manifestações contra os baixos valores de indenização oferecidos aos ameaçados de relocação e as condições de reassentamento. É comum verificar-se expropriação de posseiros e superavaliação das indenizações de proprietários.

<sup>8</sup> Este projeto de irrigação tem traços de uma “reforma-agrária ao contrário”, uma vez que a região da Chapada do Apodi/RN veio se consolidando como uma das experiências mais exitosas de produção de alimentos de forma agroecológica e familiar do Nordeste, destacando-se o arroz, frutas, criação de caprinos, ovinos e bovinos, projetos de piscicultura, além do mel de abelha, destacando-se a área como a maior produtora orgânica do país.

### Ocupações e Acampamentos

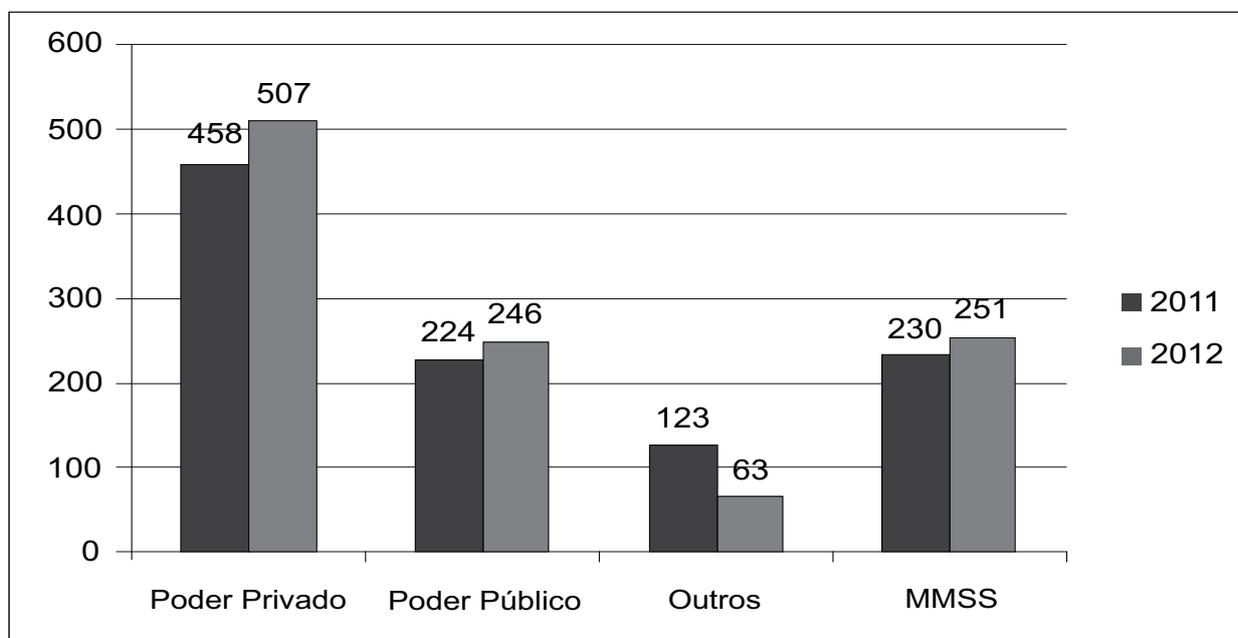
Região	2011	2012
Centro-Oeste	9,13% 21	15% 37
Nordeste	42,1% 97	52% 130
Norte	12,2% 29	9% 23
Sudeste	28,6% 66	48% 19%
Sul	7,3% 17	13% 5%
<b>Total</b>	<b>230</b>	<b>251</b>

Os conflitos foram desencadeados principalmente por ações dos poderes públicos e privados, tendo o setor privado prevaído, conforme tendência iniciada em 2010. Em contraposição ao recuo na ação dos movimentos sociais, observa-se forte protagonismo de setores conservadores, como fazendeiros, grileiros, empresários e mineradoras, combinado com um aumento dos índices de violência privada. Do total de conflitos por terra, 47,5% foram protagonizados pelo poder privado, 23,1% pelos movimentos sociais (MMSS) e 23,5% pelo poder público, 5,9% outros.

Em 2012, houve um crescimento do número de prisões, assassinatos e tentativas de assassinato, tendo os maiores índices de violência contra a pessoa se manifestado nos estados de RO, PA, AM e MA. Foram 36 os assassinatos, número 24% maior do que aquele levantado em 2011, a maior parte registrada em Rondônia (9), seguida do Pará (6) e Rio de Janeiro (4). Quilombolas, indígenas e ribeirinhos encontram-se entre os grupos sociais mais ameaçados de morte. As ocorrências de pistolagem também cresceram consideravelmente, registrando o número mais elevado desde 2004; Pará, Maranhão e Paraíba são os estados que lideram o ranking.

O número de despejos – por ação institucional pública - declinou consideravelmente nos últimos 10 anos, enquanto o número de expulsões - por violência privada direta -, que declinara entre 2003 e 2007, manteve-se num mesmo patamar desde 2008. Mas entre 2011 e 2012, houve um ligeiro aumento do número total de despejos e queda do número total de expulsões. Em duas regiões aumentou sensivelmente o número de despejos em relação a 2011: Nordeste e Centro-Oeste. Foram estas também as regiões onde registrou-se o maior número de conflitos protagonizados pelos movimentos sociais mediante ocupações e acam-

### Protagonistas dos Conflitos por Terra



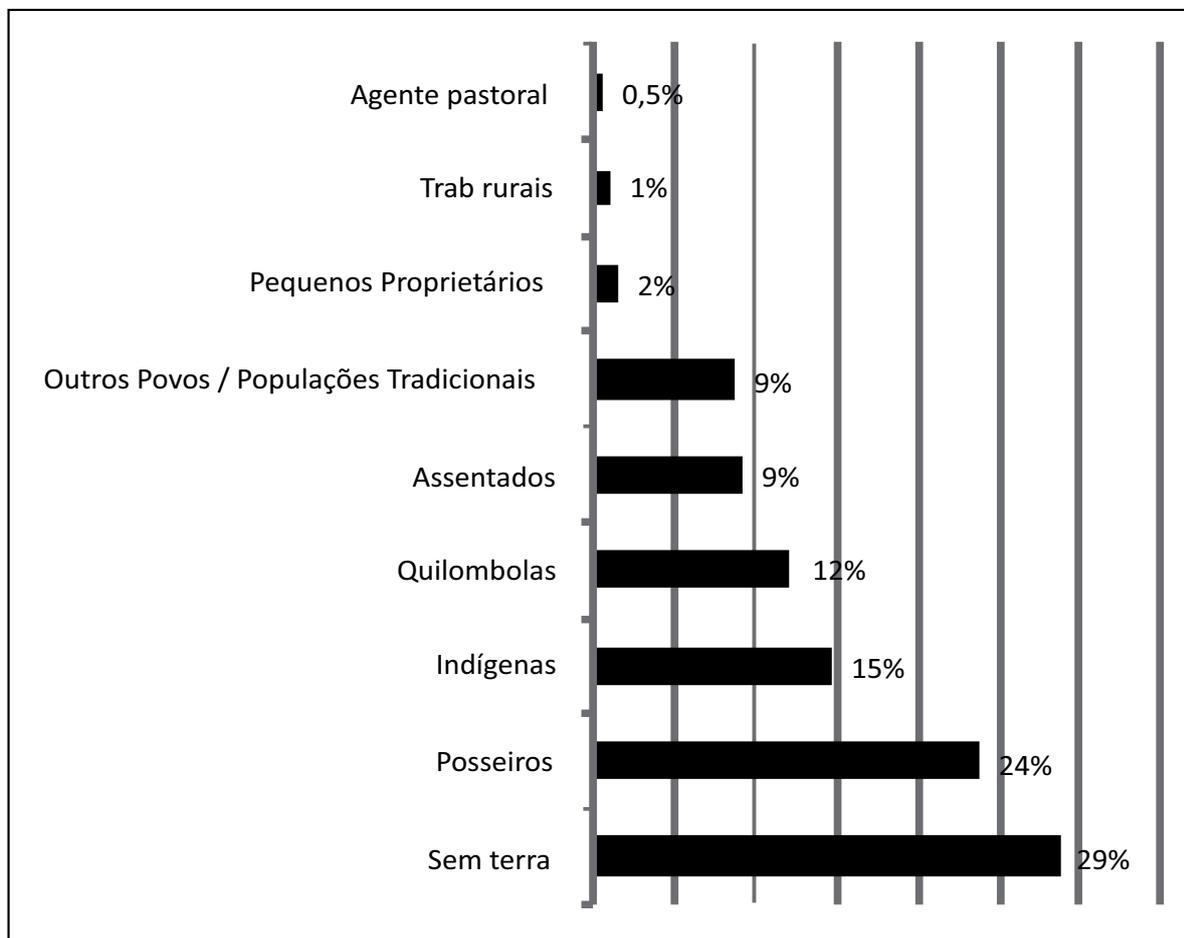
pamentos, o que mostra a atuação repressora do Judiciário, com sua “celeridade seletiva” nas ordens liminares de despejo.

Paralelamente à queda do número de ocupações e acampamentos de sem-terra verificada desde o ano de 2004, sinal de mudança na estratégia dos movimentos e de crescente descrença nas possibilidades do governo cumprir suas metas de refor-

ma agrária, cresce a proporção dos conflitos protagonizados por outras categorias sociais no campo, incluindo as que se autodefinem como indígenas e quilombolas – para os quais os indicadores de novas demarcações de territórios foram insignificantes - e outros integrantes de povos e comunidades tradicionais.

Muda assim o peso relativo dos conflitos envol-

**Categorias sociais envolvidas nos conflitos**



vido as famílias camponesas que foram objeto de expropriação em ciclos históricos passados e aqueles envolvendo os que estão sendo ameaçados de expropriação hoje e que procuram resistir em suas terras. É como se o pacto desenvolvimentista firmado nas áreas mais intensivas da agricultura capitalizada sinalizasse favoravelmente para que os agentes da acumulação extensiva avançassem sobre as áreas ainda pouco integradas e situadas fora do

mercado de terras, onde verifica-se a presença de uma variedade de formas camponesas de ocupação tradicional de terras e onde têm-se concentrado as ações visando a permitir o acesso privado das grandes corporações aos recursos naturais.

É neste contexto que temos visto, com frequência crescente, representantes do ruralismo passarem a identificar os povos e comunidades tradicionais

como os novos adversários de seu pretense projeto de “combate à fome pelo agronegócio”. São as terras tradicionalmente ocupadas o novo alvo dos grandes interesses econômicos do agronegócio. As comunidades que as ocupam passam a ser objeto de investidas no sentido de sua deslegitimação, assim como de esforços destinados a isolá-las das demais forças sociais e políticas, inclusive daquelas situadas no próprio campo dos grupos subalternos.

Segundo seus ideólogos, os povos tradicionais estariam protagonizando uma “inversão de direitos”, pois “o conceito de quilombo estaria golpeando o já combalido direito de propriedade” fazendo com que a propriedade se torne “tribal, coletiva ou comunitária”. Tal investida ideológica teria por finalidade atrair setores da pequena propriedade rural para cerrar fileiras contra os direitos territoriais específicos – plenamente reconhecidos na Constituição de 1988 – pleiteados por comunidades étnicas e tradicionais. Procuram, assim, dividir o bloco popular, tentando opor direitos universais à terra a direitos específicos a territórios – sujeitos da luta corrente por reforma agrária a comunidades tradicionais.

Neste esforço de dividir o bloco dos trabalhadores do campo, observa-se o recurso a um manejo irônico da linguagem – por exemplo, alega-se que “empresas de monocultura do eucalipto ensinam agroecologia ao campesinato sem terra” - por parte de corporações cujos negócios dependem fortemente da subtração ou subordinação dos espaços ocupados pelo campesinato e por povos tradicionais. Trata-se de recurso análogo ao dos projetos ditos de “educação ambiental” oferecidos a pescadores impossibilitados de pescar pelo avanço territorial da cadeia do petróleo-petroquímica, ou das empresas do setor elétrico que dizem oferecer projetos de

“desenvolvimento sustentável” para os índios do Xingu, rio cujas águas, em certas áreas, deixarão de correr em razão da construção de Belo Monte. Estes são alguns dos exemplos do modo como muitas corporações têm, com frequência, recorrido ao que Safatle considera o “cinismo como modo hegemônico de racionalização nas esferas de interação social do capitalismo contemporâneo, conformando procedimentos de justificação a interesses que não podem ser revelados”<sup>9</sup>.

A experiência recente mostra, porém, que os diferentes esforços destinados a dissociar e opor entre si as perspectivas dos diferentes movimentos sociais no campo têm se chocado com a adesão destes movimentos a um duplo critério de justiça, no sentido de Nancy Fraser - aquele que articula lutas por distribuição a lutas por reconhecimento<sup>10</sup>. São os próprios atores sociais que dão sinais de estar efetuando esta articulação, tal como configurado no Encontro dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em Brasília em agosto de 2012, que incluiu em sua pauta, ao lado da “reforma agrária ampla e de qualidade com transição agroecológica”, a garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas, assim como das comunidades tradicionais que têm a terra como meio de vida e de afirmação de sua identidade sociocultural.

Fato é que com a quebra da confiança no setor financeiro após a crise 2008, com a subida das cotações dos grãos, especialmente da soja, e a redução nas taxas de juros, cresceu muito a demanda por terras no país: os preços médios das terras para o agronegócio subiram mais do que a inflação entre 2011 e 2012. Neste contexto, os monopólios do agro passaram a comprar terras, imobilizando capital em um mercado tido como de baixa liqui-

<sup>9</sup> W. Safatle, *Cinismo e falência da crítica*, Boitempo, São Paulo, 2008. A este propósito, as campanhas de imprensa que, entre outros ataques irônicos ao modo de vida camponês, pretendem desqualificar os assentamentos alegando que a saída de seus jovens para as cidades é um sinal de fracasso, desconsideram todo o acervo das teorias do campesinato que mostra como esta saída é parte das conhecidas estratégias de reprodução da pequena produção com vistas a evitar a fragmentação da propriedade. Woortmann, E. F. Parentesco e reprodução camponesa. *Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS. p.192-219. 1985.

<sup>10</sup> N. Fraser, *Igualdade, Identidades e justiça social*, in *Le Monde Diplomatique*, junho de 2012, p.34-35.

dez, atuando, a partir de então, simultaneamente no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária<sup>11</sup>, exercendo, conseqüentemente, forte pressão fundiária sobre pequenos produtores e comunidades tradicionais. Estes blocos de poder, que associam proprietários de terra, capitais agroindustriais e financeiros e traders, constituíram-se de modo a marcar sua presença no interior do aparelho de Estado. Políticas favoráveis aos capitais agroindustriais resultaram assim, por um lado, do manejo da máquina governamental por estes blocos de poder; mas, ao mesmo tempo, estas coalizões constituíram-se em grande parte em função das próprias políticas governamentais adotadas – sejam elas tecnológicas, creditícias ou fundiárias. Esta situação reflete as mudanças verificadas desde os anos 1990 tanto na matriz tecnológica vigente no campo como nos seus mecanismos de

captação de renda, o que levou a mudanças nas condições de dominação no campo, assim como na própria ação do Estado neste domínio. Não se tratou mais desde então, da articulação de clientelas personalizadas da grande propriedade rural dentro Estado: com o avanço da modernização, o mercado de terras e o negócio agrícola penetraram a máquina estatal, que antes funcionava basicamente como um regulador externo ao mercado<sup>12</sup>. Este novo tipo de ação estatal seria justamente aquele que estaria se completando a partir de 2010 através da redefinição dos Códigos Florestal e de Mineração. O campesinato sem terra e os protagonistas de formas diversas de campesinato vivendo e trabalhando em terras tradicionalmente ocupadas são, assim, desafiados a unir suas forças para fazer frente à “dança macabra” a que Marx se referia como o resultado - ao menos para as maiorias, desastroso – do casamento entre o “senhor Capital” e a “senhora Terra”.

---

<sup>11</sup> A.U. Oliveira. A Questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês, in *Agrária*, São Paulo, No. 12, pp. 3-113, 2010.

<sup>12</sup> Moacir Palmeira. Modernização e Reforma Agrária, in *Democracia na Terra*, n. 2, 1991, Ibase, Rio de Janeiro, p.1-4.

## Tabela 2 - Conflitos no Campo

Acre				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Boca do Acre/Rio Branco	Comunidade Floresta do Acre	15/12/2012	67	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Comunidade Lago Novo	15/06/2012	46	Ribeirinhos
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Andaraí	31/08/2012	120	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bom Lugar/Com. Nova Vida	31/08/2012	50	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Igarapé Grande	12/10/2012	26	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Macapá	09/05/2012	105	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Nova Axioma	10/08/2012	48	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Pirapora	31/08/2012	350	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Praia do Inferno	16/04/2012	70	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Redenção	31/08/2012	96	Posseiros
Capixaba/Plácido de Castro	Seringal Capatará	01/11/2012	137	Posseiros
Cruzeiro do Sul	Seringal Russas	31/12/2012	80	Posseiros
Cruzeiro do Sul	Seringal Valparaíso	31/12/2012	130	Posseiros
Mâncio Lima	Comunidade Socó	31/12/2012	14	Posseiros
Manoel Urbano	Assentamento Aleluia	10/04/2012	80	Assentados
Manoel Urbano	Seringal Afluente	19/11/2012	40	Posseiros
Manoel Urbano	Seringal Areis	30/09/2012	15	Posseiros
Manoel Urbano	Seringal Entaúba	19/11/2012	22	Posseiros
Manoel Urbano	Seringal Liberdade	19/11/2012	12	Posseiros
Manoel Urbano	Seringal Novo Destino	19/11/2012	70	Posseiros
Manoel Urbano	Seringal Novo Mundo	10/03/2012	40	Posseiros
Manoel Urbano	Seringal Santarém	15/02/2012	60	Posseiros
Marechal Thaumaturgo	T. I. Arara do Amônea/Apolima-Arara/P. A do Rio Amônea	30/08/2012	23	Indígenas
Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	09/08/2012		Agente pastoral
Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	15/08/2012		Agente pastoral
Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	25/08/2012		Agente pastoral
Rio Branco	Ramal Piçarreira	02/10/2012	50	Posseiros
Rio Branco	Ramal Pitanga	02/10/2012	50	Posseiros
Rio Branco	Seringal Belo Horizonte/Laminados Triunfo	13/09/2012	100	Posseiros
Rio Branco	Seringal Cachoeira/Laminados Triunfo	13/09/2012	100	Posseiros
Rio Branco	Seringal Macapá/Laminados Triunfo	13/09/2012	300	Posseiros
Rio Branco	Seringal Remanso/Laminados Triunfo	13/09/2012	30	Posseiros
Rio Branco	Seringal São Bernardo/Laminados Triunfo	13/09/2012	19	Posseiros
Rio Branco	Seringal São Francisco do Espalha/Laminados Triunfo	13/09/2012	350	Posseiros
Rio Branco	Seringal São Francisco do Iracema/Laminados Triunfo	13/09/2012	300	Posseiros
Sena Madureira	Aldeia São Paolino	01/06/2012	90	Indígenas
Sena Madureira	T. I. Caiapucá	09/04/2012		Indígenas
Sena Madureira	T. I. Caiapucá	18/05/2012		Indígenas
<b>Subtotal:</b>		<b>38</b>	<b>3090</b>	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Acrelândia	Fazenda Jéssica	05/09/2012	150	CUT
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Praia do Inferno	09/04/2012	70	OI
<b>Subtotal:</b>		<b>2</b>	<b>220</b>	
<b>Total Conflitos por Terra - AC</b>		<b>40</b>	<b>3310</b>	
<b>Total dos Conflitos no Campo AC</b>	<b>40</b>		<b>Pessoas: 16550</b>	

## Alagoas

### TERRA

### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Atalaia/Joaquim Gomes	Faz. São Sebastião/Acamp. São José/Us. Ouricuri	07/08/2012		Sem Terra
Atalaia/Joaquim Gomes	Faz. São Sebastião/Acamp. São José/Us. Ouricuri	11/12/2012	76	Sem Terra
Capela	Faz. Pitombeira/Us. João de Deus/Grupo João Lyra	10/01/2012	350	Sem Terra
Ibateguara	Faz. Jardim/Horizonte	22/03/2012	70	Posseiros
Joaquim Gomes	Faz. Pimenta/Assent. Fidel Castro	29/02/2012	105	Assentados
Joaquim Gomes	Fazenda Feliz Deserto	20/01/2012	50	Sem Terra
Joaquim Gomes	Fazenda Itamarati	20/01/2012		Sem Terra
Joaquim Gomes	Fazenda Itamarati	12/07/2012	3	Sem Terra
Joaquim Gomes	Fazenda São Judas Tadeu	20/01/2012	10	Sem Terra
Maceió	Comunidade Pescadores do Jaraguá	21/05/2012	60	Pescadores
Maceió	Usina Cachoeira do Meirim	24/01/2012	23	Sem Terra
Maragogi	Faz. Cachoeira/Us. Sta. Maria/Acamp. Patativa do Assaré	16/02/2012	80	Sem Terra
Maragogi/Porto Calvo	Faz. Junco/Us. Central Barreiros	04/12/2012	250	Sem Terra
Matriz do Camaragibe/Porto de Pedras	Fazenda Porto Seguro	30/06/2012	42	Sem Terra
Messias	Área da Prefeitura	09/07/2012	20	Sem Terra
Messias	Área de Rafael Tenório	25/07/2012	20	Sem Terra
Murici	Faz. Cavaleiro II/Gulangi/Us. Sta. Clotilde	24/01/2012	25	Sem Terra
Murici	Faz. São Simeão/Us. São Simeão	06/08/2012	25	Sem Terra
Murici	Fazenda Bota Velha	06/08/2012	100	Sem Terra
Palmeira dos Índios	T. I. Xucuru-Kariri/Faz. Canto	27/07/2012	95	Índigenas
Paripueira	Engenho São Brás	17/04/2012	100	Sem Terra
Porto Calvo	Fazenda Canaã	31/07/2012	25	Sem Terra
Porto Calvo	Fazenda Prazeres	31/07/2012	25	Sem Terra
Porto de Pedras	Fazenda Nossa Senhora do Desterro	04/09/2012	27	Sem Terra
São Luís do Quitunde	Fazenda Bom Jardim	14/02/2012	25	Sem Terra
São Miguel dos Campos	Faz. Matas do Guajuru/Us. Roçadinho/Ex. Us. Agrisa	09/04/2012	50	Sem Terra
São Miguel dos Milagres	Fazenda Castelo	12/01/2012	60	Sem Terra
Traipu	Faz. Angico e Fazeira/Acamp. Jacobina	14/05/2012	20	Sem Terra
<b>Subtotal:</b>		<b>28</b>	<b>1736</b>	

### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Matriz do Camaragibe	Fazenda Cajuá	05/03/2012	56	VT*
Palmeira dos Índios	T. I. Xucuru-Kariri/Faz. Canto	18/12/2012	40	Índios
Paripueira	Engenho São Brás	12/04/2012	100	MST
Porto Calvo	Faz. São Gonçalo/Carreira Escura	17/07/2012	38	VT*
Porto Calvo	Fazenda Canaã	17/07/2012	25	VT*
Porto Calvo	Fazenda Escurial	05/03/2012	86	VT*
Porto Calvo	Fazenda Prazeres	17/07/2012	25	VT*
Santana do Mundaú	Fazenda Tocal	20/11/2012	85	VT*
São Brás	Faz. Carvalhinho/Sítio Oitizeiro	15/02/2012	40	SI
União dos Palmares	Fazenda de Alceu Lima	03/07/2012	40	MLST/MST/MTL
<b>Subtotal:</b>		<b>10</b>	<b>535</b>	

### Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Maceió	Usina Cachoeira do Meirim	24/01/2012	23	MTL
Murici	Faz. Cavaleiro II/Gulangi/Us. Sta. Clotilde	24/01/2012	25	MTL
Murici	Faz. Cavaleiro II/Gulangi/Us. Sta. Clotilde	31/08/2012	27	MTL
São Luís do Quitunde	Fazenda Bom Jardim	14/02/2012	25	MLST
União dos Palmares	Fazenda de Alceu Lima	04/05/2012	40	MLST/MST/MTL
<b>Subtotal:</b>		<b>5</b>	<b>140</b>	

**Total Conflitos por Terra - AL**

**43**

**2411**

### TRABALHO

#### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
--------------	------------------	------	-------------------	----------	---------	------------------

Colônia Leopoldina/Joaquim Gomes	Usina Taquara	06/12/2012	29	29		Cana-de-açúcar
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>29</b>	<b>29</b>		
<b>Superexploração</b>						
<b>Município(s)</b>	<b>Nome do Conflito</b>	<b>Data</b>	<b>Trab. na denúncia</b>	<b>Libertos</b>	<b>Menores</b>	<b>Tipo de Trabalho</b>
Coruripe	Usina Guaxuma	21/06/2012	1			Cana-de-açúcar
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>1</b>			
<b>Total Conflitos Trabalhistas - AL</b>		<b>2</b>	<b>30</b>			

### Conflitos em Tempos de Seca

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Reivindicação
Arapiraca	Ocup. do BNB/Contra os Efeitos da Seca	26/06/2012	500	Água/Políticas públicas
Delmiro Gouveia	Caminhada contra os Efeitos da Seca	30/05/2012	350	Água/Políticas públicas
Maceió	Ocup. do BNB/Contra os Efeitos da Seca	26/06/2012	500	Água/Políticas públicas
Mata Grande	Ocup. do BNB/Contra os Efeitos da Seca	26/06/2012	500	Água/Políticas públicas
<b>Total Conflitos Seca</b>		<b>4</b>	<b>1850</b>	

**Total dos Conflitos no Campo AL**      49      Pessoas: 13935

## Amapá

### TERRA

#### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amapá	Faz. Itapoã/Amcel/Piquiá	31/12/2012	15	Posseiros
Amapá	Fazenda Espírito Santo	31/12/2012	10	Posseiros
Amapá	Terreno da Universidade	31/12/2012	586	Posseiros
Calçoene	Bela Vista	31/12/2012	8	Posseiros
Calçoene	Cunani e 7 Ilhas	31/12/2012	12	Posseiros
Calçoene	Juncal	31/12/2012		
Cutias do Araguari	Amcel/Alta Floresta/Gurupora	31/12/2012	54	Posseiros
Ferreira Gomes	CFA/Grilagem	31/12/2012		
Ferreira Gomes	Chácara Bonito da Pedreira	31/12/2012		
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem	31/12/2012		
Ferreira Gomes	Igarapé do Palha/Amcel	31/12/2012	20	Posseiros
Ferreira Gomes	Retiro Bom Pastor	31/12/2012		
Ferreira Gomes	Retiro Chácara do Céu	31/12/2012		
Ferreira Gomes	Retiro dos Pinhais	31/12/2012		
Ferreira Gomes	Retiro Pedreira	31/12/2012		
Itaubal do Piriirim	Amcel/Inajá/Corre Água	31/12/2012	30	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Áreas em Itaubal /Agronegócio Sinal Verde	31/12/2012	18	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Retiro São Francisco/Areia Branca	31/12/2012	1	Posseiros
Itaubal do Piriirim	Retiro São João/Areia Branca	31/12/2012	1	Posseiros
Laranjal do Jari	Resex/Cajari	31/12/2012	190	Posseiros
Macapá	Abacate do Pedreira	31/12/2012	15	Quilombolas
Macapá	Bonito da Pedreira	31/12/2012		Quilombolas
Macapá	Quilombo Maruanum/Sta. Luzia	31/12/2012	6	Quilombolas
Macapá	Ramal do Abacate/Km 34/EFA	31/12/2012		
Macapá	Retiro Boa Vista	31/12/2012		
Macapá	Sítio Petry	31/12/2012		
Macapá	Torrão do Matapi/Ramal dos Maranhenses	31/12/2012	35	Quilombolas
Mazagão	Assentamento Pancada do Camaipi	31/12/2012	6	Assentados
Mazagão/Porto Grande	Mineração Amapari/Santa Maria	31/12/2012	200	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Igarapé William/MPBA	31/12/2012	31	Posseiros
Pedra Branca do Amapari	Mina da MMX/Anglo Ferrous	31/12/2012		
Porto Grande	Amcel/Copalma/Km 92	31/12/2012	29	Posseiros
Porto Grande	Assentamento Munguba	31/12/2012	20	Assentados
Porto Grande	Assentamento Nova Colina	31/12/2012	70	Assentados
Porto Grande	Km 117 da EFA	31/12/2012	30	Posseiros

Porto Grande	P. A. Nova Canaã	31/12/2012	8	Assentados
Porto Grande/Santana	Servidão Estrada e Ferrovia/MMX/Anglo Ferrous	31/12/2012	500	Posseiros
Pracuúba	Retiro Santo André	31/12/2012		
Pracuúba	Retiro São Jorge	31/12/2012		
Pracuúba	Rio Flexal/Igarapé Henrique	31/12/2012	10	Posseiros
Santana	Retiro São José/MD Igarapé Piaçacá/Divisa com P. A. Matão do Piaçacá 2	31/12/2012	1	Posseiros
Serra do Navio	Assentamento Silvestre	31/05/2012		Assentados
Tartarugalzinho	Aporema/Livramento	31/12/2012	12	Posseiros
Tartarugalzinho	Aporema/Ramal São Benedito/Amcel	31/12/2012	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Assentamento Janary Nunes	31/12/2012	30	Assentados
Tartarugalzinho	Campo Belo	31/03/2012	1	Posseiros
Tartarugalzinho	Comunidade do Meraúba	31/07/2012	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Duas Bocas/Cassimiro/S. Bento e Manoel/Agrop. Nova Canaã	31/12/2012	10	Posseiros
Tartarugalzinho	Faz. Santo Antônio/Grilagem	31/12/2012		
Tartarugalzinho	Fazenda Santa Cruz	28/02/2012	20	Posseiros
Tartarugalzinho	Ponta do Socorro e Vareiro	30/06/2012	50	Posseiros
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba/Grilagem	31/12/2012	40	Posseiros
Tartarugalzinho	Ramal Nova Canaã/Colônia de Itauba/Faz. Santa Isabel/Amcel/Pedreiro/Boca do Braço	31/12/2012	50	Posseiros
Tartarugalzinho	Rocinha do Espírito Santo	01/04/2012	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Três Marias	31/12/2012	52	Posseiros
<b>Subtotal:</b>		<b>55</b>	<b>2186</b>	

**Total Conflitos por Terra - AP 55 2186**

## TRABALHO

### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Macapá	Área de Cultivo da Kelma da Silva Ribeiro	04/04/2012	3	3		Lavoura (Horticultura)
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>		

**Total Conflitos Trabalhistas - AP 1 3**

## ÁGUA

### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Mazagão	Rio Preto/PAE Maracá	31/12/2012	150	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>150</b>		

**Total dos Conflitos no Campo AP 57 Pessoas: 11683**

## Amazonas

### TERRA

#### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Apuí	Comunidades ao longo do Rio Sucunduri	31/12/2012	70	Ribeirinhos
Apuí	Rodovia BR-230/Km-135	13/02/2012		Pequenos proprietários
Apuí	Vicinal Mariana/Km 03	23/06/2012		Pequenos proprietários
Apuí	Vicinal Mariana/Km 03	15/07/2012		Pequenos proprietários
Apuí	Vicinal Mariana/Km 03	07/12/2012	1	Pequenos proprietários
Atalaia do Norte/Benjamin Constant/Jutai/São Paulo de Olivença	T. I. Vale do Javari	03/02/2012	1000	Indígenas
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	18/04/2012		Posseiros
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	22/04/2012		Posseiros
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	29/07/2012		Posseiros
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	06/08/2012	68	Posseiros
Canutama	Comunidade Belo Monte	07/05/2012	175	Extrativistas
Canutama	Resex de Canutama/15 Comunidades	07/05/2012	130	Extrativistas

Irlanduba	Com. Nossa Sra. de Nazaré do Lago do Testa/Lago do Cacau/Ramal do 13	10/09/2012	130	Posseiros
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	03/03/2012		Posseiros
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	24/10/2012	500	Posseiros
Lábrea	Comunidade Cainaã	07/05/2012	13	Extrativistas
Lábrea	Comunidades Tauaruã e Capiã	07/05/2012	150	Posseiros
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	02/03/2012	250	Assentados
Lábrea	PAF Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	09/04/2012	10	Assentados
Lábrea	Ramal Mendes Júnior/Km 38/Sítio Casabranca	21/11/2012		Assentados
Lábrea	Resex Ituxi	01/04/2012	109	Ribeirinhos
Lábrea	Resex Médio Purus	10/04/2012	30	Extrativistas
Lábrea	Resex Médio Purus/Com. Barranco do Bosque/Praia do Galho/Boca do Ituxi	07/05/2012	50	Extrativistas
Lábrea	Resex Médio Purus/Ser. Lusitânia/Com. Independência/Sta. Cruz/Lusitânia/Ser. Prainha/Ser.Porongaba	07/05/2012	30	Extrativistas
Manacapuru	Manairão/Indígenas Apurinã/Km 44/Estrada de Novo Airão/Margem Esquerda	31/12/2012	68	Indígenas
Manaus	Tarumã-Açu/Com. Novo Paraíso/Frederico Veiga/Empresa Eletroferro	01/02/2012	250	Posseiros
Manaus	Tarumã-Açu/Com. Sol Nascente e Sol Poente	22/06/2012	1	Indígenas
Manaus	Uberê	25/02/2012		Posseiros
Manaus	Uberê	11/03/2012	80	Posseiros
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	01/03/2012	200	Posseiros
Tapuá	Comunidade Camaruã	07/05/2012	35	Extrativistas
Tonantins	Comunidade Baixa Verde	31/12/2012	11	Ribeirinhos
Tonantins	Comunidade Boa Esperança	31/12/2012	20	Ribeirinhos
Tonantins	Comunidade da Prosperidade	31/12/2012	27	Ribeirinhos
<b>Subtotal:</b>		<b>34</b>	<b>3408</b>	

**Total Conflitos por Terra - AM 34 3408**

## TRABALHO

### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Boca do Acre	Agropecuária União Ltda	17/07/2012	86	86		Pecuária
Boca do Acre	Faz. do George Sampaio Pires	09/04/2012	4	4		Pecuária
Boca do Acre	Faz. F 38/FG/Cachoeirinha	17/07/2012	34	34		Pecuária
Boca do Acre	Faz. Mustafa e Fam	17/07/2012	26	26		Pecuária
Boca do Acre	Faz. São Francisco I	18/09/2012	1	1		Pecuária
Boca do Acre	Fazenda Marta Luzia II	27/03/2012	8	8		Pecuária
Codajás	Embarcação Israel/Meu Garoto	01/08/2012	4	4		Desmatamento
Codajás	Embarcação Princesa do Coari	01/08/2012	5	5	2	Pesca
Lábrea	Fazenda Nova Esperança	18/09/2012	3	3		Pecuária
Manacapuru	Barco Pesqueiro Israel I	30/11/2012	3	3		Pesca
<b>Subtotal:</b>		<b>10</b>	<b>174</b>	<b>174</b>	<b>2</b>	

**Total Conflitos Trabalhistas - AM 10 174**

## ÁGUA

### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Lábrea	Resex Médio Purus/Com. Laranjeira Lagos de Cairu e Searazinho	07/05/2012		Uso e preservação	Pesca predatória
Lábrea	Resex Médio Purus/Com. Capacini/Vila Canízio/Jurucuá/Mabidiri/Samauma/Banal/Recanto/Lago Grande	07/05/2012	50	Uso e preservação	Divergência
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco- Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	18/05/2012	118	Uso e preservação	Pesca predatória
Pauini	Resex do Médio Purus/Com. Anisapé e Atalaia/Lago Saco do Boi	20/11/2012	40	Uso e preservação	Divergência
<b>Subtotal:</b>		<b>4</b>	<b>208</b>		

**Total dos Conflitos no Campo AM** 48 **Pessoas:** 18254

## Bahia

### TERRA

#### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alcobaça	Faz. Esperança/Suzano Papel Celulose	02/03/2012	220	Sem Terra
Barra	Faz. Boqueirão/13 Comunidades Atingidas	09/05/2012	512	Posseiros
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Barrinha	11/12/2012	69	Quilombolas
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Bebedouro	17/02/2012	56	Quilombolas
Bom Jesus da Lapa	Faz. Bonança Nova Dhelli Genética Ltda/Acamp. 17 de Abril	30/07/2012	74	Sem Terra
Buerarema/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	18/06/2012	130	Indígenas
Caetité	Com. Angicos/Energia Eólica	19/12/2012	60	Posseiros
Caetité	Com. de Malhada/EPP Energia Eólica	09/09/2012	60	Quilombolas
Caetité	Com. Lago do Mato/Parque Eólico	19/12/2012	53	Quilombolas
Caetité	Com. Vereda dos Cais/Parque Eólico	19/12/2012	42	Quilombolas
Camacan/Mascote	Fazenda Guanabara	17/12/2012	25	Sem Terra
Camacan/Mascote	Fazenda Trindade	10/06/2012	20	Sem Terra
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	23/06/2012	214	Quilombolas
Correntina	Barra das Lages/Brejo Verde/Bonito/Barra da Vereda Grande/Catolés/Jatobá/Lages/Arrojado/Tatu do Meio/Praia/Pombas/Vereda do Rancho/Baixa Grande/Malhadinha/Melado/Cabeceira Grande do Grilo	23/02/2012		Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Barra das Lages/Brejo Verde/Bonito/Barra da Vereda Grande/Catolés/Jatobá/Lages/Arrojado/Tatu do Meio/Praia/Pombas/Vereda do Rancho/Baixa Grande/Malhadinha/Melado/Cabeceira Grande do Grilo	19/03/2012		Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Barra das Lages/Brejo Verde/Bonito/Barra da Vereda Grande/Catolés/Jatobá/Lages/Arrojado/Tatu do Meio/Praia/Pombas/Vereda do Rancho/Baixa Grande/Malhadinha/Melado/Cabeceira Grande do Grilo	14/07/2012		Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Barra das Lages/Brejo Verde/Bonito/Barra da Vereda Grande/Catolés/Jatobá/Lages/Arrojado/Tatu do Meio/Praia/Pombas/Vereda do Rancho/Baixa Grande/Malhadinha/Melado/Cabeceira Grande do Grilo	31/12/2012	300	Camponeses de fecho de pasto
Eunápolis	Fazenda Monte Sinai	07/01/2012	36	Sem Terra
Gentio do Ouro	Com. Descanso/Mato do Meio/Retiro/Sacatruz/São Gonçalo/Energia Eólica	21/12/2012		Camponeses de fundo de pasto
Ibirapitanga	Fazenda Conjunto São João e Paraíso	27/01/2012	32	Sem Terra
Ibirapitanga	Fazenda Dois Riachões	13/09/2012	37	Sem Terra
Ilhéus	Aldeia Tupã/T. I. Caramuru Paraguaçu	10/05/2012	40	Indígenas
Ilhéus	Ataque ao Pólo Base/T. I. Caramuru Paraguaçu	02/05/2012	10	Indígenas
Ilhéus	Faz. Fé em Deus/Povo Tupinambá	30/06/2012	70	Indígenas
Ilhéus/Una	Fazs. Acuípe I/Acuípe II/Califórnia e Sítio Rodovia I/Aldeia Tucumã	01/02/2012	32	Indígenas
Ipiaú	Fazenda Jaguaré	08/11/2012	65	Sem Terra
Itaberaba	Fazenda Gameleira	17/05/2012	312	Sem Terra
Itaju do Colônia	Faz. Belo Horizonte/Serrana do Ouro	04/01/2012	20	Indígenas
Itaju do Colônia	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Modelo	01/03/2012		Indígenas
Itaju do Colônia/Pau Brasil	Região dos Vinte e Cinco/Faz. Santa Maria/T. I. Caramuru Paraguaçu	25/02/2012	20	Indígenas
Itaju do Colônia/Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Oriente	03/03/2012		Indígenas
Itaju do Colônia/Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Região das Alegrias	01/03/2012	50	Indígenas
Juazeiro	Área do Projeto de Irrigação Salitre/Codevasf/PAC	19/07/2012	300	Sem Terra
Juzeiro (BA)/Petrolina (PE)	Ilha do Fogo	24/05/2012		Pescadores
Juzeiro (BA)/Petrolina (PE)	Ilha do Fogo	03/09/2012	40	Pescadores
Lagoa Real	Com. Riachão/Cabral Resources	08/03/2012	50	Pequenos proprietários
Malhada	Comunidade Serra do Justino	06/12/2012	500	Pequenos proprietários
Malhada	Faz. Canabrava/Gleba 97 D/Acamp. Pedro Pires Nogueira	20/01/2012		Sem Terra
Malhada	Faz. Canabrava/Gleba 97 D/Acamp. Pedro Pires Nogueira	06/12/2012	100	Sem Terra
Maragogipe	Com. Quilombola Salamina Putumuju	16/02/2012	30	Quilombolas
Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Santa Rita	20/04/2012		Indígenas
Prado	Fazenda Santa Lúcia	17/11/2012	50	Indígenas

Salvador	Com. Quilombola Alto do Tororó	24/12/2012		Quilombolas
Santa Cruz Cabrália	Aldeia Coroa Vermelha	25/06/2012		Indígenas
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	30/09/2012		Camponeses de fecho de pasto
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	14/10/2012		Camponeses de fecho de pasto
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/10 Comunidades Atingidas	18/12/2012	400	Camponeses de fecho de pasto
Santa Maria da Vitória	Com. Coragina/Fiol	03/12/2012	20	Ribeirinhos
Santa Maria da Vitória	Com. Jacurutu/Porteira/Bois	31/07/2012		Camponeses de fundo de pasto
Santa Maria da Vitória	Com. Jacurutu/Porteira/Bois	30/09/2012	55	Camponeses de fundo de pasto
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	02/01/2012		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	03/03/2012		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	04/03/2012		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	17/03/2012		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	28/05/2012		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	04/06/2012		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	08/07/2012		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	17/07/2012		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	18/12/2012	43	Quilombolas
Teofilândia	Fazenda Boa Esperança	08/04/2012		Sem Terra
Teofilândia	Fazenda Boa Esperança	12/04/2012	20	Sem Terra
Ubaitaba	Faz. São Pedro/Fiol/PAC	05/05/2012	13	Pequenos proprietários
Vitória da Conquista	Comunidade Lagoa de Melquiades	29/11/2012		Pequenos proprietários
<b>Subtotal:</b>		<b>63</b>	<b>4180</b>	

### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alcobaça	Faz. Esperança/Suzano Papel Celulose	01/03/2012	220	MST
Alcobaça	Faz. Monte Alegre/Suzano Papel Celulose	03/04/2012	150	MST
Aurelino Leal	Fazenda São José	12/04/2012	30	Ceta
Aurelino Leal/Ilhéus	Fazenda Boa Lembrança	01/04/2012	80	MST
Barreiras	Fazenda Santa Fé	11/04/2012	200	MST
Boa Vista do Tupim	Fazenda Santa Fé	07/09/2012	700	MST
Camacan/Mascote	Fazenda Guanabara	18/12/2012	25	Ceta
Casa Nova	Perímetro Irrigado Nilo Coelho	01/04/2012	350	MST
Chorrochó	Fazenda Paus Preto	15/04/2012	130	MST
Eunápolis	Fazenda Monte Sinai	07/01/2012	36	Fetag/BA
Igrapiúna	Fazenda Norla	01/04/2012	150	MST
Ilhéus	Faz. Fé em Deus/Povo Tupinambá	30/06/2012	70	Índios
Ilhéus	Juvêncio/T. I. Caramuru Paraguaçu	17/07/2012		Índios
Ilhéus	T. I. Caramuru Paraguaçu/Aldeia Potyur	14/07/2012		Índios
Ilhéus	T. I. Caramuru Paraguaçu/Área perto da Aldeia Santana	14/07/2012		Índios
Ilhéus	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Mandacaru	22/02/2012	25	Índios
Ilhéus	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Pancadinha	22/02/2012	25	Índios
Ilhéus	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. São Sebastião	17/07/2012		Índios
Ilhéus	T. I. Caramuru Paraguaçu/Gregório Clemente	17/07/2012		Índios
Ilhéus	T. I. Caramuru Paraguaçu/Moaci	14/07/2012		Índios
Ilhéus	T. I. Caramuru Paraguaçu/Região de Santaninha	14/07/2012		Índios
Ilhéus/Una	Faz. Cachoeira/T. I. Caramuru Paraguaçu	01/08/2012		Índios
Itaberaba	Fazenda Gameleira	18/04/2012	312	MST
Itaju do Colônia	Faz. Belo Horizonte/Serrana do Ouro	02/01/2012	20	Índios
Itaju do Colônia	Faz. Santo Antônio/T. I. Caramuru Paraguaçu	15/04/2012	12	Índios
Itaju do Colônia	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Colônia	13/04/2012		Índios
Itaju do Colônia	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Modelo	01/03/2012		Índios
Itaju do Colônia	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Vitória	13/04/2012		Índios
Itaju do Colônia/Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Boa Vista	15/04/2012		Índios
Itaju do Colônia/Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Indiana	15/04/2012		Índios
Itaju do Colônia/Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Lucilândia	15/04/2012		Índios
Itaju do Colônia/Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Monte Alegre/Campo Alegre	15/04/2012		Índios
Itaju do Colônia/Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Oriente	03/03/2012		Índios

Itaju do Colônia/Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Região das Alegrias	22/02/2012		Índios
Jiquiriçá	Fazenda Rio das Velhas	01/04/2012		MST
Juazeiro	Área do Projeto de Irrigação Salitre/Codevas/PAC	16/04/2012	300	MST
Maiquinique	Fazenda Giru	01/04/2012	100	MST
Mata de São João	Fazenda Vargem de Baixo	01/04/2012	250	MST
Morro do Chapéu	Fazenda Queimadas	15/04/2012	100	MST
Mucuri	Faz. Conceição da Barra/Suzano Papel Celulose	02/04/2012	30	MST
Mucuri	Faz. Coração da Bahia/Suzano Papel Celulose	01/04/2012	170	MST
Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Baixa Alegre	17/04/2012		Índios
Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Leticia	18/04/2012		Índios
Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Rancho Alegre	17/04/2012		Índios
Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Região de Mundo Novo	23/02/2012		Índios
Paulo Afonso	Fazenda Santa Maria	15/04/2012	400	MST
Prado	Fazenda Santa Lúcia	17/11/2012	50	Índios
Prado	Fazenda São Domingos	08/04/2012	200	MST
Queimadas	Área em Queimadas	16/04/2012	150	MST
Ribeira do Pombal	Fazenda Boca da Mata	05/04/2012	100	MST
Santa Brígida	Fazenda Marruá	05/04/2012	50	MST
Santa Cruz Cabralia	Fazenda Esperança	14/03/2012	80	MRC
Santo Amaro	Fazenda Trindade	07/04/2012	350	MST
Sebastião Laranjeiras	Fazenda Salinas	01/04/2012	70	MST
Teixeira de Freitas	Faz. Céu Azul/Suzano Papel Celulose	02/04/2012	180	MST
Teolândia	Fazenda Ocobal	01/04/2012	60	MST
Teolândia	Fazenda Santa Rosa	01/04/2012	65	MST
Una	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Unacau	16/05/2012	20	Índios
<b>Subtotal:</b>		<b>58</b>	<b>5260</b>	

### Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Ipiaú	Fazenda Jaguaré	08/11/2012	65	MST
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>65</b>	

**Total Conflitos por Terra - BA 122 9505**

### TRABALHO

#### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Formosa do Rio Preto	Fazenda Itambi II e III	01/05/2012	4	4		Soja
Formosa do Rio Preto	Fazenda Olho Mágico I	01/05/2012	21	21		Colheita de produtos agrícolas
Formosa do Rio Preto	Fazenda Recreio	01/05/2012	8	8		Soja
Riachão das Neves	Fazenda São Francisco	15/09/2012	80			Algodão
São Desidério	Fazenda Flor da Esperança	11/10/2012	9	9		Soja
São Desidério	Fazenda Novos Tempos I	11/10/2012	10	10		Pecuária
<b>Subtotal:</b>		<b>6</b>	<b>132</b>	<b>52</b>		

#### Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Pindobaçu	Serra da Carnaíba/Garimpo Deus é Amor	21/04/2012	5			Garimpo
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>5</b>			

**Total Conflitos Trabalhistas - BA 7 137**

### ÁGUA

#### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Bom Jesus da Lapa	Quilombo Lagoa das Piranhas	05/11/2012	98	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Caetitê	Com. Manoel Vicente/Fiol/Bamin	19/12/2012	22	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Jacobina	Com. de Canavieira/Itapicuru/Jaboticaba/Mineração o Yamana Gold	29/05/2012	300	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Miguel Calmon	Com. de Itapura/Química Geral do Nordeste	31/07/2012	300	Uso e preservação	Destrução e ou poluição
Mucuri	Rio Mucuri/Suzano Papel Celulose	03/09/2012		Uso e preservação	Destrução e ou poluição
Porto Seguro	Alto de Trancoso/Praia dos Coqueiros/Porto Livre	09/01/2012		Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Salvador	Território Quil. da Ilha de Maré/Porto de Aratu/Petrobras/PAC	06/08/2012		Uso e preservação	Destrução e ou poluição
Santo Amaro	Ilhota Coroa Branca/Passarinho/Nordeste	03/09/2012		Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
<b>Subtotal:</b>		<b>8</b>	<b>720</b>		

### Conflitos em Tempos de Seca

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Reivindicação
Glória	Bloq. de Rodovia/Para Amenizar Efeitos da Seca	09/05/2012		Água/Políticas públicas

**Total Conflitos Seca 1**

**Total dos Conflitos no Campo BA 138**      **Pessoas: 51262**

### Ceará

#### TERRA

##### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aquiraz	T. I. Jenipapo-Kanindé/Emp. Ypioca	11/08/2012	80	Indígenas
Caucaia	T. I. Tapeba	22/06/2012	1140	Indígenas
Crateús	Fazenda do Helder Leitão	22/05/2012	200	Sem Terra
<b>Subtotal:</b>		<b>3</b>	<b>1420</b>	

##### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Crateús	Fazenda do Helder Leitão	11/04/2012	200	MST
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>200</b>	

**Total Conflitos por Terra - CE 4**      **1620**

#### ÁGUA

##### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Alto Santo/Iracema/Potiretama	Barragem do Figueiredo/PAC	05/06/2012	120	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Alto Santo/Jaguaribe/Jaguaruana/Limoeiro do Norte/Quixerê	Proj. de Irrigação Jaguaribe-Apodi/PAC	21/04/2012	61	Uso e preservação	Destrução e ou poluição
Cascavel	Comunidade Barra Velha	11/12/2012	60	Uso e preservação	Destrução e ou poluição
Jaguaribara	Barragem Castanhão	05/06/2012	283	Barragens e Açudes	Não reassentamento
<b>Subtotal:</b>		<b>4</b>	<b>524</b>		

### Conflitos em Tempos de Seca

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Reivindicação
Chorozinho	Ocupação da Prefeitura	11/06/2012	200	Água/Políticas públicas
Madalena	Ocupação da Prefeitura	10/04/2012	300	Água/Políticas públicas
Quixeramobim	Ocupação da Prefeitura	10/04/2012	500	Água/Políticas públicas
Quixeramobim	Ocupação do BNB	14/05/2012	1000	Água/Políticas públicas
Salitre	Protesto contra Falta de Água	27/11/2012	2000	Água/Políticas públicas
Senador Pompeu	Caminhada contra os Efeitos da Seca	28/05/2012	6000	Água/Políticas públicas

Senador Pompeu	Ocupação da Prefeitura	28/05/2012	500	Água/Políticas públicas
<b>Total Conflitos Seca</b>		<b>7</b>	<b>10500</b>	
<b>Total dos Conflitos no Campo CE</b>		<b>15</b>	<b>Pessoas: 21220</b>	

### Distrito Federal

#### TERRA

##### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brasília	Área da Terracap/DF-473/DF-001	04/12/2012	120	Sem Terra
Brasília	Com. Indígena do Bananal/St .Noroeste/Brasal/Santuário dos Pajés	22/05/2012	27	Indígenas
Brasília	Faz. Gama/Setor Habitacional Catetinho	19/10/2012		Sem Terra
Brasília	Faz. Gama/Setor Habitacional Catetinho	03/12/2012	800	Sem Terra
Planaltina	Fazenda Toca da Raposa	09/03/2012		Sem Terra
Planaltina	Fazenda Toca da Raposa	21/04/2012	600	Sem Terra
Sobradinho	Faz. Sávnia/Sálvia	28/01/2012	70	Sem Terra
<b>Subtotal:</b>		<b>7</b>	<b>1617</b>	

##### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Brasília	Área da Terracap/DF-473/DF-001	03/12/2012	120	MST
Brasília	Faz. Gama/Setor Habitacional Catetinho	22/08/2012	800	MATR/MST
Planaltina	Fazenda Toca da Raposa	08/03/2012	600	MST
Sobradinho	Faz. Sávnia/Sálvia	27/01/2012	70	SI
<b>Subtotal:</b>		<b>4</b>	<b>1590</b>	

**Total Conflitos por Terra - DF** **11** **3207**

**Total dos Conflitos no Campo DF** **11** **Pessoas: 16035**

### Espírito Santo

#### TERRA

##### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cachoeiro do Itapemirim/Presidente Kennedy	Faz. Santa Maria/Acamp. José Marcos de Araújo dos Santos	03/07/2012	75	Assentados
Montanha	Fazenda Palmeiras	10/09/2012	130	Sem Terra
São Mateus	Com. Quilombola Serraria/São Cristovão/Sapê do Norte/Aracruz	13/07/2012	45	Quilombolas
<b>Subtotal:</b>		<b>3</b>	<b>250</b>	

##### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Ecoporanga	Antigo Patrimônio do Bagre/Acamp. Derli Casali/Faz. Vista Alegre	26/03/2012	80	MST
Montanha	Fazenda Palmeiras	10/09/2012	130	MST
<b>Subtotal:</b>		<b>2</b>	<b>210</b>	

**Total Conflitos por Terra - ES** **5** **460**

#### TRABALHO

##### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Santa Teresa	Fazenda Alto Toma Vento	01/08/2012	9	9		Café
São Domingos do Norte	Fazenda Vista Alegre	18/04/2012	17	17		Café
<b>Subtotal:</b>		<b>2</b>	<b>26</b>	<b>26</b>		

**Total Conflitos Trabalhistas - ES** **2** **26**

<b>ÁGUA</b>						
<b>Conflitos pela Água</b>						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Aracruz	Barra do Riacho/Evonik Degussa	20/01/2012		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição	
Conceição da Barra	Com. Quilombola de Angelim I/Sapê do Norte/Aracruz	18/07/2012	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Jaguaré	Comunidade São João Bosco	15/10/2012		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
<b>Subtotal:</b>		<b>3</b>	<b>70</b>			

**Total dos Conflitos no Campo ES**      10      Pessoas: 2676

## Goias

<b>TERRA</b>						
<b>Conflitos por Terra</b>						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Catalão	Comunidade Ribeirão	29/03/2012	1	Pequenos proprietários		
Itajá	Fazenda Centenária	29/02/2012	70	Sem Terra		
Lagoa Santa	Fazenda Santa Maria	19/03/2012	100	Sem Terra		
Mundo Novo	Faz. Rio Crixás/Gleba 2/Apoena 2/Esperança	18/07/2012	85	Sem Terra		
Santa Cruz de Goiás	Faz. Vala do Rio do Peixe/Di' Roma	06/03/2012		Posseiros		
Santa Cruz de Goiás	Faz. Vala do Rio do Peixe/Di' Roma	09/03/2012	25	Posseiros		
<b>Subtotal:</b>		<b>6</b>	<b>281</b>			

<b>Ocupações/Retomadas</b>						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Caiapônia	Fazenda Querência	02/01/2012	23	Fetraf		
Fazenda Nova	Faz. Santa Rita/Água Limpa da Barra	03/03/2012	33	Fetraf		
Fazenda Nova/Itapirapuã	Fazenda Bucaina	27/02/2012	27	Fetraf		
Fazenda Nova/Jussara	Fazenda Reata	04/03/2012	41	Fetraf		
Itajá	Fazenda Centenária	20/02/2012		Terra Livr		
Itajá	Fazenda Centenária	02/04/2012	70	Terra Livr		
Lagoa Santa	Fazenda Santa Maria	03/03/2012		Terra Livr		
Lagoa Santa	Fazenda Santa Maria	04/05/2012	100	Terra Livr		
Mundo Novo	Faz. Rio Crixás/Gleba 2/Apoena 2/Esperança	12/07/2012		STR		
Mundo Novo	Faz. Rio Crixás/Gleba 2/Apoena 2/Esperança	15/07/2012		STR		
Mundo Novo	Faz. Rio Crixás/Gleba 2/Apoena 2/Esperança	20/07/2012	85	STR		
Quirinópolis	Fazenda Três Nascentes	19/02/2012	50	Terra Livr		
Vila Propício	Fazenda Caieiras	21/10/2012	500	MST		
<b>Subtotal:</b>		<b>13</b>	<b>929</b>			

**Total Conflitos por Terra - GO**      19      1210

<b>TRABALHO</b>						
<b>Trabalho Escravo</b>						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Anicuns	Fazenda Santa Rita	14/05/2012	14	14		Desmatamento
Bonópolis	Agrotro Agropecuária Triângulo Ltda	21/11/2012	22	22		Soja
Cristalina	Fazenda Mirim	08/02/2012	5			Colheita de hortaliças e leguminosas
Indiara	Construtora Central do Brasil	08/05/2012	4	4		Pavimentação de rodovias para escoar soja e etanol
Itajá	Fazenda Santa Helena	31/01/2012	7	7		Carvão vegetal
Jataí	Fazenda Rio Claro	16/10/2012	16	16		Colza e gergelim
Jussara	Fazenda Santa Maria II do Rio Claro	08/10/2012	14	14		Carvão vegetal
Montes Claros de Goiás	Fazenda Rancho Grande	26/11/2012	4	4		Carvão vegetal
Piranhas	Fazenda do Giovane	08/05/2012	5		2	Roçagem e pecuária leiteira

Rio Verde	Faz. Monte Alegre/Pindaibas/Cachoeira/Grupo Ypagel	16/03/2012	24	24	Soja
Rio Verde	Fazenda Vale do Rio Doce	09/04/2012	17	17	Eucalipto
Rio Verde	Lagoa do Bauzinho	10/09/2012	2	2	Carvão vegetal
Vianópolis	Fazenda Água Fria	24/09/2012	14	14	Eucalipto
<b>Subtotal:</b>	<b>13</b>	<b>148</b>	<b>138</b>	<b>2</b>	
<b>Total Conflitos Trabalhistas - GO</b>	<b>13</b>	<b>148</b>			
<b>Total dos Conflitos no Campo GO</b>	<b>32</b>		<b>Pessoas: 6198</b>		

## Maranhão

### TERRA

#### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açailândia	Assent. Novo Oriente/Vale	19/01/2012	66	
Açailândia	Assent. Planalto I/Vale	19/01/2012	39	Assentados
Açailândia	Assent. Planalto II/Vale	19/01/2012	13	Assentados
Açailândia	Assentamento Califórnia/Vale	29/07/2012	200	Assentados
Açailândia	Com. Francisco Romão/Vale	29/07/2012		Posseiros
Açailândia	Com. Vila Ildemar/Vale	29/07/2012		Posseiros
Açailândia	Comunidade Agroplanalto	19/01/2012	30	Posseiros
Açailândia	Comunidade Planalto I	19/01/2012	18	Posseiros
Açailândia	Comunidade Planalto II	19/01/2012	14	Posseiros
Açailândia	Faz. Conquista/Acamp. João do Vale/Vale	19/01/2012	39	Sem Terra
Alcântara	Território Quilombola/Centro de Lançamento/Base Espacial	23/07/2012	270	Quilombolas
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	27/10/2012	65	Posseiros
Aldeias Altas	Povoado Tamanduá	18/10/2012	34	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Boa Hora 1	11/12/2012	55	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Com. Faveira/KBF Participação e Empreendimentos Ltda	30/01/2012	65	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	02/07/2012	70	Posseiros
Alto Alegre do Pindaré	Com. Vila Fufuca/Vale	29/07/2012		Posseiros
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticupu/Buriritana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	18/03/2012		Indígenas
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	24/05/2012		Sem Terra
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	27/10/2012		Sem Terra
Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	04/12/2012	250	Sem Terra
Anajatuba/Itapecuru Mirim	Quilombolo Monge Belo/Vale	08/03/2012	67	Quilombolas
Anajatuba/Itapecuru Mirim/Santa Rita	Sítio do Meio/São João da Mata/Mata dos Pires	24/02/2012	56	Quilombolas
Araguanã/Centro do Guilherme/Centro Novo do Maranhão/Maranhãozinho/Nova Olinda do Maranhão/Santa Luzia do Paruá/Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	12/09/2012		Indígenas
Arari	Cedro	28/10/2012	5	Posseiros
Arari	Pov. Estirão Grande/Gleba Data Santa Inês/Macaquiçal	28/10/2012	48	Ribeirinhos
Arari	Povoado Olho d'Água	28/10/2012	10	Ribeirinhos
Arari	Povoado Pedrinhas	28/10/2012	7	Posseiros
Bacabeira/Rosário	Pov. Santa Quitéria/Refinaria Premium da Petrobras	14/11/2012	290	Posseiros
Balsas	Gleba Bebedouro/Jd. Iracema/Data Bacaba	31/12/2012		Sem Terra
Barra do Corda/Fernando Falcão/Formosa da Serra Negra/Grajaú	T. I. Porquinho	12/05/2012		Indígenas
Barreirinhas	Anajás	24/03/2012	25	Assentados

Barreirinhas	Assentamento Bartolomeu	24/03/2012	30	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Braço	24/03/2012	30	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Guariba das Neves	24/03/2012	30	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Guaribinha	24/03/2012	40	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Mangas	24/03/2012	40	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Munim	24/03/2012	15	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Pati	24/03/2012	55	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Tabocas	24/03/2012	10	Assentados
Barreirinhas	Assentamento Tiririca	24/03/2012	35	Assentados
Barreirinhas	Buriti	24/03/2012	20	Assentados
Barreirinhas	Comunidade Armazém I	24/03/2012	25	Assentados
Barreirinhas	Comunidade Armazém II	24/03/2012	60	Assentados
Barreirinhas	Gonçalo	24/03/2012	30	Assentados
Barreirinhas	Onça	24/03/2012	40	Assentados
Barreirinhas	Pacas	24/03/2012	20	Assentados
Barreirinhas/Urbano Santos	Cocal e Santa Isabel/Suzano Papel Celulose	24/03/2012	50	Assentados
Belágua	Buritizinho	12/12/2012	27	Posseiros
Belágua	Centro dos Morros	12/12/2012	45	Posseiros
Belágua	Chafariz	12/12/2012	35	Posseiros
Belágua	Morro dos Veridianos	12/12/2012	35	Posseiros
Belágua	Pó	12/12/2012	50	Posseiros
Belágua/Chapadinha	Com. Pequizeiro/Suzano Papel Celulose	12/12/2012	21	Posseiros
Belágua/Urbano Santos	Juçaral/Suzano Papel Celulose	12/12/2012	18	Posseiros
Bequimão	Ramal de Quindiuá	01/03/2012	78	Quilombolas
Bom Jardim/Carutapera/Grajaú/Turiação/Zé Doca	Área Indígena Awá - Guajá	25/04/2012		Indígenas
Bom Jesus das Selvas	Assentamento São Francisco	01/06/2012	70	Assentados
Bom Jesus das Selvas	Com. Nova Vida/Vale	29/07/2012	175	Posseiros
Bom Jesus das Selvas	Gl. São Paulo/Faz. Rio dos Sonhos	10/02/2012		Sem Terra
Bom Jesus das Selvas	Gl. São Paulo/Faz. Rio dos Sonhos	25/02/2012		Sem Terra
Bom Jesus das Selvas	Gl. São Paulo/Faz. Rio dos Sonhos	26/02/2012	900	Sem Terra
Bom Jesus das Selvas	P. A. Internacional	25/05/2012	12	Assentados
Brejo	Com. Quilombola Alto Bonito	11/10/2012	120	Quilombolas
Brejo	Com. Quilombola de Depósito	11/10/2012	30	Quilombolas
Brejo/Milagres/Santa Quitéria do Maranhão	Com. Lagoa Seca/Suzano Papel Celulose	20/02/2012	40	Posseiros
Brejo/Santa Quitéria do Maranhão	Fazenda Santa Paulina	09/04/2012		Pequenos proprietários
Buriticupu	Assentamento Terra Bela	14/04/2012		Assentados
Buriticupu	Centro dos Farias	19/02/2012	50	Posseiros
Buriticupu	Com. Vila Concórdia/Vale	29/07/2012		Posseiros
Buriticupu	Com. Vila Labote/Vale	29/07/2012		Posseiros
Buriticupu	Presa de Porco	19/02/2012		Assentados
Buriticupu/Santa Luzia	P. A. Lago Azul/Pov. Real Brasil	01/07/2012	283	Assentados
Cajari	Com. Quilombola Camaputua	10/10/2012	46	Quilombolas
Cajari	Com. Quilombola Santa Maria	20/10/2012	35	Quilombolas
Cajari	Tocoíra	10/01/2012	5	Posseiros
Cantanhede/Itapecuru Mirim	Com. Ribeira/Vale	01/06/2012	33	Posseiros
Cantanhede/Vargem Grande	Pov. Buriti/Tambá	10/09/2012	36	Quilombolas
Cantanhede/Vargem Grande	Povoado Bacuri dos Pires	17/10/2012	40	Quilombolas
Caxias	Assentamento Jaguarana	18/05/2012	132	Assentados
Caxias	Gleba Porto Paiol	19/10/2012	27	Posseiros
Cedral	Santo Antônio	15/04/2012	20	Quilombolas
Chapadinha	Comunidade Barro Vermelho	21/11/2012	60	Quilombolas
Codó	Com. Queimadas/Empresa Costa Pinto	07/01/2012	18	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Cipoal dos Pretos	14/11/2012	30	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Matões dos Moreira/Matões dos Caboclo	14/11/2012	48	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	06/04/2012		Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	06/05/2012		Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	30/06/2012		Quilombolas

Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	03/11/2012	33	Quilombolas
Codó	Com. Três Irmãos/Empresa Costa Pinto	01/03/2012	20	Posseiros
Codó	Comunidade Puraquê	08/11/2012	55	Quilombolas
Codó	Estiva/Empresa Costa Pinto	07/01/2012	15	Quilombolas
Codó	Faz. Manguinhos/Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	31/08/2012	77	Quilombolas
Codó	Faz. Salva Terra/Com. Sta. Rita dos Moisés	14/11/2012	42	Quilombolas
Codó	Lagoa do Leme	14/11/2012	28	Posseiros
Codó	Mata Virgem	14/11/2012	25	Quilombolas
Codó	Monta Barro/Empresa Costa Pinto	07/01/2012	10	Posseiros
Codó	Parnaso/Empresa Costa Pinto	07/01/2012	12	Posseiros
Codó	Pov. Limão/Empresa Costa Pinto	07/01/2012	50	Posseiros
Codó	Pov. São Domingos/Empresa Costa Pinto	07/01/2012	12	Posseiros
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	14/11/2012	80	Quilombolas
Codó	Santa Joana	14/11/2012	25	Posseiros
Colinas	Com. Quilombola Peixe	17/07/2012	25	Quilombolas
Cururupu	Comunidade Quilombola Rumo	25/01/2012	160	Quilombolas
Grajaú	Aldeia Bananal	02/05/2012		Índigenas
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	09/03/2012	70	Índigenas
Grajaú	T. I. Canabrava/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São Pedro	28/04/2012		Índigenas
Grajaú	T. I. Canabrava/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São Pedro	02/05/2012		Índigenas
Igarapé do Meio	Vila Diamante/P. A. Jutahy	19/02/2012	400	Assentados
Itapecuru Mirim	Buragir	19/12/2012	45	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Sta. Rosa dos Pretos/Vale	08/03/2012	500	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Povoado Mata III	18/10/2012	46	Quilombolas
Itapecuru Mirim/Santa Rita	Com. Quilombola Santana	06/06/2012		Quilombolas
Itapecuru Mirim/Santa Rita	Com. Quilombola Santana	07/06/2012		Quilombolas
Itapecuru Mirim/Santa Rita	Com. Quilombola Santana	15/06/2012		Quilombolas
Itapecuru Mirim/Santa Rita	Com. Quilombola Santana	13/09/2012		Quilombolas
Itapecuru Mirim/Santa Rita	Com. Quilombola Santana	14/09/2012		Quilombolas
Itapecuru Mirim/Santa Rita	Com. Quilombola Santana	21/09/2012	110	Quilombolas
Loreto	P. A. Mato Grosso	20/05/2012	600	Assentados
Matinha	Com. Quilombola Bom Jesus	07/02/2012	45	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola São Caetano	13/02/2012	60	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Tanque de Valença	04/02/2012	72	Quilombolas
Milagres	Com. Santa Helena/Suzano Papel Celulose	20/02/2012	35	Posseiros
Mirinzal	Com. Quilombola Achuí	10/01/2012	36	Quilombolas
Monção/Zé Doca	P. A. Camacaoca	19/06/2012	60	Assentados
Pastos Bons	Pov. Mosquito/Gleba Data Brejão	12/12/2012	75	Posseiros
Pedro do Rosário	Imbiral/São Benedito do Céu	13/11/2012		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	03/01/2012		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	01/06/2012		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	03/06/2012		Quilombolas
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	15/08/2012	45	Quilombolas
Pirapemas	Comunidade Arame	31/03/2012	200	Posseiros
Rosário	Assentamento São João do Rosário	26/11/2012		Assentados
Santa Quitéria do Maranhão	Alto Formoso/Suzano Papel Celulose	20/02/2012	120	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Cabeceira da Tabatinga/Suzano Papel Celulose	20/02/2012	35	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Baixão do Coceira/Suzano Papel Celulose	20/02/2012	20	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Lagoa das Caraíbas/Suzano Papel e Celulose	20/02/2012	30	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Pau Serrado/Suzano Papel Celulose	20/02/2012	280	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão	Sucuruju/Suzano Papel Celulose	20/02/2012	30	Posseiros
Santa Quitéria do Maranhão/Urbano Santos	Bracinho/Suzano Papel Celulose	20/02/2012	39	Posseiros
Santa Rita	Com. Quilombola Jiquiri dos Pretos	10/05/2012	150	Quilombolas
São Bernardo	Mamorana/Suzano Papel Celulose	20/02/2012	60	Posseiros
São Luís	Bacuri/Estiva/Vale	29/07/2012		Posseiros
São Luís	Baixão Matinha	12/03/2012	60	Assentados

São Luís	Com. Pedrinhas/Vale	29/07/2012		Posseiros
São Luís	Comunidade de Vinhais Velho	25/07/2012		Indígenas
São Luís	Rio Grande/Vale	29/07/2012		Posseiros
São Luís Gonzaga do Maranhão	Com. Quilombola São Pedro	11/10/2012	35	Quilombolas
São Raimundo das Mangabeiras	Assentamento Bacuri	31/12/2012		Assentados
São Vicente Ferrer	Com. Quilombola de Charco	05/06/2012	30	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	10/01/2012		Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	16/06/2012	100	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Brasília	11/10/2012	70	Quilombolas
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Mariano	20/03/2012	30	Quilombolas
Timbiras	Povoado Alegria	15/07/2012	40	Posseiros
Urbano Santos	São Raimundo/Suzano Papel Celulose	29/11/2012	55	Posseiros

**Subtotal:****157****9037****Ocupações/Retomadas**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Bom Jesus das Selvas	Gl. São Paulo/Faz. Rio dos Sonhos	31/01/2012		MST
Bom Jesus das Selvas	Gl. São Paulo/Faz. Rio dos Sonhos	25/02/2012	900	MST
Parnarama	Pov. Guerreiro/Faz. Cana Brava/Suzano Papel Celulose	30/06/2012	76	OI
São Vicente Ferrer	Com. Quilombola de Charco	09/09/2012	30	Quilombola

**Subtotal:****4****1006****Total Conflitos por Terra - MA****161****10043****TRABALHO****Trabalho Escravo**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Açailândia	Fazenda do Sidônio	21/05/2012	8			Roçagem de juquira
Açailândia	Fazenda São Francisco	15/07/2012	10			Cerca e roçagem de juquira
Açailândia	Fazenda Sombra da Tarde	17/07/2012	6	5		Pecuária
Balsas	Fazenda Sol Nascente/Fapcen	06/09/2012	12			Soja, pecuária, construção
Benedito Leite	Faz. Campo Belo/Carvoaria	24/07/2012	30	20		Carvoaria
Codó	Fazenda Bonfim/Líder Agropecuária Ltda	18/04/2012	7	7		Roçagem de juquira e pecuária
Formosa da Serra Negra	Faz. Serra da Emburena/Carvoaria do Toim	11/03/2012	2			Carvoaria
Itinga do Maranhão	Carvoaria Nordeste Ltda	24/02/2012	6	3		Carvoaria
Maranhãozinho	Serraria do Joelzão	06/06/2012	13	13		Serraria
Santa Inês	Faz. do Coronel Gil Alencar	10/01/2012	10	12		Roçagem de juquira e pecuária
Santa Luzia	Faz. Uberlândia ou do Afonsinho	30/01/2012	27	9		Roçagem de juquira
Santa Luzia	Fazenda Santo Antônio	31/07/2012	22	17		Roçagem de juquira e pecuária
Turiação	Fazenda Cocal II	06/06/2012	1	1		Pecuária
Vila Nova dos Martírios	Fazenda Bonitinha	23/07/2012	12		3	Roçagem e desmatamento

**Subtotal:****14****166****87****3****Superexploração**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Açailândia	Reflorestadora Solon	12/01/2012	37			Eucalipto e agrotóxicos

**Subtotal:****1****37****Total Conflitos Trabalhistas - MA****15****203****ÁGUA****Conflitos pela Água**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
--------------	------------------	------	----------	---------------	----------

Cajari	Com. Quilombola Redondo	20/09/2012	120	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cajari	Com. Quilombola Ilha dos Bois	20/09/2012	80	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cajari	Com. Quilombola Frade	20/09/2012		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cajari	Com. Quilombola Cachoeira	20/09/2012	70	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cajari	Com. Quilombola Veloso	20/09/2012	55	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cajari	Com. Quilombola Bolonha	20/09/2012	60	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Cajari	Com. Quilombola São José	20/09/2012	45	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Luís	Cajueiro/MPX/Suzano Papel Celulose	21/08/2012	180	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
<b>Subtotal:</b>		<b>8</b>	<b>610</b>		

**Total dos Conflitos no Campo MA** 184 **Pessoas:** 53468

## Mato Grosso

### TERRA

#### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alta Floresta	Aldeia Teles Pires/Etnias Munduruku e Kayabi	07/11/2012		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	11/03/2012		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	25/06/2012		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	03/11/2012		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	07/12/2012		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	10/12/2012		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	15/12/2012		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	26/12/2012		Indígenas
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	28/12/2012	600	Indígenas
Apiacás/Juara/Nova Canaã do Norte/Tabaporã	T. I. Batelão/Apiacá- Kayabi/Ald. Kururuzinho//Muruvi	14/06/2012	50	Indígenas
Barra do Garças	T.I. São Marcos/Xavante	06/12/2012	700	Indígenas
Brasnorte	T. I. Menku/Aldeia Japuía/Myky	23/07/2012	103	Indígenas
Chapada dos Guimarães	Acampamento Monjolim	31/12/2012	147	Sem Terra
Chapada dos Guimarães	Santa Elvira/Nascente do Monjolo	12/07/2012	180	Sem Terra
Colider/São José do Xingu/Vila Rica	T. I. Kaponhinore	13/02/2012		Indígenas
Confresa/Santa Terezinha	T. I. Urubu Branco/Tapirapé	08/03/2012	300	Indígenas
Nova Guarita/Peixoto de Azevedo	Gleba do Gama/P. A. Renascer	10/06/2012	50	Sem Terra
Novo Mundo	Acampamento União Recanto	12/03/2012		Posseiros
Novo Mundo	Acampamento União Recanto	15/03/2012	1	Posseiros
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	15/04/2012	80	Sem Terra
Rosário do Oeste	Gleba Marzagão/Faz. Serra Azul/Santa Terezinha/Esperança	19/12/2012	200	Sem Terra
Sorriso	Assentamento Santa Rosa I e II	21/06/2012		Assentados
Sorriso	Assentamento Santa Rosa I e II	17/07/2012	319	Assentados
<b>Subtotal:</b>		<b>23</b>	<b>2730</b>	

#### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Chapada dos Guimarães	Acampamento Monjolim	31/05/2012	147	OI
Chapada dos Guimarães	Santa Elvira/Nascente do Monjolo	12/07/2012	180	SI

Rosário do Oeste	Gleba Marzagão/Faz. Serra Azul/Santa Terezinha/Esperança	23/05/2012	200	Fetagri/MT
<b>Subtotal:</b>		<b>3</b>	<b>527</b>	

<b>Total Conflitos por Terra - MT</b>	<b>26</b>	<b>3257</b>
---------------------------------------	-----------	-------------

**TRABALHO****Trabalho Escravo**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Cáceres	Fazenda Boi Branco	10/02/2012	3	3		Pecuária
Castanheira	Fazenda Morada do Sol	30/04/2012	11	12		Reflorestamento e agrotóxicos
Feliz Natal	Fazenda Gleba/Lote 313-B	30/10/2012	8	8		Soja
Juruena	Faz. Bahia/Serra Morena	16/10/2012	12			Roçagem de juquirá
Nova Bandeirantes	Fazenda Alta Floresta	15/08/2012	7	7		Desmatamento
Nova Monte Verde	Fazenda Beira Rio	11/06/2012	4	4		Pecuária e agrotóxicos
Nova Monte Verde	Fazenda Santa Rita	30/10/2012	5	5		Pecuária
Poconé	Usina da Alcopan	24/07/2012	20	20		Cana-de-açúcar
São José do Rio Claro	Fazenda Alto da Mata	14/03/2012	9	9		Pecuária
Sinop	Alan/Terra Viva Carvão e Reflorestamento	14/08/2012	7	7		Carvão vegetal
<b>Subtotal:</b>		<b>10</b>	<b>86</b>	<b>75</b>		

<b>Total Conflitos Trabalhistas - MT</b>	<b>10</b>	<b>86</b>
--	-----------	-----------

**ÁGUA****Conflitos pela Água**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Brasnorte	Assentamento Tibagi/PCH Bocauiuva	26/01/2012		Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Cláudia/Colider/Itaúba/Nov a Canaã do Norte	UHE Colider/Complexo Teles Pires/PAC	20/08/2012		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Paranaíta	PCHs no Rio Teles Pires/PAC	20/03/2012	600	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Alegre do Norte	Empresa Araguaçu/Sítio Renascer Colônia Goiás 2	02/12/2012		Uso e preservação	Destrução e ou poluição
Rondonópolis	Acamp. 13 de Outubro/Rod. do Peixe	04/05/2012	200	Uso e preservação	Destrução e ou poluição
<b>Subtotal:</b>		<b>5</b>	<b>800</b>		

<b>Total dos Conflitos no Campo MT</b>	<b>41</b>	<b>Pessoas: 20371</b>
--	-----------	-----------------------

**Mato Grosso do Sul****TERRA****Conflitos por Terra**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amambai/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	31/12/2012	80	Indígenas
Amambai/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	15/01/2012		Indígenas
Amambai/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	02/09/2012		Indígenas
Amambai/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	05/09/2012	60	Indígenas
Antônio João	Nhanderu Marangatu/Morro Alto/Ita BSB/Pequiri Sta. Creuza	16/09/2012	140	Indígenas
Bataiporã	Fazenda Boa Esperança	20/04/2012	250	Sem Terra
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue	31/05/2012		Indígenas
Corumbá	Faz. São Gabriel/Assent. São Gabriel	31/01/2012	281	Assentados
Corumbá/Porto Murtinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Baía da Bugra	11/09/2012	12	Indígenas
Corumbá/Porto Murtinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Capim Gordura	11/09/2012	12	Indígenas
Corumbá/Porto Murtinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Duas Irmãs	11/09/2012	12	Indígenas
Corumbá/Porto Murtinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Esteio	11/09/2012	12	Indígenas

Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Limoeiro	11/09/2012	12	Indígenas
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Nova Um	11/09/2012	12	Indígenas
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Ressaco	11/09/2012	12	Indígenas
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Santa Márcia I	11/09/2012	12	Indígenas
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Santa Márcia II	11/09/2012	12	Indígenas
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Terra Preta	27/10/2012	12	Indígenas
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Vila Real	11/09/2012	12	Indígenas
Dois Irmãos do Buriti/Sidrolândia	T. I. Buriti /Terena	21/06/2012	616	Indígenas
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Campo Bonito/Curral de Arame	16/10/2012	80	Indígenas
Dourados	Passo Piraju/Faz. Campo Belo	19/10/2012	70	Indígenas
Dourados	Porto Cambira do Tekoha Passo Piradju	05/10/2012	30	Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	16/07/2012		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	29/09/2012		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	24/10/2012	170	Indígenas
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	27/12/2012	100	Indígenas
Miranda	Faz. Petrópolis/T. I. Cachoeirinha	31/05/2012	100	Indígenas
Paranhos	Ameaçados de Morte	06/04/2012		Indígenas
Paranhos	Faz. São Luiz/Triunfo/Com. Indígena Y'poí	14/11/2012	30	Indígenas
Paranhos	T. I. Arroio Korá/Faz. Eliane e Campina	10/08/2012		Indígenas
Paranhos	T. I. Arroio Korá/Faz. Eliane e Campina	13/08/2012		Indígenas
Paranhos	T. I. Arroio Korá/Faz. Eliane e Campina	23/08/2012		Indígenas
Paranhos	T. I. Arroio Korá/Faz. Eliane e Campina	28/08/2012		Indígenas
Paranhos	T. I. Arroio Korá/Faz. Eliane e Campina	07/09/2012		Indígenas
Paranhos	T. I. Arroio Korá/Faz. Eliane e Campina	04/10/2012	150	Indígenas
Paranhos	T. I. Protero Guasu/Faz. Jatobá/Ouro Verde/Nova Fronteira	07/09/2012		Indígenas
Paranhos	T. I. Protero Guasu/Faz. Jatobá/Ouro Verde/Nova Fronteira	17/10/2012	160	Indígenas
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranja Nhanderu	26/01/2012		Indígenas
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranja Nhanderu	01/07/2012		Indígenas
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranja Nhanderu	22/10/2012	35	Indígenas
<b>Subtotal:</b>		<b>41</b>	<b>2484</b>	

### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Bataiporã	Fazenda Boa Esperança	14/04/2012	250	MST
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Baía da Bugra	06/05/2012	12	Índios
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Capim Gordura	06/05/2012	12	Índios
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Duas Irmãs	06/05/2012	12	Índios
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Esteio	06/05/2012	12	Índios
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Limoeiro	06/05/2012	12	Índios
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Nova Um	06/05/2012	12	Índios
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Ressaco	06/05/2012	12	Índios
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Santa Márcia I	06/05/2012	12	Índios
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Santa Márcia II	06/05/2012	12	Índios
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Terra Preta	06/05/2012	12	Índios
Corumbá/Porto Murinho	T. I. Kadiwéu/Faz. Vila Real	06/05/2012	12	Índios
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Campo Bonito/Curral de Arame	28/09/2012	80	Índios
Paranaíba	Usina Paranaíba	26/02/2012	80	Terra Livr
Paranhos	T. I. Arroio Korá/Faz. Eliane e Campina	10/08/2012	150	Índios
Paranhos	T. I. Protero Guasu/Faz. Jatobá/Ouro Verde/Nova Fronteira	03/09/2012		Índios
Paranhos	T. I. Protero Guasu/Faz. Jatobá/Ouro Verde/Nova Fronteira	13/10/2012	160	Índios
<b>Subtotal:</b>		<b>17</b>	<b>852</b>	

**Total Conflitos por Terra - MS**

**58**

**3336**

### TRABALHO

#### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Amambaí	Fazenda Ibicuí	16/06/2012				Sem informação
Bandeirantes	Fazenda Mimosal	10/07/2012	1	1		Carvão vegetal
Camapuã	Fazenda São José II	05/06/2012	9	9		Pecuária

Cassilândia	Fazenda Bauzinho	28/08/2012	9	9	Carvão vegetal
Corumbá	Fazenda Campinas	28/03/2012	10	10	Pecuária e agrotóxicos
Ponta Porã	Fazenda Guanandy	04/09/2012	5	5	Pecuária
<b>Subtotal:</b>		<b>6</b>	<b>34</b>	<b>34</b>	

<b>Total Conflitos Trabalhistas - MS</b>	<b>6</b>	<b>34</b>
--	----------	-----------

<b>Total dos Conflitos no Campo MS</b>	<b>64</b>	<b>Pessoas: 16714</b>
--	-----------	-----------------------

## Minas Gerais

### TERRA

#### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açucena/Belo Horizonte/Carmésia	T. I. Pataxó	16/04/2012	52	Indígenas
Belo Horizonte	Ameaças de Morte	15/05/2012		Religioso
Campina Verde	Faz. São José da Boa Vista	16/10/2012	28	Sem Terra
Fruta de Leite/Novorizonte	Fazenda Lajinha	29/08/2012	150	Sem Terra
Ituiutaba	Faz. Córrego de Jacuba/Arco-Iris	01/11/2012	200	Sem Terra
Jaíba/Manga	Projeto Jaíba/Faz. Serra Azul/PAC	30/11/2012	150	Pequenos proprietários
Jequitaiá	Faz. Correntes/Acamp. Novo Paraíso	10/04/2012	80	Sem Terra
Manga	Fazenda Beirada Agropecuária	22/11/2012	80	Sem Terra
Manga	Fazenda Pau d' Arco	23/10/2012	52	Sem Terra
Matias Cardoso	Acamp. na Divisa da Faz. Catenda/Pau Preto	07/03/2012	50	Vazanteiros
Matias Cardoso	Com. Quil. da Lapinha/Faz. Lagoa da Lapinha	30/11/2012	110	Quilombolas
Montezuma/Rio Pardo de Minas/Vargem Grande do Rio Pardo	Resex Areião Vale do Guará/Assent. Vale do Guará	17/08/2012	450	Assentados
Nova Porteirinha	Vila dos Goianos/Projeto Gorutuba	22/10/2012	19	Posseiros
Paracatu	Com. Quilombola São Domingos/Mineradora Kinross	10/07/2012	87	Quilombolas
Pedro Leopoldo	Comunidade Quilombola Pimentel	30/01/2012		Quilombolas
Pedro Leopoldo	Comunidade Quilombola Pimentel	17/02/2012		Quilombolas
Pedro Leopoldo	Comunidade Quilombola Pimentel	09/07/2012	13	Quilombolas
Prata	Faz. São José dos Cravos/Acamp. 21 de Agosto/Us. Vale do Tijuco	28/02/2012		Sem Terra
Prata	Faz. São José dos Cravos/Acamp. 21 de Agosto/Us. Vale do Tijuco	23/03/2012	80	Sem Terra
Prata	Faz. Vale Azul/Cutrale	13/12/2012	139	Sem Terra
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	14/09/2012		Quilombolas
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	15/09/2012		Quilombolas
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	27/09/2012	512	Quilombolas
São João das Missões	T.I. Xakriabá/Aldeia do Brejo Mata Fome	11/12/2012	1	Indígenas
São João das Missões	Terra do Morro Vermelho/Xakriabá	16/04/2012	35	Indígenas
Serra do Salitre	Com. Quilombola Família Teodora de Oliveira/Vale	25/06/2012	400	Quilombolas
Uberaba	Fazenda Inhumas	18/04/2012		Sem Terra
Uberaba	Fazenda Inhumas	19/04/2012	80	Sem Terra
Uberlândia	Faz. Campanha/Campana	05/05/2012	75	Sem Terra
<b>Subtotal:</b>		<b>29</b>	<b>2843</b>	

#### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Campanário/Jampruca	Área diante da Fazenda Santa Helena	16/01/2012	42	MST
Carmo do Parnaíba	Faz. Palmeiras/Ofir de Castro	01/04/2012		MST
Fruta de Leite/Novorizonte	Fazenda Lajinha	29/08/2012	150	MST
Ituiutaba	Faz. Córrego de Jacuba/Arco-Iris	04/03/2012	200	MTL
Olhos D'Água	Fazenda Vargem Grande	30/07/2012	150	MST
Pirapora	Fazenda da Prata	05/08/2012	180	MST

São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	15/09/2012	512	Quilombola
Serra do Salitre	Fazenda Santa Lúcia	01/02/2012	71	Sintraf
Tumiritinga	Fazenda Aracruz	30/07/2012	150	MST
Tumiritinga	Fazenda Miura	30/08/2012	600	Via Campes
Uberaba	Fazenda Formosa	15/09/2012	90	MLST
Uberaba	Fazenda Inhumas	17/04/2012	80	MST
Uberaba	Fazenda Olhos d'Água	01/06/2012	50	MTTDS
<b>Subtotal:</b>		<b>13</b>	<b>2275</b>	

<b>Total Conflitos por Terra - MG</b>	<b>42</b>	<b>5118</b>
---------------------------------------	-----------	-------------

## TRABALHO

### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Matias Cardoso	Faz. do Paulo Afonso Queiroz Guimarães	09/08/2012	13	13		Carvão vegetal
Matias Cardoso	Ibiá Agroindustrial Ltda	02/07/2012	5	5		Carvão vegetal
Santa Fé de Minas	Fazenda Três Riachos	26/03/2012	2	2		Extração de madeira e carvoaria
Santa Fé de Minas	J. C. A Moreira Júnior e Cia Ltda	26/03/2012	33	33		Extração de madeira, carvoaria
União de Minas	Projeto Jatobá	28/02/2012	31	31	2	Seringueira
<b>Subtotal:</b>		<b>5</b>	<b>84</b>	<b>84</b>	<b>2</b>	

<b>Total Conflitos Trabalhistas - MG</b>	<b>5</b>	<b>84</b>
--	----------	-----------

## ÁGUA

### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aimorés/Itueta/Resplendor	Usina Hidrelétrica de Aimorés/Vale	05/06/2012		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Berizal/Taiobeiras	Barragem de Berizal/Codevasf/PAC	05/06/2012	700	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Claro dos Poções/Engenheiro Navarro/Francisco Dumont/Jequitai/Lagoa dos Patos/Várzea da Palma	UHE Jequitai/PAC	02/03/2012	700	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Ituiutaba	Santa Rita/Mini UHE's no Rio Tijuco	02/07/2012	170	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Janaúba/Porteirinha	Projeto Gorutuba/Barragem Pico das Pedras	05/06/2012	300	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Laranjal	Hidrelétrica Barra da Braúna	25/08/2012	180	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Santa Cruz do Escalvado/São Sebastião de Soberbo	UHE Risoleta Neves/Candongá/Novelis/Vale	28/05/2012	250	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
São João do Paraíso	Barragem do Peão/PAC	28/02/2012	26	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
<b>Subtotal:</b>		<b>8</b>	<b>2326</b>		

<b>Total dos Conflitos no Campo MG</b>	<b>55</b>	<b>Pessoas: 37304</b>
--	-----------	-----------------------

## Pará

### TERRA

#### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Abel Figueiredo	Faz. Caracol/Acamp. Paz com Cristo	30/06/2012	150	Sem Terra

Acará/Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	07/11/2012	650	Quilombolas
Afuá	Cajueiro/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2012	20	Ribeirinhos
Afuá	Furo Grande/PAE Ilha Queimada**	31/12/2012	1	Ribeirinhos
Afuá	Furo Seco/Furo dos Porcos/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2012	5	Ribeirinhos
Afuá	Igarapé Picanço/PAE Ilha do Pará**	31/12/2012	6	Ribeirinhos
Afuá	Ilha da Luzitana/PAE Ilha Panema**	31/12/2012	8	Ribeirinhos
Afuá	Ilha do Caldeirão/PAE Ilha Caldeirão**	31/12/2012	18	Ribeirinhos
Afuá	Ilha do Chagas/PAE Ilha do Pará**	31/12/2012	8	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Caetano/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2012	6	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Cajueiro/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2012	30	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Carás/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2012	20	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Igarapé Grande**	31/12/2012	4	Ribeirinhos
Afuá	PAE Ilha Charapucu**	31/12/2012	140	Ribeirinhos
Afuá	Rio Furtado/PAE Ilha Queimada**	31/12/2012	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Maniva/PAE Ilha do Pará**	31/12/2012	1	Ribeirinhos
Afuá	Rio Salvadorzinho/PAE Ilha Salvador**	31/12/2012	48	Ribeirinhos
Afuá	Serraria Pequena/PAE Ilha Queimada**	31/12/2012	20	Ribeirinhos
Alenquer	Área Uirapuru/Curuá Agrícola/Com. Novo Progresso I e II	31/12/2012	88	Posseiros
Alenquer	Faz. Libra/Gleba Camburão/Com. Novo Progresso III	31/12/2012	32	Trabalhador Rural
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	31/12/2012	60	Assentados
Altamira	PDS Mãe Menininha	10/12/2012		Sem Terra
Anapu	Gleba Belo Monte/PDS Virola Jatobá/Dorothy	19/09/2012	180	Assentados
Baião	Acampamento Lago Verde	15/06/2012	36	Sem Terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	01/03/2012	350	Sem Terra
Breu Branco	Faz. Boa Sorte/Acamp. Perpétuo Socorro/Gleba Alcobaça	14/10/2012	58	Sem Terra
Breu Branco	Faz. Nazaré de Patos	30/07/2012	61	Sem Terra
Breu Branco	Fazenda Castanheira	30/06/2012	1500	Sem Terra
Canaã dos Carajás/Parauapebas	Faz. São Luís/Acamp. Dina Teixeira	04/03/2012	120	Sem Terra
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembé/Alto Rio Guamá	26/09/2012		Indígenas
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembé/Alto Rio Guamá	01/12/2012	300	Indígenas
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	30/06/2012		Sem Terra
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	15/10/2012		Sem Terra
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	09/11/2012	45	Sem Terra
Conceição do Araguaia/Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	04/03/2012	120	Sem Terra
Cumarú do Norte/Tucumã	T. I. Kayapó	19/04/2012		Indígenas
Cumarú do Norte/Tucumã	T. I. Kayapó	14/06/2012	30	Indígenas
Curionópolis/Marabá	Faz. Marambaia/Acamp. Frei Henri	30/04/2012		Sem Terra
Curionópolis/Marabá	Faz. Marambaia/Acamp. Frei Henri	09/10/2012	280	Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Acampamento Nova Sapucaia	16/04/2012	26	Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Complexo Iraque/Acamp. Jerusalém	30/06/2012	60	Sem Terra
Eldorado dos Carajás	Faz. Peruano/Acamp. Lourival Santana	30/08/2012	450	Sem Terra
Eldorado dos Carajás/Irituia	Agrop. Sta. Bárbara/M <sup>3</sup> Bonita/Compl. Faz. São Felipe	30/06/2012	200	Sem Terra
Floresta do Araguaia/Redenção	T.I. Las Casas/Aldeia Tekreyarotire/Kayapó	28/03/2012	200	Indígenas
Goianésia do Pará	Faz. Baronesa/Acamp. São Sebastião	30/03/2012		Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Baronesa/Acamp. São Sebastião	25/07/2012	105	Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Mimosa/Liberdade/Acamp. Bom Jesus	26/07/2012	76	Sem Terra
Goianésia do Pará	Faz. Triângulo/Acamp. Nova Esperança	26/07/2012	75	Sem Terra
Goianésia do Pará	Fazenda Ibirapuera	01/01/2012		Sem Terra
Itaituba	Com. de Miritituba/P. A. Areia	16/01/2012	60	Assentados
Itaituba	Com. Miritituba/P. A. Ipiranga	25/01/2012	6	Assentados
Itaituba/Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC	23/06/2012	1400	Indígenas
Itupiranga	Faz. Potiguar/Bandeirantes/Acamp. Planta Brasil	06/07/2012	80	Sem Terra
Itupiranga/Nova Ipixuna	Fazenda Nova Era	15/03/2012	86	Assentados
Juruti	Assent. Agroextrativista Juruti Velho e Socó/Alcoa	07/03/2012	2000	Assentados
Marabá	Área dentro do P. A. Sereno	15/06/2012		Sindicalista
Marabá	Faz. Barreira Branca	19/06/2012	15	Sem Terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	300	Sem Terra

Marabá	Faz. Ponta da Serra/Mururé/Pequizeiro/Acamp. Darci Ribeiro	30/04/2012	60	Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina	31/05/2012	30	Sem Terra
Marabá	Folha 33/Rod. Transamazônica	26/11/2012	30	Posseiros
Marabá/Novo Repartimento	Fazenda de Damião Campos	11/02/2012	10	Sem Terra
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passe Bem/Mamona	30/03/2012	400	Assentados
Novo Repartimento	Fazenda Independência	26/07/2012	60	Sem Terra
Óbidos/Oriximiná	Com. Rio Verde/Madeira Centenor	15/05/2012	9	Trabalhador Rural
Oriximiná	Com. Quilombola Boa Vista e Outras/Empresa Mineração Rio Norte	25/10/2012	500	Quilombolas
Oriximiná	Comunidade Alambique I	31/12/2012	150	Trabalhador Rural
Parauapebas	Faz. Santo Antônio/Antigo Assent. Carajás II	30/07/2012		Sem Terra
Parauapebas	Faz. Santo Antônio/Antigo Assent. Carajás II	15/08/2012	42	Sem Terra
Parauapebas	P.A. Cinturão Verde/Faz. Triunfo/V. São Raimundo	14/02/2012	1	Assentados
Santana do Araguaia	Faz. Mabel/Nobel/Acamp. Brasil Novo	29/07/2012		Sem Terra
Santana do Araguaia	Faz. Mabel/Nobel/Acamp. Brasil Novo	12/12/2012	74	Sem Terra
Santana do Araguaia	Fazenda Três Palmeiras	28/09/2012	27	Sem Terra
Santarém	T. I. Açaizal	13/12/2012	54	Indígenas
São Félix do Xingu	Faz. Jaguará/Belauto	20/03/2012	70	Sem Terra
São Félix do Xingu	Fazenda Rabelo	26/04/2012		Quilombolas
Tucumã	Faz. Taomé/Calmer/Kaumé	18/04/2012		Sem Terra
Tucumã	Faz. Taomé/Calmer/Kaumé	29/05/2012	20	Sem Terra
<b>Subtotal:</b>		<b>78</b>	<b>11072</b>	

### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Acará/Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	29/08/2012	650	Quilombola
Alenquer	Acamp. do Sena/Faz. Nome Não Informado	31/12/2012	32	CPT/Diocese/STR
Marabá	Fazenda Itacaiúnas	01/12/2012	200	Fetagri/PA
Marabá/Novo Repartimento	Fazenda de Damião Campos	08/02/2012	10	SI
Parauapebas	Faz. Santo Antônio/Antigo Assent. Carajás II	30/06/2012		STR
Parauapebas	Faz. Santo Antônio/Antigo Assent. Carajás II	15/07/2012	42	STR
Santa Maria das Barreiras	Comp. Forkilha/Assent. Agropec	30/01/2012	45	LCP
Xinguara	Fazenda Juliana/ Escalada do Norte	15/04/2012	60	ATR/Fetagri/PA/Fetra
<b>Subtotal:</b>		<b>8</b>	<b>1039</b>	

### Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Itupiranga	Faz. Potiguar/Bandeirantes/Acamp. Planta Brasil	06/07/2012	80	MST
Marabá	Fazenda Itacaiúnas	30/07/2012	200	Fetagri/PA
São Félix do Xingu	Faz. Jaguará/Belauto	30/03/2012	80	STR
<b>Subtotal:</b>		<b>3</b>	<b>360</b>	

### Total Conflitos por Terra - PA

89

12471

### TRABALHO

#### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
	Fazenda Monte Cristo	26/03/2012	10	10		Pecuária
Abel Figueiredo	Fazenda Vale Verde	06/02/2012	11	11		Pecuária
Altamira	Faz. da L.A. Madeiras Ltda	06/11/2012	40	40		Serraria
Altamira	Faz. de Giovany Marcelino Pascoal	13/08/2012	32	32		Pecuária
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Pulso Alegre	15/06/2012	5	5		Roçagem
Brejo Grande/Palestina do Pará/São Geraldo do Araguaia	Fazenda Serra Grande	30/01/2012	15			Agrotóxicos
Breu Branco	Fazenda Arizona	04/12/2012	4	4		Roçagem de juquira e cerca
Conceição do Araguaia	Fazenda Retiro Boa Vista	06/11/2012	6	6		Abacaxi
Conceição do Araguaia	Fazenda Três Irmãos	06/11/2012	2	2		Pecuária
Dom Eliseu	Fazenda São Gerônimo	27/02/2012	6		1	Roçagem de juquira
Dom Eliseu	Fazenda Saruê	15/07/2012	12	12		Roçagem de juquira

Goianésia do Pará	Fazenda Jerusalém	21/08/2012	1	1		Pecuária
Itupiranga	Faz. Serra das Andorinhas	06/02/2012	7	7		Pecuária
Itupiranga	Fazenda São Benedito	06/02/2012	2	2		Pecuária
Jacundá	Faz. de Lúcio Cássio e as Marias	03/09/2012	18			Roçagem, desmatamento e carvão
Jacundá	Fazenda Jequitibá	20/10/2012	15	15		Roçagem, desmatamento, capim e carvão
Marabá	Faz. da Sidepar	18/09/2012	150	150		Resíduos produção de ferro
Marabá	Fazenda Alô Brasil	20/08/2012	8	8		Roçagem de juquira
Marabá	Fazenda Dois Corações	21/08/2012	1	1		Pecuária
Marabá	Fazenda Judas Tadeu	31/10/2012	2	2		Pecuária
Medicilândia	Sítio São Sebastião	06/11/2012	9	9		Cacau
Moju	Fazenda do Dedeco	13/08/2012	10	10		Coco-de-dendê
Novo Progresso	Faz. da Bonardi Amazônia Ltda	09/10/2012	9	9		Desmatamento e serraria
Novo Progresso	Faz. do Osmar Antônio Daguetti	13/08/2012	3	3		Abacate e desmatamento
Novo Repartimento	Fazenda Atalaia II	12/06/2012	3	3		Pecuária
Ourilândia do Norte	Garimpo da Colônia Santa Rita	31/01/2012	15			Mineração
Pacajá	Faz. Guapó ou Renascer	15/04/2012	44	46		Desmatamento, roçagem, capim
Pacajá	Fazenda da Sidepar	06/03/2012	12	12		Resíduos da produção de ferro
Pacajá	Fazenda Leandra	01/05/2012	2	2		Pecuária
Palestina do Pará	Fazenda Vale do Axixá	23/05/2012	5	5		Pecuária
Paragominas	Faz. Rio Capim/Cikel Brasil/Verde Madeiras	31/01/2012	215			Extração de madeiras, reflorestamento e carvão vegetal
Prainha	Faz. de Gondim Madeireira Ltda	06/02/2012	6	6		Desmatamento e serraria
Rio Maria	Fazenda do Tarcilo	03/11/2012	4			Roçagem de pasto, abacaxi
Rio Maria	Fazenda Flor da Mata	28/05/2012	2			Cerca
Santana do Araguaia	Fazenda Rio do Prata	26/03/2012	13	13		Seringueira
Santana do Araguaia	Fazenda Três Palmeiras	25/06/2012	30	10		Cerca, roçagem de juquira, agrotóxicos
São Félix do Xingu	Faz. do Grupo Santa Bárbara	28/03/2012	4	4		Roçagem de juquira
São Félix do Xingu	Fazenda Capelinha	16/08/2012	6	6		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Flor da Mata	23/03/2012	3	3		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Serra Dourada	17/07/2012	14	11		Roçagem
São Félix do Xingu	Fazenda Serra Grande	31/01/2012	1	1		Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Tropical	19/06/2012	8	0		Vaqueiro, cerca e limpeza de pasto
São Geraldo do Araguaia	Fazenda Eldorado	22/04/2012	12	12		Pecuária
Tailândia	Fazenda São Gabriel	07/02/2012	52	52	4	Carvoria e beneficiamento de madeira
Tomé-Açu	Fazenda Acapu	18/04/2012	350			Dendê
Tucumã	Faz. de José Pissarro	28/05/2012	1			Cerca e roçagem de juquira
Tucuruí	Fazenda Alice	19/05/2012	8			Roçagem de juquira
Ulianópolis	Fazenda Quatro Irmãos	21/08/2012	9	9		Pecuária
Uruará	Sítio Maciel	16/10/2012	7	6		Criação de porcos
<b>Subtotal:</b>			<b>49</b>	<b>1204</b>	<b>540</b>	<b>5</b>

### Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Água Azul do Norte	Fazenda do Pastor Edilson	26/05/2012	8			Cerca e aceiro

Água Azul do Norte	Fazenda do Sr. Divino	27/04/2012	4		Roçagem de juquira
Marabá	Fazenda do Flávio	04/04/2012	1		Roçagem de juquira
Marabá	Fazenda Vale ou Bananaça	19/03/2012	2		Milho, desmatamento e roçagem de juquira
Ouilândia do Norte	Fazenda Ideal ou Chácara do Erico	11/01/2012	1		Roçagem de juquira, pecuária e capim
São Félix do Xingu	Fazenda Chapéu Preto	23/04/2012	5		Roçagem de pasto e desmatamento
São Félix do Xingu	Fazenda Tabapuã	13/03/2012	1		Roçagem de pasto e pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda Três Ladeiras	30/04/2012	1		Roço de juquira, limpeza de pasto
Tucumã	Fazenda do Sr. Neto	20/07/2012	5		Roçagem e agrotóxicos
Xinguara	Faz. de José Ferreira/Zé Mucura	18/07/2012	1	1	Serviços gerais
<b>Subtotal:</b>		<b>10</b>	<b>29</b>	<b>1</b>	

**Total Conflitos Trabalhistas - PA 59 1233**

## ÁGUA

### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Alenquer	Com. Ingá/Igarapé do Canacupá/Empresa de Açai	23/11/2012	200	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Alenquer	Quilombo Pacoval/Igarapé do Canacupá/Empresa de Açai	23/11/2012	2000	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Alenquer	Com. Apolinário/Igarapé do Canacupá/Empresa de Açai	23/11/2012	200	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Alenquer	Faz. Água Flora/Gleba Camburão/Com. Nova Olinda	23/11/2012	200	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Alenquer	Com. Ribeirinhas Atingidas/Empresa Monocultivo do Açai	23/11/2012	200	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Altamira	Sítio Pimental/UHE de Belo Monte/Belo Sun Mineração/PAC	27/02/2012		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Altamira	UHE Belo Monte/Consórcio Norte Energia/PAC	14/03/2012	5636	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira	T. I. Paquiçamba/Juruna/UHE Belo Monte/PAC	21/06/2012	83	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira	Sítio Pimental/UHE de Belo Monte/Belo Sun Mineração/PAC	13/09/2012		Uso e preservação	Ameaça de expropriação
Altamira	Colônia de Pescadores Z-57/UHE Belo Monte/PAC	17/09/2012	3000	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira/Pacajá/São Félix do Xingu/Senador José Porfírio	T. I. Trincheira Bacajá/Xikrin/UHE Belo Monte/PAC	21/06/2012	140	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira/Rurópolis/Uruará	T.I. Cachoeira Seca do Iriri/ Arara/ UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	17/01/2012		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Altamira/Rurópolis/Uruará	T.I. Cachoeira Seca do Iriri/ Arara/ UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	13/09/2012	111	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Cachoeira do Arari	Ilha do Marajó/Área do Arrozicultor Quartiero	07/04/2012	6000	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Novo Progresso	T.I. Mebengokré/Mekrãgnoti/Kayapó	22/06/2012	300	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Trairão	Vila de Pimental/UHE Tapajós/PAC	22/10/2012	800	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T.I. Parakanã	03/09/2012	1000	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Vitória do Xingu	Vila Santo Antônio/UHE Belo Monte/PAC	15/02/2012	252	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento

<b>Subtotal:</b>	<b>18</b>	<b>20122</b>
------------------	-----------	--------------

<b>Total dos Conflitos no Campo PA</b>	<b>166</b>	<b>Pessoas: 164198</b>
--	------------	------------------------

## Paraíba

### TERRA

#### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alhandra/Conde/Pitimbu	Destilaria Tabu-Grupo João Santos/Emp. Elizabethy/T. I. Tabajara	27/01/2012	100	Índigenas
Baía da Traição/Marcação/Rio Tinto	T. I. Potiguara/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	31/07/2012	2167	Índigenas
Caaporã	Fazenda Retirada	23/07/2012	60	Sem Terra
Campina Grande	Fazenda Santa Cruz	23/10/2012	54	Assentados
Cubati	Com. Prainha/Monocultivo de Tomate	18/07/2012	1	Trabalhador Rural
Mogeirol	Fazenda Salgadinho	13/01/2012	33	Posseiros
Pedras de Fogo	Fazenda Santa Emília	06/11/2012	20	Assentados
<b>Subtotal:</b>		<b>7</b>	<b>2435</b>	

#### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alhandra/Conde/Pitimbu	Destilaria Tabu-Grupo João Santos/Emp. Elizabethy/T. I. Tabajara	26/01/2012	100	Índios
Aparecida	Acampamento Verdes	15/04/2012	120	MST
Aparecida/Sousa	Proj. Irrigação das Várzeas de Sousa/Acamp. Nova Vida e Pau d' Arco	15/04/2012	350	MST
Caaporã	Fazenda Retirada	04/06/2012	60	CPT
Marcação	Aldeia Brejinho/T. I. Potiguara	30/04/2012		Índios
<b>Subtotal:</b>		<b>5</b>	<b>630</b>	

#### Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alhandra/Conde/Pitimbu	Destilaria Tabu-Grupo João Santos/Emp. Elizabethy/T. I. Tabajara	26/01/2012	100	Índios
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>100</b>	

<b>Total Conflitos por Terra - PB</b>	<b>13</b>	<b>3165</b>
---------------------------------------	-----------	-------------

### ÁGUA

#### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Itabaiana/São Miguel de Taipu	Rio Paraíba/15 Comunidades Ribeirinhas	22/03/2012	1033	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Rio Tinto	Rio Mamanguape/Área Branca Mangue/Destilaria Miriri	25/11/2012	100	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
<b>Subtotal:</b>		<b>2</b>	<b>1133</b>		

#### Conflitos em Tempos de Seca

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Reivindicação
João Pessoa	Protesto na frente do BNB	21/11/2012		Água/Políticas públicas
Patos	Ocupação do BNB	12/11/2012	150	Água/Políticas públicas
Pombal	Bloqueio da BR-230	01/10/2012		Água/Políticas públicas
Sapé	Ocupação do BNB	12/11/2012	150	Água/Políticas públicas
Solânea	Ocupação do BNB	12/11/2012	200	Água/Políticas públicas
<b>Total Conflitos Seca</b>	<b>5</b>		<b>500</b>	

<b>Total dos Conflitos no Campo PB</b>	<b>20</b>	<b>Pessoas: 21990</b>
--	-----------	-----------------------

## Paraná

<b>TERRA</b>						
<b>Conflitos por Terra</b>						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Cândido de Abreu	Área da Indústria Klabin	10/09/2012	40	Sem Terra		
Cascavel	Faz. Kely/Grupo Rimafrá	02/04/2012	100	Sem Terra		
Cascavel/Corbélia	Faz. Bom Sucesso/Acamp. Primeiros Passos	02/04/2012	97	Sem Terra		
Entre Rios	Fazenda Combrão	13/12/2012	14	Sem Terra		
Guaíra	Com. Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos	04/07/2012	7	Quilombolas		
Guairaçá/Planaltina do Paraná	Faz. Santa Filomena/Pré - Assent. Elias Gonçalves Meura	25/07/2012	97	Sem Terra		
Quedas do Iguaçu	Fazenda Três Elos	12/11/2012	50	Sem Terra		
Terra Roxa	T. I. Tekoha Araguaçu/Guarani	06/08/2012	100	Indígenas		
<b>Subtotal:</b>		<b>8</b>	<b>505</b>			
<b>Ocupações/Retomadas</b>						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Alvorada do Sul	Faz. Palheta/Atalla	13/02/2012	400	SI		
Cândido de Abreu	Área da Indústria Klabin	08/09/2012	40	SI		
<b>Subtotal:</b>		<b>2</b>	<b>440</b>			
<b>Acampamentos</b>						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Cascavel/Corbélia	Faz. Bom Sucesso/Acamp. Primeiros Passos	02/04/2012	97	MLST		
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>97</b>			
<b>Total Conflitos por Terra - PR</b>		<b>11</b>	<b>1042</b>			
<b>TRABALHO</b>						
<b>Trabalho Escravo</b>						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Cambira	VL Agro Industrial Ltda/Frigorífico Nostra	03/11/2012	71	71		Processamento de carne
Engenheiro Beltrão/Perobal	Usina Sabarácool	20/04/2012	125	125		Cana-de-açúcar
Palmas	CLM Madeiras	26/03/2012	3	3		Desmatamento
Palmas	Fazenda Alegria	23/05/2012	3	3		Desmatamento
Palmas	Fazenda Alegria do Machorras	27/08/2012	3	3		Desmatamento
Reserva	Sítio Debas	05/03/2012	5	5		Tomate
Tunas do Paraná	Fazenda da Pinuscam	24/01/2012	15	15		Pinus
<b>Subtotal:</b>		<b>7</b>	<b>225</b>	<b>225</b>		
<b>Total Conflitos Trabalhistas - PR</b>		<b>7</b>	<b>225</b>			
<b>Total dos Conflitos no Campo PR</b>		<b>18</b>	<b>Pessoas: 5435</b>			

## Pernambuco

<b>TERRA</b>				
<b>Conflitos por Terra</b>				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
	Engenho Jasmim/Complexo Suape/PAC	30/09/2012	330	Posseiros
Água Preta	Eng. Barro do Caraçupe	30/01/2012	70	Sem Terra
Água Preta/Joaquim Nabuco	Engenho Brasileiro	30/01/2012	92	Sem Terra
Águas Belas	Assentamento Lagedo do Mocotó	21/08/2012	33	Assentados
Altinho	Fazenda Serro Azul	07/02/2012		Sem Terra
Altinho	Fazenda Serro Azul	19/02/2012		Sem Terra
Altinho	Fazenda Serro Azul	02/03/2012		Sem Terra
Altinho	Fazenda Serro Azul	22/03/2012		Sem Terra
Altinho	Fazenda Serro Azul	23/03/2012		Sem Terra
Altinho	Fazenda Serro Azul	29/06/2012	100	Sem Terra
Amaraji/Cortês	Engenho Meia Légua	31/12/2012	47	Posseiros
Arcoverde	Faz. Experimental do IPA/Acamp. Serra das Varras	29/02/2012	30	Sem Terra
Bom Conselho	Fazenda Amargoso	25/05/2012		Sem Terra

Bom Conselho	Fazenda Amargoso	05/08/2012	80	Sem Terra
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Algodoads/Complexo Suape/PAC	02/02/2012		Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape/PAC	31/01/2012		Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape/PAC	18/05/2012	58	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Tiriri/Complexo Suape/Transnordestina/PAC	22/05/2012	40	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Boa Vista/Complexo Suape	30/09/2012	219	Posseiros
Carnaubeira da Penha	T.I. Pankará	15/07/2012	600	Indígenas
Catende	Engenho Pau d Olho	12/12/2012	93	Posseiros
Escada	Área da Ferrovia Transnordestina/PAC	08/02/2012	100	Trabalhador Rural
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	08/03/2012		Sem Terra
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	02/04/2012	60	Sem Terra
Garanhuns	Quilombo Castainho	31/12/2012	107	Quilombolas
Garanhuns	Quilombo Timbó/Barragem Inhumas	31/12/2012	200	Quilombolas
Gravatá	Fazenda Serra Grande	20/04/2012	100	Sem Terra
Iguaraci	Faz. Varzinha dos Paulinos/Com. Quilombola Varzinha dos Paulinos	19/05/2012	30	Quilombolas
Ipojuca	11 Comunidades Atingidas/Complexo Suape/PAC	30/09/2012	2409	Posseiros
Ipojuca	Comunidade Córrego do Urubu/Complexo Suape/PAC	30/09/2012	30	Posseiros
Ipojuca	Eng. Arendepe/Complexo Suape	30/09/2012	152	Posseiros
Ipojuca	Eng. Conceição/Complexo Suape	30/09/2012	152	Posseiros
Ipojuca	Eng. Gaiapo/Gaipió/Complexo Suape	30/09/2012	100	Posseiros
Ipojuca	Eng. Mercês/Com. Poeirinha/Complexo Suape/PAC	02/10/2012	480	Posseiros
Ipojuca	Eng. Penderena/Complexo Suape/PAC	30/09/2012	219	Posseiros
Ipojuca	Eng. Pirajá/Complexo Suape	30/09/2012	152	Posseiros
Ipojuca	Eng. Setúbal/Complexo Suape/PAC	30/09/2012	330	Posseiros
Ipojuca	Eng. Tabatinga/Complexo Suape	30/09/2012	152	Posseiros
Ipojuca	Engs. Massangana/Complexo de Suape/PAC	30/09/2012	219	Posseiros
Ipojuca	Ilha de Tatuoca/Complexo Suape/PAC	30/09/2012	50	Posseiros
Ipubi	Fazenda Cedro II	10/04/2012		Sem Terra
Ipubi	Fazenda Cedro II	14/08/2012		Sem Terra
Ipubi	Fazenda Cedro II	04/09/2012	100	Sem Terra
Itaquitinga	Sítio em Itaquitinga/Us. Petribu	28/05/2012	2	Posseiros
Jaboatão dos Guararapes	Eng. Vargem Fria/Us. Bulhões	24/09/2012	1	Trabalhador Rural
Jataúba	Fazenda Ramada	28/02/2012		Sem Terra
Jataúba	Fazenda Ramada	23/03/2012	50	Sem Terra
Limoeiro/Passira	Fazenda Ameixa	26/01/2012		Sem Terra
Limoeiro/Passira	Fazenda Ameixa	25/07/2012		Sem Terra
Limoeiro/Passira	Fazenda Ameixa	03/08/2012	45	Sem Terra
Moreno	Engenho Una	31/12/2012	25	Posseiros
Palmares	Eng. Barra do Dia e Viola/Us. Norte Sul	02/05/2012		Trabalhador Rural
Palmares	Eng. Barra do Dia e Viola/Us. Norte Sul	15/11/2012	85	Posseiros
Palmares	Engenho Coiceiro	12/12/2012	54	Posseiros
Palmares	Engenho Vista Alegre	27/03/2012	24	Posseiros
Pesqueira	Fazenda Ipiranga	28/09/2012	60	Sem Terra
Pesqueira	Fazenda Supranor	31/08/2012	80	Sem Terra
Petrolina	Área da Empresa Fruit Vita	31/05/2012	169	Sem Terra
Petrolina	Fazenda Dan	31/05/2012	280	Sem Terra
São Joaquim do Monte	Faz. Sta. Maria/Consulta	26/01/2012		Sem Terra
São Joaquim do Monte	Faz. Sta. Maria/Consulta	10/03/2012		Sem Terra
São Joaquim do Monte	Faz. Sta. Maria/Consulta	25/07/2012	70	Sem Terra
São José do Belmonte	Fazenda Baixa Verde	31/07/2012	70	Sem Terra
São Lourenço da Mata	Eng. Curupati/Acamp. Maria Paraíba/Us. Bulhões	20/11/2012	256	Sem Terra
Sertânia	Fazenda Laranjeiras	30/06/2012	37	Sem Terra
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	31/05/2012		Pescadores
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	13/06/2012	53	Pescadores
<b>Subtotal:</b>		<b>67</b>	<b>8295</b>	

### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Água Preta	Eng. Barro do Caraúpe	03/01/2012		MST
Água Preta	Eng. Barro do Caraúpe	01/02/2012	70	MST
Água Preta/Gameleira	Engenho Cachoeira Dantas	01/05/2012		MST

Água Preta/Joaquim Nabuco	Engenho Brasileiro	07/01/2012		MST
Água Preta/Joaquim Nabuco	Engenho Brasileiro	01/02/2012	92	MST
Águas Belas	Área no Distrito de Curral Novo	25/05/2012	200	STR
Aliança/Goiana	Eng. Fogueado/Us. Cruangi	24/09/2012	40	MST
Altinho	Fazenda Serro Azul	28/01/2012	60	MST
Bom Conselho	Fazenda Amargoso	16/04/2012		MST
Bom Conselho	Fazenda Amargoso	05/08/2012	250	MST
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Maçangana	17/04/2012	60	MST
Custodia	Fazenda Samambaia	30/07/2012	150	CPT
Custodia	Fazenda Umburana	29/07/2012	20	CPT
Feira Nova/Lagoa do Carro	Fazenda Soledade	17/04/2012	70	MST
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	08/03/2012		Via Campes
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	01/04/2012	60	MST
Gravatá	Fazenda Serra Grande	14/04/2012	100	MST
Ibimirim	Fazenda Garrote Bravo	16/04/2012	110	MST
Ipubi	Fazenda Cedro II	16/04/2012	100	MST
Jataúba	Fazenda Ramada	28/02/2012	50	MST
Lagoa Grande	Fazenda Vale Verde	02/07/2012	60	MST
Limoeiro/Passira	Fazenda Ameixa	25/07/2012	45	MST
Mirandiba	Fazenda Boa Esperança	31/08/2012	30	MST
Mirandiba	Fazenda Mata Verde	25/07/2012		MST
Mirandiba	Fazenda São Gonçalo I	25/07/2012	80	MST
Mirandiba	Fazenda São Gonçalo II	25/07/2012		MST
Pesqueira	Fazenda Supranor	17/04/2012	110	MST
Petrolina	Área da Empresa Fruit Vita	15/04/2012	400	MST
Petrolina	Fazenda da Empresa Copa Fruit	08/03/2012	100	Via Campes
Petrolina	Fazenda Dan	13/05/2012		MST
Petrolina	Fazenda Itapuá	01/05/2012		MST
Pombos	Fazenda Cachoeira	31/10/2012	69	MST
São Bento do Una	Fazenda Condado	16/04/2012	60	MST
São Joaquim do Monte	Faz. Sta. Maria/Consulta	15/02/2012		MST
São Joaquim do Monte	Faz. Sta. Maria/Consulta	25/07/2012	70	MST
São Lourenço da Mata	Eng. Curupati/Acamp. Maria Paraiba/Us. Bulhões	20/11/2012	146	MST
Sertânia	Fazenda Laranjeiras	27/04/2012	37	MST
Xexéu	Engenho Amoroso	24/01/2012	100	MST
<b>Subtotal:</b>		<b>38</b>	<b>2739</b>	

**Total Conflitos por Terra - PE 105 11034**

## TRABALHO

### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Água Preta	Engenho Corriente	15/03/2012	19	19		Cana-de-açúcar
Petrolina	Sítio Pau de Arco/Empresa Pedreira Vitória	19/04/2012	19			Mineração
<b>Subtotal:</b>		<b>2</b>	<b>38</b>	<b>19</b>		

**Total Conflitos Trabalhistas - PE 2 38**

## ÁGUA

### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cabo de Santo Agostinho	Colônia de Pescadores Z-8/Complexo Suape/PAC	06/01/2012	66	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Floresta	Assentamento Serra Negra	08/02/2012	50	Uso e preservação	Falta de projeto de reassentamento
Garanhuns	Quiombo Timbó/Barragem Inhumas	02/05/2012	42	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Moreno	Engenho Una	19/01/2012	35	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Palmares	Barragem de Serro Azul	15/06/2012	300	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento

Subtotal:

5

493

**Conflitos em Tempos de Seca**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Pessoas	Reivindicação
Águas Belas	Bloqueio da BR-423	11/12/2012	1000	Água/Políticas públicas
Arcoverde	Ocupação da Conab	12/11/2012	250	Água/Políticas públicas
Bezerros	Ocupação do Banco do Nordeste	28/07/2012		Água/Políticas públicas
Carnaíba	Ato Público por Pagamento de Garantia Safra	13/01/2012	185	Água/Políticas públicas
Floresta	Ato Público/Contra os Efeitos da Seca	04/05/2012	500	Água/Políticas públicas
Garanhuns	Ocupação do BNB	12/11/2012	250	Água/Políticas públicas
Ouricuri	Ato Público por Garantia de Seguro Safra	16/01/2012	800	Água/Políticas públicas
Ouricuri	Bloqueio da BR-316	06/12/2012		Água/Políticas públicas
Pesqueira	Ocupação do Banco do Nordeste	28/07/2012		Água/Políticas públicas
Petrolina	Ato na frente do STR	21/05/2012	1000	Água/Políticas públicas
Petrolina	Ocupação do BNB	12/11/2012	250	Água/Políticas públicas
Recife	Ocupação da Conab	12/11/2012	250	Água/Políticas públicas
Recife	Protesto na frente da Sudene	23/05/2012	4000	Água/Políticas públicas
Salgueiro	Ato Público Durante a Visita do Governador	18/10/2012	1000	Água/Políticas públicas
São Bento do Una	Ato Público na frente do STR	07/05/2012	600	Água/Políticas públicas
Serra Talhada	Bloq. BR-423/Ações Emerg. contra Efeitos da Seca	10/05/2012	500	Água/Políticas públicas
Serra Talhada	Caminhada/Ações Emerg. contra os Efeitos da Seca	07/05/2012	2000	Água/Políticas públicas
Sertânia	Bloq. da BR-423	10/05/2012	500	Água/Políticas públicas
<b>Total Conflitos Seca</b>		<b>18</b>	<b>13085</b>	
<b>Total dos Conflitos no Campo PE</b>		<b>130</b>	<b>Pessoas: 70758</b>	

**Piauí****TERRA****Conflitos por Terra**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Altos	Serra do Coroatá	18/04/2012	200	Sem Terra
Assunção do Piauí	Angico Seco	31/12/2012	38	Posseiros
Baixa Grande do Ribeiro	Piaçava/Cabela d' Água/Brejo Novo/Brejo Velho/Angical	28/02/2012	200	Posseiros
Baixa Grande do Ribeiro	Vale do Riozinho	20/12/2012	34	Posseiros
Barras	Barra do Taquari	20/12/2012	25	Posseiros
Barras	Boa Presença	31/12/2012	54	Assentados
Bom Jesus	Fazenda Barroco	31/12/2012	6	Posseiros
Cajazeiras do Piauí	Bom Jesus	31/12/2012	26	Posseiros
Castelo do Piauí	Sítio Novo I	20/12/2012	25	Sem Terra
Cristino Castro	Araçás	31/12/2012	37	Posseiros
Esperantina	Nova Conquista	31/12/2012	9	Sem Terra
Jardim do Mulato	Área Boqueirão	31/12/2012	44	Posseiros
Madeiro	Murici	31/12/2012	62	Posseiros
Miguel Alves	Olho d' Água	31/12/2012	90	Posseiros
Miguel Alves	Pov. Mato Seco/Assent. Jenipapeiro da Mata	31/12/2012	50	Assentados
Miguel Alves	Povoado Mato Seco	31/12/2012	80	Posseiros
Monsenhor Gil	Assentamento Nova Conquista	31/12/2012	42	Assentados
Palmeira do Piauí	Palmeirinha	31/12/2012	100	Posseiros
Queimada Nova	Com. Quilombola Sumidouro	16/02/2012	26	Quilombolas
Teresina	Jardim Betel/Taboca do Pau Ferrado	20/06/2012	75	Sem Terra
Teresina	Acamp. Eldorado dos Carajás/Cacimba Velha	30/05/2012	50	Sem Terra

Teresina	Faz. Buriti/Acamp. Salitre Chileno	31/12/2012	80	Sem Terra
União	Aroeiras/São Felipe	31/12/2012	50	Posseiros
Uruçuí	Vale do Rio Uruçuí Preto	31/12/2012	150	Posseiros
<b>Subtotal:</b>		<b>24</b>	<b>1553</b>	

<b>Total Conflitos por Terra - PI</b>	<b>24</b>	<b>1553</b>
---------------------------------------	-----------	-------------

## TRABALHO

### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Barreiras do Piauí	Faz. Ipê/Adão	28/02/2012	10	10		Soja, milho, arroz, catar raízes
Barreiras do Piauí	Faz. Ipê/João	28/02/2012	12	12		Soja, milho e arroz
Bom Jesus	Fazenda Colorado	14/03/2012	14	14		Soja
Monte Alegre do Piauí	Faz. Boa Esperança/Curralim	15/04/2012	15	15		Extração de madeira e carvoaria
Monte Alegre do Piauí	Fazenda Mineiros	24/07/2012	6	6		Soja
Nazaré do Piauí	Fazenda Boa Vista	02/10/2012	9	9		Coleta de produtos agrícolas
<b>Subtotal:</b>		<b>6</b>	<b>66</b>	<b>66</b>		

<b>Total Conflitos Trabalhistas - PI</b>	<b>6</b>	<b>66</b>
--	----------	-----------

## ÁGUA

### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Palmeirais	UHE Castelano/Pov. Riacho dos Negros	21/09/2012	400	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>400</b>		

<b>Total dos Conflitos no Campo PI</b>	<b>31</b>	<b>Pessoas: 9831</b>
--	-----------	----------------------

## Rio de Janeiro

## TERRA

### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araruama/Casimiro de Abreu/Silva Jardim	Assentamento Sebastião Lan	04/12/2012	82	Sem Terra
Bom Jesus do Itabapoana/Campos dos Goytacazes/Itaperuna	Faz. Santa Maria/Acamp. Eldorado dos Carajás	03/08/2012	50	Sem Terra
Campos dos Goytacazes	Acamp. Oziel Alves 2/Mergulhão/Cambahyba	05/11/2012		Sem Terra
Campos dos Goytacazes	Acamp. Oziel Alves 2/Mergulhão/Cambahyba	30/11/2012	200	Sem Terra
Campos dos Goytacazes	Assent. Zumbi dos Palmares/Faz. São João	26/06/2012	1	Assentados
Parati	Com. Tradicionais Caiçaras da Cajaíba	05/06/2012	72	Caiçara
Rio de Janeiro	Acampamento no Museu do Índio	22/10/2012		Indígenas
Rio de Janeiro	Acampamento no Museu do Índio	10/11/2012		Indígenas
Rio de Janeiro	Acampamento no Museu do Índio	12/11/2012	20	Indígenas
Rio de Janeiro	Quilombo Pedra do Sal	31/10/2012	25	Quilombolas
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	13/03/2012		Pequenos proprietários
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Grupo EBX/LLX/PAC	09/04/2012	450	Pequenos proprietários
<b>Subtotal:</b>		<b>12</b>	<b>900</b>	

### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Campos dos Goytacazes	Acamp. Oziel Alves 2/Mergulhão/Cambahyba	02/11/2012	200	MST
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>200</b>	

<b>Total Conflitos por Terra - RJ</b>	<b>13</b>	<b>1100</b>
---------------------------------------	-----------	-------------

## TRABALHO

<b>Trabalho Escravo</b>						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Duas Barras	Agrícola Rio Fruta	28/06/2012	2	2		Laranja
Santo Antônio de Pádua	Mineração Cachoeira	14/03/2012	7	7		Mineração (extração de granito)
<b>Subtotal:</b>		<b>2</b>	<b>9</b>	<b>9</b>		
<b>Total Conflitos Trabalhistas - RJ</b>			<b>2</b>	<b>9</b>		

**ÁGUA**

<b>Conflitos pela Água</b>						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	22/06/2012		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	24/06/2012		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	03/08/2012	800	Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
<b>Subtotal:</b>		<b>3</b>	<b>800</b>			

**Total dos Conflitos no Campo RJ**      18      Pessoas: 9509

**Rio Grande do Norte****TERRA**

<b>Conflitos por Terra</b>					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Apodi	Proj. Irrigação Chapada do Apodi	10/11/2012		Posseiros	
Apodi	Proj. Irrigação Chapada do Apodi	23/11/2012	570	Posseiros	
Ceará-Mirim	Faz. Gaia/Acamp. BR-406 km 156	02/04/2012	150	Sem Terra	
São Miguel do Gostoso	Acampamento Maria Aparecida	12/02/2012	104	Sem Terra	
Taipú	Faz. Livramento/Acamp. BR-406 km125	02/04/2012	850	Sem Terra	
Touros	Faz. Jafi/GH Empreendimentos/Acamp. Fidel Castro II	29/01/2012	63	Sem Terra	
<b>Subtotal:</b>		<b>6</b>	<b>1737</b>		
<b>Total Conflitos por Terra - RN</b>			<b>6</b>	<b>1737</b>	

**Total dos Conflitos no Campo RN**      6      Pessoas: 8685

**Rio Grande do Sul****TERRA**

<b>Conflitos por Terra</b>					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande da Forquilha/Kaingang	15/03/2012	40	Indígenas	
Capivari do Sul	Acamp. Indígena Capivari/Mbyá Guarani	13/07/2012	10	Indígenas	
Eldorado do Sul	Área da Fepagro	25/03/2012	7	Sem Terra	
Erebango	T.I. Tekoá Arandú Verá/Guarani	09/08/2012	11	Indígenas	
Lagoa Vermelha/Sananduva	Faz. Três Pinheiros/Granja Três Pinheiros	09/08/2012	80	Sem Terra	
Maquiné/Osório	Quilombo de Morro Alto	25/06/2012	400	Quilombolas	
Mato Castelhana	T.I. Kaingang	31/07/2012	30	Indígenas	
Porto Alegre	Quilombo da Família Silva	25/06/2012	12	Quilombolas	
Rio Pardo	Quilombo Rincão dos Negros	25/06/2012	30	Quilombolas	
Santa Maria	Acamp. Indígena Ketyjug Tentu/Kaingang	05/01/2012	13	Indígenas	
Santa Maria/São Gabriel	Assentamento Madre Terra	08/08/2012	105	Assentados	
São Gabriel	Assentamento Caiboaté	21/08/2012	70	Assentados	
Sarandi	Área do Lanagro	18/04/2012	60	Sem Terra	
<b>Subtotal:</b>		<b>13</b>	<b>868</b>		

**Ocupações/Retomadas**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
--------------	------------------	------	----------	-------------

Charqueadas	Faz. Charqueadas/Col. Penal/Assent. 30 de Maio	26/03/2012	20	MST
Eldorado do Sul	Área da Fepagro	26/03/2012	7	MST
Lagoa Vermelha/Sananduva	Faz. Três Pinheiros/Granja Três Pinheiros	06/08/2012	80	MST
Sananduva	Fazenda Bela Vista	06/08/2012	20	MST
Santa Margarida do Sul	Fazenda Santa Verônica	16/04/2012	150	MST
Sarandi	Área do Lanagro	16/04/2012	60	MST
Taquari	Antiga Área da Febem	26/03/2012	16	MST
<b>Subtotal:</b>		<b>7</b>	<b>353</b>	

### Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Sarandi	Acamp. às margens da BR-386	19/04/2012	60	MST
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>60</b>	

**Total Conflitos por Terra - RS 21 1281**

### TRABALHO

#### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bom Jesus	Faz. Pomar G2 Germano	23/11/2012	41	41	17	Maçã
Canguçu	Faz. de Egbert Kohler	26/03/2012	6	6		Desmatamento
<b>Subtotal:</b>		<b>2</b>	<b>47</b>	<b>47</b>	<b>17</b>	

**Total Conflitos Trabalhistas - RS 2 47**

### ÁGUA

#### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Alecrim/Crissiumal/Derrubadas/Doutor Maurício Cardoso/Esperança do Sul/Novo Machado/Porto Mauá/Santo Cristo/Tiradentes do Sul/Tucunduva	UHE Panambi	22/08/2012	1080	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Pirapó/Porto Lucena/Porto Xavier/Roque Gonzales/Santo Antônio das Missões/São Nicolau	UHE Garabi	22/08/2012	760	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
<b>Subtotal:</b>		<b>2</b>	<b>1840</b>		

**Total dos Conflitos no Campo RS 25 Pessoas: 15652**

## Rondônia

### TERRA

#### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Paraíso/Buritis/Porto Velho	Floresta Nacional Bom Futuro	09/02/2012	154	Ocupante
Ariquemes	Acampamento Canaã	19/03/2012		Sem Terra
Ariquemes	Acampamento Canaã	10/04/2012	120	Sem Terra
Ariquemes	Faz. Cauan/Galhardi/Acamp. Raio do Sol/Linha C-19/Trav. 1 da Linha 45	19/03/2012	40	Posseiros
Ariquemes	Projeto Burareiro/Acamp. São Francisco/Lote 31 e 31A	02/05/2012		Sem Terra
Ariquemes	Projeto Burareiro/Acamp. São Francisco/Lote 31 e 31A	02/07/2012	45	Sem Terra
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	18/05/2012		Indígenas
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	08/08/2012		Indígenas
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	02/01/2012		Assentados
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	07/06/2012	163	Assentados
Castanheiras	Recanto Sonhado/Acamp. Boa Esperança	23/01/2012	32	Sem Terra
Chupinguaia	Faz. Bodanese/Acamp. Barro Branco/Lotes 16 e 17/Setor 06	16/03/2012	54	Sem Terra
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello	21/02/2012		Sem Terra

Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello	05/03/2012	40	Sem Terra
Chupinguaia/Vilhena	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	08/01/2012		Sem Terra
Chupinguaia/Vilhena	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	11/01/2012		Sem Terra
Chupinguaia/Vilhena	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	12/01/2012		Sem Terra
Chupinguaia/Vilhena	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	16/03/2012		Sem Terra
Chupinguaia/Vilhena	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	20/06/2012	45	Sem Terra
Chupinguaia/Vilhena	T. I. Tubarão Latundê	23/07/2012	180	Indígenas
Corumbiara	Faz. Santa Elina/Água Viva	23/02/2012	100	Sem Terra
Espigão do Oeste/Vilhena	Reserva Indígena Roosevelt	15/08/2012	400	Indígenas
Guajará-Mirim	Acampamento Serra do Ouro	30/10/2012	50	Posseiros
Guajará-Mirim/Nova Mamoré/Porto Velho	T. I. Karipuna	18/08/2012	31	Indígenas
Lábrea (AM)/Porto Velho (RO)	Terra Indígena Kaxarari	26/08/2012	70	Indígenas
Machadinho d'Oeste	Faz. Paredão/Acamp. Canaã II	25/02/2012		Posseiros
Machadinho d'Oeste	Faz. Paredão/Acamp. Canaã II	01/03/2012	20	Posseiros
Pimenta Bueno/Vilhena	Barão de Melgaço/Gleba Corumbiara	14/02/2012	38	Posseiros
Porto Velho	Área do Militão/Setor Chacareiro: Jardim Santana e Ulisses Guimarães	05/03/2012	800	Posseiros
Porto Velho	Assassinato de Dinhana Nink	30/03/2012		Ocupante
Porto Velho	Assent. Flor do Amazonas/Maria da Penha	30/03/2012		Assentados
Porto Velho	Assent. Flor do Amazonas/Maria da Penha	29/08/2012	1	Assentados
Porto Velho	Enéias Lima de Almeida/Senhor Antônio	06/06/2012	2	Posseiros
Porto Velho	Faz. Mutum/Luiz da Dippar/ESBR	13/06/2012		Sem Terra
Porto Velho	Faz. Mutum/Luiz da Dippar/ESBR	18/08/2012	27	Sem Terra
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	10/01/2012		Posseiros
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	30/11/2012	101	Posseiros
Porto Velho	T. I. Karitiana/Aldeia Myniwin/Igarapé Preto	02/03/2012	70	Indígenas
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	23/04/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	25/04/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	28/04/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	13/05/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	15/05/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	17/05/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	18/05/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	06/07/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	04/08/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	01/09/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	12/09/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	29/11/2012		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	15/12/2012	80	Sem Terra
Theobroma	Faz. do Nena da Nova Vida/Seringal Rio Branco/Linha C-45	26/10/2012		Sem Terra
Theobroma	Faz. do Nena da Nova Vida/Seringal Rio Branco/Linha C-45	30/11/2012	120	Sem Terra
Vilhena	Assoc. Boa Esperança/BR-174/Gleba Matriz	17/09/2012	20	Posseiros
Vilhena	Gl. Corumbiara/Assoc. Canarinho/Setor 12/Lt. 42 e 52	16/03/2012		Posseiros
Vilhena	Gl. Corumbiara/Assoc. Canarinho/Setor 12/Lt. 42 e 52	07/11/2012	75	Posseiros
Vilhena	Gleba Corumbiara/Assoc. João Maria/Lote 95/Linha 155/Setor 12	16/03/2012	43	Posseiros
Vilhena	Gleba Iquê/Lotes 50-B e 02/St. 12/Coop. Aproveida e Cooperfrutas	16/03/2012	150	Posseiros
Vilhena	P. A. Águas Claras	17/03/2012		Assentados
Vilhena	P. A. Águas Claras	31/12/2012	64	Assentados
Vilhena	União da Vitória/Lote 57	06/03/2012	160	Posseiros
<b>Subtotal:</b>		<b>61</b>	<b>3295</b>	

### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello	19/02/2012	40	STR
Porto Velho	Faz. Mutum/Luiz da Dippar/ESBR	13/06/2012	27	STR

Porto Velho	Fazenda Morro Vermelho	17/01/2012	100	STR
Porto Velho	Fazenda Morro Vermelho	15/11/2012	30	MST
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	10/01/2012	101	ATR
Rolim de Moura	Distrito Kappa	31/01/2012	32	STR
Theobroma	Acamp. Bom Futuro/Linha C-38/Km 35	15/10/2012	280	OI
Theobroma	Faz. do Nena da Nova Vida/Seringal Rio Branco/Linha C-45	26/10/2012	50	MCR
Vilhena	Gl. Corumbiara/Assoc. Canarinho/Setor 12/Lt. 42 e 52	31/08/2012	40	ATR
<b>Subtotal:</b>		<b>9</b>	<b>700</b>	

**Total Conflitos por Terra - RO 70 3995**

## TRABALHO

### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá	03/12/2012	6			Manejo florestal
Chupinguaia	Araputanga/Gleba Grubiara	12/12/2012	27	27		Manejo florestal
Jaci Paraná	Manejo Florestal	11/06/2012	5	5		Manejo florestal
Porto Velho	Fazenda Vitória	11/06/2012	5	5		Pecuária
<b>Subtotal:</b>		<b>4</b>	<b>43</b>	<b>37</b>		

**Total Conflitos Trabalhistas - RO 4 43**

## ÁGUA

### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Candeias do Jamari	Usina Hidrelétrica Samuel	03/07/2012	20	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Machadinho d'Oeste	UHE Tabajara/PAC	03/04/2012	135	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Porto Velho	Nova Vila de Teotônio/UHE Sto. Antônio/PAC	08/01/2012	72	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
<b>Subtotal:</b>		<b>3</b>	<b>227</b>		

**Total dos Conflitos no Campo RO 77 Pessoas: 21153**

## Santa Catarina

## TERRA

### Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Praia Grande	Com. Quilombola São Roque	25/06/2012	60	Quilombolas
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>60</b>	

### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Timbó Grande	Faz. Caçador Grande/Acamp. Filhos do Contestado	07/06/2012	70	MST
Timbó Grande	Fazenda da Faquibrás Reflorestamento	07/11/2012	100	MST
<b>Subtotal:</b>		<b>2</b>	<b>170</b>	

**Total Conflitos por Terra - SC 3 230**

## TRABALHO

### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Capão Alto	Fazenda Lageadinho	12/07/2012	13	13		Pinus
Concórdia	Extração de Erva Mate/Linha do Sertão	06/12/2012	7	7		Erva mate
Concórdia	Faz. do Vinícius Vancin Frozza	26/06/2012	14	14		Erva mate
Lages	Fazenda Pelotinhas	12/03/2012	12	12		Derrubada de árvores plantadas (pinus)
Santa Cecília	Sítio Ricardo/Faz. Goulart	15/10/2012	6	6		Derrubada de árvores plantadas

<b>Subtotal:</b>	<b>5</b>	<b>52</b>	<b>52</b>
<b>Total Conflitos Trabalhistas - SC</b>	<b>5</b>	<b>52</b>	
<b>ÁGUA</b>			
<b>Conflitos pela Água</b>			
<b>Município(s)</b>	<b>Nome do Conflito</b>	<b>Data</b>	<b>Famílias</b> <b>Tipo Conflito</b> <b>Situação</b>
Itapoá	Porto Itapoá	23/05/2012	
			Apropriação Particular Impedimento de acesso à água
<b>Subtotal:</b>	<b>1</b>		

### Conflitos em Tempos de Seca

<b>Município(s)</b>	<b>Nome do Conflito</b>	<b>Data</b>	<b>Pessoas</b>	<b>Reivindicação</b>
Florianópolis	Ocupação do Banco do Brasil	13/03/2012	70	Água/Políticas públicas
<b>Total Conflitos Seca</b>	<b>1</b>		<b>70</b>	

<b>Total dos Conflitos no Campo SC</b>	<b>10</b>	<b>Pessoas: 1272</b>
--	-----------	----------------------

## São Paulo

<b>TERRA</b>				
<b>Conflitos por Terra</b>				
<b>Município(s)</b>	<b>Nome do Conflito</b>	<b>Data</b>	<b>Famílias</b>	<b>Categoria</b>
Americana	Faz. Salto Grande/Saltinho/Acamp. Milton Santos	03/09/2012	75	Assentados
Americana/Cosmópolis	Sítio Boa Vista/Usina Ester/Assent. Milton Santos	28/11/2012	68	Assentados
Apiáí	Assentamento PDS Profº Luiz David Macedo	18/05/2012	200	Sem Terra
Araçatuba	Acamp. Zumbi dos Palmares	12/11/2012	40	Sem Terra
Arco-Íris	Fazenda Mondengo	09/09/2012		Sem Terra
Bento de Abreu	Fazenda Rio Feio	12/01/2012	60	Sem Terra
Birigüi/Brejo Alegre/Glicério	Fazenda São José	30/01/2012		Sem Terra
Birigüi/Brejo Alegre/Glicério	Fazenda São José	06/02/2012	60	Sem Terra
Borebi/Iaras	Faz. Capim/Santo Henrique/Núcleo Monções/Cutrale	13/11/2012	60	Sem Terra
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Lagoa Azul	06/02/2012	1	Sem Terra
Iacri	Fazenda Alvorada	31/01/2012	24	Sem Terra
Iacri	Fazenda Clarice	09/09/2012		Sem Terra
Iepê	Fazenda Esperança	31/01/2012	20	Sem Terra
Iepê	Fazenda Fortaleza	08/09/2012	20	Sem Terra
Iporanga	Quilombo Maria Rosa e Vizinhos	12/09/2012	12	Quilombolas
Limeira	Área do Horto Florestal de Limeira	24/05/2012	65	Sem Terra
Marabá Paulista	Fazenda Célia Maria	09/09/2012	50	Sem Terra
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	27/06/2012	50	Sem Terra
Martinópolis	Fazenda Imaculada Conceição	31/01/2012	24	Sem Terra
Parapuã	Fazenda Granja Experimental	18/01/2012	20	Sem Terra
Rancharia	Fazenda Dois Irmãos	31/01/2012	10	Sem Terra
Rancharia	Fazenda Santa Maria	03/02/2012	20	Sem Terra
Rinópolis	Fazenda Leonilda	08/04/2012	20	Sem Terra
Rinópolis	Fazenda Pauliceia	06/02/2012	1	Sem Terra
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo/UHE de Taquaraçu	19/04/2012	120	Sem Terra
Santo Antônio do Aracanguá	Fazenda Almeida Prado	31/01/2012	30	Sem Terra
Santo Antônio do Aracanguá	Fazenda São Pedro de Aracanguá	17/01/2012	110	Sem Terra
São Paulo	Aldeia Tenondé Porã/Guarani	26/04/2012		Indígenas
São Paulo	Aldeia Tenondé Porã/Guarani	27/05/2012		Indígenas
São Paulo	Aldeia Tenondé Porã/Guarani	01/06/2012		Indígenas
São Paulo	Aldeia Tenondé Porã/Guarani	02/06/2012	120	Indígenas
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	19/02/2012		Sem Terra
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	22/03/2012	40	Sem Terra
Teodoro Sampaio	Fazenda Buriti	01/02/2012	100	Sem Terra
<b>Subtotal:</b>		<b>34</b>	<b>1420</b>	

### Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Arco-Íris	Fazenda Mondengo	07/09/2012		MST***
Bento de Abreu	Fazenda Rio Feio	06/01/2012	60	MST***
Birigüi/Brejo Alegre/Glicério	Fazenda São José	30/01/2012		MST***
Birigüi/Brejo Alegre/Glicério	Fazenda São José	06/02/2012	60	MST***
Borebi/Iaras	Faz. Capim/Santo Henrique/Núcleo Monções/Cutrale	11/11/2012	60	MST
Euclides da Cunha Paulista	Fazenda Lagoa Azul	06/02/2012		MST***
Iacri	Fazenda Alvorada	21/01/2012	24	MST***
Iacri	Fazenda Clarice	07/09/2012		MST***
Iepê	Fazenda Esperança	23/01/2012	20	MST***
Iepê	Fazenda Fortaleza	08/09/2012	20	MST***
Indiana	Área em Indiana	05/10/2012	70	MST
Junqueirópolis	Fazenda Nossa Senhora de Lurdes	08/09/2012	100	MST***
Marabá Paulista	Fazenda Célia Maria	07/09/2012	50	MST***
Marabá Paulista	Fazenda Nazaré	23/06/2012	50	MST***
Martinópolis	Fazenda Imaculada Conceição	22/01/2012	24	MST***
Parapuã	Fazenda Granja Experimental	13/01/2012	20	MST***
Paulicéia	Fazenda Bandeirantes	07/09/2012		MST***
Pirajuí	Área da Antiga Usina Miranda	08/08/2012	40	MST
Rancharia	Fazenda Dois Irmãos	21/01/2012	10	MST***
Rancharia	Fazenda Elvira 2	16/06/2012	20	MST***
Rancharia	Fazenda Santa Fé	04/02/2012	30	MST***
Rancharia	Fazenda Santa Maria	22/01/2012	20	MST***
Rinópolis	Fazenda Leonilda	08/04/2012	20	MST***
Rinópolis	Fazenda Pauliceia	06/02/2012	70	MST***
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo/UHE de Taquaraçu	14/04/2012		MST
Sandovalina	Faz. São Domingos/Acamp. Pe. Josimo/UHE de Taquaraçu	14/07/2012	35	MST
Santo Antônio do Aracanguá	Fazenda Almeida Prado	14/01/2012	30	MST***
Santo Antônio do Aracanguá	Fazenda São Pedro de Aracanguá	13/01/2012	110	MST
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	11/02/2012	40	MST
Tarabá	Fazenda São José	07/09/2012	30	MST***
Teodoro Sampaio	Fazenda Buriti	01/02/2012	100	MST***
<b>Subtotal:</b>		<b>31</b>	<b>1113</b>	

### Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Guararapes	Acamp. Nova Esperança/Próx. ao Rio Tietê	20/10/2012	35	MST
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>35</b>	

### Total Conflitos por Terra - SP

66

2568

### TRABALHO

#### Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Pirassununga	Fazenda do Shigueo Hayata e Filhos	05/09/2012	26	26		Tomate
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>26</b>	<b>26</b>		

### Total Conflitos Trabalhistas - SP

1

26

### ÁGUA

#### Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Iporanga/Itaoca/Ribeira	Barragem do Tijuco Alto/PAC	14/03/2012	689	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>689</b>		

### Total dos Conflitos no Campo SP

68

Pessoas: 16311

## Sergipe

## TERRA

## Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Brejo Grande	Comunidade Resina	31/01/2012	50	Quilombolas
Carira	Faz. São Domingos/Acamp. Nova Independência I	18/04/2012	70	Sem Terra
Carira	Fazenda Campos Novos	15/02/2012	100	Sem Terra
Itaporanga da Ajuda	Fazenda Camaçari	18/04/2012	100	Sem Terra
Pacatuba	Faz. Atalho/Curimatãs	12/09/2012	15	Sem Terra
<b>Subtotal:</b>		<b>5</b>	<b>335</b>	

## Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Capela	Fazenda Boi Bravo	17/04/2012	65	MST
Carira	Fazenda Campos Novos	14/02/2012		MST
Carira	Fazenda Campos Novos	17/04/2012	200	MST
Carira/Nossa Senhora da Glória	Fazenda Fortuna	17/04/2012	100	MST
Itaporanga da Ajuda	Fazenda Camaçari	17/04/2012	100	MST
Japoatã	Área do Complexo do Grupo Sanagro	20/10/2012	500	MST
Santo Amaro das Brotas	Fazenda Nossa Senhora das Graças	17/04/2012	30	MST
<b>Subtotal:</b>		<b>7</b>	<b>995</b>	

## Total Conflitos por Terra - SE

12

1330

## Total dos Conflitos no Campo SE

12

Pessoas: 6650

## Tocantins

## TERRA

## Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Araguaína/Nova Olinda	Projeto de Assentamento Chaparraus II	14/09/2012	92	Assentados
Arraias/Paraná	Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso	30/06/2012	250	Quilombolas
Babaçulândia	Assentamento Arraias	17/08/2012		Atingidos por barragens
Babaçulândia	Assentamento Arraias	19/11/2012	17	Atingidos por barragens
Barra do Ouro	Gleba Barriguda	26/06/2012	34	Posseiros
Barra do Ouro	Gleba Tauá	03/03/2012		Posseiros
Barra do Ouro	Gleba Tauá	29/04/2012	10	Posseiros
Barra do Ouro/Goiatins	Faz. Capelinha/Gruta Funda	26/06/2012	24	Posseiros
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Brejão/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	09/12/2012	19	Sem Terra
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	29/02/2012	10	Assentados
Porto Nacional	Faz. Dom Augusto/Acamp. Sebastião Bezerra	04/04/2012	1000	Sem Terra
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Mata Grande	16/09/2012		Sem Terra
Santa Fé do Araguaia	Fazenda Mata Grande	17/09/2012		Sem Terra
<b>Subtotal:</b>		<b>13</b>	<b>1456</b>	

## Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Barra do Ouro	Água Fria/Gleba Tauá	07/03/2012	80	OI
<b>Subtotal:</b>		<b>1</b>	<b>80</b>	

## Total Conflitos por Terra - TO

14

1536

## TRABALHO

## Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Ananás	Fazenda Légua de Pedra	14/02/2012	14			Cerca e roçagem
Araguatins	Fazenda Água Amarela	20/08/2012	56	56		Eucalipto e carvão
Bandeirantes do Tocantins	Fazenda Ipanema	16/06/2012	12			Roçagem
Cristalândia	Faz. Scala II/Carvoaria	09/04/2012	2	7		Carvão vegetal
Cristalândia	Fazenda WR	22/04/2012	9	9		Carvoaria





Foto: João Zinclar

## Agrotóxicos – das injustiças ambientais à dialética da esperança

Raquel Maria Rigotto<sup>1</sup>

Mayara Rocha Melo<sup>2</sup>

Ary Carvalho de Miranda<sup>3</sup>

Maria de Lourdes Vicente da Silva<sup>4</sup>

Franciléia Paula de Castro<sup>5</sup>

Cheila Nataly Galindo Bedor<sup>6</sup>

Lia Giraldo da Silva Augusto<sup>7</sup>

### 1. Agrotóxicos: adoecimento da Terra e de seus filhos

Dentre os 816 conflitos por terra identificados em 2012 pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 13 envolvem questões ligadas à contaminação por agrotóxicos, impactando cerca de 2.000 famílias. A maioria dos conflitos ocorreu na região Nordeste, 6 dos 13 conflitos (46%) nos Estados da Bahia, Maranhão, Pernambuco e Paraíba. No Centro-Oeste foram três conflitos, dois em Mato Grosso do Sul e um em Mato Grosso. Neste o número de famílias afetadas por aspersão de agrotóxicos chega a 600. Na região Sudeste os conflitos aconteceram no Espírito Santo e em Minas Gerais, nesse último envolvendo 450 famílias; no Rio Grande do Sul,

<sup>1</sup> Núcleo Tramas, Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará

<sup>2</sup> Núcleo Tramas, Universidade Federal do Ceará.

<sup>3</sup> Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, da Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz.

<sup>4</sup> Via Campesina, MST. Núcleo Tramas, Universidade Federal do Ceará.

<sup>5</sup> Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE/MT.

<sup>6</sup> Colegiado de Ciências Farmacêuticas/Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

<sup>7</sup> Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco/UPE; Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/CPqAM.

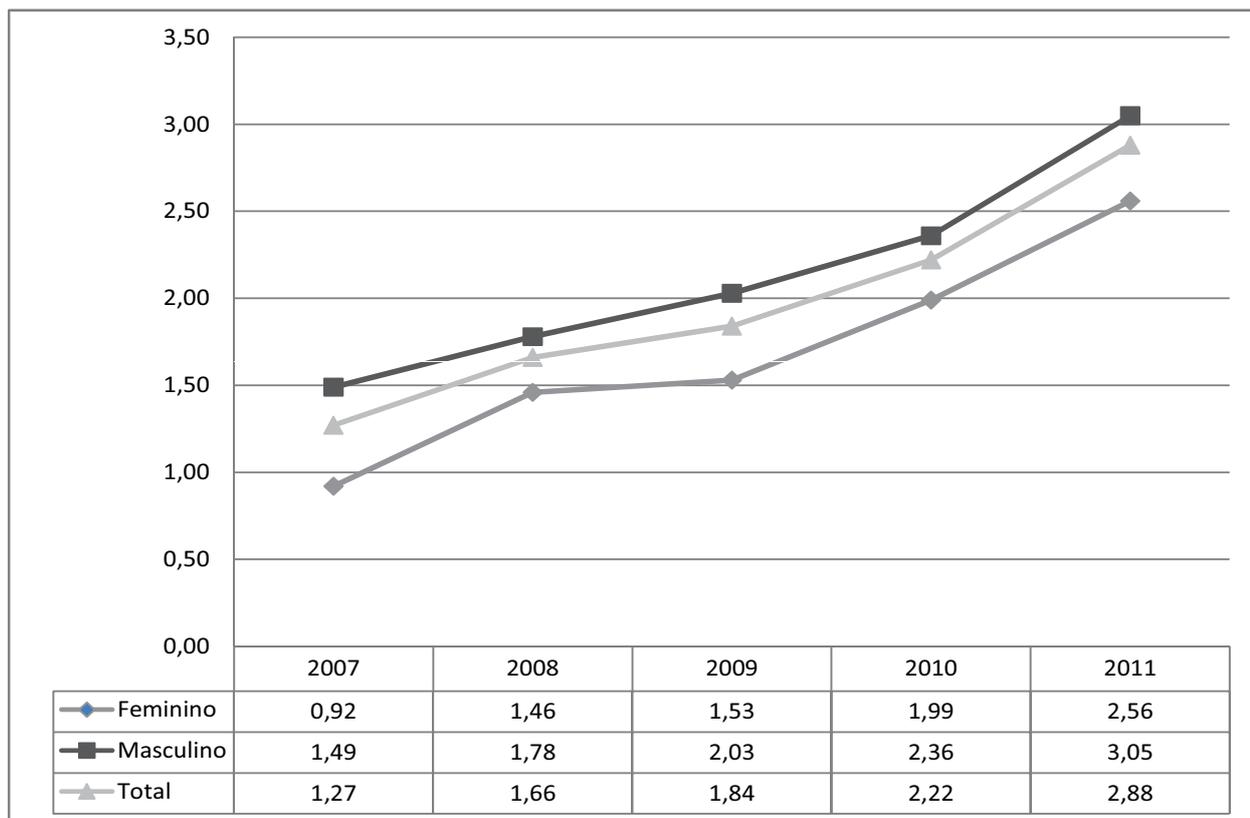
onze famílias indígenas foram vítimas de contaminação por venenos.

Entre os 79 conflitos pela água, dois, um no Ceará e outro no Espírito Santo, também estão relacionados com agrotóxicos. Da mesma forma, 6 dos 168 casos de trabalho escravo, envolviam contaminação por agrotóxicos.

Estes dados foram os que chegaram ao conhecimento da Documentação da CPT, e são importantes porque ajudam a desocultar as diferentes dimensões e a magnitude dos conflitos envolvendo agrotóxicos em todo o Brasil. De acordo com os dados oficiais do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), por exemplo, em 2011 foram registrados mais de 8 mil casos de intoxicação por agrotóxicos no país (FIOCRUZ, 2012). Se levarmos em conta apenas os casos de agricultores

que se intoxicaram no trabalho, neste mesmo ano foram notificados 3.466 casos novos de acidentes de trabalho não-fatais devidos aos agrotóxicos (veja a Figura 1). E o quadro vem se agravando, pois o coeficiente de intoxicação mais que dobrou nos últimos cinco anos: em 2007 era de 1,27/1000 e elevou-se para 2,88/1000 em 2011, representando um aumento de 126% no período. Chama a atenção que este aumento foi maior entre as mulheres, chegando a 178% nestes cinco anos: seria porque elas estão sendo mais inseridas nos empregos do agronegócio? O relatório DHESCA (2006) revelou as condições degradantes das mulheres no polo da fruticultura para exportação em Petrolina (PE) - Juazeiro (BA), onde elas são selecionadas para certas atividades sob a alegação de que são mais pacientes. Neste processo sofrem assédio moral e sexual.

**Figura 1. Coeficiente de incidência de acidentes de trabalho por intoxicação por agrotóxico em trabalhadores da agropecuária (CI/1000). Brasil, 2007-2011.**



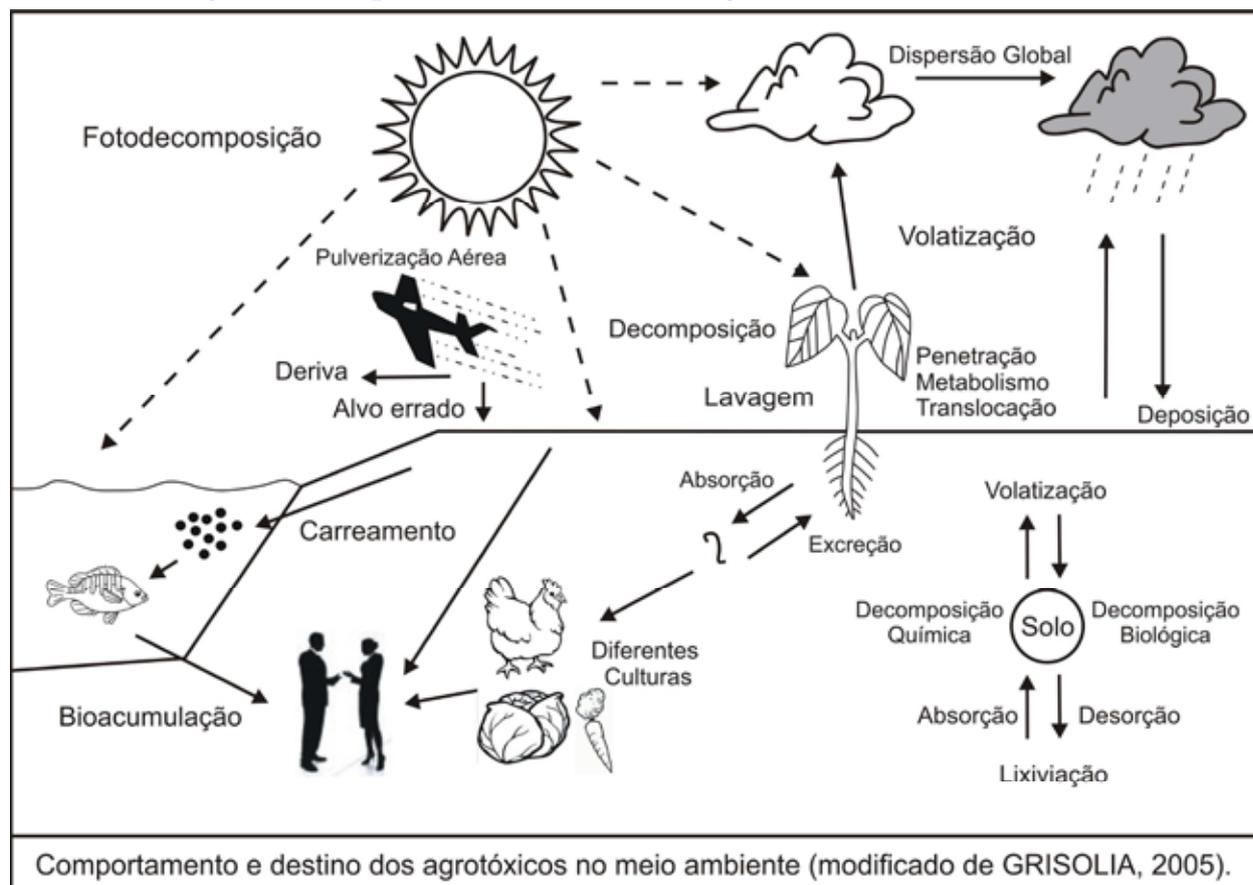
Estes dados, ainda que alarmantes, estão longe de revelar todos os casos de intoxicação aguda. Em pesquisa realizada no Ceará, por exemplo, verificou-se que 30,7% dos trabalhadores examinados apresentavam quadro de provável intoxicação aguda por agrotóxicos, mas 56% deles não procuraram assistência médica: passam mal depois de aplicar veneno, e vão para casa tomar leite ou chá, porque o posto de saúde é longe, não está aberto quando eles saem do trabalho, ou pouco ajuda na resolução do caso (MACIEL *et al*, 2011).

Há ainda um largo espectro de efeitos crônicos dos agrotóxicos, que se misturam com as doenças prevalentes na população brasileira, como os cânceres,

doenças alérgicas, alterações na reprodução, distúrbios endócrinos e neurológicos, influenciando até na depressão e no suicídio (PIGNATI, MACHADO, 2011).

Os agrotóxicos exercem também importantes impactos sobre o ambiente, através da contaminação de bens naturais essenciais para a vida, como o solo, a água e o ar, o que pode ser observado na Figura 2. No caso da aplicação por via aérea, por exemplo, os atuais equipamentos, mesmo com calibração, temperatura e ventos ideais, deixam apenas 32% dos agrotóxicos pulverizados retidos nas plantas, já que 19% vão pelo ar para outras áreas circunvizinhas da aplicação e 49% vão para o solo, podendo atingir o lençol freático (CHAIM, 2004).

Figura 2 - Comportamento e destino dos agrotóxicos no meio ambiente



Fonte: PALMA, 2011

No solo, vários organismos relacionados direta ou indiretamente com funções benéficas (como armazenamento e disponibilidade de água; decomposi-

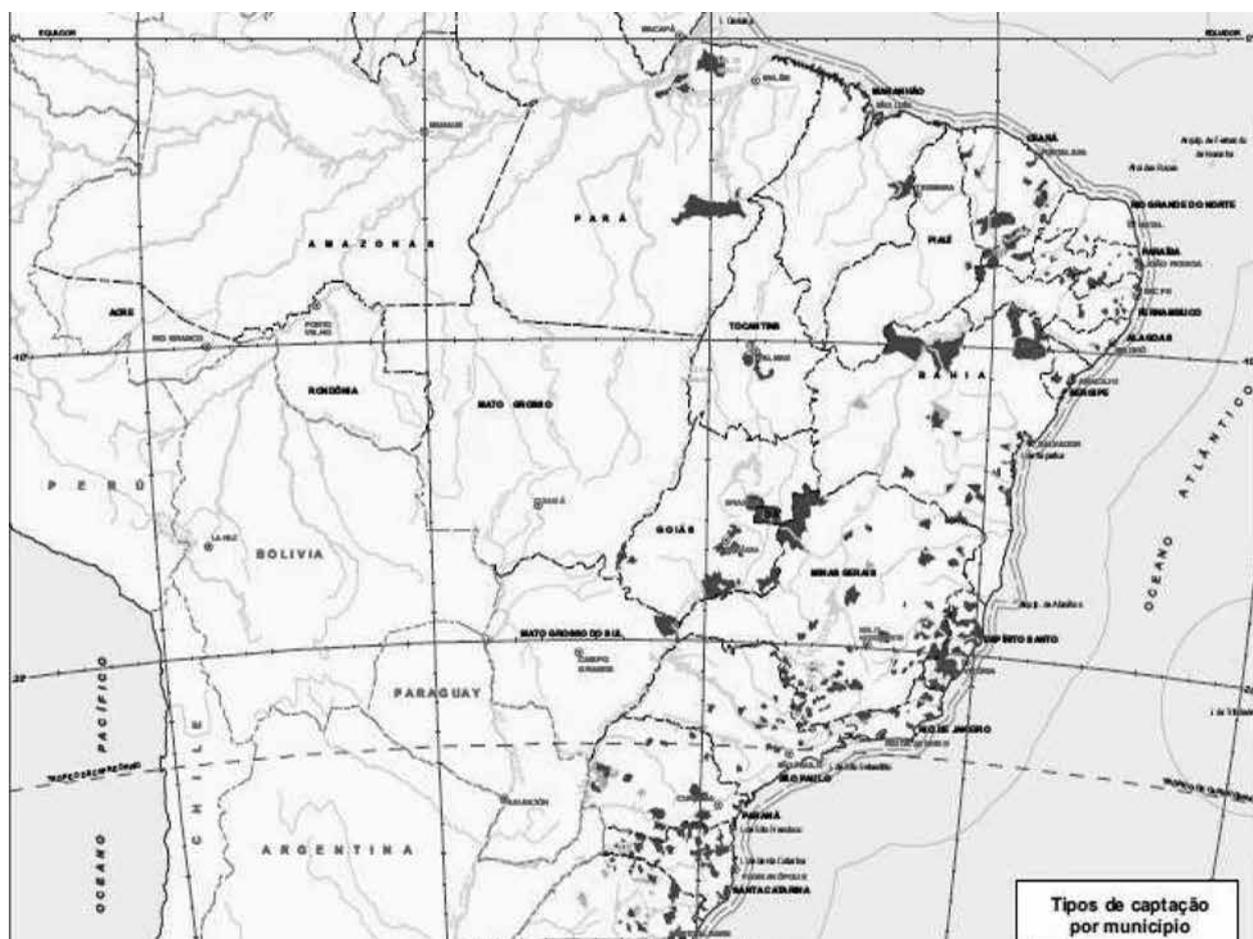
ção de resíduos de plantas e animais com liberação de nutrientes em formas disponíveis às plantas; decomposição, transformação e ciclagem de nu-

trientes etc) são sensíveis aos agrotóxicos, os quais podem alterar não só a diversidade e a composição de espécies, como também a biomassa, interferindo na disponibilidade de nutrientes e comprometendo a fertilidade do solo (SPADOTTO, 2004).

A contaminação da água também se apresenta como um grave problema que vem atingindo, in-

clusive, importantes aquíferos como o Guarani e o Jandaíra (CARNEIRO *et al*, 2012). Considerando a água para consumo humano, o Atlas de Saneamento e Saúde do IBGE (2011) mostra que os resíduos de agrotóxicos já aparecem como causa importante de poluição na captação de água em mananciais superficiais, poços profundos e rasos (veja a Figura 3).

Figura 3 – Municípios que relataram poluição por agrotóxicos em água. Brasil, 2011.

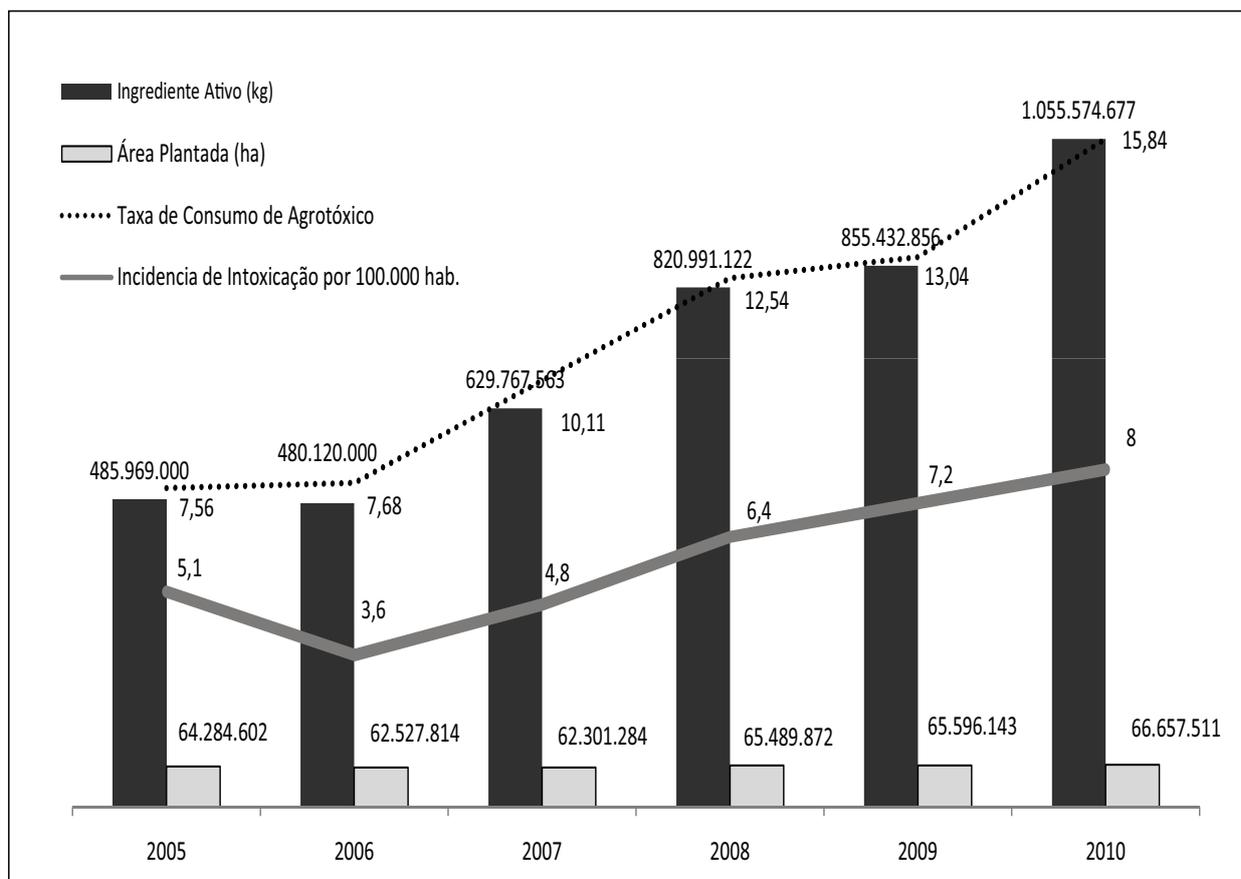


Fonte: Atlas de Saneamento do IBGE, 2011.

O fato é que o Brasil está consumindo mais de um bilhão de litros de agrotóxicos por ano e, desde 2008, vem recebendo o triste título de campeão mundial de consumo de venenos. A Figura 4 mostra, na coluna preta, o crescimento do consumo entre 2005 e 2010, que se reflete na eleva-

ção do volume utilizado por hectare (de 7,56 para 15,84 quilos no período): se a área plantada não se expandiu tanto (coluna cinza), intensificou-se a aplicação em cada território. A linha cinza aponta a associação com o crescimento da incidência de intoxicações.

**Figura 4 - Evolução da produção agrícola, consumo de agrotóxicos e incidência de intoxicações por agrotóxicos, Brasil, 2005 - 2010**



## 2. Agrotóxicos reproduzindo a injustiça ambiental

O uso intensivo de agrotóxicos é consequência da forma de produção do agronegócio que parte do desmatamento e da destruição da biodiversidade dos biomas para implantar o monocultivo de *commodities* em grandes extensões, através da imposição de intenso ritmo de produção à terra. Faz parte das transformações em curso nos processos de produção e nas relações de trabalho no campo, a partir da mecanização agrícola, da superexploração da força de trabalho e da introdução da biotecnologia com organismos geneticamente modificados, como é o caso dos transgênicos. Fortemente apoiado pelas políticas de desenvolvimento agrícola dos governos (financiamento, infraestrutura, flexibi-

lização da legislação, impunidade, entre outros), este complexo de sistemas agrícolas, industriais, de mercado e financeiro controlado por corporações transnacionais, gera impactos que repercutem sobre toda a população brasileira.

Entretanto, os riscos desse modelo de produção e a distribuição de seus danos atingem territórios, segmentos e classes sociais de forma desigual constituindo um evidente processo de injustiça ambiental. Primeiro porque esses danos recaem diretamente sobre as populações mais vulnerabilizadas pelo processo contínuo de destruição e de apropriação da natureza, em que os bens naturais são reduzidos a mercadorias para fins que geram exclusão e apropriação. Segundo porque aos povos do campo é negado ou há um acesso desigual a esses bens, so-

bretudo à terra e aos recursos hídricos, acarretando diversas transformações nos seus modos de vida.

Os trabalhadores certamente são os mais intensa e diretamente atingidos pelos agrotóxicos, seja nas fábricas químicas ou na sua comercialização; seja na saúde pública – por exemplo, em campanhas como a da dengue–; seja em ocupações urbanas e, principalmente, na agricultura e na pecuária. No caso destes, é importante distinguir ainda contextos de risco diferentes para os camponeses e agricultores familiares que trabalham de forma autônoma, para aqueles que produzem de forma integrada ao agronegócio e reproduzem seu pacote tecnológico, para os que são empregados dele e se expõem a volumes elevados de ampla gama de ingredientes ativos de agrotóxicos. Até mesmo os agricultores em transição agroecológica são atingidos pelo problema, na medida em que seus territórios encontram-se cada vez mais cercados por contaminação advinda das grandes plantações, inviabilizando sua produção.

Também as famílias moradoras do entorno das fábricas de agrotóxicos e das grandes empresas agrícolas, ou em áreas atingidas por pulverizações aéreas são contaminadas através do ar e da água principalmente, neste caso expostas dia e noite, durante todos os meses do ano.

Fortalecendo a assertiva dos agrotóxicos como um grave problema de saúde pública no Brasil, é preciso levar em conta que todos os brasileiros, ao consumir alimentos, estão ingerindo também venenos, já que os dados oficiais da ANVISA mostram a presença de agrotóxicos em 63% das amostras de frutas, legumes e verduras examinadas em 2010, mantendo proporções semelhantes nos anos anteriores. Some-se a isso a contaminação da água para consumo humano, comentada acima, precariamente normatizada e controlada pelo Ministério da Saúde (CARNEIRO *et al*, 2012). Acrescente-se também que são os cidadãos brasileiros que assumem o custo das externalidades geradas pelo uso de agrotóxicos, pois estes produtos são contemplados com isenções de impostos (ICMS, IPI, PIS/PASEP,

COFINS), jogando sobre os ombros do SUS ou da Previdência Social, por exemplo, o atendimento e o amparo aos intoxicados, adoecidos e mortos pelo uso de agrotóxicos (TEIXEIRA, 2010).

### 3. O estímulo do modelo de desenvolvimento aos agrotóxicos

O crescimento do uso de agrotóxicos no Brasil está diretamente relacionado à valorização das *commodities* agrícolas na pauta de exportação do país. De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO 2010), em 2009, o país já exportava produtos agrícolas para 180 países alcançando um quarto do mercado mundial. Esses números posicionaram o Brasil como o terceiro maior exportador de produtos agrícolas, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Europeia.

A perspectiva do MAPA, para os próximos dez anos, é disputar a liderança na exportação mundial de *commodities*, conforme podemos verificar através do estudo “Projeções do Agronegócio 2010/11-2020/2021”. A produção de grãos (soja, milho, trigo, arroz e feijão), por exemplo, deverá saltar dos 153,3 milhões de toneladas em 2011/2012 para 185,6 milhões em 2021/2022. Isso pressupõe um aumento na produção relativa de grãos em 21% e de uma expansão de, pelo menos, 9,0% da área plantada. Essa expansão de área deverá se concentrar no cultivo da soja, mais de 4,7 milhões de hectares e na cana de açúcar, mais de 1,9 milhões. Segundo o MAPA (2011), a expansão deverá ocorrer tanto pela incorporação de novas áreas quanto pela substituição de outras lavouras que deverão ceder área. Essas projeções são alarmantes se considerarmos que as culturas prioritárias são monoculturas químico-dependentes, o que poderá agravar o já intenso uso de agrotóxicos no país, ameaçar a diversidade de cultivos e deflagrar novos conflitos de terra.

O cultivo de soja, número um na pauta de exportações, é um exemplo emblemático da relação entre crescimento da produção de monoculturas e uso de

agrotóxicos. Segundo Belo *et al* (2012), o crescimento da produção de soja no Brasil tem sido acompanhado pelo crescimento do uso de herbicidas. A autora aponta estudos que comprovam a relação positiva entre a produção do grão e o aumento do uso do herbicida glifosato, usado para controlar ervas daninhas na lavoura de soja geneticamente modificada para resistir a esse herbicida.

No Baixo Parnaíba a expansão das fronteiras agrícolas para o plantio de soja tem sido acompanhado de intensa violação dos direitos humanos (DHES-CA, 2006: p. 35):

agudo e violento processo de expulsão de populações tradicionais de suas terras, com uma forte reconcentração de terras, já estando mais de um milhão de hectares de terra sob o controle de grandes proprietários rurais, em claras violações ao direito humano à terra rural, à água e à alimentação adequada; desmatamento de áreas de forma acelerada, com a utilização de métodos predatórios, tendo já levado ao desmatamento intensivo de mais de 100 mil hectares de terra, destruindo de forma irresponsável, e que ameaçam a saúde dos trabalhadores rurais, consumidores e moradores de regiões próximas às áreas ...intimidação da população local, através de ameaças verbais e mesmo armadas...discriminação não só por parte dos representantes do agronegócio, como também de alguns representantes do poder público estadual, como membros da polícia civil e militar, juízes e outras autoridades locais.

De acordo com o 2º *Acompanhamento da adoção de biotecnologia agrícola no Brasil*, três em cada quatro hectares cultivados com soja no Brasil na safra 2010/11 foram semeados com grãos geneticamente modificados. A previsão do estudo é de que a adoção de soja transgênica tolerante a herbicida salte dos atuais 18,1 milhões de hectares plantados para 30,4 milhões de hectares na safra 2019/20 (CÉLERES, 2011). Isso expõe a perspectiva de que o Brasil, atualmente maior consumidor de agrotóxicos do

mundo, continuará sendo um mercado em expansão para a utilização de venenos que ameaçam a saúde de trabalhadores/as rurais, consumidores/as e moradores/as de regiões próximas às áreas de atuação do agronegócio.

Finalmente, é importante destacar a ampliação de incentivos econômicos prevista no Plano Plurianual – PPA 2012 – 2015 do MAPA. Para atender a um dos objetivos do PPA, que versa sobre a ampliação do acesso aos recursos do crédito rural, o Governo deverá aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário.

Completando a escolha política de priorizar os incentivos ao agronegócio, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) tem previsto uma série de ações destinadas ao escoamento da produção, entre elas, obras de médio e longo prazo para o setor, como dragagens em portos, obras de restauração, duplicação e construção de rodovias e hidrovias, além de novos ramais ferroviários (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2010).

Os estímulos a este modelo de desenvolvimento estão relacionados ao papel reservado ao Brasil na economia mundializada, marcada pela dominação do capital transnacional. A desigualdade entre países ricos e pobres não surge somente pela distribuição desigual da riqueza, pelo atraso tecnológico dos países do Sul frente aos do Norte, mas pela transferência da riqueza gerada na sobre-exploração dos recursos naturais e da força de trabalho dos países dominados para os países dominantes. A degradação ambiental se coloca, então, como componente estrutural do sistema globalizado, a partir de uma organização produtiva dependente, ditada pela ordem econômica mundial, que degrada a capacidade produtiva dos ecossistemas tropicais e a riqueza de suas populações (LEFF, 2009).

Neste cenário, o Brasil, para os interesses do capital transnacional, ganha um papel importante, dada sua configuração continental, a riqueza de

sua biodiversidade e seu potencial produtivo de *commodities* agrícolas, minerais e de petróleo. Os efeitos sobre a saúde das populações e os impactos ambientais decorrentes do modelo agroexportador brasileiro, que exige cada vez mais o uso intensivo e extensivo de agrotóxicos, devem ser vistos como um dos componentes articulados desse cenário (MIRANDA, 2012).

#### 4. Dialética da esperança na luta contra os agrotóxicos

Neste contexto, é de se saudar a reação organizada e ampla da sociedade brasileira, protagonizada pelos movimentos sociais do campo que lançaram a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, desde 2011. Assim eles se definem:

A Campanha é uma resposta organizada a investida do capital, tratando de se apresentar como uma ferramenta de luta que por sua vez é a síntese de várias iniciativas em torno das lutas contra o modelo de produção hegemônico que depende dos agrotóxicos. Sendo assim, afirmamos contundentemente que o que a Campanha traz de elemento inovador é a capacidade de aglutinar as diferentes iniciativas de luta já existentes e construídas ao longo dos anos, resignificando algumas bandeiras de luta e apresentando outras aparentemente novas no âmbito da luta política. Ao rea-

lizar um processo de denúncia formando e informando a sociedade sobre os males causados pelos agrotóxicos, bem como garantindo um processo de anúncio de uma proposta alternativa, a campanha explicita o conflito existente na sociedade e os interesses que cada proposta de modelo para o campo brasileiro representa (RIGOTTO *et al*, 2012, p. 85).

A intensa mobilização da sociedade tem gerado a realização de audiências públicas, debates, produção e difusão ampliada de informações, proibição de pulverização aérea em alguns municípios, etc. É nesse contexto que se situam os 39 atos registrados pela Comissão Pastoral da Terra em 2012, envolvendo 30.820 pessoas. Essas manifestações ocorreram na região Nordeste (16), com a participação de 7.390 pessoas, na região Sudeste (9), com 3.920 manifestantes. Nas regiões Norte e Centro-Oeste aconteceram 3 manifestações em cada, envolvendo 2.360 e 1.100 pessoas respectivamente. Na região Sul houve 8 manifestações, 7 delas no Rio Grande do Sul, incluindo a 35ª Romaria da Terra, que envolveu 15.000 manifestantes que protestavam pela Reforma Agrária, contra a construção de barragens, em defesa da água e do meio ambiente e contra os agrotóxicos.

É de se reconhecer, assim, o importante papel de proteção da saúde pública desenvolvido por estes movimentos.

#### Referências

BELO, M. S. S. P. *et al*. Uso de agrotóxicos na produção de soja do estado do Mato Grosso: um estudo preliminar de riscos ocupacionais e ambientais. Rev. bras. saúde ocup., [online], v. 37, no125, p. 78-88, 2012. ISSN 0303-7657.

CARNEIRO, F. F. *et al*. Dossiê ABRASCO 1 – Um

alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. ABRASCO. Rio de Janeiro, p. 98. 2012.

CÉLERES. Os Benefícios Econômicos da Biotecnologia Agrícola no Brasil:1996/97 a 2009/10. Céleres. Uberlândia - MG, p. 8. 2011.

CHAIM, A. Tecnologia de aplicação de agrotóxicos: fatores que afetam a eficiência e o impacto ambien-

- tal. In: SILVIA, C. M. M. D. S.; FAY, E. F. Agrotóxicos & Ambiente. Brasília: Embrapa, 2004. p. 289-317.
- DHESCA. Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambiental. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.sao-franciscovivo.com.br/files/Relat%C3%B3rio%20miss%C3%A3o%20s%C3%A3o%20francisco.pdf>. Acesso em 11/03/2013.
- DHESCA. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais. Relatório 2005. Maria Elena Rodriguez (org). - Rio de Janeiro, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Atlas de Saneamento 2011 – Saúde e Meio Ambiente. IBGE, 2011.
- LEFF, E. Ecologia, Capital e Cultura: A Territorialização da Racionalidade Ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- LONDRES, F. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.
- MACIEL, R. H. M.; RIGOTTO, R. M. Como está a saúde destes trabalhadores? In: RIGOTTO, R. M. (Org). Agrotóxicos, Trabalho e Saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Editora UFC, 2011. p. 391-413.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. A força da agricultura 1960 - 2010. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Brasília, p. 68. 2010.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Brasil Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022 - resumo executivo. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA. Brasília - DF, p. 8. 2012.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Plano Plurianual - PPA 2012-2015. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Brasília, p. 35. 2012.
- MIRANDA, A. C. Reflexões acerca da situação e dos problemas referentes à crise socioambiental e seus reflexos à saúde humana: uma contribuição a partir do materialismo histórico dialético. (Tese de Doutorado). Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz. Rio de Janeiro. 2012.
- PALMA, DANIELLY CRISTINA DE ANDRADE. Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva para a obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva, UFMT-Cuiabá, 2011;
- PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população do estado de Mato Grosso. In: GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. P. (Org.). Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- RIGOTTO, R. M. *et al.* Dossiê Abrasco – Parte 3 - Agrotóxicos, conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes. Abrasco. Porto Alegre. 2012.
- SPADOTTO, C. *et al.* Monitoramento do risco ambiental de agrotóxicos: princípios e recomendações. Embrapa Meio Ambiente. Jaguariúna. 2004.
- TEIXEIRA, M. M. “A criação do conflito foi que mostrou pra sociedade o quê que estava acontecendo ali”: agronegócio, vida e trabalho no baixo Jaguaribe, CE. (Monografia). Universidade Federal do Ceará - UFC. Fortaleza. 2010.
- VEJMELKA, M. (Org.). Amazônia, Região Universal e Teatro do Mundo. São Paulo: Editora Globo, 2010.





Foto: João Zinclar

# Terra

### Tabela 3 - Violência contra a ocupação e a posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
<b>Centro-Oeste</b>											
DF	11	3207	5774	120	870	800	1200	70			1200
GO	19	1210	9357		255	51					
MS	58	3336	41454		250	1133	1150	163		162	1685
MT	26	3257	614750		532	457	1	13			103
<b>Subtotal:</b>	<b>114</b>	<b>11010</b>	<b>671335</b>	<b>120</b>	<b>1907</b>	<b>2441</b>	<b>2351</b>	<b>246</b>	<b>0</b>	<b>162</b>	<b>2988</b>
<b>Nordeste</b>											
AL	43	2411	6096	48	291	783	342	30	27	30	170
BA	122	9505	111319	36	486	846	548	154	540	640	550
CE	4	1620	3000		10	200		10			
MA	161	10043	810378	110	300	3082	4326	133	822	93	3432
PB	13	3165	18877	100	60		33				2274
PE	105	11034	16439	202	1451	201	6133	113	227	207	1088
PI	24	1553	17802				588	12			200
RN	6	1737	13855		1031	570			167		
SE	12	1330	330		15	100	220			50	170
<b>Subtotal:</b>	<b>490</b>	<b>42398</b>	<b>998096</b>	<b>496</b>	<b>3644</b>	<b>5782</b>	<b>12190</b>	<b>452</b>	<b>1783</b>	<b>1020</b>	<b>7884</b>
<b>Norte</b>											
AC	40	3310	375682			212	790	26			90
AM	34	3408	953959		251	768	853	1	339	255	967
AP	55	2186	225273			320	398			1	
PA	89	12471	526599	325	193	3012	2677	308	164	17	5895
RO	70	3995	623562	3	459	1774	422	31		4	557
RR											
TO	14	1536	72000	24		1000	182	1	17		196
<b>Subtotal:</b>	<b>302</b>	<b>269061</b>	<b>1362715</b>	<b>352</b>	<b>903</b>	<b>7086</b>	<b>5322</b>	<b>367</b>	<b>520</b>	<b>277</b>	<b>7705</b>
<b>Sudeste</b>											
ES	5	460	2521			175					130
MG	42	5118	57615	360	143	405	782	245	50	134	837
RJ	13	1100	13337		5	247	50	1	3	40	50
SP	66	2568	35649	60	580	365	200	60			361
<b>Subtotal:</b>	<b>126</b>	<b>9246</b>	<b>109122</b>	<b>420</b>	<b>728</b>	<b>1192</b>	<b>1032</b>	<b>306</b>	<b>53</b>	<b>174</b>	<b>1378</b>
<b>Sul</b>											
PR	11	1042	3424		137	261					
RS	21	1281	32504		140	40	420				13
SC	3	230	4374				60		60	60	
<b>Subtotal:</b>	<b>35</b>	<b>2553</b>	<b>40302</b>	<b>0</b>	<b>277</b>	<b>301</b>	<b>480</b>	<b>0</b>	<b>60</b>	<b>60</b>	<b>13</b>
<b>Total:</b>	<b>1067</b>	<b>921131</b>	<b>3181570</b>	<b>1388</b>	<b>7459</b>	<b>16802</b>	<b>21375</b>	<b>1371</b>	<b>2416</b>	<b>1693</b>	<b>19968</b>

\* O número de ocorrências e famílias envolvidas refere-se à soma de Ocupações/Retomadas, Acampamentos e Conflitos por Terra.

# O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água

Rodrigo Salles P. Santos\*

## 1. Introdução

A aposta da política industrial na expansão da indústria extrativa mineral significa uma ampliação dos conflitos socioambientais nos territórios nos quais suas redes de produção se enraízam, incorporando os nodos extrativos, produtivos e logísticos. Os conflitos socioambientais são, adicionalmente, definidos pela competição desigual por bens naturais, opondo práticas socioeconômicas e culturais tradicionais e, de outro, a indústria extrativa mineral. O texto apresentado busca, assim, relacionar as dinâmicas privadas e públicas convergentes para a consolidação de um projeto neoextrativista no Brasil e a ampliação dos conflitos socioambientais em torno da mineração a partir dos anos 2000. A seção seguinte descreve a convergência descrita a partir de estratégias empresariais e da estrutura do mercado de *commodities* minerais, assim como das estratégias estatais de manutenção do equilíbrio das contas públicas e de ampliação da legitimidade política, que configuram o projeto neoextrativista. A terceira seção, por sua vez, discute a materialização desse projeto em torno da centralidade da terra e das práticas repetidas de violação de direitos coletivos tradicionais, particularmente da perspectiva das populações rurais e tradicionais (indígenas e quilombolas, em especial), apresentando uma compilação não exaustiva dos dados reunidos acerca de direitos ambientais, humanos e trabalhistas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de um panorama do crescimento das ações de contestação

social. A quarta seção desdobra as questões anteriores da perspectiva da centralidade ampliada da água para processos extrativos que enfrentam a redução qualitativa e quantitativa das jazidas minerais, ampliando os focos de luta e contestação social ao setor. Finalmente, o artigo se encerra com uma seção de comentários finais.

## 2. A convergência do Estado e do mercado em torno de um projeto neoextrativista

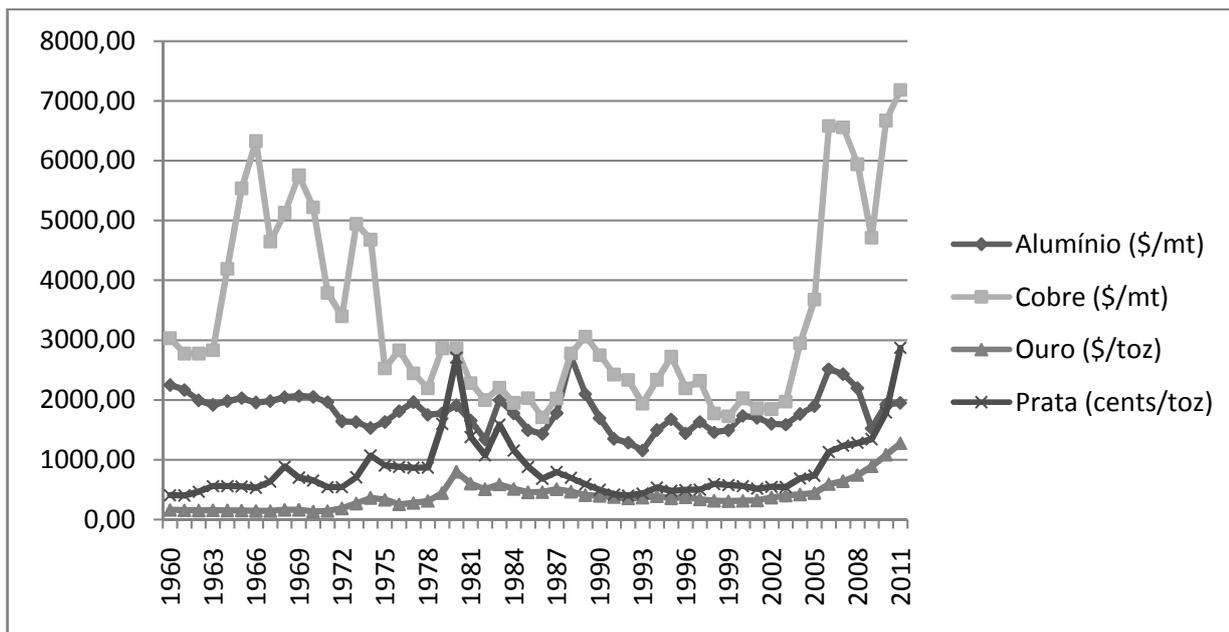
A ampliação da disputa em torno dos bens naturais representa uma consequência incontornável do chamado projeto neoextrativista na América Latina, que compreende ainda um papel ativo do Estado na acumulação de capital e o uso das rendas extrativas como esteio de legitimidade política (Gudynas, 2009).

No caso brasileiro, em particular, esse projeto centra-se, fundamentalmente, na indústria extrativa mineral (IEM). Em primeiro lugar, esse movimento é condicionado por estruturas de mercado e agentes econômicos. Nesse sentido, o fenômeno do “boom” das *commodities*, cujo ápice se deu entre 2003 e 2008, constitui um elemento explicativo-chave.

Apenas para ilustrar o processo do ponto de vista histórico, os gráficos abaixo (1 e 2) apresentam a evolução dramática do preço real, entre 1960 e 2011, do alumínio, do cobre, do ouro e da prata, de um lado; e do minério de ferro, do petróleo, do carvão e do chumbo, de outro.

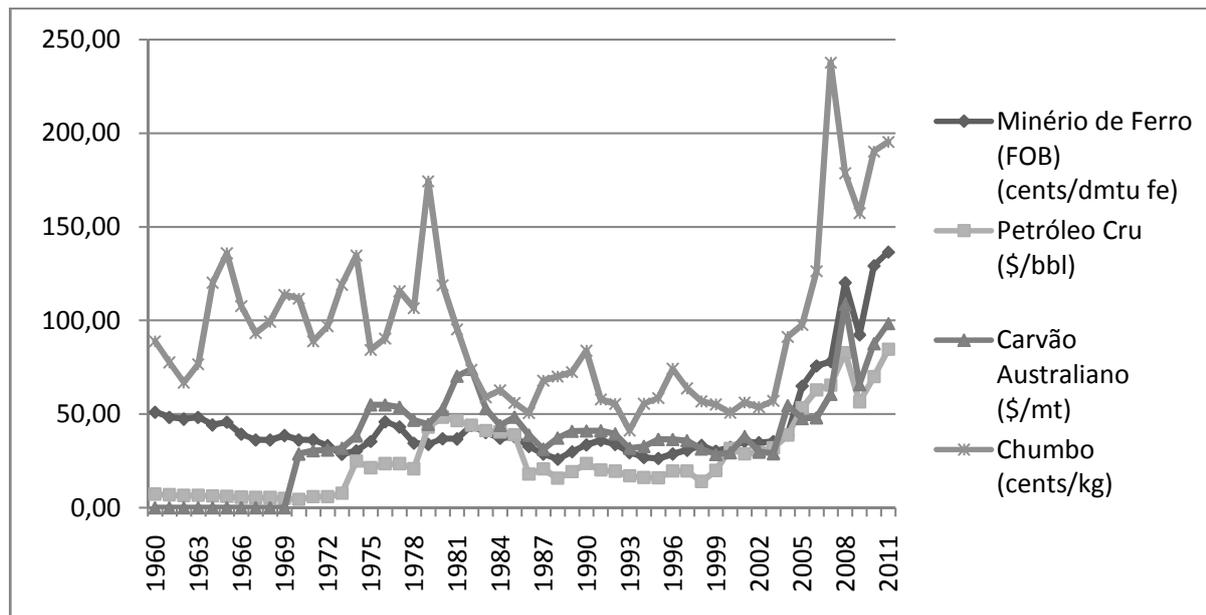
\* Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFJF). Contato: rodrigo.santos@ufjf.edu.br.

Gráfico 1: Evolução do Preço Real de Minerais Seleccionados, 1960-2010 (US\$; ano-base: 2005).



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Banco Mundial (2013).

Gráfico 2: Evolução do Preço Real de Minerais Seleccionados, 1960-2010 (US\$; ano-base: 2005).



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Banco Mundial (2013).

Com efeito, a elevação exponencial dos preços tem produzido efeitos positivos sobre a lucratividade das companhias mineradoras. No contexto da retomada da acumulação no setor, pós-crise de

2008/2009, o terceiro trimestre de 2010 apresentou lucratividade de R\$ 12,5 bilhões (crescimento de 238% em comparação ao lucro no mesmo período de 2009, de R\$ 3,7 bilhões), à frente dos setores ban-

cário e de petróleo e gás. O resultado setorial, por sua vez, teria sido “impulsionado pela Vale S. A. – maior mineradora de ferro do mundo –, de acordo com a consultoria Economatica” (UOL, 2010).

Apesar da reversão limitada dessa tendência ascendente dos preços e da desaceleração econômica dos BRICS em 2012, as dez maiores companhias mineradoras do mundo em valor de mercado<sup>2</sup> tiveram lucro líquido no primeiro semestre do ano, sendo os mais representativos: da Vale (US\$ 6,518 bilhões), do grupo Rio Tinto (US\$ 5,885 bilhões) e da BHP Billiton (US\$ 5,476 bilhões) (Dezem, 2012), novamente as três maiores exploradoras mundiais de ferro.

Se em âmbito econômico global, as empresas e o mercado assumem protagonismo no projeto neoextrativista, reorientando suas expectativas de lucro e investimentos em função da demanda voraz dos processos de industrialização e modernização das economias em desenvolvimento, em especial a chinesa; em escala nacional, o Estado brasileiro vem renovando sua inserção na divisão internacional do trabalho<sup>3</sup> prioritariamente a partir da indústria extrativa mineral. Nesse sentido, essa (re)inserção é propriamente definida como regressiva ou reprimarizada, (De Negri; Alvarenga, 2011), visto que depende, de forma crescente, da participação do setor primário.

Considerada a complexidade adquirida pela economia brasileira desde 1930, o que explica sua singularidade no subcontinente latinoamericano, a expansão da participação da indústria extrativa mineral no valor adicionado (VA) nacional ao lon-

go da última década é impetuosa, saltando de 1,6% em 2000 para 4,1% em 2011, com perda concomitante da indústria da transformação, que reduz sua participação de 17,2% para 14,6%. Essa participação crescente se concentra, ademais, no segmento de exploração ou lavra mineral, com o incremento de cerca de 10% em menos de uma década, como demonstram os dados do Balanço Energético Nacional (MME, 2011, p. 10).

Mais preocupante é o fato de o êxito dessa indústria depender, essencialmente, de um lado, dos vínculos comerciais externos, dentre os quais sobressaem os chineses; e, de outro, da performance de um único mineral, o minério de ferro. Assim, em 2009, a IEM comercializou com o exterior US\$ 30,83 bilhões, em torno de 20% do total das exportações brasileiras (US\$ 152,99 bilhões) naquele ano, correspondendo, ainda, a mais de 60% do superávit da balança comercial, de US\$ 25,29 bilhões. Nesse contexto, a participação dos minerais metálicos chegou a 90,04% (US\$ 27,76 bilhões) (DNPM, 2011, p. 52) e a do minério de ferro, exclusivamente, a 63,58% (US\$ 19,60 bilhões) do valor total exportado.

Nesse sentido, considerados os papéis da indústria extrativa mineral, importante e crescente na criação de valor, mas crucial na pauta exportadora, permanece no ar uma questão: por que o Estado ‘aposta suas melhores fichas’ no setor? De fato, a natureza produtivista<sup>4</sup> da proposta de um novo Código Mineral, substitutivo do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, associada a uma estratégia estatal profundamente autoritária<sup>5</sup>, que se esconde sob

<sup>2</sup> BHP Billiton, Rio Tinto, Vale, China Shenhua, Anglo American, Barrick Gold, Xstrata, Glencore, Goldcorp e Coal India, segundo a consultoria PwC.

<sup>3</sup> A referida renovação vem sendo construída sob um regime de crescimento econômico, representando pela elevação de 4,01% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro entre 2003 e 2010.

<sup>4</sup> Que se expressa, no Plano Nacional de Mineração 2030, através da previsão de investimentos da ordem de US\$ 7,296, US\$ 90,277 e US\$ 161,651 bilhões em pesquisa, extração e transformação minerais, respectivamente, até 2030; assim como da expectativa da expansão em cerca de três vezes da exploração de alumina, chumbo, estanho, ferro, ouro e zinco, além da quadruplicação e sextuplicação das lavras de cobre e níquel, respectivamente (MME, 2010).

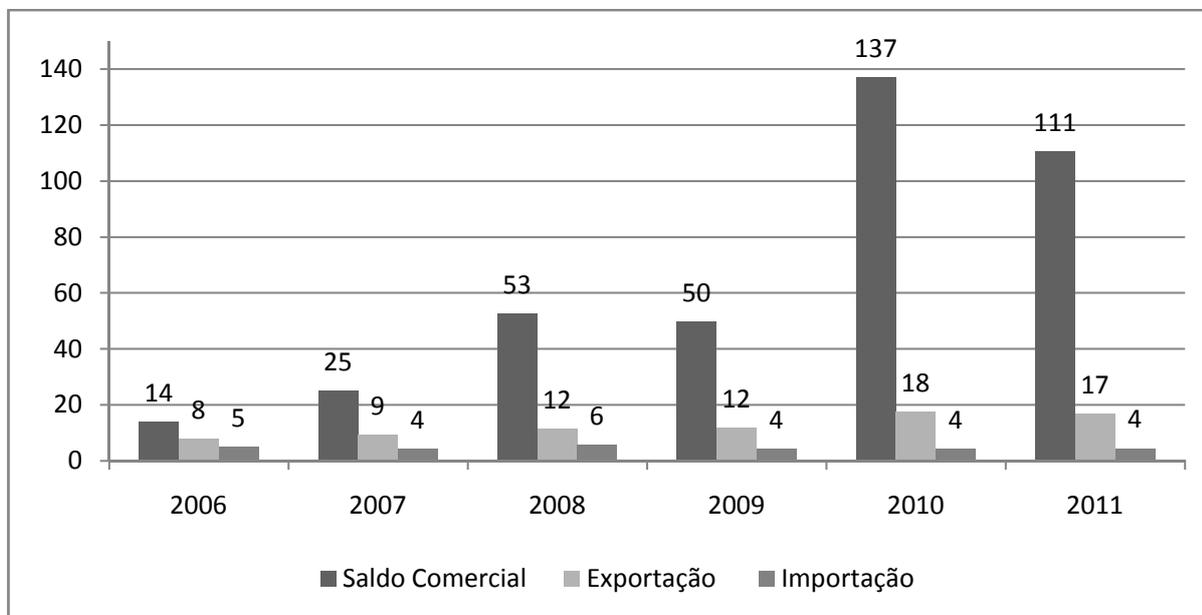
<sup>5</sup> No momento, três projetos de lei associados ao novo Código Mineral vêm sendo elaborados pelo Poder Executivo, acerca da conversão do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Agência Nacional de Mineração (ANM), da instituição do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e, finalmente, do próprio Código Mineral. A despeito da recente sanção de uma lei de transparência pública (Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011), todas as solicitações de acesso aos projetos vêm sendo rigorosamente negadas, reforçando o caráter antidemocrático e tecnocrático da política mineral.

o argumento do ‘interesse nacional’, vem negando a trabalhadores e sindicatos, movimentos sociais e ONGs, atingidos e populações indígenas e tradicionais quaisquer possibilidades de democratização e controle social das perspectivas futuras do setor.

É nesse sentido que o entendimento do papel da indústria extrativa mineral na economia nacional passa, essencialmente, pela explicitação da estraté-

gia estatal de industrialização com orientação exportadora (export-oriented industrialisation, EOI) como modo específico da reinserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. Essa característica vem se acentuando dramaticamente nos últimos anos, de modo que a IEM responde, atualmente, pelo resultado superavitário da Balança Comercial brasileira, conforme o gráfico 3 demonstra.

**Gráfico 3. Participação da IEM nas Exportações, Importações e Saldo Comercial**



Fonte: Elaborado a partir de dados do IBRAM (2011).

No entanto, essa estratégia se configura impraticável, pois enfrenta condicionantes financeiros estruturais, orientadores dos investimentos. Primeiramente, privados, com foco exclusivo no retorno aos acionistas (*shareholder value*). E, em segundo lugar, públicos, pressionados, de um lado, pela necessidade de captura de maior parcela das rendas extrativas<sup>6</sup> como forma de equacionamento das contas públicas e, de outro, pela emergência de uma via redistributiva de superação da pobreza, que tem operado mais como mecanismo de legitimação política do que como estratégia de enfrentamento da desigualdade social no país.

Em realidade, incapaz de efetivar uma estratégia econômica inovadora e autônoma, capaz de retomar o caminho inconcluso da diversificação e integração da economia nacional, centrada no dinamismo do setor secundário, o Estado brasileiro desde 2003 faz uso de estratégias tradicionais, caracterizadas pelo isolamento de setores econômicos e redes de produção (Henderson *et al.*, 2011) de alta competitividade, pois que intensivos em trabalho e/ou bens naturais, como forma de inserção externa regressiva e meio privilegiado de legitimação política. Na prática, o projeto neoextrativista que se consolida nesse momento em toda a América Lati-

<sup>6</sup> Assim, o debate acerca dos rumos do setor tem sido restringido à temática dos royalties, isto é, à reestruturação da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que constitui apenas um – e não o mais importante – elemento da carga tributária efetiva incidente sobre a indústria extrativa mineral (SANTOS, 2012).

na e assume contornos neodesenvolvimentistas no Brasil é estruturalmente incapaz de superar a condição semiperiférica da economia brasileira.

### 3. A disputa pelos bens naturais: a terra e a violação de direitos

Em uma importante iniciativa de mapeamento das estratégias e conteúdos da política mineral brasileira, o estudo “Novo Marco Legal da Mineração no Brasil. Para quê? Para quem?”, produzido por Julianna Malerba (org.), Bruno Milanez e Luiz Jardim Wanderley, constata que a indústria extrativa mineral vem enfrentando um contexto de “redução das melhores reservas minerais e [...] a possibilidade de escassez de alguns minérios no médio prazo” (Milanez, 2012, p. 23). Nesse sentido, considerando uma taxa hipotética de crescimento da exploração mineral de 5% ao ano, as reservas mundiais conhecidas de minérios como bauxita, ferro, estanho e cobre, por exemplo, teriam duração prevista de apenas 48, 41, 21 e 18 anos, respectivamente (ibid., p. 27).

Na prática, essas tendências, somadas aos estímulos estatais e de mercado explicitados na primeira seção do texto, induzem a expansão de projetos já operacionais, o implante de novos projetos de prospecção de jazidas (ibid., p. 23) e, finalmente, torna rentáveis projetos econômicos previamente inviáveis<sup>7</sup>. Fundamentalmente, a partir da conjuntura iniciada em 2003, a indústria extrativa mineral passou a vincular, no Brasil, uma disputa acirrada acerca da apropriação e do uso de bens naturais, previamente definidos como comuns ou coletivos, tais como o patrimônio cultural e histórico, o ar e, principalmente, a terra e a água, dos quais a sequência do texto se ocupa, em especial.

De fato, considerando o desenvolvimento da ocupação do território nacional – sobretudo na Amazô-

nia, a expansão da indústria extrativa mineral tem ampliado, fundamentalmente, o conflito socioambiental de base territorial. Populações urbanas e rurais, tradicionais e indígenas, dentre outros grupos afetados, têm tido seus direitos tradicionais desrespeitados recorrentemente, sob a proteção de um Estado cujas bases econômicas estão estruturalmente atadas ao projeto neoextrativista.

Em trabalho acerca do regime jurídico relativo ao acesso à terra na África do Sul, Tarik Bakheit enuncia:

Alega-se que as atividades de mineração estimulam mais disputas sobre a terra do que qualquer outra indústria. Isto é devido a fatores intrínsecos às atividades de mineração: graves rupturas em comunidades, restrição de outras atividades econômicas potenciais, além de problemas relacionados ao ambiente. Devido a diferenças essenciais vinculadas ao valor socioeconômico da terra, o conflito entre a mineração e outros usos da terra parece ser inevitável (2005).

Essa alegação inicial ajuda a explorar, em maior detalhe, os exemplos empíricos conflituosos acerca do acesso da propriedade e do uso da terra no Brasil contemporâneo. Antes disso, no entanto, é necessário apresentar a concepção estatal prevalente sobre a relação entre mineração e terra. Assim, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 demarca os recursos minerais como “bens da União”, distinguindo a propriedade do solo e do subsolo:

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra (Brasil, 1988).

<sup>7</sup> Quanto a essa última dimensão, a exploração em regiões como o extremo norte da Bahia (municípios de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé), onde as jazidas de minério de ferro são caracterizadas por baixos teores, entre 25% e 40%, implicando em processos de concentração industriais, tem se tornado rentável conjuntamente.

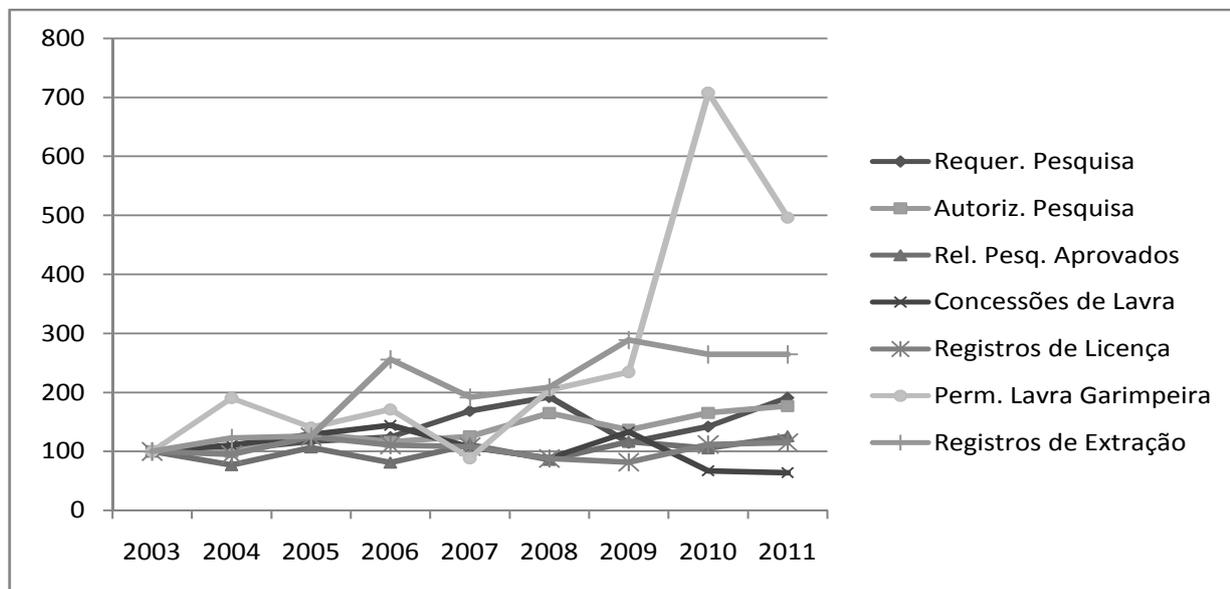
De fato, é a existência de bens minerais, em grande medida concentrados em jazidas no subsolo<sup>8</sup>, que institui a distinção político-jurídica entre a propriedade do solo e do subsolo. Portanto, a etapa preliminar da conversão de bens naturais em recursos minerais, ou seja, em recursos potencialmente aproveitáveis do ponto de vista econômico, já foi concluída. Caracterizada a existência potencial de recursos minerais em um dado território, por sua vez, a exploração (pesquisa)<sup>9</sup> e a exploração (lavra)<sup>10</sup> constituem as atividades geradoras de conflitos por excelência.

No Código de Minas de 1967 (Brasil, 1967), proprietários e posseiros do solo são definidos como superficiários, formalizando a prioridade histórica de fato do uso mineral do território, em detrimento de outras formas de ocupação. Nesse sentido, a exploração e a exploração geram obrigações de pagamento, por parte dos portadores de autorizações e concessionários, ao superficiário, seja de renda pela ocupação e de indenização por danos e prejuízos (ibid., cf. Art. 27), seja pela participação nos resultados da lavra (ibid., cf. Art. 176)).

O “preceito da prioridade da mineração” (Milanez, 2012, p. 61) sobre as demais atividades econômicas se assenta, então, em um vínculo entre os supostos benefícios econômicos superiores da mineração e os interesses nacional e social, definidos como ‘públicos’ exclusiva e arbitrariamente pelo Estado. Assim, mesmo “diante do conflito de interesses primários isonômicos”, isto é, caracterizados pela igualdade de direitos, como entre a indústria extrativa mineral e assentamentos para fins de reforma agrária, as autoridades estatais possuem a prerrogativa de definir “qual das duas atividades irá melhor contribuir para o desenvolvimento nacional” (DNPM, 2004).

Efetivamente, a conjunção entre o interesse privado, impulsionado pelas condições excepcionais de reprodução ampliada de capital nas atividades de mineração, de um lado; e do interesse ‘público’, premido pela necessidade de equacionamento do déficit público e do reposicionamento da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, vêm transformando a indústria extrativa mineral no Brasil em uma devoradora de terras.

Gráfico 4. Evolução dos Processos Minerários



Fonte: DNPM (2012)

<sup>8</sup> Apesar de cerca de 70% da exploração mineral no Brasil ser realizada a céu aberto.

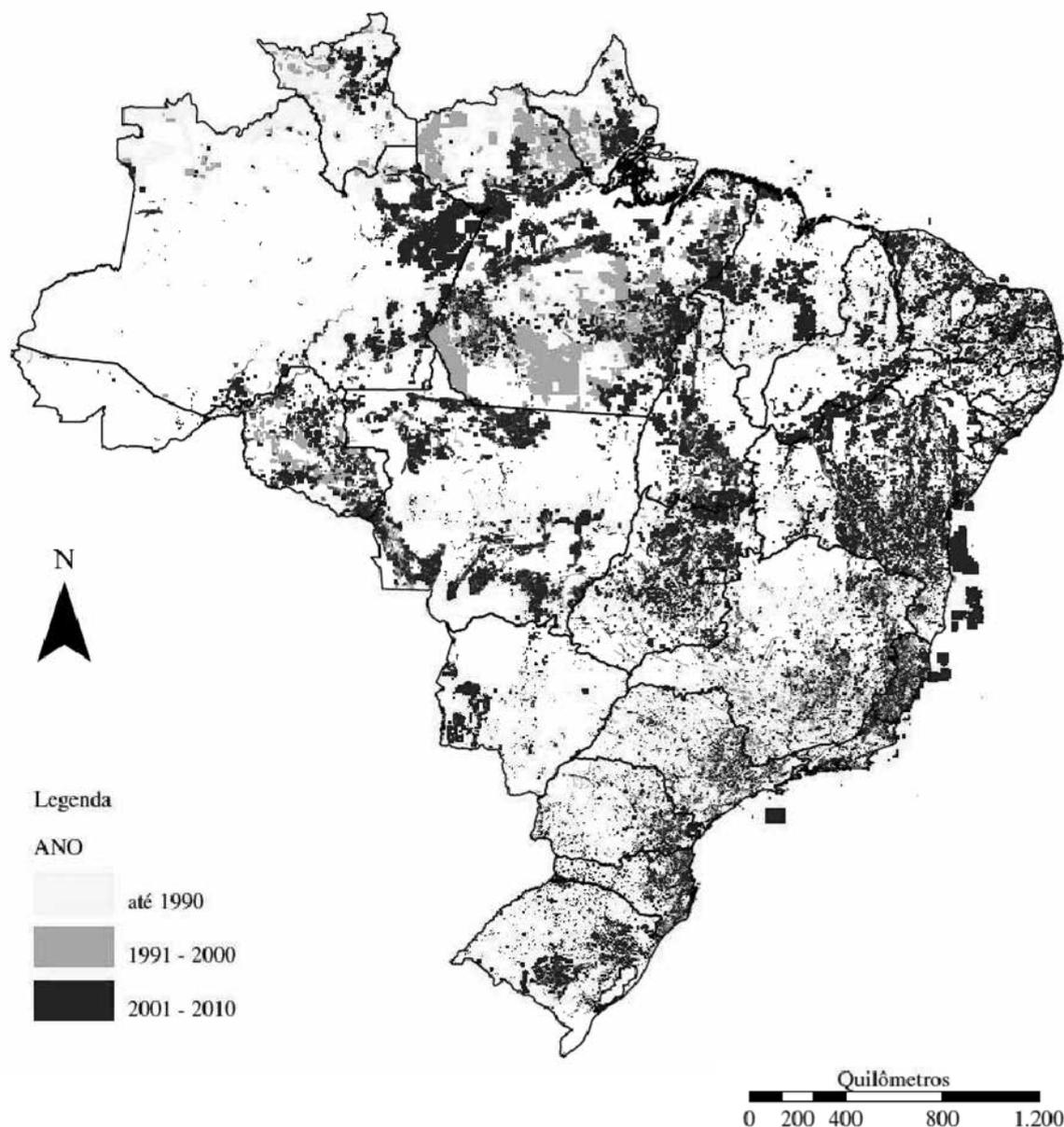
<sup>9</sup> A autorização de pesquisa é requerida e concedida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) a pessoa física ou jurídica, sediada no Brasil, e tem validade entre um e três anos (Brasil, 1967).

<sup>10</sup> O Ministério de Minas e Energia (MME) é o responsável direto pela concessão de lavra, sem prazo de expiração (ibid.).

Enfocando o período mais recente, entre 2003 e abril de 2012, quando o DNPM paralisou a concessão de novas autorizações, foram encaminhados 182.463 requerimentos de pesquisa, sendo 136.718 autorizadas, 74,93% do total. Foram concedidas pelo MME, no mesmo período, 2.946 concessões de lavra, além de 1.299 permissões de lavra garimpeira. Se a evolução dos indicadores selecionados

entre 2003 e 2011 vem seguindo ritmo ascendente constante, embora moderado, a comparação de um único indicador, através da representação gráfica (conforme Figura 1) dos protocolos de entrada de requerimentos de pesquisa no DNPM em três fases prévias (1980-1990; 1991-2000; e 2001-2010) permite verificar a intensificação dramática do interesse privado na pesquisa mineral.

**Figura 1. Mapa das áreas requeridas para exploração mineral, Brasil (1980-2010)**



Dados compilados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam que, apenas em 2012, ocorreram 36 diferentes conflitos por terras relacionados à indústria extrativa mineral em todo Brasil – afetando 3.705 famílias, com predomínio absoluto de ocorrências no estado do Maranhão (24 casos e 1.653 famílias). De fato, o peso dos conflitos por terra no Maranhão é claramente explicado pela duplicação de 504 km da Estrada de Ferro Carajás (EFC)<sup>11</sup>, além da remodelação de outros 226 km, de propriedade da Vale S.A.

Em casos como os da Comunidade Nova Vida, em Bom Jesus das Selvas, e da Comunidade Quilombola Santa Rosa dos Pretos em fase de reconhecimento, em Itapecuru Mirim, onde a empresa fere direitos de informação e consulta prévios de 175 e 500 famílias respectivamente, os danos infligidos referem-se, prioritariamente, a “rachaduras nas casas, desmoronamento em poços, trepidação, incômodo causado pelos ruídos dos vagões e riscos de atropelamento de animais e pessoas” (Justiça nos Trilhos, 2011, p. 5).

Por sua vez, violações de direitos humanos associadas a empresas mineradoras vêm se repetindo no contexto da expansão do setor e de suas redes de produção, com especial relevância da geração e transmissão de energia elétrica. Em 2012, cinco casos de violência foram documentados: dois em Altamira, Pará; um em Paracatu, Minas Gerais e um em Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco. O mais grave, em Altamira, resultou em ameaça à vida do posseiro Sebastião Pereira, de 67 anos (Sposati, 2013), envolvendo a Norte Energia S.A, concessionária da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Em Paracatu, por sua vez, a liderança da Comunidade Quilombola São Domingos, Evane Lopes Dias Silva, também vem sendo ameaçada, em território disputado com a extração de ouro da canadense Kinross Gold Corp. (FASE/FIOCRUZ, s./d.).

Em Ourilândia do Norte, Pará, tradicional reduto de denúncias de trabalho degradante, onde o Garimpo

Santa Rita disputa terreno com uma comunidade de lavradores, mais uma denúncia associada à mineração envolveu quinze (15) trabalhadores em condição análoga a de trabalho escravo. Por sua vez, no estado do Rio de Janeiro, município de Santo Antônio de Pádua, sete (7) trabalhadores da extração de granito foram libertados da Mineração Cachoeira, de propriedade de João Luís Belloti Nacif, em “operação conjunta realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Polícia Rodoviária Federal” (Pyl, 2012).

No entanto, esse conjunto de violações documentadas, que pode representar apenas uma parcela do conjunto das transgressões cometidas, não tem ficado sem resposta. Grupos de afetados pela mineração, movimentos sociais urbanos e rurais, ONGs e pesquisadores têm contestado, com frequência igualmente crescente, o comportamento das empresas e do Estado em âmbito setorial, sob a forma de ações, rotinas e performances públicas (Tilly; Tarrow, 2007), dentre as quais se destacam as manifestações populares em torno da terra e da água, assim como da questão indígena.

Quanto a essa última questão, os dados do Instituto Socioambiental (ISA) apontam que Terras Indígenas (TIs) como Ponta da Serra (15.347 ha) e Cajueiro (4.584 ha), em Roraima, e Ponciano (4.380 ha), no Amazonas, apresentam processos de requerimento minerário, até abril de 2012, que atingem 100% de suas áreas totais. Incidem ainda, 658, 405 e 386 requerimentos sobre as TIs Yanomami (9.546.588 ha entre Roraima e Amazonas), Menkragnoti (4.947.127 ha entre Mato Grosso e Pará) e Alto Rio Negro (8.036.966 ha no Amazonas), com destaque para os requerimentos relativos ao ouro (38%), ao minério de ferro (13,66%) e cobre (5,9%).

Nesse sentido, as TIs vêm sendo encaradas pela indústria extrativa mineral como fronteiras de exploração cruciais, cuja abertura vem sendo ‘pavimentada’ institucionalmente através da reconfiguração

<sup>11</sup> A Vale estima que a expansão da EFC, orçada em R\$ 6 bilhões, permitirá uma movimentação de carga da ordem de 230 milhões de toneladas ao ano (Mtpa.) a partir de 2014.

dos direitos indígenas, por exemplo, mediante os projetos de lei nº 1610/96, acerca da “exploração e [d]o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas”, e nº 2057/91, sobre o “Estatuto das Sociedades Indígenas”.

Manifestações como a de Novo Progresso, contestando as restrições aos direitos de uso e à soberania envolvidas na Portaria nº 303 da Advocacia Geral da União (AGU), e que envolveram 1.200 pessoas, dão alguma dimensão do enfrentamento combinado das temáticas indissociáveis da estratégia de desenvolvimento econômico do Estado, da indústria extrativa mineral e setores associados (como a geração hidroeétrica) e de seus impactos ambientais, particularmente sobre a terra e a água.

Mobilizações similares focalizando a competição pelo acesso e uso da terra em Minas Gerais, nos municípios de Governador Valadares, Grão Mongol e São Brás de Suaçuí mobilizaram, apenas em 2012, 8.200 mil pessoas, articulando movimentos sociais tão representativos quanto diversos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Via Campesina, a CPT e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), assim como o Movimento Pelas Serras e Águas de Minas Gerais (MovSAM).

Mobilizações adicionais aos impactos ambientais generalizados da mineração reuniram outras 5.850 pessoas. Dentre as principais manifestações registradas, pode ser destacada a marcha do II Novembro Amarelo, organizada por organizações locais<sup>12</sup>, em Caetité, Bahia, onde 2.200 confrontaram publicamente os múltiplos problemas envolvidos na produção da pasta de urânio (yellowcake) pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Também é digna de nota a reunião de 3.000 pessoas em protesto realizado durante o III Encontro Regio-

nal dos Atingidos pela Vale – eleita a pior empresa do mundo em 2012 pelo Public Eye Awards –, em junho, no Rio de Janeiro. Além dessas, as ações de ocupação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e do canteiro de obras da Aços Laminados do Pará S.A. (ALPA), ambas de propriedade da Vale S.A., também foram realizadas em junho, no município de Marabá (PA).

#### 4. A Centralidade da Água na Mineração e a Negação do Direito à Vida

Em redes de extração e produção mineral, tomando o minério de ferro como exemplo-chave, a importância da água está ligada, essencialmente, à necessidade de supressão de poeira, com ênfase na redução de impactos socioambientais e manutenção de equipamentos; no processamento primário mineral, constituindo insumos dos diferentes processos de concentração mineral; e, em processos logísticos, particularmente no caso de minerodutos (GIOA, s./d.).

Por sua vez, no que diz respeito aos impactos do uso competitivo da água como bem natural, a indústria extrativa mineral incide diretamente sobre as fontes existentes de água nos territórios. Primeiramente, sobre a oferta de água, influenciando a disponibilidade hídrica total para quaisquer usos. No caso específico da ação contra o projeto Apolo, da Vale S. A.<sup>13</sup>, planejado para a Serra da Gandarela, Minas Gerais, o cerne da contestação social organizada pelo Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM) em Belo Horizonte, diz respeito à criação do Parque Nacional Serra do Gandarela.

Sua área proposta, de 38.210 ha<sup>14</sup>, compreende “mais de mil nascentes” de água, apresentando cur-

<sup>12</sup> Como a Comissão Paroquial de Caetité, a Cáritas, a CPT, o Movimento Paulo Jackson e o Sindicato dos Mineradores de Brumado e Microrregião.

<sup>13</sup> A mina Apolo abrangeria uma área projetada de cerca de 1.700 ha (nos municípios de Caeté, Santa Bárbara, Rio Acima e Raposos), teria capacidade de produção instalada de 24 milhões de toneladas anuais (Mtpa.) de minério de ferro e vida útil de apenas 17 anos (Marent; Lamounier; Gontijo, 2011, p. 105).

<sup>14</sup> Abrangendo parte dos municípios de Caeté, Santa Bárbara, Rio Acima, Raposos, Nova Lima, Barão de Cocais, Itabirito e Ouro Preto (ibid., p. 106).

tos fluviais com destinação prioritária ao consumo humano nas sub-bacias do Rio Conceição, Ribeirão da Prata, Ribeirão Juca Vieira e Córrego Maria Casimira (afluente do Rio São João do Socorro), sustentando efetivamente o consumo de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) (Marent; Lamounier; Gontijo, 2011, p. 109).

No que diz respeito à mudança do regime de águas, a indústria extrativa mineral depende, em grande medida, da alteração de cursos d'água em áreas de mineração imediata, como no exemplo da lavra de calcário na Pedreira Santa Rita, em Araçariguama (SP), da Votorantim Cimentos Brasil S.A., autuada pelo órgão ambiental competente em 2007 (PRO-MINER, 2008, p. 11). Impacta ainda, com maior frequência, sobre os níveis do lençol freático, isto é, sobre as condições hidrogeológicas do aquífero, como no caso da implantação da mina N4E, da Vale S.A., que exige o "rebaixamento do nível de água subterrânea" (Lazarim, 2001, p. 2).

Por sua vez, o uso de água é especialmente intenso nos processos de exploração e, principalmente, de beneficiamento primário minerais. No primeiro caso, "a água pode ser aplicada no desmonte hidráulico, na aspersão de pistas e praças para controle de emissão de poeira, na lavagem dos equipamentos e no transporte de materiais" (Brasil, 2006, p. 92).

Mais importante, a água constitui um insumo central em usinas de beneficiamento mineral a partir de processos de 'separação a úmido'<sup>15</sup>, que a demandam em quantidade e qualidade elevadas. O estudo 'A Gestão dos Recursos Hídricos e a Mineração', produzido pela Agência Nacional das Águas (ANA) e pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) estima que a proporção água/minério no beneficiamento mineral varia entre 0,4 a 20 m<sup>3</sup>/t (Brasil, 2006, p. 101).

A utilização de água na mineração atinge valores elevados. Cabe lembrar que, na flotação, o total de água utilizada chega a 85% do volume da polpa minério/água (LEVAY, 2001). Na flotação de minério de ferro, na Samarco, por exemplo, utiliza-se por volta de 3,80 m<sup>3</sup> de água por tonelada de minério alimentada e 6,0 m<sup>3</sup> de água por tonelada de minério produzida [...] (ibid.).

Nesse caso, considerando os dados da produção beneficiada em 2009, para o ferro (298,39 Mtpa.), rochas britadas e cascalho (231,22 Mtpa.) e calcário (101,14 Mtpa.), os valores de utilização podem ter atingido 5,97, 4,62 e 2,02 bilhões de m<sup>3</sup> de água. Os dados da 'Conjuntura dos Recursos Naturais no Brasil' apontam que, da vazão consumida total de água em 2011 (1.212 m<sup>3</sup>/s), o abastecimento industrial atingia 7%, aproximando-se rapidamente do consumo destinado ao abastecimento urbano (9%) (Brasil, 2012, p. 52).

Finalmente, redes de produção extrativas (Bridge, 2008) dependem, cada vez mais, de infraestruturas logísticas aptas a ofertar economias de escala significativas. No caso específico do transporte dutoviário do minério de ferro, a hidratação de minérios de baixo teor constitui condição necessária de sua viabilidade. O projeto Minas-Rio, da Anglo American plc., por exemplo, anunciado como o maior do mundo, deve cobrir uma área de 3.880 ha, atravessar 32 municípios (525 km) (Becker; Pereira, 2011, p. 238) e transportar 26,5 milhões de m<sup>3</sup> de polpa de minério ao ano. Estima-se que, somados os dois novos projetos aos três minerodutos já em operação em Minas Gerais, o consumo de água mensal atinja 5,61 milhões de m<sup>3</sup>, cerca de 30% de todo o consumo do município de Belo Horizonte (Porto, 2011, p. 12).

Por fim, a eliminação e/ou disposição de águas residuais é, de forma suplementar, um elemento de

<sup>15</sup> Dentre os quais se destacam formas de separação gravítica e magnética, flotação, floculação, aglomeração esférica e lixiviação. "A técnica de flotação reversa (em coluna ou em células tradicionais) é a mais utilizada entre os processos de concentração de minério de ferro, porém a mesma apresenta um consumo elevado de água. Para cada tonelada de minério de ferro processada, são necessários, em média, 4m<sup>3</sup> de água. Em 2000, no Quadrilátero Ferrífero, foram processadas 194 milhões de toneladas de minério bruto e necessitou-se de 1 bilhão de metros cúbicos de água para o seu beneficiamento" (Teodoro; Leão, 2004, p. 198).

disputa pelo território. A eliminação e/ou disposição pode se dar a partir de reuso (como supressor de poeira, no processamento mineral, etc.), mas também retornando ao ambiente (via evaporação, desaguamento, etc.). Certamente, tais processos implicam riscos variáveis de contaminação ambiental, por exemplo, através de descarte inadequado, de processos de salinização resultantes da alteração das condições hidrogeológicas, da elevação das taxas de erosão e assoreamento relacionadas à supressão de cobertura vegetal, etc.

O próprio Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) reconhece a gravidade do tema da disposição de águas residuais, tendo criado, em 2009, o Programa Especial de Segurança em Barragens de Rejeitos. Em realidade, a ampliação dos casos de rompimento de barragens de rejeitos – sendo os mais representativos, nos últimos anos, de Macacos (2001), Rio Pomba (2003) e Miraí (2006 e 2007), todos em Minas Gerais. Em Miraí, especificamente, o primeiro rompimento da barragem da Rio Pomba Empresa de Mineração Ltda., subsidiária do Grupo Bauminas, deixou vazar 400 milhões de litros de resíduos do tratamento de bauxita, afetando os rios Fubá e Muriaé e suspendendo o abastecimento público em Laje de Muriaé (RJ). No ano seguinte, um novo rompimento, de 2 bilhões de litros do material, afetou uma região ainda mais ampla dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (Larcher, 2012).

Não coincidentemente, inúmeras manifestações tematizaram o acesso e o uso da água por parte da mineração e de outras atividades econômicas intensivas em recursos naturais, desde a XVI Romaria das Águas e da Terra, organizada pela Comissão Pastoral da Terra e realizada em Governador Vala-

dares (MG) em junho, congregando 5 mil manifestantes; passando pelo III Encontro Popular da Bacia do Rio São Francisco, que reuniu populações indígenas e quilombolas em Januária (MG), em maio; e chegando a Paraíba, em protesto pela preservação do Rio Paraíba, organizado pela CPT e pelos integrantes do Assentamento D. Helena, em Cruz do Espírito Santo.

## 5. Considerações finais

O artigo procurou demonstrar que a mineração vincula, em geral, uma competição acerca da apropriação e do uso de bens naturais, tradicionalmente coletivos, promovendo a violação ativa de direitos ambientais, humanos e trabalhistas. A análise enfocou especialmente a água e a terra, que têm constituído alguns dos principais elementos relativos à contestação social promovida por organizações e movimentos sociais, além de grupos de afetados urbanos e rurais, indígenas e tradicionais, atualmente no Brasil.

De fato, considerando o desenvolvimento da ocupação do território nacional em anos recentes a partir da matriz extrativa mineral, reprodutora ampliada do conflito socioambiental de base territorial, percebe-se a emergência de dois níveis estruturais mutuamente reforçadores, operando como um projeto próprio, neoextrativista. Nesse sentido, a expansão do conflito socioambiental só pode ser entendida à luz de estruturas de mercado e estratégias corporativas minerais, assim como em referência à centralidade da indústria extrativa mineral nas estratégias estatais de reinserção econômica externa e de redefinição de suas bases de legitimidade política.

## Referências

- BAKHEIT, T. (2005). Mining & Land Access Issues In South African Mineral Laws. CEPMLP Annual Review, 9. Disponível em: <[http://www.dundee.ac.uk/cepmlp/car/html/CAR9\\_ARTICLE22.pdf](http://www.dundee.ac.uk/cepmlp/car/html/CAR9_ARTICLE22.pdf)>.
- BECKER, L. C.; PEREIRA, D. C. (2011). O projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro (MG). In: FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ, M. A. R. S.; ALAMINO, R. C. J. (orgs.) Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: Grandes Minas. Alamina. Rio de Janeiro, CETEM/MCTI, vol. 1.
- BRASIL (1967). Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). D. O. U., 28 fev. 1967, seção 1, p. 2417.
- BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. D. O. U., 5 out. 1988, seção 1, p. 1.
- BRASIL. Agência Nacional de Águas. (2006). A Gestão dos Recursos Hídricos e a Mineração. Brasília, ANA.
- BRASIL. Agência Nacional de Águas. (2012). Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: informe 2012. Brasília, ANA.
- BRIDGE, G. (2008). Global production networks and the extractive sector: governing resource-based development. In: Journal of Economic Geography, 8 (3): 389-419.
- CORRÊA, V. M. S.; CARMO, R. L. (2011). Fronteira da exploração mineral na Amazônia: um mosaico territorial na Mesorregião Sudeste Paraense. In: D'ANTONA, A. O.; CARMO, R. L. (orgs.) Dinâmicas Demográficas e Ambiente. Campinas, NEPO/Unicamp, 2011.
- DE NEGRI, F.; ALVARENGA, G. V. (2011). A priorização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. In: Radar Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, 13. Brasília, IPEA.
- DEZEM, V. (2012). Lucro das líderes globais contraiu 48% até junho. Valor Econômico, 28 fev. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2805712/lucro-das-lideres-globais-contraiu-48-ate-junho>>. Acesso em: 14 jan. 2013.
- DNPM. (2004). Parecer PROGE n 318/2004-CCE (Atividade de mineração x Assentamento para fins de reforma agrária). Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/ba/conteudo.asp?IDSecao=321&IDPagina=258>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- DNPM. (2011). Anuário Mineral Brasileiro - 2010. Brasília, DNPM.
- FASE/FIOCRUZ. (s./d.). "Poluição ambiental grave e persistente, exposição crônica ao arsênio e outras substâncias tóxicas, além de expulsão de comunidades tradicionais, são algumas das consequências da extração de ouro a céu aberto em Paracatu." Mapa dos Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=219>>. Acesso em: 26 jan. 2013.
- GIOA. (s./d.). The Use of Water in Iron Ore Mining. Disponível em: <http://www.gioa.com.au/images/gerioa-20--aghii.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- GUDYNAS, E. (2009). Diez Tesis Urgentes sobre el Nuevo Extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: VÁRIOS AUTORES. Extractivismo, Política y Sociedad. Quito, CAAP y CLAES.
- HENDERSON, J.; DICKEN, P.; HESS, M.; COE, N. M.; YEUNG, H. W.-C. (2011). "Redes de Produção Globais e a Análise do Desenvolvimento Econômico." Revista Pós Ciências Sociais 8 (15): 143-170.
- JUSTIÇA NOS TRILHOS (2011). Relatório sobre

- situação dos Territórios quilombolas Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo. Disponível em: <http://www.justicanostrilhos.org/sites/default/files/Relat%C3%B3rio%20quilombolas.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2013.
- LARCHER, M. A. (2012). A responsabilidade civil decorrente de acidentes ambientais deflagrados por eventos da natureza: o caso do rompimento da barragem de rejeitos em Mirai. In: MPMG Jurídico: 47-51.
- LAZARIM, H. A.; FIGUEIRÊDO, R. M. (2001). Aproveitamento das águas subterrâneas no processo de produção de minério de ferro da mina de N4E, Pará/Brasil. III Encuentro de las Aguas, Santiago (Chile), Gobierno de Chile; Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA).
- MARENT, B. R.; LAMOUNIER, W. L.; GONTIJO, B. M. (2011). Conflitos Ambientais na Serra do Gandarela, Quadrilátero Ferrífero - MG: mineração x preservação. In: Geografias, 7 (1): 99-113.
- MELLO, E. M. R. M.; DE PAULA, G. (2000). Mineiração de ferro e enclave: estudo de caso da Companhia Vale do Rio Doce. IX Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina (MG), Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.
- MILANEZ, B. (2012). O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: MALERBA, J. (org.); MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. Novo Marco Legal da Mineração no Brasil. Para quê? Para quem? Rio de Janeiro, FASE. 1.
- MME (2010). Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM - 2030). Disponível em: [http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/plano\\_duo\\_decenal/Plano\\_Nacional\\_de\\_Minerao\\_2030\\_\\_\\_Consulta\\_Publica\\_10\\_NOV.pdf](http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/plano_duo_decenal/Plano_Nacional_de_Minerao_2030___Consulta_Publica_10_NOV.pdf). Acesso em: 15 jan. 2013.
- PORTO, B. (2011). Água de Graça Transformada em Lama. In: Hoje em Dia, 5 jun. 2011, p. 10.
- PROMINER (2008). Estudo de Impacto Ambiental: Ampliação da Lavra de Calcário, Araçariçuama (SP). Araçariçuama, PROMINER Projetos Ltda.
- PYL, B. (2012). Sete escravos são libertados em pedreira no Rio de Janeiro. In: Repórter Brasil, 16 abr. 2012. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/04/sete-escravos-sao-libertados-em-pedreira-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em 23 fev. 2013.
- SANTOS, R. S. P. (2012) Fundamentos para a Criação de Um Fundo Social e Comunitário da Mineração no Brasil. Cadernos do Observatório do Pré-Sal e da Indústria Extrativa Mineral, No. 2. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.observatoriodopresal.com.br/wp-content/uploads/2012/04/CadernoObservatorio21.pdf>.
- SPOSATI, R. (2013). Agricultor desaparecido retorna a Altamira e conta que fugiu de homens armados. In: Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), 2 mar. 2012. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/03/02/agricultor-desaparecido-retorna-a-altamira-e-counta-que-fugiu-de-homens-armados/>. Acesso em: 23 fev. 2013.
- TEODORO, A. L.; LEÃO, V. A. (2004). Recuperação de aminas, utilizadas na flotação de minério de ferro, utilizando-se zeólitas naturais. In: Revista da Escola de Minas, Ouro Preto 57 (3): 197-201.
- TILLY, C.; TARROW, S. (2007). Contentious Politics. London, Paradigm Publishers.
- UOL (2010). Impulsionado por Vale, lucro do setor de mineração mais que triplica no 3º tri. In: UOL Notícias Economia, 18 nov. 2010. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/11/18/impulsionado-por-vale-lucro-do-setor-de-mineracao-mais-que-triplica-no-3-tri.jhtm>. Acesso em: 15 fev. 2013.
- WRC. (s./d.). Linkages: Iron Ore Industry and Water. Disponível em: [http://www.istp.murdoch.edu.au/ISTP/casestudies/Pilbara/economic/links/IronOre\\_Water.html](http://www.istp.murdoch.edu.au/ISTP/casestudies/Pilbara/economic/links/IronOre_Water.html). Acesso em: 15 fev. 2013.

### Tabela 4 - Conflitos por Terra

	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
<b>Centro-Oeste</b>								
DF	7	1617	4	1590			11	3207
GO	6	281	13	929			19	1210
MS	41	2484	17	852			58	3336
MT	23	2730	3	527			26	3257
<b>Subtotal:</b>	<b>77</b>	<b>7112</b>	<b>37</b>	<b>3898</b>			<b>114</b>	<b>11010</b>
<b>Nordeste</b>								
AL	28	1736	10	535	5	140	43	2411
BA	63	4180	58	5260	1	65	122	9505
CE	3	1420	1	200			4	1620
MA	157	9037	4	1006			161	10043
PB	7	2435	5	630	1	100	13	3165
PE	67	8295	38	2739			105	11034
PI	24	1553					24	1553
RN	6	1737					6	1737
SE	5	335	7	995			12	1330
<b>Subtotal:</b>	<b>360</b>	<b>30728</b>	<b>123</b>	<b>11365</b>	<b>7</b>	<b>305</b>	<b>490</b>	<b>42398</b>
<b>Norte</b>								
AC	38	3090	2	220			40	3310
AM	34	3408					34	3408
AP	55	2186					55	2186
PA	78	11072	8	1039	3	360	89	12471
RO	61	3295	9	700			70	3995
RR								
TO	13	1456	1	80			14	1536
<b>Subtotal:</b>	<b>279</b>	<b>24507</b>	<b>20</b>	<b>2039</b>	<b>3</b>	<b>360</b>	<b>302</b>	<b>26906</b>
<b>Sudeste</b>								
ES	3	250	2	210			5	460
MG	29	2843	13	2275			42	5118
RJ	12	900	1	200			13	1100
SP	34	1420	31	1113	1	35	66	2568
<b>Subtotal:</b>	<b>78</b>	<b>5413</b>	<b>47</b>	<b>3798</b>	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>126</b>	<b>9246</b>
<b>Sul</b>								
PR	8	505	2	440	1	97	11	1042
RS	13	868	7	353	1	60	21	1281
SC	1	60	2	170			3	230
<b>Subtotal:</b>	<b>22</b>	<b>1433</b>	<b>11</b>	<b>963</b>	<b>2</b>	<b>157</b>	<b>35</b>	<b>2553</b>
<b>Brasil:</b>	<b>816</b>	<b>69193</b>	<b>238</b>	<b>22063</b>	<b>13</b>	<b>857</b>	<b>1067</b>	<b>92113</b>

\* Conflitos por terra referem-se às ocorrências de despejos, expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem.



Foto: Cristiane Passos

## O grande projeto: quando destruição/ conservação convertem-se em “oportunidades de negócios”

Elder Andrade de Paula\*

As denúncias das destruições ecológicas e socioculturais nos territórios atingidos pelos grandes projetos parecem ter esgotado o seu repertório na Amazônia nas últimas quatro décadas. Pior ainda, as

incessantes notícias recorrentes sobre o problema tem levado a uma certa banalização da sua gravidade. Deste modo, em que pese a necessidade de seguir as denúncias, acreditamos que faz-se necessário ir mais além, no sentido de compreender o êxito dos ditos empreendimentos. Nesta perspectiva, optamos por apresentar neste artigo algumas notas direcionadas para explorar outro ângulo de análise do problema: a base de legitimidade construída pelo “grande projeto” que orienta a destruição e reconstrução permanente da vida e do mundo.

Resumidamente, denominamos como “grande projeto” aquilo que dá sentido à objetivação dos empreendimentos do capital em seu conjunto e o modo como se territorializam em múltiplas escalas. Da intensificação da exploração dos bens naturais e construção de infraestrutura correspondente, até aqueles voltados para obras de re-urbanização tal como analisado por Harvey (2011). Ademais dessa

\* Professor Associado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre.

expressão material ele envolve outras dimensões objetivas e subjetivas voltadas para as necessárias adaptações nas formas de dominação e construção de “consenso ativo” em torno da hegemonia burguesa.

Hegemonia esta, condicionada e subordinada aos fundamentos da “modernidade americana”, tal como interpretada por Bolívar Echeverría (2008). De acordo com ele, (tradução nossa) a arrogância absoluta da “modernidade americana” consiste na pretensão de haver enfim uma subsunção total da “forma natural” da vida humana e seu mundo à “forma de valor”. Subsunção que teria chegado não só a re-funcionalizar esta vida “desde fora e desde dentro”, como também a anular nela essa forma natural. “Se manifiesta en la vida práctica a través de la impugnación tácita de una naturalidad como fundamento del mundo de la vida; a través de la reivindicación, inherente a esta práctica, de la autosuficiencia de su artificialidad”. (ECHEVERRÍA, 2008: 30).

Como ver-se-á mais adiante, é nessa versão da “modernidade americana” que se justificam e fundamentam as adaptações voltadas para esverdear o capitalismo. É assim que destruição e conservação deixam de figurar como elementos antagônicos e integram-se como componentes complementares da acumulação ampliada do capital. Passam a ser traduzidas como “oportunidades de negócios” no jargão de influentes ONGs conservacionistas transnacionais e seus satélites locais. É justamente aí que reside um dos segredos do sucesso do “grande projeto” na obtenção de legitimidade: destruição e conservação tem preço. Nas notas pontuadas a seguir, tomamos como referência a territorialização do “grande projeto” na Amazônia brasileira.

### **Amazônia na integração do saque permanente dos bens naturais**

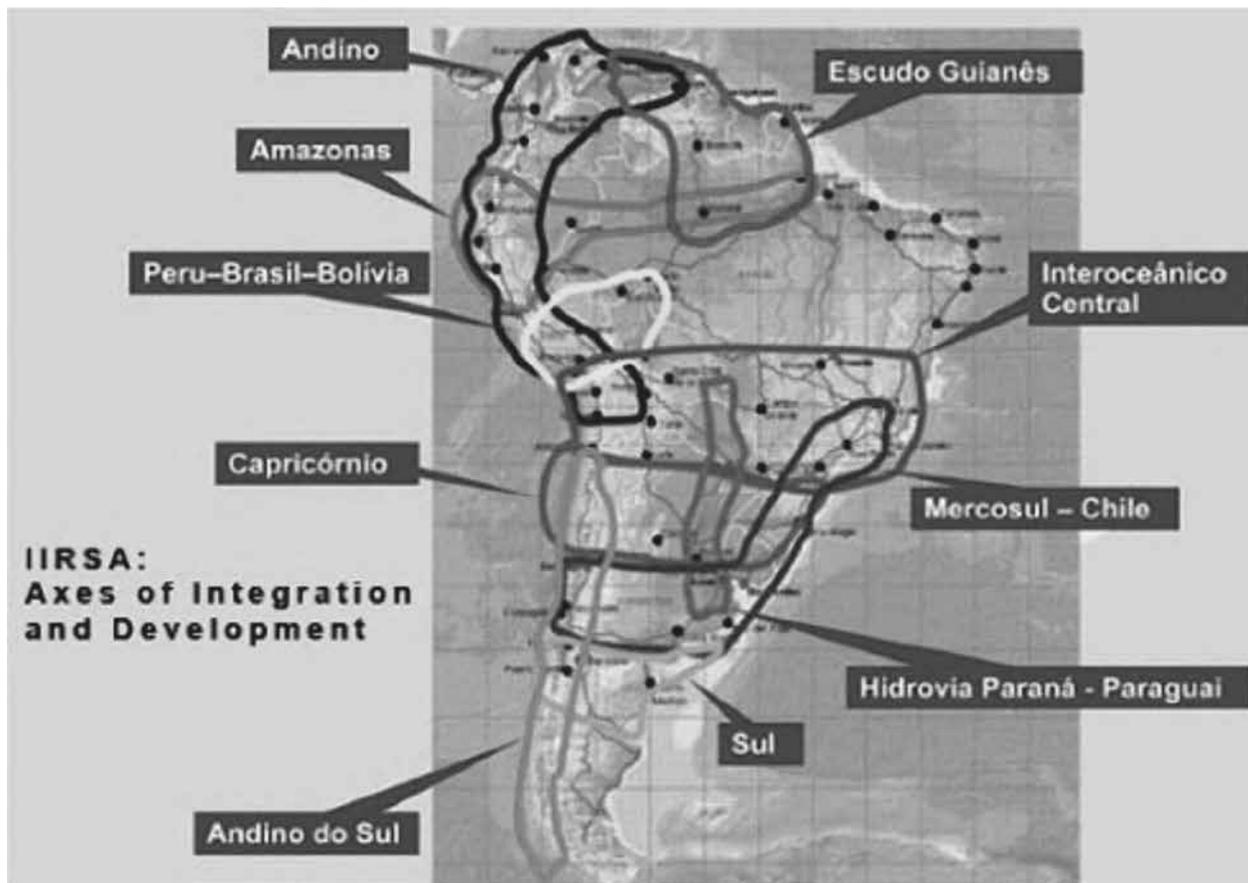
Estava coberto de razão Luiz Werneck Vianna quando alertou em uma de suas aulas no CPDA/UFRRJ (1999) para a necessidade de prestar mais atenção nos traços de continuidade que marcam

a formação social brasileira. Eles poderiam lançar mais luzes sobre seu entendimento do que aqueles que privilegiam as possíveis rupturas aparentes em dados momentos conjunturais. No essencial, os governos Lula/Dilma revelam uma vez mais o vigor deste continuísmo, como evidenciam entre tantos exemplos, o tratamento da política de “Integração da Amazônia” e da Questão Agrária no país como um todo. As obras do Plano de Aceleração do Crescimento–PAC articuladas com as projetadas e em execução no âmbito da Integração de Infraestrutura Regional Sul Americana-IIRSA mostram com nitidez a retomada da empreitada inconclusa da ditadura militar (1964-84). Esta por sua vez, havia dado continuidade ao projeto de “integração nacional” esboçado pelo Império no século XIX, fortemente influenciado pela matriz colonial lusitana.

As políticas “integracionistas” levadas a cabo pelo Estado brasileiro no século XX, desencadearam-se nos dois momentos decisivos da modernização capitalista no país: a chamada “Revolução de 1930” e o golpe militar de 1964. Enquanto no intervalo de 1930 a 1964 as políticas de revitalização da produção de borracha natural, extensão de redes de comunicação, intensificação da presença militar voltavam-se mais para manter essa fronteira “ocupada”, aquelas adotadas no pós-1964, além de projetar uma modificação no perfil desta ocupação, anuncia as pretensões de ir mais além destas fronteiras e afirmar-se como potência regional. O papel desempenhado pelos governos Lula/Dilma na implementação do PAC e IIRSA, parece ter dado passo significativo no cumprimento desta versão de um “destino manifesto” do Brasil na América do Sul. No mapa a seguir, podem-se vislumbrar as repercussões destes megaprojetos nos territórios e na vida dos povos por eles afetados.

No que diz respeito às implicações da IIRSA na geopolítica mundial, Ana Esther Ceceña (2008), mostra que ela insere-se no processo mais geral de acumulação mantendo as hierarquias estabelecidas pela hegemonia estadunidense e reforçando centros de poder regionalmente hegemônicos, como é

Mapa 1: Eixos de Integração e Desenvolvimento



Fonte: Amigos da Terra

o caso do Brasil na América do Sul. A corrida pelo saque dos bens naturais envolveria uma trama de articulações envolvendo empresas transnacionais e suas associadas locais com o apoio do aparato estatal. Em uma entrevista posterior, concedida à Revista “Contra Corrente” (Publicação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, edição impressa de novembro de 2009. Brasília-DF), Ceceña esclarece que as empresas brasileiras se internacionalizaram e passaram a constituir-se, portanto, em “empresas com capital brasileiro, mas que se nutriram de capital estrangeiro através de bolsas de valores internacionais (...) Essa entrada de capitais, muitos deles estadunidenses, coincidiu com a ampliação das atividades dessas empresas, colocando-as em um melhor lugar no mercado mundial”.

As grandes obras em curso na Amazônia continental orientam-se para esta pilhagem dos bens

naturais engendrada neste megaprojeto do capital. Alguns críticos como o equatoriano Alberto Acosta (2012) tem interpretado esse saque como atualização do extrativismo, denominado por ele de “neoextractivismo”. De acordo com Acosta, as repúblicas primário-exportadoras da América Latina não chegaram a alcançar estilos de desenvolvimento capazes de superar as armadilhas da “pobreza y del autoritarismo”. Este seria, segundo ele, o grande paradoxo: existem países muito ricos em recursos naturais que continuam sendo pobres,

Y son pobres porque son ricos en recursos naturales, en tanto han apostado prioritariamente por la extracción de esa riqueza natural para el mercado mundial, marginando otras formas de creación de valor, sustentadas más en el esfuerzo humano que en la explotación inmisericorde de la

Natureza. En los últimos años, conscientes de algunas de las patologías enunciadas anteriormente, varios países de la región con gobiernos progresistas han impulsado algunos cambios importantes en lo que se refiere a ciertos elementos de la modalidad extractivista. Sin embargo, más allá de los discursos y planes oficiales, no hay señales claras de que pretendan superar realmente dicha modalidad de acumulación. A través de este esfuerzo esperan poder atender muchas de las largamente postergadas demandas sociales y, por cierto, consolidarse en el poder recurriendo a prácticas clientelares e inclusive autoritarias (ACOSTA, 2012: 12).

Nesta perspectiva, parecem ficar mais claros os objetivos e sentidos da exploração “grande projeto” também na Amazônia continental. É sob esta lógica regida pela espoliação ilimitada que deve se refletir sobre a plausibilidade de fixar via medidas “condicionantes”, limites para a produção destrutiva do capital. Todavia, a reflexão a esse respeito deve levar em conta para mais além do processo de produção e exploração, as dimensões de ordem subjetiva. É a isso que nos dedicaremos a seguir, na tentativa de mostrar que o “neoextrativismo” está ancorado em outro “neo”, o neocolonialismo, entendido também enquanto atualização do colonialismo, tal como interpretado por Casanova (2006)<sup>2</sup>.

### **Capitalismo verde e neocolonialismo na Amazônia**

Em trabalho anterior (PAULA, 2011), denominamos “capitalismo verde” o resultado das modificações operadas no capitalismo “no sentido de

promover um movimento simultâneo de adaptação à nova divisão internacional do trabalho, ao re-ordenamento de natureza geopolítica, às re-configurações nas relações Estado-Mercado e à assimilação do ambientalismo no processo de acumulação global”. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais - PPG7<sup>3</sup>, criado em 1992 e finalizado em 2009, sob a batuta do Banco Mundial, consubstanciou de forma exemplar os nexos entre capitalismo verde e neocolonialismo na Amazônia. As parcerias institucionais envolvem os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), ONGs, setor privado, agências de cooperação técnica e financeira bi e multilaterais ([www.mct.gov.br/prog/ppg7/boletins/boletim11](http://www.mct.gov.br/prog/ppg7/boletins/boletim11)). A participação das ONGs nos chamados “Programas Demonstrativos” foi coordenada pelo Grupo de Trabalho Amazônico - GTA, uma rede concebida e criada no escopo deste Programa. O GTA agregava em 2009, cerca de 600 organizações atuantes na Amazônia, entre as quais destacam-se sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas, associações de camponeses, organizações indígenas, Conselho Nacional dos Seringueiros e ONGs.

Constava como objetivo principal do PPG7,

(...) demonstrar a compatibilidade do desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, proteger a biodiversidade, reduzir as emissões de carbono, e criar um novo modelo de cooperação institucional para resolver um problema ambiental global, “fornecer um exemplo de cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento nas questões ambientais globais”

<sup>2</sup> Segundo Casanova (2006: 191-204) o desenvolvimento internacional se processa dentro de uma estrutura colonial: “la expansión de la “civilización”, del progreso social y técnico de la occidentalización del mundo, de la evangelización, de la difusión de las ideas liberales y socialistas, ocurre en un cuadro de relaciones desiguales entre los países desarrollados y subdesarrollados”. Y los motivos o motores de la colonización no solo son económicos, como es obvio, sino militares, políticos, espirituales (...). En las sociedades plurales las formas internas del colonialismo permanecen después de la independencia política y de grandes cambios sociales como la reforma agraria, la industrialización, la urbanización y movilización.

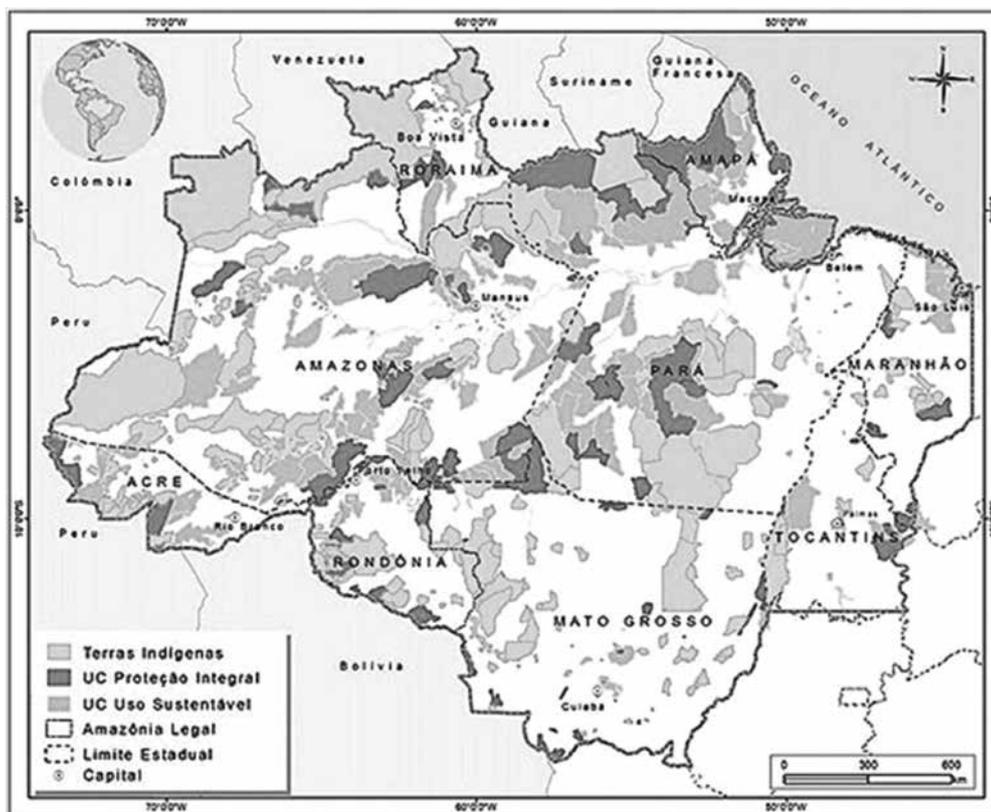
<sup>3</sup> Com financiamento do “Grupo dos 7”, União Europeia e Países Baixos, esse Programa foi gerenciado “pelo Banco Mundial, através de um fundo criado para essa finalidade o “Rain Forest Trust Fund”. Foi instituído pelo governo brasileiro em junho de 1992 e começou a ser implantado em 1995, finalizando oficialmente em 2009. Foram investidos um total de US\$ 519 milhões, sendo US\$ 463 milhões dos “doadores externos” e US\$ 53 milhões provenientes do governo brasileiro. Deve-se ressaltar que as pretensões iniciais eram para incluir toda “Amazônia Continental” (PAULA, 2011: 28)

(...) As linhas de ação ficaram assim definidas: 1) Experimentação e Demonstração-projetos PDA, Pró-Manejo, Pró-Várzea; Proteger, PNS, PDPI; 2) Conservação de áreas protegidas- Projetos: Resex, PPTAL, Corredores Ecológicos, Mata Atlântica; Fortalecimento Institucional Projetos SPRN, GTA, RMA e COIAB; 3) Pesquisa científica; Projeto SPC&T- lições e disseminação e Projeto “AMA” (PAULA, 2011: 28).

O Mapa 2, a seguir, mostra o resultado do re-ordenamento territorial gestado neste megaprojeto gerenciado pelo Banco Mundial. O objetivo essencial do PPG7 no sentido de criar as condições favoráveis para re-pactuar os interesses do capital no acesso e

apropriação dos bens naturais da região, parece ter sido contemplado. Este pacto concretizou-se graças ao amplo leque de articulação deste Programa no sentido de construir um consenso em torno do denominado “desenvolvimento sustentável”<sup>4</sup>. Ele envolveu a esfera governamental nos três níveis, comunidade científica e as mais diversas representações da sociedade civil: de organizações indígenas e camponesas até grandes grupos empresariais. A re-territorialização, as adaptações institucionais e a imposição de uma agenda que definiu o modo de “pensar a Amazônia”, constituíram-se no seu conjunto, como uma das mais ambiciosas iniciativas de cunho neocolonial na passagem do século XX para o XXI (PAULA, 2011).

Mapa 2: Áreas Protegidas na Amazônia brasileira (2011)



Fonte: Imazon/ ISA (<http://geocliping.blogspot.com/2011/04/pesquisa-areas-protegidas-na-amazonia.html>)

<sup>4</sup> A iniciativa para a formação do “Fórum Amazônia Sustentável” ilustra bem a natureza desse pacto. Sua Comissão Executiva é composta por 15 organizações: Agropalma; Conselho Nacional dos Trabalhadores Extrativistas (CNS); Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn); Fundação Avina; Fundação Orsa; Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; Instituto Centro de Vida (ICV); Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); International Finance Corporation (IFC); Instituto Socioambiental (ISA); Projeto Saúde e Alegria (PSA); Vale; Wal-Mart Brasil (PAULA, 2011)

Com uma mão, a reterritorialização instituída sob a matriz do Banco Mundial contemplou parte das demandas emanadas nas lutas de resistência indígena e camponesa, com a outra, retirou deles a “autonomia relativa” de gestão sobre os territórios conquistados. Isto é, promoveu-se uma monumental desregulamentação na legislação ambiental com vistas a “flexibilizar” a exploração dos bens naturais existentes nestes territórios pelas grandes corporações. A aprovação da Lei 11284/2006, que instituiu a concessão de Florestas Públicas para exploração privada, as mudanças em curso nos códigos florestal e de mineração expressam alguns dos exemplos mais emblemáticos.

As iniciativas recentes voltadas para intensificar a mercantilização e financeirização da natureza que começam a se institucionalizar via Pagamentos por Serviços Ambientais-PSA<sup>5</sup> finalizam o “conjunto da obra”. Especialmente na forma de comércio de carbono através dos mecanismos de REDD. Através destes mecanismos a destruição produzida pelas emissões de poluentes industriais passam a ser “compensadas” pela conservação de florestas. Mais ainda, as madeireiras que praticam o “Manejo Florestal Sustentável” podem participar do comércio de carbono por estarem “conservando as florestas”. Enfim, dado que os atos de destruir e conservar são passíveis de valoração monetária o que passa a estar no centro das preocupações são os preços a serem pagos. Não importa o tipo de exploração do “grande projeto” (mineração, hidrocarbonetos, hidro e agronegócios, extração madeireira etc), mas sim quanto e como paga para destruir e conservar.

As denominadas “medidas condicionantes” parecem cada vez mais subordinadas a esta lógica. Como é em torno da adoção e implementação destas “medidas condicionantes” que se tem concentrado os embates com o “grande projeto”, lembrando a Sun Tzu, todas as batalhas encampadas pelos “de baixo” estão condenadas a derrota.

Parece ser nesta direção o recado dado pelos autores de dois contundentes documentos divulgados em 2012: 1) Dossiê: o Acre que os mercadores da natureza escondem (<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/>); 2) “Carta de Belo Horizonte”, resultado do Seminário “Formas de Matar, de Morrer e de Resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais e a garantia dos direitos humanos e difusos” ([http://www.ufscar.br/neped/pdfs/novidades/CARTA\\_DE\\_BELO+HORIZONTE.pdf](http://www.ufscar.br/neped/pdfs/novidades/CARTA_DE_BELO+HORIZONTE.pdf)). Talvez, as únicas ações capazes de “condicionar o grande projeto” sejam aquelas emblemáticas na Amazônia brasileira nos anos de 1980 pelo facão de Tuira kayapó no pescoço do presidente da Eletronorte para impedir kararaô (hoje Belo Monte), a dos mutirões de seringueiros do Acre armados de cartucheiras para realizar os “empates” (1970/80) contra a invasão de seus territórios pelos pecuaristas. No limiar do século XXI as marchas dos povos do TIPNIS na Amazônia boliviana contra a estrada que devassa seus territórios e a entrincheirada resistência na Amazônia peruana contra as hidrelétricas, com vitória momentânea contra a construção da Hidrelétrica de Inambari acalenta nossas esperanças do triunfo da vida sobre a morte representada pelo “grande projeto”.

---

<sup>5</sup> Em seu Boletim de n. 175, o WRM apresentou uma edição especial sobre o PSA com o objetivo de aclarar o seu significado no âmbito da economia verde e suas repercussões junto às populações afetadas direta ou indiretamente. Em linhas gerais, diz o referido Boletim, “Serviço ambiental”, também chamado de ‘serviço’ ecossistêmico, inclui o substantivo ‘serviço’, um termo bastante utilizado na economia capitalista de mercado, na qual atuam empresas e profissionais que prestam os mais variados serviços e cobram por isso. Portanto, o ‘serviço ambiental’ sugere que tem, por um lado, algo ou alguém que o presta ou providencia e, por outro lado, alguém que o recebe e o utiliza. Essa lógica parece se aplicar também no caso do ‘serviço ambiental’ e seu ‘comércio’. Entretanto, há algo particular no caso do ‘serviço ambiental’. Ele não é ‘prestado’ por uma pessoa ou empresa, é simplesmente ‘ofertado’ pela natureza e de forma gratuita. Os defensores dos ‘serviços ambientais’ dão como exemplo áreas de floresta que, devido à sua vegetação densa, conseguem ‘armazenar’ e ‘produzir’ o ‘serviço ambiental’ água que, por sua vez, garante o abastecimento de uma aldeia indígena que vive nessa floresta e de um pequeno vilarejo nas proximidades. Parece que a ‘natureza’ está, neste caso, sendo transformada em uma espécie de ‘fábrica de água’! Como veremos depois, há muitos interesses corporativos vinculados a esse processo (veja Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM), N. 175, fev de 2012 <http://www.wrm.org.uy>, dedicado ao tema serviços ambientais).

## Referências

- ACOSTA, Alberto. **Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición**. 2012. [http://www.ecoport.net/Temas\\_Especiales/Mineria/Extractivismo\\_y\\_neoextractivismo\\_dos\\_caras\\_de\\_la\\_misma\\_maldicion](http://www.ecoport.net/Temas_Especiales/Mineria/Extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion). Acesso em dezembro de 2012.
- AGAMBEN, Giorgio. (2004). **Estado de Exceção**. São Paulo. Boitempo Editorial.
- CASANOVA, Pablo G. (2006). **Sociologia de la Explotación**. Buenos Aires. CLACSO
- CECEÑA, Ana Esther (et al). **Territorialidad de la dominación: Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)** [www.geoplítica.ws](http://www.geoplítica.ws)
- ECHEVERRÍA, Bolívar “La modernidad americana” (claves para su comprensión). In: \_\_\_\_\_. (compilador). **La americanización de la modernidad**. Mexico-DF: Ediciones Era/UNAM, 2008.
- GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- HARVEY, David (2004). **O Novo Imperialismo**. Ed. Loyola, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2011) **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Boitempo Editorial. São Paulo.
- LEAL, Aluizio L **Sinopse Histórica da Amazônia: Uma Visão Política**. Cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, FFLCH/ USP. 1991.
- PAULA, Elder A. **Transgredindo fronteiras, Amazônia no espelho de Caliban**. México: UNAM, 2011. México-DF, 2011. 108 p. Relatório de Pós-doutoramento.
- \_\_\_\_\_.; **La doble cara de la destrucción de los bosques tropicales en America latina y el Caribe: las revelaciones de la ‘economía verde’ en Acre”**. Compendio Especial de la Revista Biodiversidad: Biodiversidad sustento y culturas, editada por Alianza Biodiversidad & Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe & WRM (2012).
- PAULA, Elder Andrade de & MORAIS, Maria de Jesus Moraes. Nos Labirintos das Fronteiras Amazônicas. In: VALENCIO, Norma; \_\_\_\_\_ & WITKOSKI, Antonio Carlos. **Processos de Territorialização e Identidades Sociais**. V. I. São Carlos: Rima, 2010.
- RIBEIRO, Silvia (2011); **Los verdaderos colores de la economía verde** [http://www.ecoport.net/Temas\\_Especiales/Economia/Los\\_verdaderos\\_colores\\_de\\_la\\_economia\\_verde](http://www.ecoport.net/Temas_Especiales/Economia/Los_verdaderos_colores_de_la_economia_verde), acesso junho de 2012 )
- SCHMIDLEHNER, Michael F. (2012). **A Função Estratégica do Acre na Produção do Discurso da Economia Verde**. IN: CIMI. **Do\$\$iê Acre: O Acre que os mercadores da natureza escondem**. <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/> acesso julho de 2012.
- SUN TZU ; **A Arte da Guerra**. São Paulo. Ed. Martin Claret (2006)
- WORLD RAINFOREST MOVEMENT (2012). **Boletim 175**, fevereiro de 2012, <http://www.wrm.org.uy/>, (acesso março de 2012).





Foto: João Zinclar

# Água

# Uma seca por ano

**Roberto Malvezzi (Gogó)\***

## 1) A seca nossa de cada ano

Uma vez perguntaram a Manelito Vilar – primo de Ariano Suassuna e sócios na criação de cabras no sertão da Paraíba – quantas secas tinham acontecido no Semiárido no último século. Ele respondeu: cem.

Portanto, espantosa não é a seca, intrínseca ao Semiárido. Espantosa é a ignorância renitente a respeito do assunto. Muitas pessoas vêm ao Nordeste e esperam ver aqui a Floresta Amazônica, ou os Pampas Gaúchos, ou as planícies alagadas do Pantanal. Elas se recusam em ver aqui o que está diante dos olhos, isto é, uma região semiárida.

Esses períodos secos são alternados com períodos chuvosos, quando o regime das chuvas faz a biodiversidade “acordar”, reabastece os mananciais e a vida se prepara para a próxima estiagem, quando a caatinga volta a hibernar. Para a lógica da convivência com o semiárido é o momento de armazenar água, fazer a fenagem, a silagem, assim por diante. Então, como se explicam os longos períodos de “seca”? Aí é diferente, são períodos de baixa pluviosidade – não a falta absoluta de chuvas - por vários anos seguidos, secando as fontes e maltratando toda forma de vida que não é originária ou bem adaptada a esse ambiente. É o que estamos vivenciando novamente.

Desde que o Pe. Fernão Cardin registrou a primeira longa estiagem do Semiárido brasileiro entre 1583/1585, conta-se um histórico de 41 períodos chamados de “secas” – entre grandes e médias - incluindo essa que atravessamos agora. As registradas no século XVII e XVIII nos falam de intensa migração indígena, morte de escravos, mortalidade infantil, invasão de indígenas nas propriedades do

litoral, surto de doenças como o cólera e a varíola. Portanto, desde o início uma tragédia social.

De 1824/1825 a estiagem e varíola juntas se espalham, esterilizando o sertão e a fome atingiu inclusive engenhos de cana-de-açúcar.

No período de 1844/1846 se diz que a farinha de mandioca chegou a ser trocada por ouro e prata. Em 1831 a Regência Trina, diante da estiagem prolongada, autoriza a abertura de fontes artesianas profundas. É o primeiro sinal de reação do poder público diante do fenômeno.

Uma das mais graves que atingiram todo o Nordeste foi a de 1877/1879. Embora os dados sejam muitas vezes contraditórios, apontam para um cenário trágico. O Ceará, na época, com uma população de 800 mil habitantes foi intensamente atingido. Desses, 120 mil (15%) migraram para a Amazônia e 68 mil pessoas foram para outros estados. Conta-se que grande parte da população de Fortaleza foi eliminada. A economia foi arrasada, as doenças e a fome dizimaram os rebanhos.

Foi nessa época que figuras como Pe. Ibiapina e, mais tarde, Pe. Cícero, dedicaram suas vidas para apoiar essas populações. Ibiapina irá percorrer o sertão em lombo de burro, de 1850 até perto de 1880, construindo cisternas de captação de água de chuva, açudes, barragens e “Casas de Caridade” para abrigar crianças tornadas órfãs pelo genocídio que era a seca.

Logo depois dele, homens como Pe. Cícero, seguidos por seus beatos, vão fundar comunidades cuja preocupação central era o abastecimento de água e produção de alimentos, como foi o caso de Canudos no sertão da Bahia fundada por Antônio Con-

\* Graduado em Estudos Sociais e Filosofia, agente da CPT.

selheiro – um beato de Ibiapina – e a de Caldeirão, fundada pelo beato Zé Lourenço, homem de confiança do Pe. Cícero.

Foi nesse período que D. Pedro afirmou: “Não restará uma única jóia na Coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome”.

Em 1909 começa uma reação mais organizada do poder público. É criado o IOCS (Instituto de Obras Contra a Seca), depois IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca), finalmente em 1945 é transformado em DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca). É o responsável pela construção da grande malha de açudes que hoje permeiam nossa região semiárida.

Porém, na seca de 1915, uma das ações mais marcadas do poder público, foi criar “campos de concentração” no Ceará, para impedir que a população famélica chegasse a Fortaleza. Confinados, os retirantes morriam como animais abandonados pelos donos.

Observando o período cíclico dessas longas estiagens, percebe-se também que a maioria das vezes ela se concentra em algum estado do Nordeste, particularmente o Pernambuco, as vezes dois estados, muitas vezes a região toda. Porém, a seca de 1963 atinge todo território nacional, a tal ponto que no Paraná a distância entre a última chuva de um período e a primeira do período seguinte foi de praticamente um ano.

Em 1959, por influência de intelectuais como Celso Furtado, mas também personalidades da Igreja como D. Távora e D. Hélder Câmara, será criada a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), cujo conceito era retirar o foco do combate à seca para o foco do desenvolvimento e industrialização. Em seu discurso de fundação Celso Furtado vai citar, em outras palavras, uma expressão que hoje orienta a sociedade civil: “precisamos desenvolver a lógica da convivência com o Semiárido”.

Outras estiagens prolongadas vieram. Ainda na de 1982 o livro “Genocídio no Nordeste”, sob responsabilidade da CPT, CPAC, IBASE, etc., contando com a participação direta de Betinho, registrou a cifra astronômica de 700 mil mortos por inanição nesse período.

Porém, na década de 1990, a parcela organizada da sociedade civil nordestina, na Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) vai retirar do papel a “lógica da convivência com o Semiárido” e tentar traduzi-la no cotidiano das famílias. Uma série de reflexões e experiências passou a ser sistematizada e desenvolvida na prática junto aos camponeses. A compreensão mais apropriada do que é nosso Semiárido, a criação de animais adaptados, o desenvolvimento da forragem e da silagem (palma forrageira e outras leguminosas), o aproveitamento do potencial da biodiversidade local como o sisal e as frutas da caatinga como o umbu, a captação da água de chuva para beber, a captação da água de chuva para pequenos cultivos e animais de pequeno porte, a educação contextualizada etc., começam a mudar a face do Semiárido.

Nos chamados períodos normais, quando chove por um período de quatro a cinco meses, ficando sem chover os sete meses restantes, essa lógica se mostrou absolutamente eficaz. Porém, numa estiagem tão prolongada como a atual, o que fizemos se mostrou ainda insuficiente, mas indicando que o caminho é esse. As famílias que estão mais infraestruturadas na lógica da convivência com o Semiárido, criando animais mais adaptados, desenvolvendo as forrageiras adequadas, captando a água de chuva, estão atravessando esse período com menos sofrimento. Os que ainda não aderiram a essa lógica estão perdendo animais, particularmente os criadores do gado bovino.

Nesse período já não temos as intensas migrações, os saques, as famigeradas “frentes de emergência”, muito menos a mortalidade infantil, complementada pela morte dos adultos mais frágeis que caracterizou o genocídio de 1982/1983. Temos ainda a intensa perda do gado bovino – inadequado para

esse ambiente – e das safras de um tipo de plantio trazido pelos europeus, como o milho e certo tipo de feijão, que também são inadequados à região. A própria Embrapa Semiárido afirma que, de dez safras de milho, nove são perdidas. Por isso, a lógica da convivência com o Semiárido é também a inovação cultural subjetiva e objetiva, isto é, passa por uma nova compreensão e novas práticas agropecuárias na região.

## 2) O mito da irrigação.

Um dos mitos levantados para vencer esses períodos é a irrigação. Diante da atual estiagem, a presidente Dilma criou o programa “Mais Irrigação”, assim alimenta o hidronegócio e o mito fabricado. Muitos movimentos sociais, mirando o uso intenso das águas pelo agro e hidronegócios, chegam a propor que a irrigação é a saída, desde que sob controle dos trabalhadores e movimentos sociais. Na verdade a irrigação em regiões semiáridas tem se mostrado perversa em todo o planeta. A ONU nos alerta que a irrigação é a principal responsável pela crise da água no mundo – demanda 70% de toda água doce utilizada no mundo -, além de ser responsável pela salinização de 80 milhões de hectares em todo o planeta.

Outro exemplo que indica que esse modelo não nos serve é o intenso uso de água pelo hidronegócio para criar camarões em cativeiro, como no litoral

do Nordeste Brasileiro, que drena as águas do sertão para utilizar 50 mil litros de água (!) para criar um quilograma de camarão em cativeiro. Manelito mais uma vez adverte: não se faz irrigação onde sequer há água para beber.

O problema principal das longas estiagens para uma montanha de cientistas sociais, militantes, pastoralistas etc., é de ordem política, não natural. Outros povos do mundo se adaptaram ao seu ambiente, como os povos do gelo que não morrem de fome e frio em suas regiões, como os povos do deserto que não morrem de fome e sede em suas regiões, como povos de outras regiões semiáridas bem adaptados ao seu ambiente como é o caso do povo do semiárido chinês.

O futuro vai depender do aprofundamento da lógica da convivência em todas as suas dimensões, já acima citadas.

Outras dimensões da convivência não estão ao alcance da sociedade civil, como a democratização da água para o meio urbano e rural através das adutoras. Agora, premido pelas circunstâncias, o governo federal, muitas vezes em parceria com os estaduais, tem multiplicado rapidamente esse tipo de obra, o que comprova sua total viabilidade. Entretanto, elas deveriam ser fruto de uma política planejada, não de emergências quando cidades inteiras estão para entrar em colapso hídrico.

## 3) A seca atual

Conflitos pela seca desde 1985

	1985	1987	1988	1989	1998	1999	2000	2001	2002	2005	2006	2007	2010	2012
Conflitos Seca	9	53	42	6	279	69	47	129	5	52	2	8	4	36
Pessoas envolvidas	1.400	50.000	239.000	950	109.162	102.747	60.500	106.104	1.217	43.525	250	3.660	4.450	26.005

Desde a primeira edição de Conflitos no Campo, em 1985, foram registrados os conflitos pela seca, nos anos em que ocorreram.

É de se destacar que, em 1998, foram registrados 279 conflitos, em 2001, 129 e em 2005, 52 conflitos, sendo 14 no Ceará, 13 no Piauí, 18 no Rio

Grande do Sul e 7 em Santa Catarina.

Os registros de Conflitos em Tempos de Seca de 2012 nos servem como um alerta para percebermos que estamos longe da solução definitiva, mas que também estamos no caminho correto.

O registro de conflitos pela seca em 2012 totalizou 36, envolvendo 5.201 famílias, totalizando 26.005 pessoas. A natureza desses conflitos também chama a atenção: 18 ações foram de ocupações de órgãos públicos, como o INCRA, ou bancos públicos, como o Banco do Nordeste, reivindicando a liberação dos recursos destinados aos atingidos pela estiagem. Outras 12 foram manifestações públicas como passeatas, atos públicos etc., a maior parte reivindicando ações governamentais diante da seca, mas, com o detalhe de apenas seis delas reivindicarem medidas emergenciais. Finalmente, seis desses conflitos foram bloqueios de estradas, reivindicando as mesmas medidas acima citadas.

**Conflitos por Estado**

UF	Conflitos	Pessoas
AL	4	1850
BA	1	
CE	7	10500
PB	5	500
PE	18	13085
SC	1	70
	36	26005

Portanto, nenhum saque, nenhuma migração intensa, nenhuma reivindicação de “frentes de emergência”. Se compararmos com a população eliminada pela seca em 1982 – trinta anos atrás – projetada entre 700 mil e até 3 milhões de pessoas, com as 26

## Referências

CPT. CEPAC. IBASE. O genocídio do Nordeste 1979-1983. Edições Mandacaru Ltda. São Paulo.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. ENTRE O COMBATE À SECA E A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO. Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Série BNB Teses e Dissertações. Fortaleza. 2008.

EUFLÁVIO, Zé. Manelito é um defensor do semi-

árido. [http://www.taperoa.com/index.php?Itemid=162&id=355&option=com\\_content&tas](http://www.taperoa.com/index.php?Itemid=162&id=355&option=com_content&tas) Acesso em 07/03/2013.

mil pessoas envolvidas nas manifestações de 2012 – sem registro de mortalidade humana por fome ou sede -, então teremos um retrato estatístico de como as poucas medidas já implementadas na linha da convivência com o semiárido, aliadas às políticas de distribuição de renda do governo, ao menos paliaram o que poderia ter sido mais uma tragédia social nordestina. Portanto, não há como negar que, pela primeira vez em 500 anos, efetivamente o impacto social dessa estiagem na população humana não tem a mesma dimensão trágica das anteriores.

Chama a atenção que esses conflitos aconteceram em cinco estados do Nordeste e um na região Sul, Santa Catarina. Portanto, a seca nem sempre está restrita onde o olhar estigmatizador quer vê-la. Aliás, elas têm se tornado cada vez mais constantes e mais graves em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 1963 a seca se abateu severamente também sobre o Paraná. Agora, agravada pelas mudanças climáticas, acende-se o sinal vermelho para o território nacional.

Temos saídas e tecnicamente elas estão à nossa disposição. Implementá-las a fundo é uma decisão política, porém, a profundidade e extensão das mudanças climáticas serão decisivas no sucesso dessas políticas. Há novidades nesse sentido, mas sua efetiva implementação vai depender da mobilização da sociedade civil organizada e de governos que tenham ouvidos para ouvir o que o povo tem a dizer e a propor.

árido. [http://www.taperoa.com/index.php?Itemid=162&id=355&option=com\\_content&tas](http://www.taperoa.com/index.php?Itemid=162&id=355&option=com_content&tas) Acesso em 07/03/2013.

MALVEZZI, Roberto. Semi-árido: uma visão holística. Coleção Pensar o Brasil. CREA/CONFEA. Brasília. 2007.

WIKIPEDIA. O histórico das secas no Brasil depois do ano 1500. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Seca>. Acesso em 10/03/2013.

## Tabela 5 - Conflitos pela Água

UF	Ocorrências	Famílias
<b>Centro-Oeste</b>		
DF		
GO		
MS		
MT	5	800
<b>Subtotal:</b>	<b>5</b>	<b>800</b>
<b>Nordeste</b>		
AL		
BA	8	720
CE	4	524
MA	8	610
PB	2	1133
PE	5	493
PI	1	400
RN		
SE		
<b>Subtotal:</b>	<b>28</b>	<b>3880</b>
<b>Norte</b>		
AC		
AM	4	208
AP	1	150
PA	18	20122
RO	3	227
RR		
TO	2	672
<b>Subtotal:</b>	<b>28</b>	<b>21379</b>
<b>Sudeste</b>		
ES	3	70
MG	8	2326
RJ	3	800
SP	1	689
<b>Subtotal:</b>	<b>15</b>	<b>3885</b>
<b>Sul</b>		
PR		
RS	2	1840
SC	1	
<b>Subtotal:</b>	<b>3</b>	<b>1840</b>
<b>Brasil:</b>	<b>79</b>	<b>31784</b>



Foto: João Zinclar

# Trabalho

# Ao tentar receber pelo trabalho realizado, adolescente sofre ameaças e tentativa de assassinato

Um adolescente de 15 anos trabalhou por um mês na propriedade do fazendeiro José Ferreira, conhecido na região como “Zé Mucura”, na aplicação de agrotóxicos – atividade proibida para pessoas com menos de 18 anos e incluída na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, oficializada por decreto presidencial assinado em 2008. No final do mês trabalhado foi receber o pagamento combinado – R\$ 3 por bomba de herbicida aplicado –, mas ouviu do proprietário que só receberia depois de uma semana. Na semana seguinte voltou a cobrar e ouviu de José Ferreira que ele não receberia nada e que “levaria uma coça” se voltasse a falar no assunto. O caso aconteceu em julho de 2012, no município de Xinguara, Pará.

Com medo das ameaças do fazendeiro, o menor deixou a fazenda caminhando em direção à BR 155. Não muito distante da fazenda foi alcançado por dois homens encapuzados que amarraram suas mãos e pés e o espancaram com murros e pontapés. Depois o colocaram na carroceria da caminhonete em que estavam e foram em direção à BR 155. “Eles disseram que iam me matar e, pela conversa, eles eram da fazenda”, disse o menor. Ao chegar à rodovia, prevendo que iria morrer, ele se jogou de cima

do veículo e caiu à margem da rodovia. Um carro que vinha atrás, quase o atropelou. Só foi atingido de raspão por um dos pneus. O motorista do carro parou e lhe prestou socorro, levando-o para o Hospital Municipal de Xinguara, onde ficou hospitalizado por uma semana.

Depois disso, em agosto, o menor procurou a CPT de Xinguara, e além de confirmar o que lhe havia acontecido, acrescentou que desde que deixou o hospital, dois homens de moto e capacete rondavam sua casa, chegando a ficar horas parados por lá. Disse que um dia ouviu um dos homens dizer: “É aqui que mora aquele vagabundo. Mais tarde voltamos para pegar ele”. O menor denunciou a presença suspeita à polícia civil, que esteve no local, mas não encontrou a dupla. Em outra oportunidade ligou para a Polícia Militar, que abordou os desconhecidos. Depois desta abordagem não voltaram mais ao local.

A CPT, através de seu advogado, Nilson José de Souto Júnior, colheu o depoimento do rapaz e o acompanha na instauração do inquérito policial e demais encaminhamentos processuais, contra o fazendeiro.

**Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas**

	Trabalho Escravo				Superexploração				Total UF		Ações de Resistência	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatados	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Ocorrências	Trab. na Denúncia
<b>Centro-Oeste</b>												
DF												
GO	13	148	138	2					13	148		
MS	6	34	34						6	34		
MT	10	86	75						10	86		
<b>Subtotal:</b>	<b>29</b>	<b>268</b>	<b>247</b>	<b>2</b>					<b>29</b>	<b>268</b>		
<b>Nordeste</b>												
AL	1	29	29		1	1			2	30	11	490
BA	6	132	52		1	5			7	137	1	13
CE											1	
MA	14	166	87	3	1	37			15	203		
PB												
PE	2	38	19						2	38	3	300
PI	6	66	66						6	66		
RN												
SE												
<b>Subtotal:</b>	<b>29</b>	<b>431</b>	<b>253</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>43</b>			<b>32</b>	<b>474</b>	<b>16</b>	<b>803</b>
<b>Norte</b>												
AC												
AM	10	174	174	2					10	174		
AP	1	3	3						1	3		
PA	49	1204	540	5	10	29		1	59	1233		
RO	4	43	37						4	43		
RR												
TO	22	360	321	3	1	1			23	361		
<b>Subtotal:</b>	<b>86</b>	<b>1784</b>	<b>1075</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>30</b>		<b>1</b>	<b>97</b>	<b>1814</b>		
<b>Sudeste</b>												
ES	2	26	26						2	26		
MG	5	84	84	2					5	84	2	250
RJ	2	9	9						2	9		
SP	1	26	26						1	26		
<b>Subtotal:</b>	<b>10</b>	<b>145</b>	<b>145</b>	<b>2</b>					<b>10</b>	<b>145</b>	<b>2</b>	<b>250</b>
<b>Sul</b>												
PR	7	225	225						7	225		
RS	2	47	47	17					2	47		
SC	5	52	52						5	52		
<b>Subtotal:</b>	<b>14</b>	<b>324</b>	<b>324</b>	<b>17</b>					<b>14</b>	<b>324</b>		
<b>Brasil:</b>	<b>168</b>	<b>2952</b>	<b>2044</b>	<b>34</b>	<b>14</b>	<b>73</b>		<b>1</b>	<b>182</b>	<b>3025</b>	<b>18</b>	<b>1053</b>

\* Além das denúncias de trabalho escravo no campo, houve 20 denúncias de trabalho escravo na área urbana, envolvendo 815 trabalhadores, dos quais 775 foram libertados, sendo 2 adolescentes.

\* Quando esta publicação estava sendo diagramada, chegou-nos a informação de mais dois casos de trabalho escravo em que houve libertação de 33 trabalhadores que não constavam em nosso Banco de Dados. Com isso o número de ocorrências de trabalho escravo sobe para 170 e o número de trabalhadores libertos para 2077.





Foto: João Zinclar

# Violência contra a pessoa

## Tabela 7 - Violência contra a pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
<b>Centro-Oeste</b>									
DF	11	16035							
GO	32	6198							7
MS	64	16714			3	10			8
MT	41	20371	1			21			11
<b>Subtotal:</b>	<b>148</b>	<b>59318</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>26</b>
<b>Nordeste</b>									
AL	49	13935	1		1	2		3	5
BA	138	51262	1	3	6	7		5	7
CE	15	21220		1		1			
MA	184	53468	3	2		49			9
PB	20	21990	3	6		8		2	2
PE	130	70758	3	4		9			2
PI	31	9831							
RN	6	8685							
SE	12	6650							
<b>Subtotal:</b>	<b>585</b>	<b>257799</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>76</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>25</b>
<b>Norte</b>									
AC	40	16550				14			
AM	48	18254	2	1		57			10
AP	57	11683				1			
PA	166	164198	6	52		61		33	20
RO	77	21153	9	2		16		29	5
RR									
TO	39	11401		4		10			1
<b>Subtotal:</b>	<b>427</b>	<b>243239</b>	<b>17</b>	<b>59</b>	<b>0</b>	<b>159</b>	<b>0</b>	<b>62</b>	<b>36</b>
<b>Sudeste</b>									
ES	10	2676							
MG	55	37304	3			8		20	1
RJ	18	9509	4			19		1	
SP	68	16311		2		1		6	
<b>Subtotal:</b>	<b>151</b>	<b>65800</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>28</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>1</b>
<b>Sul</b>									
PR	18	5435							
RS	25	15652				1			
SC	10	1272							
<b>Subtotal:</b>	<b>53</b>	<b>22359</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total:</b>	<b>1364</b>	<b>648515</b>	<b>36</b>	<b>77</b>	<b>10</b>	<b>295</b>	<b>0</b>	<b>99</b>	<b>88</b>

\* Número de conflitos e de pessoas envolvidas referem-se à soma dos conflitos por Terra, Água, Trabalho e Seca.

# “Impregnados do uso de muitos” – viveram também por nós

## Um olhar pastoral sobre os conflitos do campo no Brasil

Nancy Cardoso Pereira \*

De todos os objetos, os que mais amo são os usados.  
 As vasilhas de cobre com as bordas amassadas,  
 os garfos e as facas cujos cabos de madeira  
 foram colhidos por muitas mãos.  
 Estas são as formas que me parecem mais nobres.  
 Estes ladrilhos das velhas casas  
 gastos por terem sido pisados tantas vezes,  
 estes ladrilhos onde cresce a grama  
 me parecem objetos felizes.  
 Impregnado do uso de muitos,  
 a miúde transformados, foram aperfeiçoando  
 suas formas  
 e se fizeram preciosos porque tem sido apreciados muitas vezes.  
 Agradam-me, incluso, os fragmentos de esculturas  
 com os braços cortados.  
 Viveram também por mim.  
 Caíram porque foram trasladados.  
 Derrubaram-nas, talvez, porque estavam muito altas.  
 As construções quase em ruína parecem todavia projetos sem acabar,  
 grandiosos; suas belas medidas podem já imaginar-se,  
 mas ainda necessitam de nossa compreensão.  
 E além do mais já serviram, inclusive já foram superadas.  
 Todas estas coisas me fazem feliz.

Bertold Brecht

Os movimentos sociais são objetos usados, impregnados de uso e, por isso mesmo, plenos de sinais do tempo. Objetos como utensílios, coisas de usar e precisar, coisas de fazer caber a água, a farinha, o pão. No poema de Brecht as bordas amassadas das vasilhas, a madeira do cabo da colher já gasta são considerados “materiais nobres” porque usados, gastos.

O trânsito, o tráfego de ser pisado tantas vezes num mesmo lugar desgasta os ladrilhos “das velhas casas”; entre as fissuras do tempo e do uso a grama se insinua: e são ladrilhos felizes. Gastos ladrilhos fissurados e felizes.

O “uso de muitos” transforma e aperfeiçoa for-

\* Pastora metodista, graduada em Teologia e Filosofia, mestra e doutora em Ciências da Religião, com pós-doutorado em História Antiga. É agente da Comissão Pastoral da Terra. Atualmente é reitora da Universidade Bíblica Latinoamericana, na Costa Rica .

mas, tantas e tantas vezes visitados, movidos os objetos usados se fazem preciosos. Nobres e preciosos não porque novos e inovadores. Nobres e preciosos porque persistentes, remanescentes, insistentes.

O poema vai se ocupar também de objetos que existem de forma fragmentada, que já foram outra coisa “com braços” e inteireza... mas agora se apresentam assim como se alguma coisa faltasse – alguém diria: mas “viveram por mim”! Foram trasladados! Sofreram mudanças! Foram derrubados! Caíram! Existiram! Ocuparam espaços! E por isso mesmo foram derrubados... e continuam a ser amados.

Uma terceira categoria são as construções em ruína que necessitam da nossa compreensão: se foram belas e de grandiosas medidas no passado se parecem agora com projetos interrompidos, projetos sem acabar. E aí? serviram! são formas que responderam às pretensões de um tempo e... foram superadas, mas continuam projetos inacabados e oferecem espaço para a imaginação: suas belas medidas! os desejos projetados e sua provisoriade.

### “Todas estas coisas me fazem feliz”

O poema indica a história como critério de avaliação: não a história dos grandes feitos e dos grandes nomes, mas a história das cotidianas coisas em seus usos. Assim também os movimentos sociais são continuidades, são acúmulos de demandas. As organizações populares e suas bordas amassadas. A madeira gasta das formas políticas ao longo da história que não podem ser avaliados por seus sucessos... mas pela impregnação de uso. Foram muitas mãos, muitas vidas que aperfeiçoaram as lutas políticas e de tão pisados pelo próprio povo em suas assembleias, marchas e manifestações deixaram marcas organizativas. Vencidos, violentados,

trasladados: viveram também por mim e pelo povo organizado nos movimentos. Resgatar os projetos inacabados, derrubados de tão altos. As belas medidas da luta histórica de nossos povos ainda precisam de nossa compreensão... também aquelas que já serviram e foram superadas.

Mas as coisas... as necessárias não tem paz!  
Nas palavras de Cláudia Korol<sup>2</sup>:

Dando una nueva vuelta desde el punto de vista de los vencidos y vencidas, pero afirmándome en la perspectiva latinoamericana sobre la memoria, quisiera agregar con Roque Dalton<sup>3</sup>, que “los muertos están cada día más indóciles”. Cada día más indóciles, cada día más rebeldes... y así como el enemigo no ha dejado de vencer, los pueblos no han dejado de resistir y crear nuevos espacios y posibilidades para que vivan los sueños de cambiar el mundo, y se vayan materializando en transformaciones sociales populares. Los muertos y muertas, los caídos y caídas en nuestra América Latina, son una realidad lacerante que sigue escribiendo día a día la historia. Porque el capitalismo en estas tierras es hijo del colonialismo, del imperialismo, del patriarcado, de las muchas formas de violencia y de dominación; y también es hijo de la impunidad y del olvido, del ocultamiento, de la tergiversación de la memoria realizada por los vencedores.

Pensar América Latina es aprender a des-tejer la historia oficial, para recuperar las señales casi imperceptibles que cada gesto popular de resistencia a la opresión inscribe en nuestra subjetividad, guarda en nuestros cuerpos, y siembra en nuestras tierras.

<sup>2</sup> Intervención realizada el 4 de junio en el Auditorio del Instituto Sedes Sapientiae, en el curso organizado por la Escola Nacional Florestan Fernandes, el CEPIS (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae) y el Departamento de Jornalismo da PUC-SP, con el apoyo de Brasil de Fato y Expressão Popular. Versión corregida en julio del 2009. Mimeo.

<sup>3</sup> Roque Dalton, poeta y guerrillero salvadoreño

Nossos povos têm suas expressões históricas e culturais de si mesmos que se expressam e se organizam de forma plural e diversa em “movimentos sociais”. Os motivos e os porquês da organização “de movimentos” ou “em movimentos” constituem um repertório de itens materiais e de subjetividades que vão desde as questões vitais de sobrevivência coletiva até o enfrentamento das estruturas políticas e econômicas. São estas materialidades e afetividades que alimentam as lutas históricas de resistência e libertação no continente latinoamericano.

Marcados por um processo violento de luta de classes na periferia do capital internacional, estes movimentos e seus modos de vida transitam entre o originário e o moderno, o antigo e novo, o valor e o não-valor como conflito permanente e criativo.

As utopias históricas da Pátria Grande Latinoamericana, os processos de independência tocaram nestas questões nem sempre com paciência e sabedoria de escutar possíveis respostas autóctones. Os projetos de Nação e Continente se impuseram por renovados processos de colonialidade que desconheciam as fantásticas realidades das maiorias índias e negras. As formulações teóricas e programáticas de certos movimentos emancipatórios importados foram um elemento a mais de violência incapazes que foram de dialogar com o realismo fantástico de outras geografias e suas formas de luta, suas identidades plurais.

Os movimentos sociais não são “idealizações”, mas articulam a materialidade cotidiana das formas populares de poder e de disputa. As condições objetivas e subjetivas de organização não se dão em vazios políticos e vivenciais, mas reúnem e convivem com contradições, ambiguidades. São simultaneamente práxis e exercício de identidade que colocam os/as pobres na fronteira entre o real e o utópico.

Por tudo isso, as formas organizativas não correspondem a nenhum modelo, não se comportam com um elenco de virtudes pré-estabelecidas, convivem

e estranham formas equivocadas de poder: as bordas amassadas dos movimentos. Impregnados do uso de muitos, os movimentos sociais sofrem a ação do tempo e sofrem metamorfoses desejadas ou não.

Os movimentos sociais possuem um caráter educativo que se dá na prática política, nos processos de interação, nas negociações, nas relações com mediadores. Tanto na dimensão da organização política, como na dimensão de uma cultura de classe os Movimentos estabelecem novas aprendizagens e novas tarefas que são vitais na consolidação de circuitos de gestão do trabalho coletivo, da produção do saber a serviço da classe, na organização do espaço e do tempo em função de seus interesses. Se agências e teóricos desistiram da dimensão classista da luta popular, os movimentos sociais fazem das definições exercícios políticos: uma nova morfologia da classe trabalhadora inclui a diversidade dos sujeitos sociais da classe-que-vive-do-trabalho.

Na América Latina de modo exemplar os movimentos sociais são criminalizados pelos aparatos judiciários e demonizados pela mídia e as elites. As fragilidades reais dos movimentos sociais não podem ser confundidas com as imagens criminosas e demoníacas que as agências burguesas veiculam. Neste sentido é vital a manutenção destes dois aspectos: 1- o resgate da história, do uso de muitos; e 2- a necessária construção de um olhar sobre as belezas interrompidas ou inacabadas. O desenvolvimento no interior dos movimentos sociais de símbolos identitários da luta – críticos e criativos – que valorizem as bordas amassadas e celebrem os projetos interrompidos, revelam o lugar importante da mística da luta.

...o bloqueio das estradas com acampamentos de semanas, as grandes panelas dos sopões feitos nesses acampamentos, as enormes e coloridas bandeiras utilizadas nesses atos, barricadas feitas de pneus queimando, os paus e os lenços cobrindo o rosto contra a repressão...<sup>4</sup>

<sup>4</sup> FERNÁNDEZ, Marco. A falta que faz a mística: o desafio da identidade piqueteira, Margem Esquerda n.9, São Paulo: Boitempo, 2007, p. 47

Uma terceira tarefa pastoral seria não deixar que homens e mulheres sejam mortos na luta pela terra. Mas são. Temos que ser mais e melhores para cuidar. Mas aqui está o Caderno de Conflitos para que não sejam esquecidos, para que não fiquem sem ressurreição. Estes que foram cortados... *viveram também por mim. Caíram porque foram trasladados. Derrubaram-nas, talvez, porque estavam muito altas.* Lideranças de comunidades assassinadas viveram por mim, por nós. Nomeio cada companheiro e companheira que foram mortos na luta pela terra em 2012 porque fazem falta!

Renato Nathan Gonçalves Pereira  
 Gilberto Tiago Brandão  
 Ercias Martins de Paula  
 José Barbosa da Silva, "Zé Albino"  
 Orlando Pereira Sales, "Paraíba"  
 João Oliveira da Silva Kaxarari  
 João Luiz Telles Penetra "Pituca"  
 Almir Nogueira de Amorim Araújo  
 Pedro Bruno  
 Antônio Tiningo  
 Claudemir Ferreira da Silva  
 Cacique Geusivan Silva de Lima  
 Célio Tigre

Edvaldo da Silva, "Divaldinho"  
 Abiair Amaral Gusmão  
 Josivani Amaral Gusmão  
 Mamede Gomes de Oliveira  
 Valdir Dias Ferreira  
 Milton Santos Nunes da Silva  
 Clestina Leonor Sales Nunes  
 Adenilson Kirixi Munduruku  
 Raimundo Alves Borges, "Cabeça"  
 Francisco da Conceição Souza Guajajara  
 Maria Amélia Guajajara  
 Antonio Carlos Biazini, "Carlinhos"  
 Edvaldo Bispo de Santana  
 Raimundo Nonato da Silva Chalub, "Rato Branco"  
 Francisnilson João Constante de Souza  
 Dinhana Nink  
 Edvaldo Rodrigues Ferreira  
 Fabiano Pereira de Souza  
 Lelo Akay Munduruku  
 José Pontes da Silva  
 Claudino Pachico Barreto, "Dindo"  
 Joais da Silva Rocha  
 José Carlos Alves de Almeida

Presentes!

## Tabela 8 - Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
<b>Alagoas</b>						
Porto de Pedras	Fazenda Porto Seguro	30/06/2012	Edvaldo Rodrigues Ferreira		54	Sem - terra
<b>Subtotal:</b>					<b>1</b>	
<b>Amazonas</b>						
Apuí	Vicinal Mariana/Km 03	15/07/2012	Francisnilson João Constante de Souza		24	Pequeno proprietário
Lábrea	Ramal Mendes Júnior/Km 38/Sítio Casabranca	21/11/2012	Raimundo Nonato da Silva Chalub, "Rato Branco"		A	Liderança
<b>Subtotal:</b>					<b>2</b>	
<b>Bahia</b>						
Teofilândia	Fazenda Boa Esperança	12/04/2012	Edvaldo Bispo de Santana		54	Sem - terra
<b>Subtotal:</b>					<b>1</b>	
<b>Maranhão</b>						
Buriticupu	Assentamento Terra Bela	14/04/2012	Raimundo Alves Borges, "Cabeça"		56	Liderança
Grajaú	Bacurizinho/Aldeia Kamihaw Guajajara/Nazaré	09/03/2012	Francisco da Conceição Souza Guajajara		37	Liderança Indígena
Grajaú	T. I. Canabrava/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São Pedro	28/04/2012	Maria Amélia Guajajara		52	Liderança Indígena
<b>Subtotal:</b>					<b>3</b>	
<b>Mato Grosso</b>						
Alta Floresta	Aldeia Teles Pires/Etnias Munduruku e Kayabi	07/11/2012	Adenilson Kirixi Munduruku		A	Índio
<b>Subtotal:</b>					<b>1</b>	
<b>Minas Gerais</b>						
Uberlândia	Faz. São José dos Cravos/Acamp. 21 de Agosto/Us. Vale do Tijuco	23/03/2012	Clestina Leonor Sales Nunes		48	Liderança
Uberlândia	Faz. São José dos Cravos/Acamp. 21 de Agosto/Us. Vale do Tijuco	23/03/2012	Valdir Dias Ferreira		40	Liderança
Uberlândia	Faz. São José dos Cravos/Acamp. 21 de Agosto/Us. Vale do Tijuco	23/03/2012	Milton Santos Nunes da Silva		52	Liderança
<b>Subtotal:</b>					<b>3</b>	
<b>Pará</b>						
Acará	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	07/11/2012	Abiair Amaral Gusmão		A	Quilombola
Acará	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	07/11/2012	Josivani Amaral Gusmão		A	Quilombola
Belém	Faz. Taba/Assent. Mártires de Abril/Baía do Sol	23/12/2012	Mamede Gomes de Oliveira		58	Liderança
Itaituba	Com. de Miritituba/P. A. Areia	16/01/2012	Edvaldo da Silva, "Divaldinho"		35	Assentado
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC	23/06/2012	Lelo Akay Munduruku		A	Índio
Novo Progresso	Assentamento Fronteiras	15/08/2012	Célio Tigre		47	Assentado
<b>Subtotal:</b>					<b>6</b>	
<b>Paraíba</b>						
Campina Grande	Fazenda Santa Cruz	23/10/2012	José Pontes da Silva		61	Liderança
Marcação	T. I. Potiguara/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	31/07/2012	Claudemir Ferreira da Silva		37	Aliados
Marcação	T. I. Potiguara/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	31/07/2012	Cacique Geusivan Silva de Lima		30	Liderança Indígena
<b>Subtotal:</b>					<b>3</b>	
<b>Pernambuco</b>						
Gameleira	Eng. Pereira Grande/Us. Estreliana	02/04/2012	Pedro Bruno		A	Assentado
Jaboatão dos Guararapes	Eng. Vargem Fria/Us. Bulhões	24/09/2012	Claudio Pacheco Barreto, "Dindo"		58	Trab. Rural
Jataúba	Fazenda Ramada	23/03/2012	Antônio Tiningo		37	Liderança
<b>Subtotal:</b>					<b>3</b>	
<b>Rio de Janeiro</b>						
Campos dos Goytacazes	Acamp. Oziel Alves 2/Mergulhão/Cambahyba	30/11/2012	Antônio Carlos Biazini, "Carlinhos"		45	Liderança
Campos dos Goytacazes	Acamp. Oziel Alves 2/Mergulhão/Cambahyba	30/11/2012	Joais da Silva Rocha		25	Sem - terra

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Magé	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	22/06/2012	João Luiz Telles Penetra, "Pituca"		40	Liderança
Magé	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	24/06/2012	Almir Nogueira de Amorim Araújo		45	Pescador
<b>Subtotal:</b>					<b>4</b>	
<b>Rondônia</b>						
Ariquemes	Acampamento Canaã	10/04/2012	Renato Nathan Gonçalves Pereira		28	Liderança
Machadinho d'Oeste	Faz. Paredão/Acamp. Canaã II	25/02/2012	Gilberto Tiago Brandão		A	Liderança
Machadinho d'Oeste	Faz. Paredão/Acamp. Canaã II	01/03/2012	Ercias Martins de Paula		A	Liderança
Nova Brazilândia do Oeste	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	29/11/2012	Orlando Pereira Sales, "Paraíba"		46	Liderança
Porto Velho	Terra Indígena Kaxarari	26/08/2012	João Oliveira da Silva Kaxarari		A	Liderança Indígena
Porto Velho	Assassinato de Dinhana Nink	30/03/2012	Dinhana Nink		28	Ocupante
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	15/05/2012	José Barbosa da Silva, "Zé Albino"		A	Pequeno proprietário
Vilhena	P. A. Águas Claras	31/12/2012	José Carlos Alves de Almeida		A	Ocupante
Vilhena	P. A. Águas Claras	31/12/2012	Fabiana Pereira de Souza		A	Ocupante
<b>Subtotal:</b>					<b>9</b>	
<b>Total:</b>					<b>36</b>	



Foto: Ruy Sposati

## As violações aos direitos indígenas no Brasil

Roberto Antonio Liebgott\*

A questão indígena no Brasil vem se constituindo, ao longo das últimas décadas, em grande obstáculo aos interesses de grupos econômicos que pretendem explorar os recursos naturais, minerais, hídricos e as demais potencialidades e riquezas que as terras brasileiras oferecem, especialmente para a agricultura e pecuária. Em função disso, povos e comunidades indígenas são brutalmente atacados, violentados e seus direitos constitucionais desrespeitados.

Atualmente as violações aos povos indígenas estão inseridas dentro de uma lógica desenvolvimentis-

ta do fato consumado. Ou seja, os direitos acabam sendo desrespeitados para impor projetos, programas e empreendimentos que violam os direitos humanos, da natureza e as perspectivas de futuro dos povos indígenas e das demais comunidades tradicionais e pequenos agricultores.

Os poderes públicos, em estreita aliança com segmentos econômicos, agem estrategicamente e de forma deliberada na ilegalidade, burlando normas que a rigor impediriam a construção de obras que afetam terras indígenas, as reservas ambientais, ou que poderão causar danos à população. Além disso, direitos fundamentais, como são os casos das demarcações das terras indígenas e quilombolas acabam sendo negados sistematicamente. Em artigo publicado no Correio da Cidadania, Eduardo Gudynas, pesquisador do CLAES (Centro Latinoamericano de Ecologia Social) afirma que “as violações de direitos não são mais consequência, mas condição da lógica econômica”. Ou seja, para a superexploração imposta através das políticas

\* Filósofo e missionário do Cimi na equipe de Porto Alegre-RS

econômicas, especialmente dos grandes empreendimentos o que realmente importa é o êxito dos investimentos e os lucros gerados com eles.

A partir desta análise se pode inferir que há deliberação política, portanto de Estado, em promover o desrespeito às normas ambientais, de direitos humanos, sociais, dos povos indígenas e com isso, estabelecer a ideia de que os empreendimentos são irreversíveis. Nesse conceito de desenvolvimento não há lugar para oposição. Diante desta lógica são previstas algumas compensações ou pequenas sanções que nunca serão suficientes para inviabilizar os projetos, paralisá-los e muito menos reverter os danos e suas consequências para o futuro (transposição do Rio São Francisco, complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, de Belo Monte e agora do Tapajós). Em todos os casos acima referidos as ações judiciais impetradas para impedir os projetos não tiveram êxito, pois a justiça considerou-os como fatos consumados. Ou seja, as ações contra os crimes que foram praticados jamais serão julgadas.

Portanto, para o grupo que está no poder atualmente, as agressões aos direitos são condições necessárias às políticas desenvolvimentistas, especialmente no que tange aos grandes empreendimentos. Também devemos considerar, nesta análise, a influência ideológica dos setores econômicos que exploram a terra através do que se denomina agronegócio. “Nunca antes na história deste país” se viveu um período em que a pecuária e a agricultura (setor agrário) esteve tão fortemente articulado em âmbito nacional. Nunca, como agora, os maiores latifundiários, os grandes arrendatários e grileiros de terras situadas no Centro-Oeste e Norte do Brasil tiveram tanto poder e influência política. Eles pressionam e atuam, decisivamente, pela defesa do agronegócio e do latifúndio, junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Os ruralistas, como são chamados no Congresso Nacional têm a maior bancada parlamentar, mais de 240 deputados e senadores e, para além, conquistaram a simpatia da quase totalidade dos congressistas.

Não bastasse essa força no parlamento eles condu-

zem o governo e suas políticas para a direção que melhor lhes convier. Não é a toa que a senadora Kátia Abreu, apesar das denúncias de grilagem de terras e de que em suas propriedades ou de seus familiares há a exploração de trabalho análogo à escravidão, tem trânsito livre em todas as instâncias dos poderes, especialmente junto à Presidência da República. Também na grande mídia ela tem espaço garantido, inclusive com coluna semanal no jornal Folha de S. Paulo, onde ocupa o espaço para divulgar as ambições do agronegócio e ao mesmo tempo para questionar e responder aos que fazem oposição a este modo de produção agrícola, suas consequências e o método autoritário de impor suas ideias.

A força do agronegócio é mais do que econômica, ela é ideológica. O pensamento daqueles que defendem que a terra deve ser útil na medida em que ela tem capacidade de gerar lucro, ou seja, enquanto ela tiver condições de ser economicamente viável, é difundido como uma verdade absoluta através da mídia, do parlamento e nas políticas públicas. Está nesta lógica de pensamento o grande “nó” entre os direitos indígenas e as decisões que o governo vai tomando. “O desenvolvimentismo concebido neste governo pela presidenta Dilma e pelos que a cercam e a assessoram, é uma confissão de fé no capitalismo predatório. Eles não têm intenção e nem interesse em discutir e observar outras alternativas que não a que confessam como um fundamentalismo religioso”, afirma Iara Tatiana Bonin, em artigo intitulado Premissas Universais do Reino do Agronegócio.

Os direitos indígenas, os direitos ambientais, dos quilombolas são os entraves a essas concepções. Não é por acaso que o ex-presidente Lula se posicionava, em diversas circunstâncias, favorável ao agronegócio, desafiando inclusive os pequenos agricultores e o MST a produzirem em quantidade e “qualidade” compatível com a de fazendeiros de Mato Grosso (como se isso fosse possível, considerando-se a desigualdade em termos de proporção de terras, de financiamento e de concessões públicas). Também não foi por acaso que ele questionou

os militantes e ambientalistas, tentando ridicularizar suas lutas em defesa do meio ambiente e contra as barragens. Não foi por acaso que ele, também em discurso público, recomendou que os “índios deveriam deixar de pescar e caçar com arco e flecha e passassem a pescar em tanques e açudes”, numa clara referência de que o governo não quer e não vai demarcar terras indígenas.

A presidenta Dilma, através de seus ministros, assessores e servidores, especialmente da Funai, tem deixado claro que as demarcações de terras vão continuar paralisadas. Ela não quer problemas com sua base de sustentação, especialmente com as turmas do PMDB e da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). É por conta dessas decisões que centenas de famílias do Povo Guarani Kaiowá continuam submetidas a uma vida de riscos e violências à beira de rodovias ou em áreas de confinamento populacional. É também por isso que os fazendeiros e latifundiários daquela região se sentem cada vez mais empoderados e autorizados a declarar seu desprezo e aversão aos povos indígenas.

### **Direito aos territórios, contestado**

Neste contexto, o direito aos territórios indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais tem sido veementemente contestado, especialmente em estados que afirmam ter vocação para a produção agropecuária e que, por isso, buscam estender ao máximo os limites dos latifúndios. É o que ocorre hoje, por exemplo, em Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os principais argumentos utilizados para colocar em questão o direito dos povos indígenas – e particularmente dos Guarani-Kaiowá e dos Guarani – às terras tradicionais podem ser resumidos em quatro enunciados, sendo dois deles herança do ideário ditatorial dos anos 1970, reeditados hoje com uma nova roupagem.

O primeiro é o de que seria muita terra (produtiva) para pouco índio – tese retomada para dizer que não haveria interesse em assegurar o direito de

usufruto exclusivo sobre as terras, posto que estas são pretendidas para a produção em larga escala. A menção a dados estatísticos e quantificações é uma das principais estratégias usadas para conferir legitimidade aos discursos de setores ruralistas, que tem na senadora Kátia Abreu um dos principais porta-vozes. Em seus últimos pronunciamentos, a parlamentar faz questão de divulgar dados sobre a população indígena brasileira e extensão de terras demarcadas e a demarcar, reativando a tese de que se trata de “muita terra para pouco índio”.

O segundo argumento usado para contestar o direito indígena apregoa que os procedimentos de demarcação das terras destes povos ferem o estado democrático de direito e criam insegurança jurídica, já que os títulos de propriedade sobre certas terras (indígenas) foram adquiridos por terceiros, antes da promulgação da Constituição. Vale lembrar que os povos indígenas têm direito originário e inalienável sobre suas terras, e mesmo que tal direito tenha sido reconhecido na Constituição de 1988, diz respeito a algo que antecede a formação do Estado nacional.

O terceiro argumento é o de que os indígenas estariam sendo manipulados por ONGs e pela Funai, o que reacende a tese da incapacidade destes povos para definir suas demandas e reivindicações, e para traçar com autonomia as estratégias de luta pela garantia de seus direitos.

Por fim, o quarto argumento é o de que a Fundação Nacional do Índio seria incapaz de interpretar os “verdadeiros” anseios destes povos e comunidades, que reivindicariam assistência e benevolência e não a demarcação de suas terras. Tal reivindicação se fosse real, seria equivalente a dizer que os índios abrem mão do controle de seus territórios para viver do assistencialismo e das migalhas deixadas para eles.

Nos governos petistas dos últimos anos registram-se os menores investimentos e ações para a garantia desse direito. Especificamente para os Guarani-Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, entre 2004 e 2009, o governo Lula demarcou apenas quatro áreas,

correspondendo apenas a 17.164 hectares. Nos quase dois anos do governo Dilma, nenhuma área foi demarcada. Isso demonstra, por um lado, a conduta do governo federal de desrespeito sistemático e omissão aos direitos indígenas e, por outro lado, a tendência de fortalecimento do agronegócio, que se esparrama sobre as áreas indígenas que o mesmo governo se recusa a demarcar. O resultado dessa relação governo e agronegócio é o agravamento dos conflitos e das violências.

### **Políticas para os povos indígenas sem ouvi-los**

No que concerne às políticas assistenciais, os povos indígenas enfrentaram grandes desafios, especialmente nas áreas de educação e saúde. No campo da educação, o governo decidiu pela implementação de um modelo de gestão da educação escolar estruturado na forma de territórios etnoeducacionais. Contudo, esse conturbado processo vem ocorrendo a passos lentos e as comunidades indígenas ainda não compreendem o funcionamento e as responsabilidades na oferta de serviços básicos, se estas são da União, dos estados, de municípios ou de prestadoras de serviço. Há ainda sérias denúncias, feitas por diferentes comunidades e povos indígenas, de que a audiência e consulta às comunidades não teria sido procedida de modo a envolver efetivamente os sujeitos a quem esta política se destina.

No que se refere à saúde houve muita confusão e desencontros quanto à política a ser adotada. Num primeiro momento o governo Lula deu seguimento à política de terceirização iniciada na era de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a falta de consistência da política, principalmente no que se refere às responsabilidades pela gestão e execução das ações, que estavam pulverizadas entre os prestadores de serviços e a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), gerou grandes descontentamentos, que fez com que o Tribunal de Contas da União realizasse uma auditoria em todos os aspectos da política de atenção à saúde indígena, coordenada pela Funasa. Além da má gestão dos serviços havia má gestão dos recursos financeiros, gerando denúncias de que havia corrupção no órgão responsável pela política

de saúde. Paralelo a isso houve uma determinação judicial, afirmando que era dever da União fazer a gestão e execução da saúde indígena e, assim sendo, o modelo de assistência realizado de forma terceirizada estava em desacordo com a legislação. Essas determinações judiciais obrigaram o governo e rever sua política e a criar a Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena.

Os povos indígenas vítimas do conturbado modelo assistencial sofrem com a mortalidade infantil, ocasionada pela desnutrição, pelas doenças respiratórias e infectocontagiosas. As regiões com maiores índices de mortalidade foram em Mato Grosso do Sul, entre os Guarani e Kaiowá, Mato Grosso, entre os Xavante, e no Acre, Pará, Amazonas, especialmente no Vale do Javari.

É importante considerar também que os povos indígenas nunca foram tratados como protagonistas de suas histórias ou como portadores de direitos a serem reconhecidos. Houve uma iniciativa que até poderia ter se constituído em efetivo espaço de diálogo, de debates e de proposições sobre as demandas e realidades indígenas: a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI. No entanto, ela acabou sendo esvaziada logo no início do governo Dilma. Os líderes indígenas, integrantes da CNPI, convidaram a presidenta Dilma para dialogar sobre as grandes questões que estavam afetando as terras e os direitos indígenas, a exemplo do complexo hidrelétrico de Belo Monte, a mortalidade indígena no Vale do Javari, as violências praticadas contra os Guarani-Kaiowá, a morosidade nos procedimentos de demarcação, a reestruturação da Funai, entre outros temas. A presidenta se recusou ao debate e disse que não iria até a CNPI. Desde então, a Comissão foi esvaziada e não houve mais o cumprimento do cronograma de reuniões.

A Funai, órgão do governo que deveria responder por toda a política para os povos indígenas está sucateada. Apesar disso, cabe a ela a responsabilidade de realizar os procedimentos demarcatórios, bem como a proteção e garantia do usufruto exclusivo das terras pelos povos indígenas. O órgão indige-

nista tem se mostrado absolutamente incapaz de exercer essas funções. Por outro lado, desenvolve ações com o objetivo de convencer os índios a aceitarem supostos benefícios e compensações decorrentes de empreendimentos e obras que afetarão suas terras, a exemplo das barragens, duplicações de rodovias, gasodutos, linhas de transmissão, hidrovias. Com foco nos grandes empreendimentos, a Funai atravancou ainda mais os procedimentos demarcatórios e gerou protestos e violências.

### Estímulo à truculência

Esta política, portanto, carrega consigo graves consequências uma vez que alimenta a ideia de que, na ausência ou na omissão do Estado, os outros interessados podem agir. Ocorre, com isso, o estímulo para que segmentos que fazem oposição aos direitos indígenas atuem de forma truculenta. Em função disso, no ano de 2012, aconteceram inúmeros ataques às comunidades, perseguições às lideranças (que lutam pela defesa de seus direitos), criminalização das lutas e, mais grave, foram praticados dezenas de assassinatos, atropelamentos, espancamentos, ameaças de morte, invasão e depredação das terras.

A CPT que registra somente os conflitos diretamente relacionados à ocupação e posse da terra, registrou 165 ocorrências envolvendo as populações indígenas, 15,5 %, dos 1.067 do total do Brasil. Entre

estas, 46 foram conflitos pela retomada dos territórios que lhes pertenceram e dos quais foram arrancados ou expulsos. Merece destaque todo especial, o fato de 15 destas retomadas terem acontecido no Mato Grosso do Sul, entre as 17 ocupações de terra do estado. Na Bahia, das 58 ocupações e/ou retomadas de terras no estado, 28 foram efetuadas por indígenas.

Entre os grupamentos humanos, os indígenas são os que proporcionalmente mais sofrem violência. Dos 36 assassinatos em Conflitos no Campo, seis foram de indígenas, 16,7%. São também indígenas 68, dos 295 ameaçados de morte, 23,1%.

O CIMI, por sua vez, registra o total de indígenas assassinados, não se restringindo aos conflitos pela posse e ocupação de terra. Em 2012, foram registradas 57 mortes por assassinato. O Mato Grosso do Sul desponta, como nos anos anteriores, como líder absoluto no assassinato de indígenas: 36, 63% do total. Estas 36 mortes, mesmo não estando ligadas diretamente a um conflito específico por terra, na realidade são todas decorrência de um absurdo grande conflito por terra, pois as áreas em que viviam lhes foram confiscadas em meados do século passado, e eles acabaram confinados a pequenas áreas que não lhes dão as mínimas condições dignas de sobrevivência, o que os submete às mais severas situações de violência imagináveis. (Tabela 1)

**Tabela 1**

**Assassinatos de indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul – 2003 a 2012 – segundo o CIMI**

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Mato Grosso do Sul	13	18	29	28	53	42	33	34	32	36	318
Restante do Brasil	29	19	14	30	39	18	27	26	19	21	242
Total	42	37	43	58	92	60	60	60	51	57	560

Fonte: CIMI

Outro dos efeitos que eclode da precarização das condições de vida dos Guarani-Kaiowá é o alarmante aumento no número de suicídios, praticados por uma parcela muito jovem da população. Quanto aos atropelamentos, que ocorrem quase que co-

tidianamente no estado, o Conselho da Aty Guasu, a grande assembleia indígena, denuncia que são assassinatos disfarçados. Normalmente os atropelamentos ocorrem com a fuga do condutor do veículo.

**Tabela 2**  
**Suicídios entre indígenas em Mato**  
**Grosso do Sul – 2003 a 2012**

Ano	Nº de Suicídios
2003	53
2004	42
2005	50
2006	40
2007	40
2008	60
2009	42
2010	42
2011	45
2012	52
<b>Total</b>	<b>466</b>

Fonte: CIMI

### Quem é o responsável?

A pergunta que sempre fica diante do desrespeito aos direitos indígenas é: “a quem responsabilizar”? A resposta fica expressa nas escolhas políticas do governo, suas opções desenvolvimentistas e as suas ambições de poder e busca de hegemonia. O governo escolheu como aliados aqueles setores da política e da economia que historicamente se colocaram como inimigos dos povos indígenas, inimigos de qualquer grupo humano que lute por justiça social, por direitos e igualdade de condições de trabalho, emprego, educação, e de respeito às leis e a nature-

za. O governo se estruturou para garantir aos seus financiadores o bem estar econômico através do Programa de Aceleração do Crescimento.

Nestas escolhas a causa indígena e as causas sociais ficaram relegadas, por um lado, ao assistencialismo e às ações paliativas. De outro, se estimulou, pela negligência e omissão no cumprimento da Constituição Federal, que os segmentos acima referidos se organizassem e executassem uma espécie de política paralela ao Estado. Mais ainda, o próprio governo agiu diretamente, como aconteceu no Pará. A pretexto de destruir balsas e dragas de garimpo irregulares, a Polícia Federal atacou a comunidade Munduruku de Teles Pires, destruiu a aldeia e assassinou Adenilson Munduruku, sem que qualquer objeção fosse feita pelo Ministério da Justiça.

As lideranças indígenas não se cansam de afirmar que as opções e escolhas do governo federal foram pelos usineiros, plantadores de soja e pelos criadores de boi, empreiteiras e mineradoras. Lindomar Terena, numa reunião com a ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário, afirmou que o governo federal dá mais valor para um boi no pasto do que a um ser humano que precisa da terra para dela extrair seu alimento. Esta afirmação retrata, em síntese, o tratamento dispensado em nosso país aos mais de 240 povos indígenas.

## Tabela 9 - Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
<b>Amazonas</b>						
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	22/04/2012	Efésio de Moura Alves		53	Posseiro
<b>Subtotal:</b>				<b>1</b>		
<b>Bahia</b>						
Carinhanha	Quilombo Barra do Parateca	23/06/2012	Aginaldo Francisco Sales		40	Quilombola
Pau Brasil	T. I. Caramuru Paraguaçu/Faz. Santa Rita	20/04/2012	Ivanildo dos Santos		A	Índio
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	03/03/2012	Orlando Silveira		A	Quilombola
<b>Subtotal:</b>				<b>3</b>		
<b>Ceará</b>						
Senador Pompeu	Seca	28/05/2012	Francisco Paulo de Sousa		A	Aliados
<b>Subtotal:</b>				<b>1</b>		
<b>Maranhão</b>						
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	03/01/2012	João Batista Sousa Pontes		A	Liderança Quilombola
Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	27/10/2012	Edmilson Tomaz dos Santos		A	Sem - terra
<b>Subtotal:</b>				<b>2</b>		
<b>Pará</b>						
Acará	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	07/11/2012	Jaciane Gusmão dos Santos		A	Quilombola
Acará	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	07/11/2012	Sueli		A	Quilombola
Acará	Com. Quil. Alto Acará/Biovale	07/11/2012	Júnior		A	Quilombola
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	31/12/2012	Filho de Izabel e Gilzan		A	Assentado
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	09/11/2012	Valteir		A	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	José Francisco Pereira		63	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	Edilson dos Santos Chaves		37	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	Crianças Filhas de Francisco Everardo		2	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	Francisco Canela da Silva		23	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	Josair de Oliveira Marques		23	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	Rafael Alves Ferreira		27	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	André Feitosa Veras		24	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	Poncion Gomes de Carvalho		55	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	Acampados da Faz. Cedro			Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	Raimundo da Silva		37	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	Lindomar Simão da Silva		34	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	José Alcio Ferreira		19	Sem - terra
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	Genésio da Silva		17	Sem - terra
Marabá	Fazenda do Flávio	03/04/2012	Raimundo Coelho Rosa		A	Trab. Rural
Santana do Araguaia	Fazenda Três Palmeiras	28/09/2012	Assentadas na Colônia Verde Brasileira	13	A	Assentada
Santana do Araguaia	Fazenda Três Palmeiras	28/09/2012	Sebastião, "Baiano"		A	Liderança
Santana do Araguaia	Fazenda Três Palmeiras	28/09/2012	Assentadas na Colônia Verde Brasileira	9	A	Assentado
Santana do Araguaia	Fazenda Três Palmeiras	28/09/2012	Crianças da Colônia Verde Brasileira	5	M	Criança
Tucumã	Fazenda do Sr. Neto	20/07/2012	Filho de Edvaldo		18	Trab. Rural
Tucumã	Fazenda do Sr. Neto	20/07/2012	Cunhada de Edvaldo		A	Trab. Rural
Tucumã	Fazenda do Sr. Neto	20/07/2012	Esposa de Edvaldo		A	Trab. Rural
Tucumã	Fazenda do Sr. Neto	20/07/2012	Edvaldo		A	Trab. Rural
Xinguara	Faz. de José Ferreira/Zé Mucura	18/07/2012	Rosiel da Silva Campos		15	Trab. Rural
<b>Subtotal:</b>				<b>52</b>		
<b>Paraíba</b>						
Marcação	T. I. Potiguara/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	02/08/2012	Vice-Cacique Josezi		A	Liderança Indígena
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	13/01/2012	José Roberto da Costa		29	Posseiro
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	13/01/2012	João Marcos de Oliveira		40	Posseiro

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	13/01/2012	Cícero Inaldo Dias da Silva		34	Posseiro
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	13/01/2012	Luiz Dias da Silva		24	Posseiro
Mogeiro	Fazenda Salgadinho	13/01/2012	Josinaldo Dias da Silva		37	Posseiro
<b>Subtotal:</b>					<b>6</b>	
<b>Pernambuco</b>						
Altinho	Fazenda Serro Azul	23/03/2012	Adolescente/Faz. Serro Azul		M	Sem - terra
Altinho	Fazenda Serro Azul	23/03/2012	Acampadas/Faz. Serra Azul	2	A	Sem - terra
Jaboatão dos Guararapes	Eng. Vargem Fria/Us. Bulhões	24/09/2012	Marlene (esposa de Claudino)		A	Trab. Rural
<b>Subtotal:</b>					<b>4</b>	
<b>Rondônia</b>						
Chupinguaia	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	11/01/2012	Pedro Arrigo		A	Liderança
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	04/08/2012	Teolides Viana dos Santos		43	Sem - terra
<b>Subtotal:</b>					<b>2</b>	
<b>São Paulo</b>						
São Paulo	Aldeia Tenondé Porã/Guarani	01/06/2012	Indígenas Guarani/Aldeia Tenondé	2	A	Índio
<b>Subtotal:</b>					<b>2</b>	
<b>Tocantins</b>						
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Brejão/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	09/12/2012	Clébia de Almeida Morais		A	Assentada
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Brejão/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	09/12/2012	Ian Víctor		11	Assentado
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Brejão/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	09/12/2012	Vitória		8	Assentada
Palmeirante	Faz. Sto. Reis/Brejão/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	09/12/2012	Divino de Jesus Vieira		A	Assentado
<b>Subtotal:</b>					<b>4</b>	
<b>Total:</b>					<b>77</b>	



Foto: João Zinclar

## Da formação ancestral ao espraiamento pela América: a história dos quilombos na América Latina e os conflitos no Brasil

*“Aê meu pai quilombo, eu também sou quilombola. A minha luta é todo dia, toda hora”<sup>1</sup>.*

Cristiane Passos Melo e Silva<sup>2</sup>

### Introdução

Neste artigo irei descrever um pouco do processo de formação quilombola na América Latina, e como se configuram, atualmente, os conflitos no Brasil. Mostrarei, também, suas ações de resistência, bem como dados e informações atuais sobre a luta deste povo tradicional.

### Formação quilombola na América e o processo de resistência

Os quilombolas latinoamericanos possuíam, segundo Richard Price (1981), grandes habilidades para guerrilha, com fácil adaptação e conhecimento das regiões em que viviam. Esse elemento, por si só, já era uma grande vantagem no processo de luta contra os europeus colonizadores. Por isso mesmo,

<sup>1</sup> Canto entoado por grupo quilombola durante Seminário promovido pelas Pastorais Sociais do Campo, intitulado Os Territórios das Comunidades Tradicionais e o Estado Brasileiro, do qual a autora desse artigo participou, entre os dias 25 e 28 de fevereiro de 2013, em Luziânia, GO.

<sup>2</sup> Mestranda em Antropologia Social pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), pós-graduada em Meios de Comunicação e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) e graduada em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Faculdade de Comunicação Social e Biblioteconomia da UFG (FACOMB).

estes tinham pavor dessa vantagem dos quilombolas, já que sempre foram acostumados com batalhas em campos abertos. Mesmo assim, os quilombolas tinham que lidar com diversos pontos desfavoráveis à sua luta, como a pouca capacidade de fogo. Eles acabavam por compensá-la de outras maneiras, como através de estratégias. Além da falta de armas, os quilombolas perdiam em quantidade para os europeus, já que muitas vezes, segundo Price, estes contratavam mercenários para combater os insurgentes. Esse foi um fato, segundo o pesquisador, recorrente em toda a América.

Price destaca, também, a importância para esses povos das crenças e práticas religiosas para combater o inimigo, deixando claro, muitas vezes, como no Suriname, que estava nas mãos de seus deuses e “obeahs” a decisão entre a vitória e a derrota. Nesse caso podemos citar, também, como a magia e a religião influenciam as comunidades quilombolas no Brasil. Porto (2007) ao analisar uma comunidade do Vale do Jequitinhonha (MG), destacou que a magia está presente no imaginário dessa comunidade, e que isso influencia completamente na maneira desta se relacionar com o entorno e com a alteridade. Elementos esses de grande importância no processo de entendimento, como um todo, dos significados e significantes importantes para as comunidades tradicionais.

Os quilombolas alcançavam êxito no desenvolvimento de técnicas inovadoras para as tarefas do cotidiano e para atividades econômicas, principalmente a agricultura. Price (1981) sugere que boa parte da tecnologia quilombola deve ter se desenvolvido nas plantações durante a escravidão.

Os quilombolas eram inimigos dos governos coloniais, mas encontravam nos escravos e até mesmo nos homens livres dessa sociedade, intermediadores para comercializar seus produtos e adquirir ferramentas, armas e produtos manufaturados. Além de serem ajudados com informações importantes para a sua luta. Segundo o autor, se dá pouca atenção para a organização interna das sociedades quilombolas. Foram comunidades em guerra por sua

existência, e esse estado permanente de conflito, segundo ele, influenciou em muitos aspectos sua organização política e social. Foi na América espanhola onde a “quilombolização” iniciou e terminou. Foi lá, também, segundo Price (1981), onde eles fizeram alianças com indígenas, e até com piratas.

As rebeliões tiveram início desde os primeiros tempos do tráfico e da escravidão negra e marcaram a América espanhola nos séculos XVI e XVII. A primeira insurreição de escravos negros foi na República Dominicana, em 1522. Muitos negros foram levados de Santo Domingo, Porto Rico e Cuba, para trabalhar nas minas de ouro. Todas as revoltas são fruto de um Estado escravocrata, de um processo de dominação e de muita violência, de acordo com Price. A repressão era dura e muitos quilombolas chegaram a ser castrados, como já faziam com os indígenas. O cenário do processo de resistência no Brasil não se diferencia do que foi apresentado aqui. Negros escravizados fugiram dos maus tratos das fazendas e formaram quilombos em várias partes do país. Alguns se tornaram ícones históricos, como o quilombo de Palmares, mas vários outros núcleos de resistência foram sendo formados em território nacional.

### **Terra, território e identidade: a “antropologia do reconhecimento”**

Segundo José Maurício Arruti (2006), em meados do século XX a antropologia passa, também, do foco na análise da alteridade para a análise da identidade nas discussões principais e na descrição etnográfica. No ano da Constituinte, 1988, se comemorava o centenário da abolição. Sendo assim, o artigo que atribui direitos territoriais aos remanescentes de quilombos entrou sem problemas na Carta Magna. Mesmo assim, permaneceu sem aplicação até 1995, quando foram comemorados os 300 anos de morte de Zumbi. Até então, de acordo com Arruti, a conversa ficava só entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Ministério Público Federal (MPF).

A fronteira entre questões “propriamente antro-

pológicas” e “problemas sociais” sempre foi muito duvidosa. De acordo com Pacheco de Oliveira (*apud* 2006), ao se analisar grupos étnicos, deve-se agregar ao conceito de etnicidade, o conceito de territorialização. A partir disso, o objeto se transforma em uma coletividade organizada e, também, passa-se a analisar tudo o que constitui uma identidade originária, tal como território, costumes, cultura e etc.

Além disso, é possível e necessário utilizar as ferramentas jurídicas que o país possui atualmente, no que tange a povos originários, como a Convenção Internacional da OIT (Organização Internacional do Trabalho), cujo artigo 169 garante que:

A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção. (...) Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. (...) sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento. (ALMEIDA, 2008: 48 e 49)

Para Arruti, há uma reivindicação de associação direta entre remanescentes de quilombos e questão agrária. Isso ficou claro nas declarações das comunidades tradicionais durante Seminário promovido pela CPT, em Luziânia, onde elas bradaram, “territórios livres, já!”.

A escravidão é um problema ainda presente e, segundo o autor, o acesso à cidadania passa pela conquista da terra. É preciso, também, na nova conceituação de quilombo, substituir fuga e isolamento por resistência e autonomia, essa ideia possibilitou a formação de um campesinato negro. Nos anos 70

e 80 se deu a ascensão dos “novos movimentos sociais” e a ocupação gradativa de cargos eletivos no Estado. A partir daí, segundo Arruti, vieram conquistas como criação de assessorias, departamentos e programas nas secretarias estaduais de cultura, bem como o tombamento da Serra da Barriga e a criação da Fundação Cultural Palmares. O autor fala que o início dessa organização negra se deve muito ao trabalho dos sindicatos rurais e da Igreja, em especial da CPT, que já possuía uma relação com as comunidades quilombolas e informações e dados sobre elas.

Toda essa movimentação organizada deu início a um plano legislativo, ainda em 1995, quando se realizou um seminário, em Brasília, para discutir dois projetos de lei que tentavam regularizar o artigo 68, que prevê que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”<sup>3</sup>. Depois de discussões e de idas e vindas para determinar a quem competiria a análise e a titulação das terras quilombolas, em 2003, com o novo governo eleito, foi determinado que as comunidades deixariam de ser de responsabilidade exclusiva da Fundação Cultural Palmares, para serem quase que exclusivamente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (Incra). Foi abolida, também, a necessidade de laudo antropológico para o reconhecimento dessas comunidades. O medo era, na época, criar o que Arruti chamou de uma Funai dos negros.

Segundo análise de Alfredo Wagner Berno de Almeida:

O fato dos legisladores terem incorporado a expressão “populações tradicionais” na legislação competente e do governo tê-la adotado na definição das funções dos aparatos burocrático-administrativos, tendo inclusive criado, em 1992, o Conselho Nacional de Po-

<sup>3</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_68/Artigos/Art\\_Maria.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_68/Artigos/Art_Maria.htm). Acessado em 27/02/2013, às 10h00.

pulações Tradicionais, no âmbito do Ibama, não significa exatamente um acatamento absoluto das reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais, não significando, portanto, uma resolução dos conflitos e tensões em torno daquelas formas intrínsecas de apropriação e de uso comum dos recursos naturais, que abrangem extensas áreas principalmente na região amazônica, no semiárido nordestino e no planalto meridional do País. (ALMEIDA, 2008: 26)

Esse relato ilustra bem a realidade das populações tradicionais. O fato de alguns de seus direitos serem, atualmente, garantidos pela Constituição, não significa que eles são atendidos, ou que haja mais respeito e menos violência contra eles. Além disso, a existência de comissões, convenções e portarias não garantem o atendimento das reivindicações dessas comunidades. Da mesma forma, entendimento do processo de territorialização, como diria Almeida (2008), que é um entendimento que vai além de terra e território, ainda é trabalhado superficialmente dentro dos órgãos competentes.

Conflitos de discurso e denominação, por causa dessas nomeações impostas pelo Estado, tiveram como consequência, segundo Arruti, o fato de o discurso antropológico ter passado a ser submetido ao diálogo com o discurso político e o administrativo.

Essa divergência de competência acaba atrasando os processos de titulação. Além disso, mesmo com os laudos antropológicos, o Estado acaba sendo o mantenedor da lentidão característica das importantes decisões para essas comunidades. As titulações demoram cada vez mais para sair. Há, segundo relatório do Incra de 2012<sup>4</sup>, atualmente, 1.167 processos abertos no órgão para reconhecimento de áreas quilombolas. E temos, somente, 121 títulos emitidos em benefício dessas comunidades. Como disse Gil Quilombola, do Movimento Quilombola

da Baixada Ocidental do Maranhão (MOQUIBOM), durante Seminário já mencionado anteriormente, “o governo é igual feijão, se não botar pressão, não amolece!”. Por causa desta lentidão em regularizar as terras tradicionalmente ocupadas, as comunidades enfrentam violências de todo o tipo, na luta pela garantia de seus direitos. A cada ano, novos casos de Conflitos pela Terra são registrados pela CPT, como ameaças de morte, assassinatos e tentativas de assassinatos de quilombolas.

### Conflitos e violências contra quilombolas

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem analisado, nos últimos anos, a mudança no protagonismo dos conflitos no campo no país. Enquanto nos idos dos anos 80 e 90, os principais atores desses conflitos eram sem terras, posseiros e pequenos agricultores, nos últimos anos esse cenário mudou. O agronegócio e as instituições do capital avançam, agora, sobre as terras de índios, quilombolas, faxinalenses, pescadores entre outros. Violência, ameaças de morte, assassinatos, marcam, atualmente, o dia a dia dessas comunidades.

Segundo dados da CPT, em 2012, 98 conflitos por terra de um total de 816, envolveram especificamente quilombolas. Isso corresponde a 12% do total de conflitos por terra registrados. Ao se tomar como base os conflitos por terra envolvendo, além de quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais, o número passa para 267, ou 33% do total. Somente no estado da Bahia, dos 63 conflitos por terra registrados, em 17 deles a categoria social envolvida foi a quilombola. Isso equivale a 27%. No estado do Maranhão, dos 157 conflitos registrados, 52 têm como atores principais os quilombolas, 33%. Ao analisar os dados de Ocupações e/ou Retomadas de terras e territórios, das 238 ocorrências, temos 3 retomadas de territórios, realizadas por quilombolas, com 1.192 famílias envolvidas, e 46 por indígenas, com 884 famílias, em 2012.

<sup>4</sup> <http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/quilombos-1/documentos/territorio-quilombolas-relatorio-2012>. Acessado em 27/02/2013, às 10h10.

	2009	2010	2011	2012
	Total / C. T.*	Total / C. T.	Total / C. T.	Total / C. T.
<b>Ameaçados de Morte</b>	143 / 44 31%	125 / 33 26%	347 / 124 36%	295 / 118 40%
<b>Assassinatos</b>	25 / 6 24%	34 / 4 12%	29 / 7 24%	36 / 10 28%

\*Comunidades Tradicionais

A tabela acima mostra, claramente, como nos últimos anos tem aumentado a violência proporcional contra as comunidades tradicionais. Elas se tornaram as protagonistas dos casos de violência em conflitos no campo.

Do total de 295 ameaçados de morte em 2012, 39 são quilombolas. Ao se somar quilombolas e as demais comunidades tradicionais, o número chega a 118 ameaçados de morte. Isso corresponde a 40%. No estado do Maranhão, dos 49 ameaçados de morte, 31 são quilombolas e 4 indígenas. Isso significa que em 71% das ameaças de morte no estado, o alvo é um membro de uma comunidade tradicional. Na região Nordeste, das 76 ameaças de morte, 53 foram dirigidas a membros de comunidades tradicionais. Ou seja, 70%. Na região Centro-Oeste, 31 pessoas foram ameaçadas de morte em 2012. Dessas, 15 indígenas, número que corresponde a quase 50% do total. Dos 10 ameaçados de morte no estado do Mato Grosso do Sul, os 10 são indígenas.

Já ao analisarmos os números de assassinatos, de um total de 36 assassinados, 10 correspondem a comunidades tradicionais, 28%. Dois quilombolas, seis indígenas e dois pescadores.

Os dois quilombolas assassinados em 2012, Abiair Amaral e Josivani Amaral, eram moradores da Comunidade Dezenove de Maçaranduba, vinculada aos quilombolas da Região do Alto Rio Guamá, município de Acará, no Pará, e faziam parte da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará (AMARQUALTA). Eles foram alvejados por uma pessoa desconhecida.

da. Outros três quilombolas sofreram tentativa de assassinato.

Segundo o Ministério Público do Estado do Pará (MPE), a área é território quilombola e está em processo de reconhecimento pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Parte desta área era reivindicada pela Empresa BIOVALE (uma empresa da Vale S.A.), para o plantio de Dendê. Os quilombolas que ocupavam esta parte passaram a receber ameaças, que partiam, sobretudo, de quem estava interessado em vender as terras para a Biovale e que encontravam oposição dos que defendiam a área como território quilombola.

### Manifestações de resistência

Contra o avanço do capital sobre os territórios dos povos originários e tradicionais, e em defesa da sua soberania, registraram-se em todo o País, manifestações de resistência. Das 863 manifestações realizadas durante o ano, 34 foram realizadas por quilombolas e 190 por indígenas. Outras 13 foram realizadas por outras comunidades tradicionais. Ao todo 237 manifestações, 27,5% do total. No estado do Maranhão, foco dos conflitos envolvendo quilombolas no país, 12 manifestações de um total de 28 foram realizadas por eles.

O depoimento de Rosimeire dos Santos Silva<sup>5</sup>, de 34 anos, do Quilombo Rio dos Macacos, na Bahia, durante o Seminário de Comunidades Tradicionais, dá visibilidade ao que os números de conflitos trabalhados aqui, representam. Segundo ela, “a senzala não acabou na nossa comunidade”:

<sup>5</sup> Dados de entrevista à autora.

A Marinha chegou à comunidade e construiu uma barragem no rio; a comunidade não tem direito a pegar água, nem pescar. A Marinha autorizou 23 empresas a se instalar na área, com impactos ambientais e para a nossa saúde. É uma comunidade onde a maioria é analfabeta. A Marinha destruiu casa de farinha, terreiro histórico, roças, casas (tocavam fogo nas casas de taipa), mulheres foram estupradas e mortas. As famílias estão com medo, houve prisão de comunitários, e negação do direito de ir e vir. Minha mãe enterrou o umbigo dos 17 filhos naquela terra. A Marinha, também, não deixa plantar e, se alguém é pego plantando, é espancado, preso, amarrado pelo pescoço. Crianças de três anos e acima são revistadas, até cachorros são maltratados e mortos por envenenamento. Nossos filhos são seguidos quando vão pra escola. A Marinha chegou em 1960 e já existiam moradores na área. Tem pessoas de 113 anos, nascidas e criadas ali. A comunidade não tem escola, creche, posto de saúde e saneamento porque a Marinha não deixa construir. Eu mesma já recebi diversas ameaças de morte. Recebo várias ligações de pessoas ligadas ao governo querendo me calar, oferecendo casa, carro, dinheiro. Helicópteros param sobre as árvores e jogam veneno, a Marinha quer expulsar todos nós dali.

## Conclusão

O processo de resistência e de luta das comunidades tradicionais pela sua sobrevivência e pela garantia de seu território, mostra-se uma constante há séculos em todo o continente latinoamericano. As violências praticadas contra esses povos não se alteraram muito nesse período. Depoimentos atuais de representantes de remanescentes de quilombos ilustram muito bem isso. Infelizmente, essa é uma característica sintomática de um contínuo processo de dominação, seja pelo sistema de governo vigente, seja pelo modo de produção hegemônico ou pela economia.

Os interesses individuais ou de uma sociedade neoliberal tentam, a todo custo, se sobrepor aos modos de vida tradicionais e que ainda resistem em vários cantos do Brasil. A luta pelo território quilombola demonstra, também, a tentativa de sobrevivência dentro de um processo histórico e cultural, marcadores de tais comunidades. Não se trata, simplesmente, de conseguir a posse da terra. É muito mais que isso. É a conquista da dignidade, o resgate de sua identidade e o exercício do direito de viver segundo o modo de vida ancestral.

Os quilombolas, bem como outros povos tradicionais, são sujeitos de sua história e devem ser ouvidos e ter seus direitos respeitados pelo Estado. Como já foi dito, existem na Constituição Federal e em Convenções ratificadas pelo Estado brasileiro artigos que garantem estes direitos. Mas, ao lado da letra da lei, tem que haver ações que as tornem prática concreta, sobretudo em relação ao reconhecimento de seus territórios. A garantia dos territórios é o ponto central para o exercício da identidade desses povos. Como foi dito por representantes quilombolas em Seminário citado anteriormente, “não queremos bolsa família, queremos nossos territórios livres!”. A solução urgente para os conflitos protagonizados por esses povos, não são medidas assistencialistas ou pequenos favores, é, sim, o reconhecimento e titulação de seus territórios. Segundo indígenas participantes do Seminário citado, a falta de titulação e a constante ameaça de despejo de seus territórios, têm atrapalhado a manutenção de suas práticas culturais. Muitos jovens indígenas, com medo da violência e sem perspectiva, não querem manter elementos da tradição de sua etnia, e acabam indo para as cidades.

Portanto, todo o processo de violência, que não se limita à violência física, tem como eixo central a questão do território. Apesar disso, é importante ressaltar as histórias de resistência desses povos, histórias de ontem e de hoje, de nosso Brasil e de toda nossa América. Apesar de todos os conflitos enfrentados, de toda violência sofrida, pela força de

sua resistência, ainda é marcante a presença desses povos em nosso continente. Apesar das adversidades, eles se mantêm dentro do processo de formação sócio-histórica em nosso país.

Há um canto quilombola que demonstra claramen-

te a força desse povo em suas lutas e pela manutenção de sua cultura e práticas sociais:

“Pisa ligeiro, pisa ligeiro,  
quem não pode com a formiga,  
não assanha o formigueiro!”

### Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. Florianópolis, SC: EDUSC, 2006.

PORTO, Liliana. A ameaça do outro: magia e religiosidade no Vale do Jequitinhonha (MG). São Paulo: Attar, 2007.

PRICE, Richard. Sociedades cimarronas: comunidades escravas rebeldes en las Américas – Traducción de Lucio Fernando Oliver Costilla. México: Siglo Veintiuno Editores, 1981.

## Tabela 10 - Ameaçados de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
<b>Acre</b>						
Boca do Acre	Seringal Praia do Inferno	16/04/2012	Cosme Capistano da Silva		A	Ag. pastoral
Boca do Acre	Seringal Praia do Inferno	16/04/2012	Abidoral		A	Liderança
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Macapá	09/05/2012	José Everaldo Vieira Melo		45	Liderança
Marechal Thaumaturgo	T. I. Arara do Amônea/Apolima-Arara/P. A do Rio Amônea	30/08/2012	Francisco Siqueira Arara		A	Liderança Indígena
Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	25/08/2012	Maria Darlene Braga Martins		A	Ag. pastoral
Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	25/08/2012	João Nunes		A	Ag. pastoral
Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	25/08/2012	Célio Lima da Silva		A	Ag. pastoral
Rio Branco	T. I. Caiapucá	18/05/2012	Lindomar Dias Padilha**		A	Missionário
Rio Branco	T. I. Caiapucá	18/05/2012	Rodrigo		A	Missionário
Sena Madureira	T. I. Caiapucá	09/04/2012	João Pedro Jaminawa		A	Liderança Indígena
Sena Madureira	Aldeia São Paolino	01/06/2012	Francisco Jaminawa		A	Liderança Indígena
Sena Madureira	Aldeia São Paolino	01/06/2012	Indígenas da Aldeia São Paulino/Jaminawa	3	A	Índio
<b>Subtotal:</b>				<b>14</b>		
<b>Alagoas</b>						
Palmeira dos Índios	T. I. Xucuru-Kariri/Faz. Canto	18/12/2012	Carlos Xuxuru		A	Liderança Indígena
Traipu	Faz. Angico e Fazeira/Acamp. Jacobina	14/05/2012	Liderança do Acampamento Jacobina		A	Liderança
<b>Subtotal:</b>				<b>2</b>		
<b>Amapá</b>						
Mazagão	Assentamento Pancada do Camaipi	31/12/2012	Wilton José Duarte		A	Liderança
<b>Subtotal:</b>				<b>1</b>		
<b>Amazonas</b>						
Apuí	Vicinal Mariana/Km 03	23/06/2012	Francisnilson João Constante de Souza+		24	Pequeno proprietário
Apuí	Comunidades ao longo do Rio Sucunduri	31/12/2012	Rosa Cutrim		A	Ribeirinha
Apuí	Rodovia BR-230/Km-135	13/02/2012	Antônio Vecno Ladislau		51	Pequeno proprietário
Apuí	Rodovia BR-230/Km-135	13/02/2012	Odomar Neri Fernandes		64	Pequeno proprietário
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	22/04/2012	Francisco das Chagas		A	Posseiro
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	22/04/2012	Jair Lopes Cordeiro		55	Posseiro
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	22/04/2012	Lauriano Pereira de Lima		A	Posseiro
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	22/04/2012	Francisco Árza Galasua		A	Liderança
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	22/04/2012	Efésio de Moura Alves		53	Posseiro
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	22/04/2012	José Maria Martins		51	Liderança
Canutama	Acamp. Rio Azul/Com. Vila Aspecra	29/07/2012	Genival Costa da Silva		55	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	03/03/2012	Maria Floripes Rodrigues da Silva		50	Posseira
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	24/10/2012	Edilson Costa Teixeira		56	Posseiro
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	24/10/2012	Maria Célia Lopes de Souza		A	Posseira

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	24/10/2012	Manoel Colares da Silva		67	Liderança
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	24/10/2012	Raimunda Barbosa da Silva		60	Liderança
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	02/03/2012	José Carlos de Paula		45	Posseiro
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	02/03/2012	Nilcilene Miguel de Lima		46	Liderança
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	02/03/2012	Felicidade Araújo da Silva		66	Assentada
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	02/03/2012	Evandro da Silva Santos		34	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	02/03/2012	João Nonato Piedade		61	Posseiro
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	02/03/2012	Raimundo Alexandrino de Oliveira		67	Posseiro
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	02/03/2012	Divanice		A	Posseira
Lábrea	PAF Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	09/04/2012	José Miguel da Rocha		48	Liderança
Lábrea	PAF Curuquetê/Linha 02/Km 09/Ramal do Jequitibá	09/04/2012	Marlon Teixeira de Oliveira		41	Liderança
Lábrea	Resex Ituxi	01/04/2012	Silvério Maciel		A	Ribeirinho
Lábrea	Resex Ituxi	01/04/2012	Francisco Monteiro Duarte		A	Liderança
Lábrea	Resex Ituxi	01/04/2012	Pr. Antônio Vasconcelos de Souza		A	Liderança
Lábrea	Resex Médio Purus	10/04/2012	José Maria Carneiro		A	Liderança
Lábrea	Resex Médio Purus	10/04/2012	José Maria Ferreira de Oliveira		A	Liderança
Manacapuru	Manairão/Indígenas Apurinã/Km 44/Estrada de Novo Airão/Margem Esquerda	31/12/2012	Antônio Luiz dos Santos		A	Índio
Manacapuru	Manairão/Indígenas Apurinã/Km 44/Estrada de Novo Airão/Margem Esquerda	31/12/2012	Germano Maia da Silva		40	Índio
Manaus	Uberê	25/02/2012	Edma Jane Muniz Tavares		A	Posseira
Manaus	Uberê	25/02/2012	Maria Águida Lopes		47	Posseira
Manaus	Uberê	25/02/2012	Mariazinha		A	Posseira
Manaus	Uberê	25/02/2012	Ivaneide Soares Frota		53	Ag. pastoral
Manaus	Tarumã-Açú/Com. Novo Paraíso/Frederico Veiga/Empresa Eletroferro	01/02/2012	João Caetano		92	Posseiro
Manaus	Tarumã-Açú/Com. Novo Paraíso/Frederico Veiga/Empresa Eletroferro	01/02/2012	Edgar de Souza Batista		72	Posseiro

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	18/05/2012	Andreza de Nazaré Brazão		17	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	18/05/2012	Sílvia de Nazaré Brazão		20	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	18/05/2012	Francisco Parede de Lima		45	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	18/05/2012	Ademércia de Nazaré Brazão		24	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	18/05/2012	Alexandro Santana de Souza		27	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	18/05/2012	Valdemar da Silva Brazão		64	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	18/05/2012	Maria do Perpétuo Socorro da Silva Nazaré		62	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	18/05/2012	Marcelino Machado Ferreira		27	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	18/05/2012	Marinez Laranjeira de Lima		39	Ribeirinha
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	01/03/2012	Francisco Arivaldo Franca Andrade		43	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	01/03/2012	Aristeu Bezerra de Souza		A	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	01/03/2012	Luiz Barbosa Machado		75	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	01/03/2012	Francisco José Borges dos Santos		51	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	01/03/2012	Marlene Santos da Silva		A	Posseira
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	01/03/2012	Eládio Fernandes		A	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	01/03/2012	Antônio Bezerra da Silva		A	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	01/03/2012	Valdomiro Machado		A	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	01/03/2012	Francinaldo de Souza		A	Posseiro
Tonantins	Comunidade Boa Esperança	31/12/2012	Manoel Victor		25	Ribeirinho
<b>Subtotal:</b>				<b>57</b>		
<b>Bahia</b>						
Caetitê	Mina de Urânio/INB	30/10/2012	Lucas Mendonça		A	Sindicalista
Itaju do Colônia	Região dos Vinte e Cinco/Faz. Santa Maria/T. I. Caramuru Paraguaçu	25/02/2012	Welton Santos Souza		25	Índio
Malhada	Faz. Canabrava/Gleba 97 D/Acamp. Pedro Pires Nogueira	20/01/2012	Neinha		A	Sem - terra
Santa Cruz Cabrália	Aldeia Coroa Vermelha	25/06/2012	Gerdion Santos do Nascimento, "Aruã Pataxó"		A	Liderança Indígena
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	17/03/2012	José Rosalvo		A	Liderança Quilombola
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	17/03/2012	Rosemeire dos Santos Silva		33	Liderança Quilombola
Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	18/06/2012	Rosivaldo Ferreira da Silva, "Babau"		A	Liderança Indígena
<b>Subtotal:</b>				<b>7</b>		
<b>Ceará</b>						
Aquiraz	T. I. Jenipapo-Kanindé/Emp. Ypioca	11/08/2012	Cacique Juliana Alves		A	Liderança Indígena
<b>Subtotal:</b>				<b>1</b>		
<b>Maranhão</b>						
Bom Jesus das Selvas	Assentamento São Francisco	01/06/2012	Sheila Rodrigues		A	Liderança
Bom Jesus das Selvas	Gl. São Paulo/Faz. Rio dos Sonhos	26/02/2012	João Nanam		A	Liderança
Bom Jesus das Selvas	Gl. São Paulo/Faz. Rio dos Sonhos	26/02/2012	Derivânia Soares		A	Liderança
Bom Jesus das Selvas	Gl. São Paulo/Faz. Rio dos Sonhos	26/02/2012	Virgulino Guajajara		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Cajari	Com. Quilombola Camaputua	10/10/2012	Ednaldo Padilha, "Cabeça"		A	Liderança Quilombola
Codó	Com. Quilombola Cipoal dos Pretos	14/11/2012	Mário Sérgio Moreira de Queiroz		A	Liderança Quilombola
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	14/11/2012	Antônio Isídio Pereira		A	Liderança Quilombola
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	14/11/2012	Edmilson Pereira		A	Liderança Quilombola
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	14/11/2012	Pe. José Wasenteiner		A	Religioso
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	14/11/2012	Adailton José Pereira		A	Liderança Quilombola
Codó	Mata Virgem	14/11/2012	Liderança Quilombola/Mata Virgem		A	Liderança Quilombola
Codó	Faz. Manguinhos/Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	31/08/2012	Evangelino de Oliveira Costa		A	Liderança Quilombola
Codó	Faz. Manguinhos/Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	31/08/2012	Antônio Pereira Borges		A	Liderança Quilombola
Codó	Faz. Manguinhos/Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	31/08/2012	Raimundo Nonato de Oliveira Costa		A	Liderança Quilombola
Codó	Com. Três Irmãos/Empresa Costa Pinto	01/03/2012	Pe. Benito Cabezas		A	Religioso
Codó	Com. Três Irmãos/Empresa Costa Pinto	01/03/2012	José da Silva Pacheco, "Sousa"		A	Liderança
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	30/06/2012	Pedro da Silva (Criminalizado)		A	Liderança Quilombola
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras	30/06/2012	Diogo Diniz Ribeiro Cabral		29	Advogado
Codó	Comunidade Puraquê	08/11/2012	Cezarina Ferreira de Andrade		A	Liderança Quilombola
Grajaú	Aldeia Bananal	02/05/2012	Raimundo Carlos		A	Liderança Indígena
Grajaú	T. I. Canabrava/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São Pedro	02/05/2012	Marciliano Clemente Guajajara		33	Liderança Indígena
Grajaú	T. I. Canabrava/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São Pedro	02/05/2012	Cacique José Luciano Clemente		50	Liderança Indígena
Grajaú	T. I. Canabrava/Aldeias Coquinho/Coquinho II/Ilha de São Pedro	02/05/2012	Marcelino Clemente Guajajara		37	Liderança Indígena
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Santana	07/06/2012	Valdemar de Jesus Santos**		64	Liderança Quilombola
Matinha	Com. Quilombola São Caetano	13/02/2012	Antônia Trindade Mendes		A	Liderança Quilombola
Matinha	Com. Quilombola São Caetano	13/02/2012	Valdemir Trindade Mendes		A	Liderança Quilombola
Matinha	Com. Quilombola São Caetano	13/02/2012	Severina Mendes Tavares Maria		A	Liderança Quilombola
Matinha	Com. Quilombola São Caetano	13/02/2012	Tomaz de Aquino Amaral Costa		A	Liderança Quilombola
Matinha	Com. Quilombola São Caetano	13/02/2012	José de Ribamar Trindade Mendes		A	Liderança Quilombola
Matinha	Com. Quilombola Bom Jesus	07/02/2012	Maria do Rosário Soares Costa Ferreira		A	Liderança Quilombola
Matinha	Com. Quilombola Bom Jesus	07/02/2012	Paulo Dárcio		A	Liderança Quilombola
Matinha	Com. Quilombola Tanque de Valença	04/02/2012	Antônio Dias		A	Liderança Quilombola
Mirinzal	Com. Quilombola Achuí	10/01/2012	Chico Maiabi		A	Liderança Quilombola
Pedro do Rosário	Imbiral/São Benedito do Céu	13/11/2012	Luís Carlos		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	03/01/2012	João Batista Sousa Pontes		A	Liderança Quilombola

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	03/06/2012	Jorge		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	03/06/2012	José Patrício		A	Liderança Quilombola
São Luís Gonzaga do Maranhão	Com. Quilombola São Pedro	11/10/2012	Sérgio		A	Liderança Quilombola
São Vicente Ferrer	Com. Quilombola de Charco	05/06/2012	Zilmar Pinto Mendes		A	Liderança Quilombola
São Vicente Ferrer	Com. Quilombola de Charco	05/06/2012	Manoel Santana Costa		37	Liderança Quilombola
Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	24/05/2012	Cosmo Rodrigues de Araújo		A	Liderança
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	10/01/2012	Francisco Neres Ramos		A	Liderança Quilombola
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	10/01/2012	Benedito Silva		A	Liderança Indígena
Serrano do Maranhão	Com. Açude/Iteno/Vista Alegre	10/01/2012	Elissandra de Oliveira Silva		34	Liderança Quilombola
Serrano do Maranhão	Com. Quilombola Mariano	20/03/2012	Givanildo de Nazaré Santos Regis		32	Liderança Quilombola
Timbiras	Povoado Alegria	15/07/2012	Maria de Jesus da Silva Carvalho		43	Liderança
Timbiras	Povoado Alegria	15/07/2012	Antônio Brechó		40	Liderança
Timbiras	Povoado Alegria	15/07/2012	Ismael Cunha		41	Liderança
Timbiras	Povoado Alegria	15/07/2012	Wilson		53	Liderança
<b>Subtotal:</b>				<b>49</b>		
<b>Mato Grosso</b>						
Alto da Boa Vista	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	03/11/2012	Mário Paridzané		A	Índio
Alto da Boa Vista	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	10/12/2012	Damião Paradzine		A	Liderança Indígena
Alto da Boa Vista	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	10/12/2012	Wanderley Perin		A	Liderança Indígena
Barra do Garças	T.I. São Marcos/Xavante	06/12/2012	Cacique Tsuime		A	Liderança Indígena
Brasnorte	T. I. Menku/Aldeia Japuía/Myky	23/07/2012	Indígenas/Povo Myky	15	A	Índio
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Cinco Estrelas	15/04/2012	Teobaldo Francisco de Almeida		68	Liderança
São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	07/12/2012	Pedro Casaldáliga		84	Religioso
<b>Subtotal:</b>				<b>21</b>		
<b>Mato Grosso do Sul</b>						
Caarapó	Aldeia Te Yikue/Te'yikue	31/05/2012	Otoniel Ricardo		A	Liderança Indígena
Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	31/12/2012	Eliseu Lopes		A	Liderança Indígena
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	24/10/2012	M. B. R/Indígena Guarani - Kaiowá		A	Índia
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	27/12/2012	Arlindo Veron		A	Liderança Indígena
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	27/12/2012	Valdelice Veron		A	Liderança Indígena
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	27/12/2012	Ládio Veron		A	Liderança Indígena
Miranda	Faz. Petrópolis/T. I. Cachoeirinha	31/05/2012	Lindomar Terena		A	Liderança Indígena
Paranhos	T. I. Arroio Korá/Faz. Eliane e Campina	28/08/2012	Dionísio Guarani Kaiowá		A	Liderança Indígena
Paranhos	Ameaçados de Morte	06/04/2012	Tonico Benites		A	Liderança Indígena
Rio Brilhante	Faz. Sto. Antônio da Nova Esperança/Com. Laranjeira Nhanderu	26/01/2012	José de Almeida Barbosa, "Zezinho"		A	Liderança Indígena
<b>Subtotal:</b>				<b>10</b>		
<b>Minas Gerais</b>						

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Belo Horizonte	Ameaças de Morte	15/05/2012	Frei Gilvander Luis Moreira*****		A	Religioso
Paracatu	Com. Quilombola São Domingos/Mineradora Kinross	10/07/2012	Evane Lopes Dias Silva		A	Liderança Quilombola
Pedro Leopoldo	Comunidade Quilombola Pimentel	30/01/2012	Vanderlei Dias		35	Político
Pedro Leopoldo	Comunidade Quilombola Pimentel	17/02/2012	Cláudia Marques		A	Aliadas
Pedro Leopoldo	Comunidade Quilombola Pimentel	09/07/2012	Lioniz Aparecida Evangelista		A	Liderança Quilombola
São João das Missões	Terra do Morro Vermelho/Xakriabá	16/04/2012	Cacique Santo Caetano Barbosa		A	Liderança Indígena
São João das Missões	Terra do Morro Vermelho/Xakriabá	16/04/2012	Neuza Pinheiro Campos		A	Índia
Uberlândia	Fazenda Veio d' Água	24/05/2012	Cícero, "Baiano"		A	Trab. Rural
<b>Subtotal:</b>				<b>8</b>		
<b>Pará</b>						
Abel Figueiredo	Faz. Caracol/Acamp. Paz com Cristo	30/06/2012	Antônio Marcos Gonçalves Barbosa, "Negão"		A	Liderança
Alenquer	PDS Paraíso	31/12/2012	João Gomes		38	Presidente de STR
Altamira	UHE Belo Monte/Consórcio Norte Energia/PAC	04/06/2012	Dom Erwin Krautler		73	Religioso
Altamira	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	31/12/2012	Izabel Oliveira		A	Liderança
Altamira	T.I. Cachoeira Seca do Iri/ Arara/ UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	17/01/2012	Cacique José Carlos		32	Liderança
Altamira	Sítio Pimental/UHE de Belo Monte/Belo Sun Mineração/PAC	27/02/2012	Sebastião Pereira		67	Posseiro
Altamira	PDS Mãe Menininha	12/12/2012	Silvanira Teixeira		A	Liderança
Baião	Acampamento Lago Verde	15/06/2012	Maria do Carmo Pinheiro Chaves, "Du Carmo"		A	Liderança
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	30/06/2012	Antonio Monteiro do Nascimento		A	Liderança
Breu Branco	Faz. Boa Sorte/Acamp. Perpétuo Socorro/Gleba Alcobaça	30/06/2012	Domingos Alves da Silva**		57	Liderança
Breu Branco	Faz. Boa Sorte/Acamp. Perpétuo Socorro/Gleba Alcobaça	30/06/2012	João Ferreira da Silva		A	Trab. Rural
Breu Branco	Fazenda Castanheira	30/06/2012	Graciete Souza Machado		A	Trab. Rural
Breu Branco	Fazenda Castanheira	30/06/2012	Antônio Pereira dos Santos		A	Liderança
Breu Branco	Fazenda Arizona	02/11/2012	Jonas Silva Anjos Mendes		A	Trab. Rural
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	30/06/2012	Maria Neuza Ribeiro		A	Liderança
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	30/06/2012	José Maria Lopes da Silva		A	Liderança
Conceição do Araguaia	Faz. Cruzeiro Novo/Acamp. São José	30/06/2012	Joacir Fran Alves Mota		A	Liderança
Conceição do Araguaia	Faz. São Luís/Acamp. Dina Teixeira	04/03/2012	Jonas Vieira da Silva		A	Sem - terra
Curionópolis	Faz. Marambaia/Acamp. Frei Henri	30/06/2012	Valdemar Pedro dos Santos, "Baiano Cabeça Branca"		A	Liderança
Eldorado dos Carajás	Agrop. Sta. Bárbara/M <sup>8</sup> Bonita/Compl. Faz. São Felipe	30/06/2012	Moisés Jorge da Costa Silva		A	Liderança
Eldorado dos Carajás	Complexo Iraque/Acamp. Jerusalém	30/06/2012	Edvaldo Moura da Silva, "Pernambuco"		47	Liderança
Eldorado dos Carajás	P. A. Sapucaia/Acamp. Paulíneo	30/06/2012	DJesus Martins Araújo		A	Liderança
Eldorado dos Carajás	Área dentro do P. A. Sereno	15/06/2012	Regina Maria Gonçalves Chaves		A	Presidente de STR
Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	04/03/2012	Jonas Vieira da Silva		A	Liderança
Goianésia do Pará	Faz. Baronesa/Acamp. São Sebastião	30/06/2012	Abraão Lincoln Nascimento da Fonseca		A	Trab. Rural
Goianésia do Pará	Faz. Baronesa/Acamp. São Sebastião	25/07/2012	Sra. Edileuza		A	Liderança
Goianésia do Pará	Fazenda Ibirapuera	30/06/2012	Antônio Edmar Ferreira da Costa		A	Liderança
Goianésia do Pará	Faz. Mimosa/Liberdade/Acamp. Bom Jesus	26/07/2012	Antônio Gilvan Cantuário Pereira		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Itaituba	Com. de Miritituba/P. A. Areia	03/02/2012	Júnior José Guerra		38	Assentada
Itaituba	Ameaçados de Morte	05/08/2012	Pe. João Carlos Portes		A	Religioso
Itupiranga	Faz. Potiguar/Bandeirantes/Acamp. Planta Brasil	30/06/2012	Cleude Conceição		A	Liderança
Itupiranga	Faz. Potiguar/Bandeirantes/Acamp. Planta Brasil	30/06/2012	Marcos Gomes		A	Liderança
Marabá	Faz. Cedro/Agrop. Sta. Bárbara	21/06/2012	Antonio Lopes, "Toninho"		A	Liderança
Marabá	Faz. Ponta da Serra/Mururé/Pequizeiro/Acamp. Darci Ribeiro	30/04/2012	José Carlos Viana Brito, "Zé Carlos"		A	Liderança
Marabá	Faz. Espírito Santo/Agrop. Sta. Bárbara	30/06/2012	Charles Trocate		A	Liderança
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina	31/05/2012	Francisco Vieira		A	Liderança
Marabá	Sítio Bela Vista	19/06/2012	Max Ornélio de Oliveira		A	Trab. Rural
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhiera/Cupu/Passe Bem/Mamona	30/03/2012	Laisa Santos Sampaio**		A	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhiera/Cupu/Passe Bem/Mamona	30/03/2012	José Maria Gomes Sampaio, "Zé Rondon"		A	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhiera/Cupu/Passe Bem/Mamona	30/06/2012	Eduardo Rodrigues da Silva		A	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhiera/Cupu/Passe Bem/Mamona	30/06/2012	Osmar Cruz Lima		A	Liderança
Ourilândia do Norte	Fazenda Ideal ou Chácara do Erico	11/01/2012	Francisco Nascimento Gomes		A	Trab. Rural
Paragominas	Reserva Indígena Tembê/Alto Rio Guamá	01/12/2012	Cacique Valdeci Tembê		A	Índio
Parauapebas	Ameaçados de Morte	30/06/2012	Eurival Martins Carvalho		A	Liderança
Parauapebas	Ameaçados de Morte	30/06/2012	Francisco da Chagas Filho		A	Liderança
Rondon do Pará	Ameaçados de Morte	30/04/2012	Zuldemir dos Santos de Jesus, "Nicinha"		A	Sindicalista
Rondon do Pará	Ameaçados de Morte	30/06/2012	Cordiolino José de Andrade		A	Liderança
Rondon do Pará	Ameaçados de Morte	30/06/2012	José Soares Brito		A	Liderança
Rondon do Pará	Ameaçados de Morte	08/08/2012	Maria Joel Dias da Costa		49	Presidente de STR
Santana do Araguaia	Faz. Mabel/Nobel/Acamp. Brasil Novo	30/06/2012	Nádia Pinho da Silva		A	Liderança
São Félix do Xingu	Assentamento Vila Sudoeste	30/06/2012	Juvêncio Coelho da Luz		A	Liderança
São Félix do Xingu	T.I. Apyterena/Apyterewa/Paracanã	30/06/2012	José Rodrigues de Souza		A	Liderança
São Félix do Xingu	Fazenda Serra Dourada	17/07/2012	Orlando Pereira de Sousa		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda Tabapuã	01/02/2012	Jorge Rodrigues de Paula		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda Três Ladeiras	27/04/2012	Raimundo Rosa Viana		A	Trab. Rural
Trairão	Vila de Pimental/UHE Tapajós/PAC	22/10/2012	José Odair Pereira		A	Liderança
Tucuruí	Barragem Tucuruí/Eletronorte/T.I. Parakanã	30/06/2012	Roquevan Alves Silva		A	Liderança
Tucuruí	Fazenda Alice	30/03/2012	Gildásio Gomes da Silva			Trab. Rural
Tucuruí	Fazenda Alice	30/03/2012	Apolinário Gomes da Silva		A	Trab. Rural
Tucuruí	Fazenda Alice	12/05/2012	Antônio Carlos Gonçalves Maciel		A	Trab. Rural
Xinguara	Faz. de José Ferreira/Zé Mucura	18/07/2012	Rosiel da Silva Campos		15	Trab. Rural
<b>Subtotal:</b>					<b>61</b>	
<b>Paraíba</b>						
Marcação	T. I. Potiguar/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	03/05/2012	Cacique Sandro Gomes Barbosa		A	Liderança Indígena
Marcação	T. I. Potiguar/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	10/05/2012	Cacique Geusivan Silva de Lima+		30	Liderança Indígena
Marcação	T. I. Potiguar/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	02/08/2012	Cacique Alcides		A	Liderança Indígena

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Marcação	T. I. Potiguara/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	02/08/2012	Cacique Oliveiros		A	Liderança Indígena
Marcação	T. I. Potiguara/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	02/08/2012	Cacique José Ciríaco, "Capitão Potiguar"		A	Liderança Indígena
Marcação	T. I. Potiguara/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	02/08/2012	Cacique Genival Pintado		A	Liderança Indígena
Marcação	T. I. Potiguara/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	02/08/2012	Cacique José Roberto, "Bel"		A	Liderança Indígena
Marcação	T. I. Potiguara/Jacaré de São Domingos/Monte-Mor	02/08/2012	Cacique Aníbal Cordeiro Campos		A	Liderança Indígena
<b>Subtotal:</b>				<b>8</b>		
<b>Pernambuco</b>						
Altinho	Fazenda Serro Azul	22/03/2012	Eraldo Alves da Silva, "Antônio"		A	Sem - terra
Altinho	Fazenda Serro Azul	23/03/2012	José do Cal		A	Assentado
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape/PAC	31/01/2012	Filho do Possseiro José Luiz dos Santos		A	Posseiro
Garanhuns	Quilombo Castainho	31/12/2012	José Carlos Lopes		A	Liderança Quilombola
Garanhuns	Quilombo Timbó/Barragem Inhumas	31/12/2012	Expedito Ferreira da Silva		A	Liderança Quilombola
Iguaraci	Faz. Varzinha dos Paulinos/Com. Quilombola Varzinha dos Paulinos	19/05/2012	José Ivan da Silva		62	Liderança Quilombola
Jataúba	Fazenda Ramada	28/02/2012	Antônio Tiningo+		37	Liderança
Palmares	Engenho Vista Alegre	27/03/2012	Manoela Maria Águida de Queiroz		25	Liderança
São Joaquim do Monte	Faz. Jabuticaba/4 Irmãos	15/05/2012	Manoel João		A	Liderança
<b>Subtotal:</b>				<b>9</b>		
<b>Rio de Janeiro</b>						
Campos dos Goytacazes	Acamp. Oziel Alves 2/Mergulhão/Cambahyba	30/11/2012	Antônio Carlos Biazini, "Carlinhos"+		45	Liderança
Magé	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	03/08/2012	Alexandre Anderson de Souza		41	Liderança
Magé	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	03/08/2012	Daize Menezes de Souza		A	Liderança
Magé	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	03/08/2012	Pescadores da Baía de Guanabara/Ahomar	16	A	Pescador
<b>Subtotal:</b>				<b>19</b>		
<b>Rio Grande do Sul</b>						
Maquiné	Quilombo de Morro Alto	25/06/2012	Wilson Marques da Rosa		A	Liderança Quilombola
<b>Subtotal:</b>				<b>1</b>		
<b>Rondônia</b>						
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	18/05/2012	Almir Narayamoga Suruí		38	Liderança Indígena
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	08/08/2012	João Lawad Suruí		A	Liderança Indígena
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	08/08/2012	Ipatara Suruí		A	Liderança Indígena
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	08/08/2012	Pedro Kabetem Suruí		A	Liderança Indígena
Cacoal	T. I. 7 de Setembro	08/08/2012	Agamenon Gamasakaka Suruí		A	Liderança Indígena
Candeias do Jamari	Agrop. Rio Candeias/Faz. Urupá/Assent. Flor do Amazonas	02/01/2012	Catiane Suzanas Joniob		28	Assentada
Chupinguaia	Faz. Dois Pinguins/Caramello	05/03/2012	Diorande Dias Montalvão		A	Liderança
Chupinguaia	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	12/01/2012	Udo Wahlbrink		A	Presidente de STR
Chupinguaia	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	16/03/2012	Pedro Arrigo		A	Liderança
Chupinguaia	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	16/03/2012	Eva Ortiz		A	Liderança
Porto Velho	T. I. Karitiana/Aldeia Myniwin/Igarapé Preto	02/03/2012	Sinzinho Karitiana		A	Liderança Indígena
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	30/11/2012	Senhor Barroso		A	Posseiro

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	13/05/2012	Orlando Pereira Sales, "Paraíba"***+		46	Liderança
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	18/05/2012	"Dona S"/Acamp. Paulo Freire 3		A	Sem - terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	15/12/2012	Teolides Viana dos Santos		43	Sem - terra
Vilhena	P. A. Águas Claras	17/03/2012	Adilson Alves Machado		A	Ag. pastoral
<b>Subtotal:</b>					<b>16</b>	
<b>São Paulo</b>						
São Paulo	Aldeia Tenondé Porã/Guarani	27/05/2012	Índigena Guarani/Aldeia Tenondé Porã		A	Índio
<b>Subtotal:</b>					<b>1</b>	
<b>Tocantins</b>						
Barra do Ouro	Gleba Tauá	03/03/2012	Raimunda Pereira dos Santos		A	Liderança
Barra do Ouro	Gleba Tauá	03/03/2012	Moisés Messias		A	Posseiro
Nova Olinda	Projeto de Assentamento Chaparraus II	14/09/2012	João Neto		A	Assentado
Nova Olinda	Projeto de Assentamento Chaparraus II	14/09/2012	Bruno		A	Assentado
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	29/02/2012	Janete Alves de Aquino		A	Assentada
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	29/02/2012	Noginel Batista Vieira		A	Assentado
Palmeirante	P. A. Santo Antônio Bom Sossego	29/02/2012	Francisco da Conceição		A	Assentado
Pedro Afonso	Fazenda São Paulo	11/02/2012	Trabalhadores da Faz. São Paulo	3	A	Trab. Rural
<b>Subtotal:</b>					<b>10</b>	
<b>Total:</b>					<b>295</b>	



Foto: Edmundo Rodrigues

# Manifestações

## Tabela 11 - Manifestações

UF	Ocorrências	Pessoas
<b>Centro-Oeste</b>		
DF	54	35170
GO	21	5754
MS	25	4710
MT	31	4577
<b>Subtotal:</b>	<b>131</b>	<b>50211</b>
<b>Nordeste</b>		
AL	57	13485
BA	56	19050
CE	27	7660
MA	28	10570
PB	36	12900
PE	46	13740
PI	9	5300
RN	18	11583
SE	25	17000
<b>Subtotal:</b>	<b>302</b>	<b>111288</b>
<b>Norte</b>		
AC	17	1233
AM		
AP		
PA	86	23123
RO	16	8060
RR	3	800
TO	10	1310
<b>Subtotal:</b>	<b>132</b>	<b>34526</b>
<b>Sudeste</b>		
ES	14	3520
MG	71	23443
RJ	34	105073
SP	51	9265
<b>Subtotal:</b>	<b>170</b>	<b>141301</b>
<b>Sul</b>		
PR	52	24370
RS	59	33840
SC	17	4840
<b>Subtotal:</b>	<b>128</b>	<b>63050</b>
<b>Brasil:</b>	<b>863</b>	<b>400376</b>

## Falta de sintonia com o campesinato e afinidade com o agronegócio

José Plácido da Silva Junior\*

Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) referentes às ações dos movimentos e organizações sociais do campo sinalizam para um aumento das ocupações e/ou retomadas de terras e das manifestações no ano de 2012. O campesinato, através de suas diversas formas de manifestações, manteve a chama da luta pela terra e pelo território acesa e colocou, diante do Estado e da sociedade, suas reivindicações e o debate da disputa de modelo no campo. Mas, apesar desta luta de resistência e da teimosia, o aumento das ações protagonizadas pelas organizações do campo não conseguiu alterar a correlação de forças ou frear o modelo hegemônico no campo: o ano de 2012 foi um dos piores para a Reforma Agrária e para as populações tradicionais, o que demonstra que o governo não anda em sintonia com as demandas e reivindicações dos povos do campo, das florestas e das águas.

Se, de um lado, não há consonância entre o Estado e as demandas levantadas pelas organizações do campo, do outro, há uma afinidade entre os empreendimentos do capital, o agronegócio e o Estado brasileiro. Com o volume de recursos destinados aos setores que representam o grande capital, o Brasil poderia ter feito a maior Reforma Agrária da América Latina e demarcado os territórios das populações tradicionais, pondo fim a uma dívida histórica do Estado com o povo brasileiro. No entanto, esta não foi e não tem sido a opção do Estado brasileiro, do governo atual, nem dos que passaram.

### As ocupações e/ou retomadas em 2012

Em 2012 houve um aumento das ocupações e /ou retomadas de terras no Brasil. O aumento, embora pequeno e com fragilidades de mobilização, vem

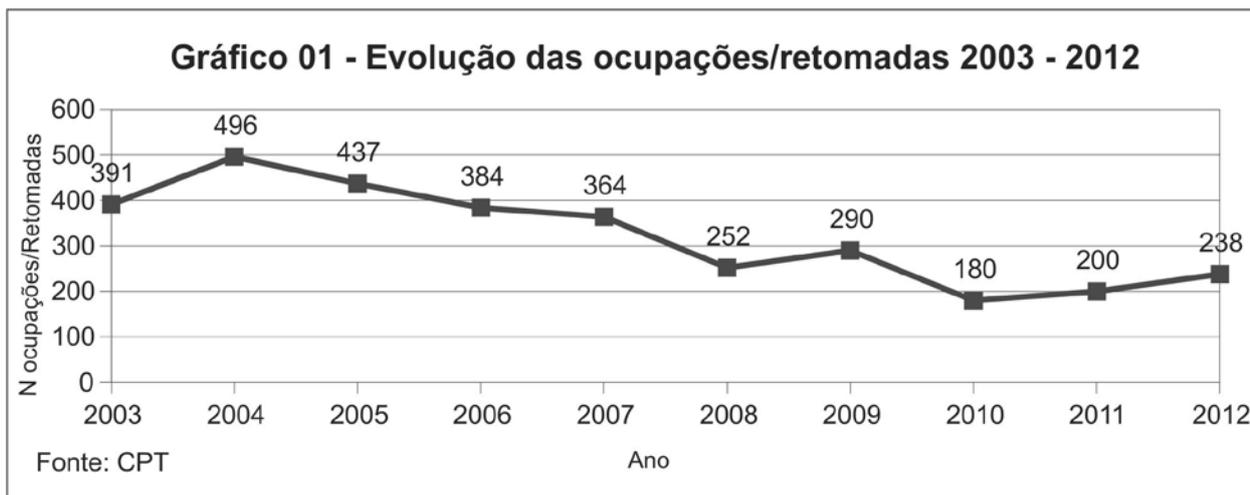
ocorrendo desde 2010 e indica que a luta pela Reforma Agrária segue sendo uma necessidade para o País. As ocupações continuam sendo um mecanismo estratégico, de pressão e luta, para as organizações do campo.

A CPT compreende o conceito de ocupação como sendo as “ações coletivas das famílias sem-terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social”. A exigência do cumprimento da função social da propriedade rural está prevista na Constituição Federal brasileira. Desta forma, as organizações do campo, ao promoverem as ocupações de terra, cumprem um papel fundamental para a efetivação dos preceitos constitucionais. É através das ocupações de terras que o Estado toma conhecimento das propriedades que não atendem a Constituição Federal, pois o próprio Estado não tem uma ação pró-ativa na realização da Reforma Agrária.

As Retomadas, para a CPT, “são as ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios”, ações que podem ser efetuadas, também, por outras populações e grupos sociais que lutam para reconquistar territórios que tradicionalmente lhes pertenciam e dos quais foram expulsos. Essas retomadas são motivadas, em muitos casos, pela morosidade e falta de interesse do Estado em atender as demandas dos povos tradicionais.

Em 2012, segundo os dados da CPT, ocorreram 238 ações, sendo 189 ocupações e 49 retomadas em 22 das 27 unidades da Federação (Gráfico 01). Os estados em que mais ocorreram as ações de ocupação/retomada foram Bahia, Pernambuco, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais. Estes seis estados representam 71% das ações de ocupações/retomadas do País em 2012.

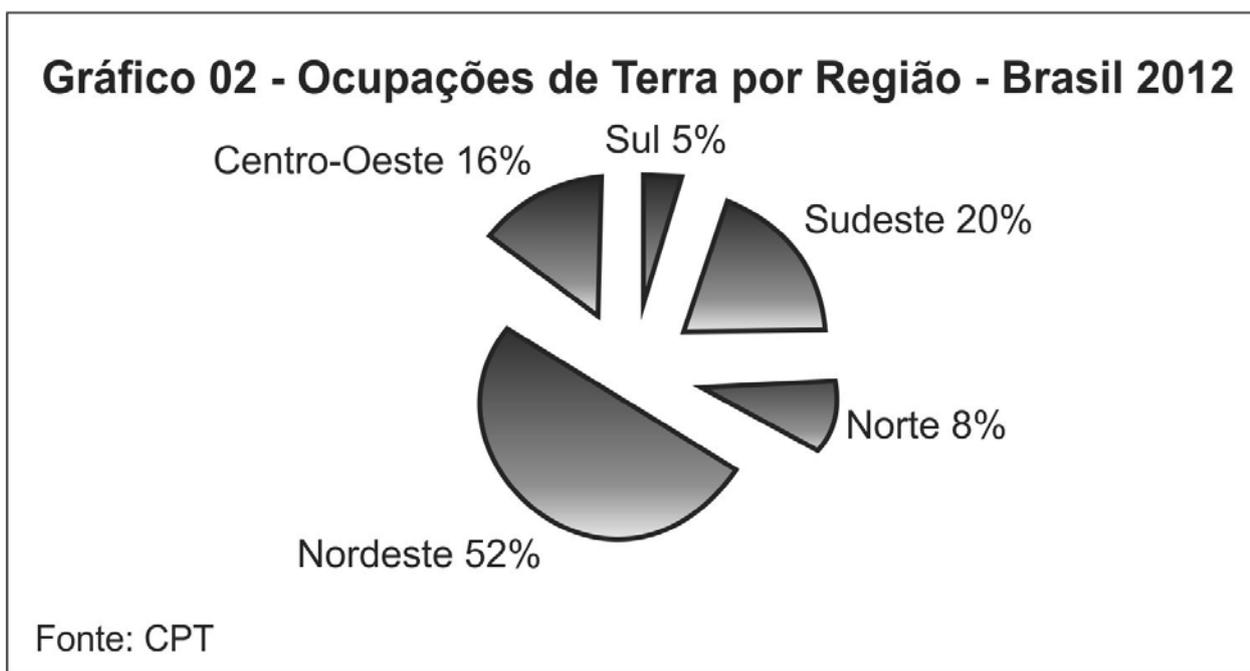
\* Mestre em Geografia pela UFPE, agente da CPT Nordeste 2



Quando observamos o número de ocupações e/ou retomadas de terras por Região em 2012 (gráfico 02), notamos que o Nordeste foi a Região com o maior número de ocupações: 123, do total de 238 ocupações/retomadas ocorridas em 2012, 32 destas ações são retomadas de territórios. O número representa 52% das ocupações/retomadas de terras/territórios no Brasil. Em seguida, vem a Região Sudeste, totalizando 47 ocupações (20%), sendo uma retomada de território por quilombolas; o Centro-Oeste, com 37 ocupações (16%), sendo 15 retomadas de territórios por indígenas. Segue-se a região

Norte, com 20 ocupações, sendo uma retomada por quilombolas, e a região Sul com 11 ocupações, representando 8% e 5%, respectivamente. A região Nordeste conseguiu mobilizar 11.365 famílias nas ocupações/retomadas, de um total de 22.063 famílias mobilizadas em luta pela terra/território em todo o Brasil.

Além das ocupações/retomadas, os dados da CPT mostram que foram realizadas 13 novas ações coletivas de acampamentos no ano de 2012. O maior número de ocorrências também se deu na região



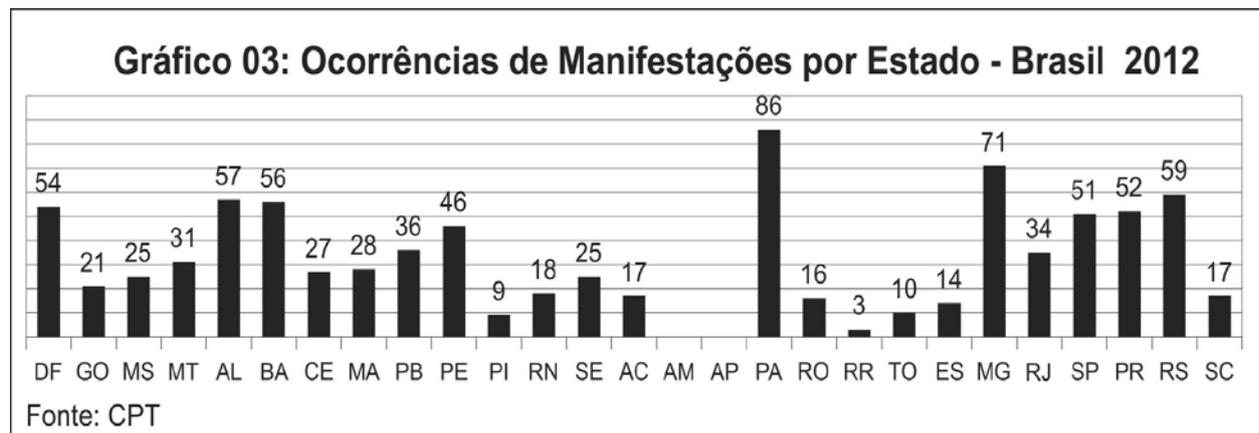
Nordeste. Mas nestas ações, a região que conseguiu mobilizar o maior número de famílias foi o Norte, com 360 novas famílias acampadas, seguida da região Nordeste, com 305; região Sul, com 157; sudeste, com 35 e Centro-Oeste (0). Os Acampamentos “são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem-terra organizadas reivindicam assentamentos”, segundo o conceito trabalhado pela CPT.

### As Manifestações em 2012

Em 2012, também houve um aumento em relação às manifestações ocorridas em todo território nacional. Estas ações dizem respeito às lutas de resis-

tência dos povos que estão na terra e nos territórios. As principais características das diversas formas de mobilizações dizem respeito à denúncia contra o agronegócio e os empreendimentos do capital, que se contrapõem à lógica camponesa. As manifestações, para a CPT, “são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras que reivindicam diferentes políticas públicas e/ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas”.

Em 2011, a CPT registrou 655 manifestações, já em 2012, foram registradas 863. Neste último ano, os Estados que mais fizeram mobilizações foram Pará (86); Minas Gerais (71); Rio Grande do Sul (59); Alagoas (57) e a Bahia (56) (Gráfico 03).



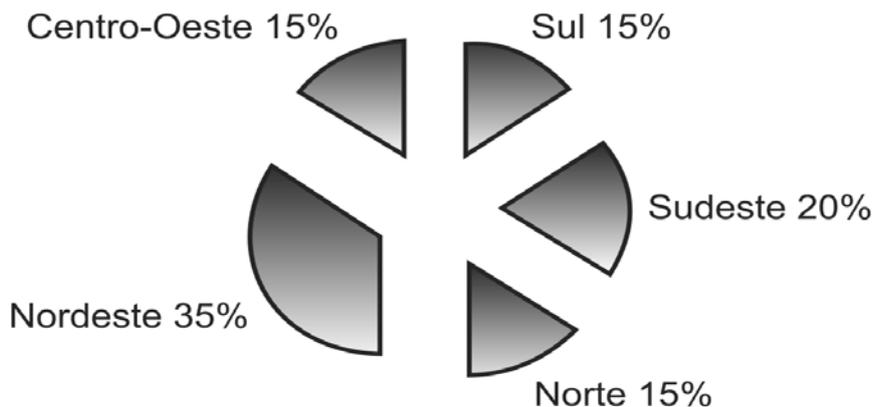
O Pará, que teve o maior número de manifestações no país, se destaca pelo fato de 33 das 86 ocorrências registradas estarem relacionadas com as obras do PAC, sendo elas a UHE de Tucuruí, UHE de Tapajós e a UHE de Belo Monte. Estas manifestações tiveram como principais protagonistas os povos indígenas, pescadores e o MAB e se caracterizaram pela luta em defesa da água, do meio ambiente e dos direitos dos povos originários.

As manifestações no estado de Minas Gerais tiveram como centro a questão da terra e da água. Grande parte das ações teve como principais protagonistas o MST, o MAB, o MLST a FETAEMG/STR, a Via Camponesa e a CPT. Através de suas ações, denunciaram a injustiça e a violência no campo, as violações causa-

das pelas mineradoras e barragens, ao mesmo tempo em que exigiram a realização da Reforma Agrária e das demarcações dos territórios camponeses.

Quando observamos o quadro de manifestações ocorridas em todo o Brasil e o agrupamos por Região, o Nordeste se destaca pelo número de manifestações. Em um total de 863 manifestações ocorridas no país, 302 aconteceram no Nordeste. Em seguida, vem o Sudeste, com 170 registros de manifestações; o Norte, com 132; Centro-Oeste, com 131 e a região Sul, com 128. Em termos percentuais, o Nordeste concentrou 35% das manifestações; a região Sudeste, 20%; o Centro-Oeste 15%; o Sul, 15%; e o Norte, 15% das manifestações ocorridas nacionalmente (gráfico 04).

**Gráfico 04: Manifestações por Região - Brasil 2012**



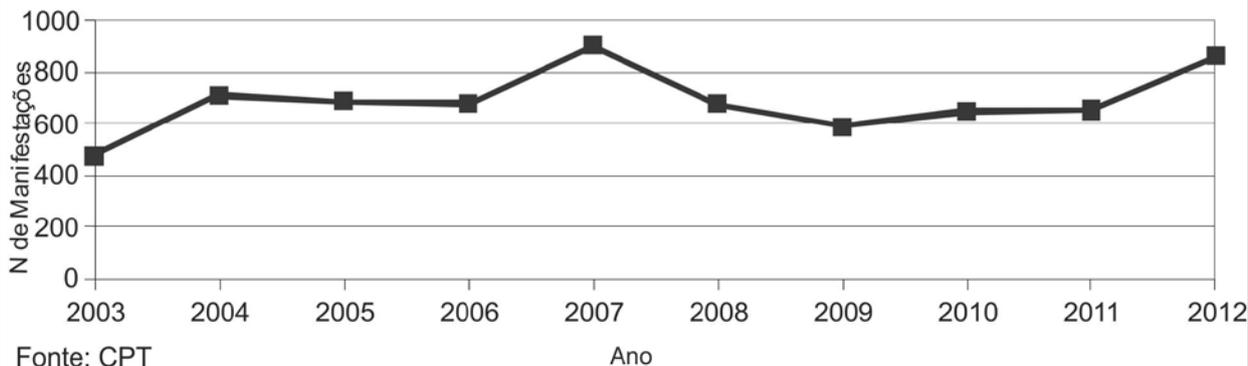
Fonte: CPT

É justamente no Nordeste, uma das regiões do País que mais cresce economicamente, que ocorreu o maior número de manifestações do Brasil e a segunda região com maior número de conflitos no campo, ficando abaixo da região Norte. Este dado evidencia que o atual modelo de desenvolvimento que “alavanca” o Nordeste não está preocupado com o campesinato. Na região, os estados que mais tiveram ações de manifestações foram Alagoas, Bahia e Pernambuco e as características das manifestações, em geral, foram por terra, água e questões indígenas. As ações dizem respeito às denúncias de megaprojetos, como a Transposição do Rio São Francisco, o Projeto de Irrigação na Chapada do Apodi, o porto de SUAPE, as construções de barragens, que causaram injustiça e violência

no campo. Além das denúncias dos impactos do modelo desenvolvimentista em curso na região, as organizações do campo exigiram em suas manifestações a realização da Reforma Agrária, infraestrutura nos assentamentos conquistados, demarcação dos territórios quilombolas e indígenas, como também a defesa dos direitos de famílias posseiras. Os estados de Alagoas e do Rio Grande do Norte se destacaram por ações conjuntas das organizações do campo.

Os dados referentes ao período de 2003 a 2012, ou seja, nos últimos dez anos, apontam para uma relativa constância nas ocorrências das manifestações, tendo em 2012 um aumento significativo (gráfico 05). As manifestações no Brasil em 2012, de forma geral,

**Gráfico 05 - Evolução das Manifestações 2003 - 2012**



Fonte: CPT

se destacaram pela denúncia do modelo de desenvolvimento, que concentra terra, renda, privatiza as águas e devasta o meio ambiente, pela defesa dos territórios tradicionalmente ocupados e pela defesa de um outro modelo para o campo. As principais temáticas que pautaram as manifestações em 2012 foram: contra a impunidade no campo, as barragens, as mineradoras, os agrotóxicos, os monocultivos e as expulsões de famílias no campo, ações em defesa da água, do meio ambiente, da soberania alimentar, em defesa da Reforma Agrária, de reassentamentos de famílias impactadas pelos projetos do capital, cobranças de regularização dos territórios tradicionalmente ocupados, infraestrutura nos assentamentos e nas comunidades camponesas, educação do campo, saúde e crédito para a produção camponesa.

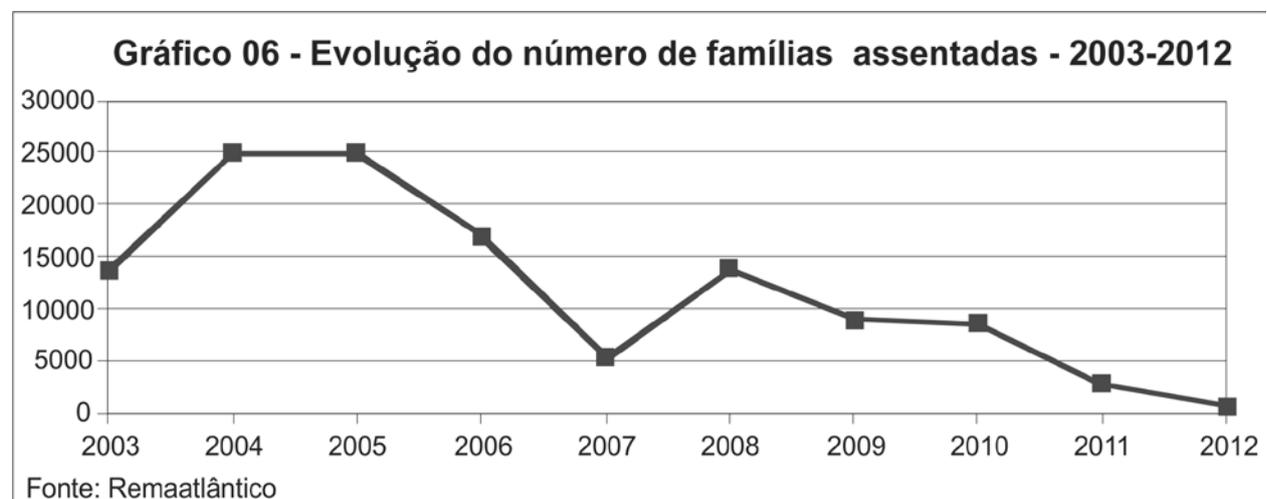
Essas manifestações indicam a luta constante das organizações camponesas na disputa por outro modelo para o campo e para a sociedade brasileira. Indica ainda a centralidade que a luta pela terra e pelo território tem nas ações dos movimentos sociais, dos grupos e das populações tradicionais. No entanto, as lutas que foram travadas em 2012 não se reverteram em conquistas concretas para o camponato. O governo federal se posicionou muito distante das demandas históricas das organizações sociais do campo.

### 2012: Mais um ano sem Reforma Agrária

O número muito baixo de famílias assentadas em 2012 revela a paralisia da Reforma Agrária e não criou perspectivas para as cerca de 200 mil famílias sem terra que se encontram em luta por um “pedaço” de chão. Além disto, os números não ajudam a estimular as milhares de famílias sem terra em todo Brasil que ainda não se colocaram em luta para conquistar seu espaço no campo. Segundo dados do INCRA, em 2012 o governo brasileiro assentou apenas 23.075 famílias. Vale lembrar que neste número estão incluídas as regularizações fundiárias, o que significa que foram menos famílias assentadas em novos assentamentos.

O número de famílias que foram assentadas nos últimos 10 anos (2003 - 2012), tendo como base os decretos emitidos pelo governo federal<sup>1</sup> vem diminuindo (Gráfico 06). Esta diminuição denuncia, por si só, o lento e gradual abandono da Reforma Agrária. Mesmo herdando um grande passivo dos governos anteriores, os governos petistas, além de não conseguirem assentar as famílias que estavam acampadas, intensificaram a política de declínio da criação de assentamentos.

Os números da Reforma Agrária em 2012 não fo-



<sup>1</sup> Informações encontradas em <http://www.remaatlantico.org/Members/suassuna/campanhas/balanco-dos-imoveis-desapropriados-pelo-governo-federal-no-periodo-de-1985-2012-para-fins-de-reforma-agraria>. Vale ressaltar que nem sempre o número de famílias estipuladas nos decretos coincide com o número de famílias efetivamente assentadas.

ram péssimos apenas para as mais de 200 mil famílias que estão sob os barracos de lona preta. O governo brasileiro não quis ouvir o grito dos povos indígenas, que ecoou por todo o mundo, diante do genocídio que persiste, e da mesma forma, não quis ouvir o grito das populações quilombolas na luta pela demarcação de seus territórios. Das 3.000 comunidades quilombolas existentes em todo o país, apenas quatro foram beneficiadas com a publicação de portarias de reconhecimento pelo INCRA em 2012 (CPT NE II, 2013).

### **O abandono da Reforma Agrária e das populações tradicionais com um objetivo: atender ao agronegócio e ao grande capital**

O Estado brasileiro e os seus governos apresentam-se em inconsonância com a demanda dos povos do campo. Por outro lado, afinam-se com o modelo desenvolvimentista: os grandes empreendimentos do capital e o agronegócio.

Em 2012, alguns exemplos se mostraram emblemáticos: O governo insistiu em dar andamento ao Projeto de Irrigação da Chapa do Apodi, no Rio Grande do Norte, que por sua vez é um território reconhecido, dentro e fora do país, por suas experiências agroecológicas e de convivência com o semiárido. Apesar das críticas e das inúmeras mobilizações de caráter regional e nacional contrárias à implantação do Projeto, o Governo Federal, juntamente com a oligarquia do Rio Grande do Norte, ainda teima em realizar esta obra, que está orçada em R\$ 215 milhões<sup>2</sup>.

Apesar da paralisação das obras da Transposição do Rio São Francisco e dos questionamentos sobre a viabilidade do empreendimento, o canal vai se conformando, não para escoar água, e sim para

garantir o repasse de dinheiro público às construtoras. O projeto, que já aumentou em 71% em relação ao seu custo inicial<sup>3</sup>, está atualmente orçado em R\$ 9 bilhões e não tem previsão para acabar.

A Transnordestina, que estava inicialmente orçada em R\$ 5 bilhões, já teve um aditivo e seu valor subiu para R\$ 7,5 bilhões, apesar do anúncio da presidenta Dilma de que não aceitaria mais aumentar o valor do empreendimento. Há um reconhecimento por parte do governo de que as obras seguem atrasadas e não cumprirá o cronograma traçado inicialmente<sup>4</sup>.

As obras de Belo Monte, questionadas pelo Ministério Público, ambientalistas, povos indígenas e diversas organizações do campo, estão orçadas em R\$ 25,8 bilhões<sup>5</sup>. A Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, também não foge à regra. O orçamento para viabilizar a sua construção, que era inicialmente de R\$12,5 bilhões, também recebeu um aditivo e seu valor atualmente ultrapassa R\$ 15 bilhões<sup>6</sup>.

Os exemplos fazem concluir que não há restrições para destinar vultosos investimentos governamentais para os megaprojetos do capital. Do lado da Reforma Agrária, vale recordar que o orçamento previsto para o cumprimento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), elaborado no início do Governo Lula, era de R\$ 2,5 bilhões. O Plano previa o assentamento de 400 mil famílias (meta 01). Apesar do Governo ter anunciado o cumprimento da meta, o número das famílias assentadas no período do II PNRA ficou distante de ser cumprido, conforme tantas vezes denunciou o professor e pesquisador Ariovaldo Umbelino de Oliveira: foram apenas 163 mil famílias incluídas em novos assentamentos.

<sup>2</sup> <http://tribunadonorte.com.br/noticia/ministro-autoriza-obra-de-irrigacao/230080>

<sup>3</sup> <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,custo-da-transposicao-do-sao-francisco-aumenta-71-e-vai-superar-r-8-bilhoes,852078,0.htm>

<sup>4</sup> <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2013/02/23/transnordestina-r-21-bilhoes-mais-cara-74372.php>

<sup>5</sup> <http://blogbelomonte.com.br/tag/consorcio/>

<sup>6</sup> <http://www.artigonal.com/legislacao-artigos/orcamento-hidreletrico-de-jirau-e-aumentado-em-r26-bilhoes-5696948.html>

O segundo mandato do Governo Lula não elaborou o III PNRA e o governo da presidenta Dilma não fala em Reforma Agrária. O que se ouve nas superintendências do INCRA de todo o Brasil é que não há recursos para aquisição de terras, para construção de novos assentamentos, para a Reforma Agrária.

No entanto, se somarmos apenas os aditivos das obras da Transposição do Rio São Francisco, da Transnordestina e da Usina Hidrelétrica de Jirau, que representa aproximadamente R\$ 10 bilhões, seria possível realizar quatro vezes o II PNRA. Se somarmos os valores dos orçamentos gerais de cinco obras que beneficiarão o grande capital - a Transposição do Rio São Francisco, a Transnordestina, a Usina Hidrelétrica de Jirau, Usina Hidrelétrica de Belo Monte e o Projeto de Irrigação da Chapada do

Apodi - chegamos a um volume de recursos estimado em R\$ 57,5 bilhões, o que daria para realizar em mais de 20 vezes o II PNRA. A conta deixa nítido que a Reforma Agrária e a concretização do direito ao território das populações tradicionais não esteve e não está na pauta dos governos petistas.

Os empreendimentos de infraestrutura em curso no País conduzem o dinheiro público como energia para alimentar o grande capital, que tem encontrado no Estado brasileiro, e em seus diversos governos, um amigo incondicional. Contudo, esperamos que o aumento das ações protagonizadas pelas organizações camponesas, ainda que de forma tímida diante da necessidade histórica, possa apontar para um novo ciclo de lutas e conquistas no caminho da terra sem males.

## Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto; SILVA, Thiago Lucas A. Ocupações, acampamentos e assentamentos: o descompasso entre a luta pela terra e a política agrária do governo Lula. *Conflitos no Campo Brasil 2008*. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista G. Afonso e Maria Madalena Santos. Goiânia: CPT, 2008, p. 128 – 135.

CPT NE II divulga Balanço da Reforma Agrária em 2012: a pior Reforma Agrária da história brasileira. 03.01.2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O governo Lula assumiu a contrarreforma agrária: a violência do agrobandidismo continua. *Conflitos no Campo Brasil 2008*. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, José Batista G. Afonso e Maria Madalena Santos. Goiânia: CPT, 2008, p. 61 – 71.

Balanço dos imóveis desapropriados pelo governo federal (...). Disponível em: [www.remaatlantico.org/Members/suassuna/campanhas/balanco-dos-imoveis-desapropriados-pelo-governo-federal-no-periodo-de-1985-2012-para-fins-de-reforma-agraria](http://www.remaatlantico.org/Members/suassuna/campanhas/balanco-dos-imoveis-desapropriados-pelo-governo-federal-no-periodo-de-1985-2012-para-fins-de-reforma-agraria). Acessado em 26.02.2013.

Belo Monte tem orçamento estimado em R\$ 25,8 bilhões. Disponível em: <http://blogbelomonte.com.br/tag/consorcio/>. Acessado em: 18.03.2013.

Custo da transposição do São Francisco aumenta 71% e vai superar R\$ 8 bilhões. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,custo-da-transposicao-do-sao-francisco-aumenta-71-e-vai-superar-r-8-bilhoes,852078,0.htm>. Acessado em: 05.03.2013.

Orçamento hidrelétrico de Jirau é aumentado em R\$2,6 bilhões. Disponível em: <http://www.artigo-nal.com/legislacao-artigos/orcamento-hidreletrico-de-jirau-e-aumentado-em-r26-bilhoes-5696948.html>. Acessado em: 18.03.2013.

Transnordestina R\$ 2,1 bilhões mais cara. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2013/02/23/transnordestina-r-21-bilhoes-mais-cara-74372.php>. Acessado em: 15.03.2013.

Tribuna do Norte. Ministro autoriza obra de irrigação. Disponível em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/ministro-autoriza-obra-de-irrigacao/230080>. Acessado em: 01.03.2013.





Foto: Carmelo Fioraso

# Notas emitidas pela CPT e outros documentos

# Trabalho Escravo, um crime que persiste\*

Neste dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, 28 de janeiro, ao serem lembrados os oito anos da chacina de Unai, MG, quando foram assassinados quatro servidores federais que atuavam na fiscalização das condições de trabalho no campo, a Coordenação Nacional da CPT, juntamente com a Coordenação Nacional da Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo, vêm a público para expressar sua indignação diante da escandalosa demora do processo judicial decorrente deste bárbaro crime.

Com credibilidade já fortemente questionada junto à sociedade brasileira, o Poder Judiciário mantém-se refém de procedimentos que o fazem andar a passos de tartaruga, não oferecendo as respostas ansiosamente esperadas pela sociedade.

O mesmo acontece com o Legislativo. Logo após o crime de Unai, o Senado se apressou e aprovou em dois turnos a PEC 438/2001, que estabelece o confisco das propriedades nas quais for constatada a existência do trabalho escravo e sua destinação para a Reforma Agrária. A Câmara Federal também a aprovou, em primeiro turno, no dia 10/08/2004, devendo ir para votação em segundo turno. A partir de então não foi mais posta em votação, apesar dos constantes apelos de movimentos e entidades da sociedade civil e do requerimento de vários deputados de diferentes partidos. Quando a Câmara Federal vai acordar do torpor em que se encontra e votar esta medida, viabilizando, assim, um instrumento altamente dissuasivo contra uma chaga que aflige ainda milhares de trabalhadores? Ou prefere capitular diante das exigências do agronegócio e de sua articulação bancada? Propriedade ou dignidade? Lucro ou vida? Eis o dilema. Vai o econômico mais uma vez se sobrepor aos mais elementares direitos, como é o direito a um trabalho digno e seguro?

Nestes dias, o Ministro do Trabalho, ao lançar o Manual de Combate ao Trabalho em Condições

Análogas às de Escravo, afirmou que o Brasil está perto de vencer esta batalha. Realmente passos importantes já foram dados, mas muito sobra por fazer e a resistência é considerável.

Instituída pela Portaria 540/2004 do Ministério do Trabalho e Emprego e reforçada pela Portaria Interministerial 02/2011 - o cadastro dos empregadores que usam do trabalho escravo, conhecido como Lista Suja, está sendo questionado desde sua criação pela Confederação Nacional da Agricultura, CNA, por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Caso vença tal ação, cairia por terra um instrumento eficiente na responsabilização dos atores econômicos e financeiros envolvidos ao longo das cadeias produtivas da escravidão moderna. Em fins de novembro passado, o relator do processo no Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Ayres Brito, liberou o processo para julgamento. O STF pode vir a julgar esta ação a qualquer momento.

Está na hora de se pôr um fim a esta exploração vergonhosa. Já dizia Tiago, em sua carta: "Vejam, o salário dos trabalhadores que fizeram a colheita nos campos de vocês, retido por vocês, esse salário clama, e os protestos dos cortadores chegaram aos ouvidos do Senhor dos Exércitos" (Tg 5,4).

Também clama pelo fim desta chaga que envergonha nossa nação o sangue derramado pelos servidores do MTE em Unai. Este sangue exige dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo que assumam de vez a defesa incondicional dos direitos da pessoa, quebrando as amarras que os subjagam ainda ao bel prazer do poder econômico. Está na hora da cidadania reinar em nosso País.

Goiânia, 27 de janeiro de 2012.

A Coordenação Nacional da CPT  
Coordenação Nacional da Campanha da  
CPT contra o Trabalho Escravo

\* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT e Coordenação Nacional da Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo, em 27/01/2012, por ocasião dos oito anos do assassinato dos servidores do Ministério do Trabalho, em Unai, MG.

## Carta de esperança e compromisso das pastorais do campo\*

O Centro de Formação Vicente Cañas, do Conselho Indigenista Missionário, CIMI, em Luziânia, Goiás, acolheu nos dias de 4 e 5 de fevereiro de 2012, quarenta representantes das Pastorais Sociais do Campo. Sentimos bater à nossa porta a história atual das populações do campo com suas preocupações e indignações cada vez mais se avolumando no atual momento. O avanço dos projetos econômicos, nacionais e transnacionais, respaldados e, muitas vezes, patrocinados pelo Estado brasileiro, estão ameaçando os espaços de reprodução física e cultural dos povos e comunidades camponesas no Brasil. Nosso encontro foi vivido como uma urgência que finalmente realizamos, para nos conhecer mais, nos reanimar e dobrar o empenho na construção de estratégias conjuntas de enfrentamento aos desafios existentes. Os gritos que nos vêm das florestas, das terras e territórios dos povos e das comunidades tradicionais, sobretudo por conta dos impactos e das contínuas ameaças que sofrem, exigiram de nós este primeiro momento de articulação que desejamos continuar e reforçar.

Recebemos a visita, e se mantiveram o tempo todo conosco, nossos ancestrais, os mártires e todos os que tomaram nas lutas antigas e recentes, em defesa da Vida. Foi emocionante e de grande responsabilidade para nós, sentir a presença deles e de suas grandes causas. Nós nos recusamos esquecê-las, pois são causas em prol de uma igreja e de uma sociedade nova e diferente. Oscar Romero, Josimo, Dorothy, Nísio Guarani-Kaiowá, Flaviano, quilombola do Charco, Maranhão, ... nos convidaram a olhar com fé para as novas sementes de resistência e de rebeldia que teimosamente são plantadas em todo canto da Abya Yala, a Pátria Grande, pelos povos indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas de inúmeros territórios e culturas.

De fato, além destes, acompanhados por Cristo ressuscitado, entre outros entraram na aldeia que nos hospedava:

os Kaiowá Guarani do Mato Grosso do Sul, expropriados de seus territórios e de sua cidadania, massacrados, proibidos, aliados da convivência nacional;

– os quilombolas do Moquibom - MA, cerca de 80 quilombos que defendem e reivindicam os seus territórios, cercados pela violência do latifúndio e do Estado;

– os quilombos do Recôncavo Baiano do Rio dos Macacos e do São Francisco do Paraguaçu;

– os povos indígenas do Xingu impactados pelo absurdo e autoritário projeto de Belo Monte;

– os jovens, a quem se fecham os horizontes de uma vida digna e prazerosa no campo;

– os Guarani e sem terra do Paraguai que lutam para retomar as terras, ocupadas ilegalmente por latifundiários brasileiros;

– os indígenas da Bolívia que não aceitam e impedem no TIPNIS (Território Indígena Parque Nacional Isidoro Sécura) a construção de uma rodovia;

– os camponeses de Honduras que, em Bajo Aguán, ainda aguardam uma solução para não perder a terra...

A narrativa viva que apareceu em nossos diálogos e em nossas reflexões projetaram, em sua crueza, imagens que, há muito tempo, estamos vendo e

\* Documento Final do Encontro de Articulação das Pastorais do Campo, 05/02/2012

que a grande mídia quase não revela mais: invasões, traições da palavra, explorações, violências permanentes contra nossos irmãos quilombolas, ribeirinhos, pescadores, quebradeiras de coco, camponeses, jovens e indígenas, migrantes assalariados e escravizados ...

Desta terra depredada e de seus filhos resistentes, vemos renovar-se a cada dia, reações e sinais de esperança. Para quem quer ver, são os sinais do Reino, da Terra sem Males, do Sumak Kawsay (o Bem Viver Quechua) que fermentam e aquecem nossas lutas, nossas comunidades, nossas vidas.

Esta é a hora, agora mais do que nunca, de tecer, com os fios da história, uma só rede de solidariedade, resistência, teimosia e reação. Com a força dos pequenos, do campo e das cidades, nas ruas e nas praças, de noite e de dia. O sangue derramado pelos nossos irmãos e irmãs de luta, não foi e nem será em vão. Este é para nós o Evangelho do Ressuscitado e esta é a mística que nos faz acreditar na vitória de nossa pequena "pedra" (cfr. Daniel 2, 26-35) chamada esperança, que nasce e renasce da terra e que lançaremos, cotidianamente, contra o gigante dos pés de barro e em favor dos nossos irmãos. Esta pedra de nossa esperança é eficaz quando, com nossos compromissos unitários, reconhecemos e aceitamos a riqueza e a diversidade que o espírito de Javé faz surgir entre os pobres. Isso, da parte de nossas pastorais missionárias, implica

– aceitar sermos parteiros e parteiras de um mundo novo através de formas novas de vivificar nossas igrejas e nossas comunidades;

– exigir que o Estado deixe de iludir, reprimir e violentar, com seus aparatos, os povos que não acei-

tam entrar na estrutura desumana do capitalismo e dos seus latifúndios;

– impedir que nossas terras e territórios estejam cada vez mais monopolizados pela mineração selvagem e os monocultivos;

– recusar, decididamente, a canga, sempre renovada, de uma política que quer reduzir os territórios de vida a novos feudos a serviço do lucro e transformando-os em novos currais eleitorais para legitimar o poder concentrado;

– promover a participação e o protagonismo de quem, uma vez despertado para o valor da cidadania, ameça ser novamente tolhido por uma democracia formal que mascara um autoritarismo e uma dependência deprimente de marco neocolonial.

Sobre nosso Brasil indígena, negro, camponês, sobre os jovens desta hora tão ameaçadora e sobre todos os que se solidarizam com outro modelo de Brasil, pedimos a bênção do Deus de tantos nomes que Jesus veio nos mostrar com sua missão que é também a nossa.

#### PARTICIPANTES DO ENCONTRO DAS PASTORAIS BRASILEIRAS DO CAMPO

BRASILIA, 5 DE FEVEREIRO 2012.

CIMI - Conselho Indigenista Brasileiro

CPT – Comissão Pastoral da Terra,

PJR – Pastoral da Juventude Rural

SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores

Cáritas Brasileira

# Nota de pesar pela morte de Dom Ladislau Biernaski\*

Aos nossos amigos e parceiros

Compartilhamos com vocês nossos sentimentos pela morte de nosso presidente, Dom Ladislau Biernaski, ocorrida no dia de hoje. A CPT Nacional se reconhece neste texto de Jelson de Oliveira, agente da CPT Paraná, que muito bem conheceu Dom Ladislau e com ele conviviu lutas, sofrimentos e vitórias. Os homens e mulheres do campo brasileiro perdem com essa morte um grande aliado, movido pelo espírito de Justiça que se alimentava da palavra e da prática de Jesus, que veio anunciar Boas Notícias aos pobres.

Goiânia, 13 de fevereiro de 2012.

Coordenação Nacional da CPT

## Morre o bispo da Reforma Agrária

**Jelson Oliveira\***

\*Coordenador do Curso de Filosofia PUC-PR e agente da CPT Paraná

Dom Ladislau Biernaski era desses homens apaixonados pela terra. Mãos calejadas e unhas turvas, seu grande orgulho era mostrar a horta que mantinha no quintal de sua residência simples na cidade na qual viveu por muitos anos e da qual foi bispo nos últimos cinco, São José dos Pinhais. Essa paixão pela terra, herdada da família de imigrantes poloneses, fez com que ele transformasse a terra também numa causa evangélica e política. Por ela frequentou acampamentos e assentamentos em nome da Igreja. Muitas vezes deixou mitras e cátedras e foi à praça do povo para celebrar esse compromisso profético com a justiça. À frente da Comissão Pastoral da Terra em nível estadual e nacional, e das demais pastorais sociais que acompanhou, Dom Ladislau foi um amigo e com-

panheiro. Soube como ninguém entender e explicar a missão pastoral da Igreja dos pobres e, por esta clarividência, participou de inúmeras mobilizações da luta dos pobres paranaenses no campo e na cidade.

Na missa de sua posse, em março de 2007, na nova Diocese, o bispo do povo declarou que “no âmbito da justiça é que se louva a Deus”. Foi essa certeza que o alimentou em tantos anos de vida e de sacerdócio. Foi ela que o fez recusar os sacrifícios inocentes ofertados a Deus com o sangue dos trabalhadores e trabalhadoras. Talvez por isso, sua comovente simplicidade não o tornou perfeito como homem, mas o fez buscar a justiça como norma. Carregou suas cruzes e sangrou suas próprias feridas. Em seus olhos inquietos e miúdos sempre pudemos encontrar aquela inquietude de um ser inacabado. Teve seus erros, seus dramas e suas noites insones, depois das quais, louvava a Deus com um farto café da manhã na mesa central de sua sala,

---

\* Nota da CPT Nacional por ocasião da morte de seu presidente, Dom Ladislau Biernaski, emitida em 13/02/2012, dando ressonância ao texto de Jelson de Oliveira, da CPT PR.

para o qual muitas vezes contava com a companhia de amigos e companheiros de luta. Partilhou o pão, a paixão e os estorvos da luta.

Seu lugar era à mesa dos pobres, como esperança, e às tribunas dos poderes e das mídias, como advertência. Ouviu com paciência. Amou com radicalidade. Falou com admirável coragem das causas mais difíceis, cujas feridas ainda sangram na geografia da nação. Foi padrinho incansável da campanha pelo módulo máximo para a propriedade da terra no Brasil. Chorou a morte de tantos trabalhadores sem terra país afora. Denunciou o trabalho escravo. Rezou por suas viúvas e abençoou seus filhos. Acreditou incansavelmente na agroecologia, na produção sustentável, no respei-

to ambiental e no comércio justo. Defendeu a agricultura camponesa com o entusiasmo que trouxe do berço. Caminhou em romarias e marchas. Deu entrevistas. Falou do Evangelho com a cativante palavra da esperança e da vida com a evangélica força do testemunho.

Como tantos outros, Dom Ladislau morreu hoje sem que sua utopia se realizasse. Mas dizem que a melhor forma de homenagear uma vida que se foi é dar continuidade aos seus projetos. Essa é a forma como eu e você devemos lembrar este homem cujo testemunho é, de tão raro, inesquecível; e de tão simples, profético. Nossa teimosia será sempre uma forma de homenagem. Sua memória um compromisso com a vida.

# Processo contra o extinto Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás expulsa famílias de agricultores em Santa Cruz de Goiás\*

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, ao tomar conhecimento dos fatos que abaixo descreve, diante da forma como são tratadas as famílias de pequenos agricultores e pela total parcialidade da Justiça, vem manifestar à opinião pública nacional sua indignação.

No dia 06 de março, as famílias da área Fazenda Vala do Rio do Peixe, município de Santa Cruz de Goiás, foram surpreendidas com a presença de um oficial de justiça, que vinha cumprir um Mandado de Imissão de Posse, emitido pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, contra o Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás. Em nenhum documento os nomes das famílias eram citados.

O oficial de justiça chegou ao local acompanhado de 12 policiais em uma viatura da polícia e em caminhonetes de luxo. Além deles estava presente o Sr. Flávio Canhedo, que representava os interesses do grupo Roma Empreendimentos e Turismo Ltda, da deputada Magda Mofatto, que pretende a área.

Na ocasião, o Oficial de Justiça e os policiais pressionaram os posseiros a que deixassem suas propriedades num prazo de 24 horas, dizendo ainda que o Sr. Flávio era bondoso, pois deixaria que eles retirassem seus pertences e suas criações. Enquanto as famílias eram notificadas, um helicóptero sobrevoava a área, agravando o clima de tensão e humilhação ocasionado pela ação. O Sr. Flávio mantinha,

além de todo policiamento, quatro seguranças armados ao seu redor.

No dia 9 de março, eles retornaram à área e ameaçaram as famílias de que se não deixassem o local, seus bens seriam colocados em caminhões e leiloados. Um grupo de famílias, porém, resistiu e se reuniu em uma casa, com presença da imprensa e de representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado de Goiás (Fetaeg). Então o tom mudou e as ameaças se transformaram em uma proposta de reunião para se decidir o tempo que os posseiros ainda poderiam ficar.

## Entenda o caso

Do lado dos pequenos agricultores: A Fazenda Vala do Rio do Peixe é uma propriedade do Estado de Goiás, de 250 alqueires, em torno a 1.250 hectares. Há cerca de 15 anos, a terra começou a ser ocupada por famílias, que dela tiraram seu sustento, fruto de muito trabalho. Em 2003, foi lavrado no Cartório de Pires do Rio (GO) a Escritura Pública de Declaração de Ocupação do Imóvel Rural. Em junho do ano seguinte, a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário, Agência Rural, demarcou os 25 lotes da área, elaborando e entregando a cada família o respectivo mapa. Em 2006, a CELG estendeu a linha de energia a todas as propriedades.

Do lado da pretendente da área: Quem pretende a área é o grupo Roma Empreendimentos e Turismo Ltda., que segundo seu site, atua no setor Hoteleiro,

\* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT, em 20/03/2012, sobre sentença de juiz, em Goiás, que favorece empresa e atinge famílias de pequenos agricultores

de Viagens, Construção, Mineração e Imobiliário, na região das Águas Quentes de Goiás e é o maior e o melhor grupo hoteleiro do Estado. O grupo começou a ser formado em 1972 por Magda Mofatto Hon.

A proprietária atualmente é deputada federal pelo PTB de Goiás, e só tomou posse após a decisão do STF de não considerar válida a lei da Ficha Limpa para as eleições de 2010. Ela também já foi prefeita de Caldas Novas. Iniciou seu mandato em 2004 e em 2006, a Justiça Eleitoral a afastou, sob denúncia de compra de votos. Conseguiu na justiça retornar e governou por mais um ano, quando foi cassada.

O Roma Empreendimentos e Turismo tinha uma pendência jurídica com o Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás (hoje inexistente) desde os anos 1990. Esta pendência foi resolvida pela sentença do juiz Dr. Ari Ferreira de Queiroz, da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, que no final de 2011 deu ganho de causa ao grupo, estabelecendo que o Estado deveria pagar em torno de R\$ 50 milhões ao grupo. Ao que tudo indica a pretendente propôs receber em áreas de propriedade do Estado (duas em Goiás e uma no Tocantins) o valor a que tinha direito, o que foi aceito pelo Juiz. Este emitiu Mandado de Imissão de Posse e determinou sua execução via Carta Precatória ao Juiz da Comarca de Santa Cruz de Goiás, para o caso da Fazenda Vala do Rio do Peixe. Outra carta precatória foi emitida para o Tocantins, para a Imissão de Posse da Fazenda Água Preta no Município de Santa Terezinha do Tocantins.

As famílias de Santa Cruz de Goiás contrataram advogado que entrou, no dia 12 de março, com um processo de embargo de terceiros e com pedido de liminar de manutenção de posse. No dia 15, o mesmo juiz Dr. Ari, rejeitou o pedido, alegando “ausência de efetiva posse dos imóveis, pois nem sequer moram neles, aquisições recentes e perda de prazo

de cinco dias.” E determina a continuidade do processo de desocupação. Este despacho se baseia em fotografias e relatos resumidos da parte interessada em ter a área.

Diante desta situação a CPT denuncia, em primeiro lugar, a omissão do Estado de Goiás que muitas vezes garantiu às famílias a regularização definitiva dos seus lotes e nunca o fez e agora empurra as famílias a um confronto direto e desleal com o capital. Não se têm notícias de sua intervenção para buscar uma solução deste caso de acordo com preceitos da Justiça Social.

Em segundo lugar denuncia o juiz que numa ação contra o Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás aceita que alegada dívida seja paga com uma área, sem averiguação prévia, já ocupada e trabalhada há anos por famílias simples e honestas que delas tiram seu sustento. Também ressalta a nula imparcialidade do juiz que aceita provas da parte interessada como verdadeiras afirmando que os agricultores sequer moram nos imóveis, quando a sentença lhes foi entregue em seus lotes e ainda alega perda de prazo de recurso quando as famílias só tomaram conhecimento desta ação ao serem surpreendidas pela presença do Oficial de Justiça, acompanhado pela polícia.

Mais uma vez fica claro de que lado a Justiça se posiciona quando se faz acompanhar na execução da sentença da parte interessada, inclusive com utilização de seus veículos.

Todo este processo se insere numa nebulosa em que quem dispõe do poder econômico se faz resarcir de alegados prejuízos que devem ser pagos por toda a sociedade através do Estado. O que se sente ao ver uma decisão como essas é que estão em jogo interesses não muito explícitos e que mereceria passar pelo crivo do Conselho Nacional de Justiça.

# “Não mais terão fome e sede” (Ap 7,16) Mensagem da XXIV Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT\*

Reunidos em Hidrolândia, GO, nos dias de 28 a 30 de março de 2012, para celebrar a XXIV Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra, nós, representantes dos Regionais do Brasil, reafirmamos nossa missão evangélica a serviço dos povos da terra e das águas.

## **Em tempos de exílio e de sonhos de “bem viver”**

Sentimos a força do Espírito na memória das testemunhas e mártires que se fazem presentes na história de nossa caminhada: João Pedro Teixeira (50 anos do assassinato), Oscar Romero, Irmã Dorothy, Manelão do Araguaia e Dom Ladislau Biernaski - o homem que “viveu e pensou a fé a partir dos pobres da terra” -, iluminaram nossa fé e nossa esperança nas reflexões de nossa Assembleia. Comovente e precioso, em tempos de exílio e de cativo, foi o relato de camponesas e camponeses que nos contaram e cantaram suas lutas e resistências, avanços e conquistas.

Companheiros do CIMI acompanharam e compartilharam conosco posturas e práticas corajosas junto aos povos indígenas: estes são um sinal de Deus que recria, através deles, todo dia e para toda a humanidade, a ética e a política do Bem Viver, na luta desigual da defesa e reconquista de seus territórios.

A presença lúcida e profética de dom Tomás Balduino, com seus 90 anos, nos dá sempre novo vigor. Trouxe-nos alegria a presença do Secretário Geral da CNBB, dom Leonardo Ulrich Steiner, do

presidente da Comissão Episcopal de Pastoral do Serviço à Caridade, Justiça e Paz, Dom Guilherme Werlang, do assessor da Comissão oito da CNBB, padre Ari dos Reis, da representante da Cáritas Brasileira e de irmãos e irmãs da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, da Igreja Adventista do Sétimo Dia e da Igreja Batista.

No clima árido da escassez de profecia, padre Virgílio Uchoa nos ajudou a fazer a memória das raízes da pastoralidade e da espiritualidade, que animam até hoje a CPT. Lembramos um dos luminares da CPT, dom Pedro Casaldáliga. Fomos visitados e reanimados por João XXIII, dom Helder Câmara, dom Aloisio Lorscheider, dom Luciano Mendes, dom Antonio Fragoso e padre José Comblin. Respiramos novamente o ar fresco do Concílio Ecumênico Vaticano II e das assembleias latinoamericanas de Medellín e de Puebla. O rosto de milhares de leigos e leigas das CEBs iluminou os ideais de uma Igreja libertadora, a serviço do Reino de Jesus e da sua Justiça, Reino dos pobres e empobrecidos, como os preferidos do Pai.

Durante a Assembleia, chegou a notícia – que nos entristeceu e indignou - de mais quatro assassinatos de lideranças camponesas: Antônio Tiningo, coordenador do acampamento Açucena, dia 23 de março, em Jataúba - PE; Valdir Dias Ferreira, 40; e do casal Milton Santos Nunes da Silva, 52, Clestina Leonor Sales Nunes, 48, da Coordenação Estadual do MLST de Minas Gerais, executados no município de Uberlândia, MG, dia 24 de março, na presença de um filho do casal, de 5 anos.

\* Mensagem da XXIV Assembleia Nacional da CPT, emitida em 30/03/2012

Povos e comunidades gritam e lutam para defender territórios e preservar a terra.

Preocupam-nos os impactos socioambientais, cada vez mais violentos e acelerados, que atingem diretamente toda a sociedade. Não há limites para a voracidade do capital. O Estado brasileiro é o seu incentivador, via PAC, e financiador, via BNDES. Aposta-se, delirantemente, no crescimento neo-colonialista predador, concentrador de riquezas, em troca de meros projetos assistencialistas.

Isso se expressa claramente nos projetos em discussão no Congresso Nacional: 1. As mudanças aprovadas do Código Florestal que, sob o discurso de defender os pequenos produtores rurais, querem legitimar a depredação dos recursos naturais.

2. A tentativa de retirar do Executivo a prerrogativa de definir e aprovar o reconhecimento dos territórios indígenas e de comunidades quilombolas, com a aprovação da PEC 215, por Comissão da Câmara dos Deputados.

3. Os inúmeros projetos que visam minar os direitos dos mais pobres.

A aprovação de concessão de lavras minerárias que depredam a natureza, invadem áreas de preservação ambiental e territórios de povos indígenas, de comunidades camponesas e de assentamentos da reforma agrária, escancaram o modelo implantado em nosso país.

Vítimas deste processo são os povos indígenas - de modo especial os Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul, totalmente espoliados de seus territórios e de sua dignidade - quilombolas, posseiros, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, acampados e assentados de uma reforma agrária abandonada, assalariados e escravizados, sempre jogados à margem de nossa sociedade.

Anima-nos, porém, a coragem e a resistência dos povos atingidos e impactados pelos projetos que os marginalizam, mas teimosamente apontam novos caminhos de organização e de relacionamentos com a natureza e na sociedade.

Percebemos o risco que corre a democracia, no mundo inteiro, pelos persistentes rearranjos do poder econômico-financeiro nacional e transnacional. Despontam os riscos sobre o futuro do Estado de Direito, na medida em que crescem, nas instituições e na sociedade, mentalidade e comportamentos que impedem a participação das maiorias nas decisões.

A CPT se une a todos os irmãos e irmãs de boa vontade, “pequeno resto” que luta por novos tempos, quando “não haverá mais fome e sede” e “todos terão vida, e vida em abundância” (Jo 10,10). Neste horizonte desafiador, nos sentimos animados pela sabedoria dos povos nativos, quando nos ensinam a vivenciar e a cantar com eles:

“Pisa ligeiro, pisa ligeiro:  
quem não pode com a formiga,  
não assanha o formigueiro”

Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra

Hidrolândia GO, 30 de março de 2012.

## Que sob a toga dos ministros do STF não se esconda nenhum escravocrata\*

A Diretoria e Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, às vésperas do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, STF, da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI, 3239, proposta pelo partido dos Democratas, contra o Decreto Federal 4887/2003, vem expressar sua profunda preocupação com o que está acontecendo neste país.

Está em curso uma nova caça aos povos indígenas, comunidades quilombolas, e outras comunidades tradicionais, por um contingente expressivo de escravocratas, que lançam seus tentáculos em diferentes espaços do Estado Brasileiro e tem apoio de diferentes órgãos da imprensa nacional.

Como à época do Brasil Colônia, povos indígenas inteiros foram devastados por não quererem se submeter aos ditames dos invasores; à época da escravidão, os senhores de escravos contavam com toda a estrutura do poder público para perseguir e destruir os espaços de liberdade construídos pelos negros, chamados de quilombos, hoje, novos escravocratas, com voracidade incommum, atentam contra as comunidades indígenas e quilombolas, com ações diretas ou utilizando de trincheiras assim chamadas legais para impedir o reconhecimento dos territórios historicamente por elas ocupados.

Sucedem-se os ataques diretos às comunidades indígenas e quilombolas. Os dados coligidos pela CPT nos dão conta que em 2011, foram assassinados 4 indígenas e 4 quilombolas, nas disputas territoriais. 82 conflitos por terra envolveram os índios e 100 os quilombolas. 77 quilombolas e 18 indígenas foram ameaçados de morte e 8 indígenas e 3 quilombolas, sofreram tentativas de assassinato.

No plano dito “legal” são muitas as ações que os novos colonizadores e escravocratas movem contra a continuidade dos processos de identificação e titulação das terras indígenas e dos territórios quilombolas e de outras comunidades tradicionais. Estas encontram fácil acolhida em diversas instâncias do poder Judiciário.

Mas, possivelmente, é na trincheira do Congresso Nacional que os novos colonizadores e escravocratas têm seus mais firmes tentáculos. Há poucos dias a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a proposta de emenda Constitucional, PEC 215, pela qual os parlamentares querem ter exclusividade na demarcação de terras indígenas, de quilombolas e de unidades de conservação ambiental, retirando esta competência do Executivo. Com isso praticamente fica inviabilizado qualquer reconhecimento de novas áreas. E são inúmeros os projetos de lei que buscam restringir os parques direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

O Decreto Federal 4887/2003, assinado pelo ex-presidente Lula que regulamentou o processo de titulação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos criando mecanismos que facilitam o processo de identificação e posterior titulação de comunidades, encontrou no partido dos Democratas (um dos últimos resquícios da sustentação parlamentar da ditadura militar) ferrenha oposição. O Decreto que ratificou o estabelecido no Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”,

\* Nota assinada pelo presidente da CPT, em 16/04/2012, manifestando preocupação diante do julgamento pelo STF da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI, 3239, do Decreto Federal 4887/2003 que garantiu direitos aos quilombolas

foi considerado pelos “democratas” (triste contradição), inconstitucional.

Os novos escravocratas se espalham pelo Congresso Nacional, nos mais diversos partidos, tendo constituído a assim chamada Bancada Ruralista. Esta bancada, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), é formada por 159 parlamentares, sendo 141 deputados e 18 senadores. Ela lidera as desastrosas mudanças no Código Florestal e em toda a legislação ambiental; desde 2004, praticamente, impede a última votação da PEC 438 que determina o confisco das áreas onde for constatada a exploração de trabalho escravo; e se opõe a qualquer tentativa de reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e das comunidades quilombolas e outras.

A ADI 3239, proposta pelos “democratas” vai a julgamento no STF, nos próximos dias. As comunidades quilombolas que saudaram os pequenos avanços no reconhecimento de sua cidadania e de seus direitos expressos no Decreto Federal 4887/2003, não podem ser defraudadas.

A Comissão Pastoral da Terra espera que os ministros do STF julguem esta ação a partir dos direitos fundamentais da pessoa humana e não se enredem em questões minúsculas de formalidades jurídicas. Está em jogo o direito de populações que historicamente foram discriminadas, massacradas, jogadas à margem da sociedade. É mais que necessário que se garantam os poucos direitos tão duramente conquistados. A CPT quer acreditar que sob a toga dos ministros do STF não se esconde nenhum dos escravocratas atuais.

Goiânia, 16 de abril de 2012.

Dom Enemésio Lazzaris  
Presidente

## Bancada Ruralista impõe Código Florestal\*

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, diante da aprovação pela Câmara dos Deputados, na noite de ontem, do assim chamado Novo Código Florestal, quer se juntar ao coro de milhões de brasileiros para manifestar sua indignação diante da imposição da vontade da bancada ruralista sobre a nação brasileira, colocando em risco, como advertiram numerosos cientistas, o próprio futuro do nosso país.

Na verdade é muito difícil entender como uma população rural que, segundo o último censo de 2010, representa somente 16% do total da população brasileira, esteja tão superrepresentada na Câmara dos Deputados, já que a Frente Parlamentar da Agropecuária é composta, segundo seu próprio site, por 268 deputados, 52,24% dos 513 deputados eleitos. Para fazerem valer suas propostas, os ruralistas se escondem atrás do discurso da defesa da pequena propriedade, quando é de clareza meridiana que o que está em jogo são os interesses do agronegócio, dos médios e grandes proprietários. Estes, segundo o Censo Agropecuário de 2006, ocupam apenas

9,12% dos estabelecimentos rurais com mais de 100 hectares e juntos somam 473.817 estabelecimentos que, no entanto, ocupam 78,58% do total das áreas.

Mesmo assim, a bancada ruralista e seus seguidores ainda ousam dizer que a oposição ao que eles votaram vem de uma minoria de ambientalistas radicais. Muito corretamente falou o professor titular de Economia da PUC de São Paulo, Ladislau Dowbor: “É preciso resgatar a dimensão pública do Estado. O Congresso tem a bancada das montadoras, a das empreiteiras, a dos produtores rurais, mas não tem a bancada do cidadão!”.

A Comissão Pastoral da Terra espera que a presidenta Dilma honre a palavra dada ainda na campanha eleitoral de não aceitar retrocessos na lei florestal, e de que vetaria qualquer projeto que significasse aumento do desmatamento e anistia aos desmatadores. Espera, ainda, que a presidenta não compactue com a imposição da bancada ruralista e vete este texto. A natureza e o Brasil vão agradecer.

Coordenação Nacional da CPT

---

\* Nota da Coordenação Nacional da CPT, emitida em 26/04/2012, quando a Câmara dos Deputados aprovou o novo Código Florestal

# Dom José Rodrigues, cuida de nós!

## Nota da Comissão Pastoral da Terra\*

A CPT – Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro, da Bahia e do Brasil, com fé e amor, celebra a Páscoa de Dom José Rodrigues de Souza, CSSR. A gratidão supera a dor desta hora de sua partida, para rogarmos a Deus por seu merecido descanso e pela continuidade por nós de sua obra redentora.

Bispo de Juazeiro entre 1975 e 2003, Dom José foi um dos fundadores da CPT Regional Nordeste III (Bahia/Sergipe), em 1976, da qual foi bispo acompanhante por muitos anos. Criou logo em seguida a CPT de Juazeiro, como resposta pastoral ao sofrimento do povo expulso pela barragem de Sobradinho e aos camponeses vítimas da grilagem de terra, no início da irrigação agrícola no submédio São Francisco. A todas as demandas do povo sertanejo, multiplicadas e prementes, sua sensibilidade humana e pastoral soube responder, ao criar (ou reforçar) outras sete pastorais sociais (juventude do meio popular, pescadores, mulher marginalizada, saúde, reassentados, carcerária, criança), “círculos de cultura” (com Paulo Freire), um setor diocesano de comunicação, uma biblioteca de 45 mil volumes, uma campanha pioneira pelas cisternas familiares de água de chuva, pilar da Convivência Com o Semiárido, e uma destinação social ao patrimônio da diocese em terras na cidade de Juazeiro. Como uma Igreja Nordestina, atuou sempre articulado com as dioceses e bispos vizinhos: Senhor do Bonfim (D. Jairo), Rui Barbosa (D. Matthias e D. André), Paulo Afonso (D. Mário e D. Esmeraldo), Petrolina-PE (D. Paulo) e Propriá-SE (D. José Brandão, redentorista como ele). Favoreceu a articulação sindical de todo o vale do São Francisco, que se reunia no centro de encontros da diocese, em Carnaíba do Sertão. Em tempos de silenciamento, foi porta-voz dos pobres nas igrejas e capelas, na rádio, no boletim mensal da diocese

(“Caminhar Juntos”), na Assembléia Legislativa, na Câmara Federal e em viagens pela Europa. À tardinha das sextas-feiras, parava-se nas estradas para ouvir seu “Semeando a verdade”, na Emissora Rural, e as comunidades reuniam-se ao redor do rádio para ouvi-lo. Todos os meios disponíveis à época ele soube lançar mão pela libertação do povo.

Não se intimidou com a repressão militar, os quatro municípios atingidos pela barragem de Sobradinho transformados em “área de segurança nacional”. Sua casa foi invadida e vasculhada, os muros e portas da catedral pichados pelo Comando de Caça aos Comunistas. Toda reação popular aos desmandos públicos e privados lhe era atribuída, como as mortes de fazendeiros no vale do Salitre em confronto com lavradores que defendiam sua água sugada pelas motobombas de grandes irrigações. As conquistas do povo nos reassentamentos dos atingidos pela barragem de Sobradinho devem muito à sua voz destemida e ao trabalho que encomendava à CPT. A organização eclesial (CEBs), sindical e política do povo sertanejo teve grande impulso sob sua inspiração e incomodou os coronéis locais e os donos do poder na Bahia. Por conta de seu destemor na defesa dos pobres, explorados e oprimidos, esteve por várias vezes sob risco de violência e morte, mas não retrocedeu, impávido, às vezes contra nossa vontade. A entrega de si aos outros se tornou definitiva quando se fez refém de assaltantes em lugar da família do gerente do Banco do Brasil e esteve por dias com um revólver apontado para sua cabeça, perdoou os criminosos, escrevia-lhes e ajudava a se recuperarem.

Ao deixar a diocese, quando completou 77 anos de

\* Nota das CPTs Nacional, da Bahia e de Juazeiro, emitida em 10/09/2012, por ocasião do falecimento de Dom José Rodrigues

idade, disse como da essência de um testamento: “nunca traí os pobres”. Sem dúvida alguma, sua fidelidade mais profunda era a Jesus de Nazaré. E foi-se como veio, praticamente com a roupa do corpo. Nestes sertões, neste país, e mesmo nesta Igreja, não é pouco... Diante das sugestões para produzir suas memórias, dizia: “memória só tem uma, a Eucaristia”.

Sua morte a menos de um dia após a festa da padroeira, Nossa Senhora das Grotas, que celebrou também os 50 anos da diocese, a qual ele, firme e humilde, dirigiu por 28 anos, nos faz pensar no quanto sua vida estava intimamente ligada à trajetória desta Igreja de Cristo nos sertões do São Francisco. “Mãe das Grotas... em teus braços vê

se acolhe... os que lutam, os que vivem e os que morrem”.

Dom José Rodrigues, Dom José, Dom Rodrigues, Rodriguinho, grão fértil de trigo morto, produtivo (cf. João, 12,24), você nos deixa para habitar misteriosa e mais fortemente nossos espíritos e nossas lutas. Com esperança, nós da CPT nos comprometemos em preservar sua memória e ser fiel a seu exemplo e inspiração, na continuidade do serviço incansável aos pobres do campo de hoje, causa do Reino de Deus de sempre. Homem de fé e ação, de espírito e coração, de pouco corpo e muita alma, profeta do nosso tempo, pastor dos pobres da terra, homem santo, cuida de nós! Amém!

Juazeiro / Salvador / Goiânia, 10 de setembro de 2012.

# Ameaças de morte contra os que se opõem ao Complexo Hidrelétrico do Tapajós\*

A Coordenação Nacional da CPT vem a público para denunciar os graves conflitos que já começam a se manifestar em torno ao Complexo Hidrelétrico do Tapajós, no Pará, provocados pela Eletrobrás, Eletronorte e empresas contratadas.

No dia 22 de outubro, a casa do presidente da Comunidade do Pimental, José Odair Pereira, que estava reunido com outros membros da comunidade, foi invadida por quatro pessoas que os agrediram e os ameaçaram de morte. As ameaças se estenderam também ao Pe. João Carlos Portes, da CPT de Itaituba, que apóia os ribeirinhos. O motivo das agressões e ameaças é que as lideranças da comunidade da Vila de Pimental, localizada às margens do Rio Tapajós, no município de Trairão (PA), com aproximadamente 800 ribeirinhos, se opõem ao projeto da Construção da Hidrelétrica do São Luiz do Tapajós.

Anteriormente esta e outras comunidades da região, inclusive aldeias indígenas, foram invadidas por técnicos que, de forma abusiva, desrespeitaram os direitos das comunidades e provocaram conflitos entre seus moradores.

Poucos dias antes, em 17 de outubro, realizou-se na cidade de Itaituba, uma reunião entre representantes da Eletrobrás, Funai e CENEC (empresa encarregada pela Eletronorte de fazer os estudos do EIA RIMA) e 20 representantes do povo Munduruku do Alto, Médio e Baixo Tapajós. Essa reunião aconteceu porque anteriormente os índios haviam impedido os técnicos da CENEC de fazer os trabalhos de pesquisa em suas terras. Tratava-se de conseguir sua aprovação para os estudos. Mas os índios mantiveram firme sua oposição às obras. A representante da Funai, Martha Montenegro, de

Brasília, pressionou-os chegando a afirmar que mesmo sem sua aprovação os estudos iriam continuar e que caso eles reagissem, o governo poderia colocar a Força Nacional para garantir a continuidade do trabalho.

Diante disto, a Coordenação Nacional da CPT presta sua solidariedade às comunidades ribeirinhas e indígenas que lutam para preservar seus territórios e seus modos de vida e que por isso sofrem ameaças. Nossa solidariedade particular às lideranças que são agredidas e ameaçadas, em especial ao nosso irmão e companheiro Pe. João Carlos Portes.

A situação de conflito e de agressão aos direitos indígenas e de outras comunidades tradicionais que se perpetraram em Rondônia em torno às Hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, e na região de Altamira, no Pará, em torno à construção da Hidrelétrica Belo Monte, se repetem nas obras do Complexo Hidrelétrico do Tapajós. Ao desenvolvimento sacrificam-se a preservação da natureza e do meio ambiente, o mais elementar respeito aos territórios dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, extrativistas, ribeirinhas e outras muitas, e a própria vida humana. As pessoas que vivem na região, até muito pouco tempo atrás desconhecidas e invisíveis, agora diante dos interesses econômicos são consideradas simplesmente como “entraves” ao desenvolvimento e ao progresso. As usinas do Complexo Hidrelétrico do Tapajós serão, como tantas outras, empurradas goela abaixo do povo da região sem se resguardar sua história, sua identidade e seus valores ancestrais.

A Coordenação Nacional da CPT vê com muita preocupação a subordinação da Funai, que deveria

\* Nota emitida pela Coordenação Nacional da CPT, em 26/10/2012, solidarizando-se com as comunidades indígenas e ribeirinhas e com o Pe. João Carlos Portes, ameaçados pela construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós.

defender os povos indígenas e seus territórios, aos interesses das grandes obras, pressionando pela concordância deles. Vê também com igual preocupação a fala da presidenta Dilma, que na inauguração da Hidrelétrica de Estreito, na divisa do Maranhão com Tocantins, disse: “Eu me orgulho muito do setor elétrico no Brasil, eu me orgulho desses empreendedores”.

Empreendedores que, na busca de lucros cada vez maiores, tratoram comunidades e vidas humanas.

A CPT responsabiliza o Estado Brasileiro pelos conflitos, ameaças ou mortes que ocorrerem nas comunidades afetadas pelo Complexo Hidrelétrico do Tapajós.

Goiânia, 26 de outubro de 2012.

Coordenação Nacional da CPT

# Terra indígena Marãiwatsèdè Dom Pedro Casaldáliga recebe ameaças\*

A novela da área indígena de Marãiwatsèdè, dos índios Xavante, no município de Alto Boa Vista, na região Norte Araguaia, MT, cada dia tem novos capítulos. No início da semana passada, um grupo, formado, sobretudo, por mulheres, fez manifestações na Praça dos Três Poderes, em Brasília, buscando reverter decisão do STF, que derrubara liminar do TRF 1ª Região, que suspendia decisão judicial de desintração (retirada dos não-indígenas) da área. No dia 5, elas invadiram a pista em frente ao Planalto e bloquearam o trânsito por alguns minutos.

No retorno de Brasília, no dia 9, irritados e raivosos por não terem conseguido o que queriam, tais manifestantes falavam, sem se preocupar com os demais passageiros do ônibus, contra os índios e a Prelazia de São Félix do Araguaia. A certa altura um disse: “A gente sabe que tudo isso é culpa do Bispo Pedro, mas vamos resolver isso bem fácil, a gente vai fazer uma visitinha pra ele.”.

As ameaças não são novidade, mas esta adquire um caráter mais grave, pois os invasores da área indígena, depois de conseguirem, por quase duas décadas, criar todos os embargos judiciais possíveis contra sua retirada, agora estão desesperados, pois o desfecho se aproxima. No dia 3 de novembro, o filho do cacique Damião, ao retornar de Barra do Garças, onde tinha ido deixar indígenas para tratamento, foi perseguido por dois carros dirigidos por pessoas que ele reconheceu serem do Posto da Mata, núcleo da invasão do território indígena Marãiwatsèdè. Mais adiante outros três carros teriam tentado cercar e parar o veículo dirigido por ele. Ao tentar escapar da perseguição, o carro capotou, ficando o indígena desacordado. Caminhoneiros

que trafegavam pelo local socorreram o motorista. O veículo acabou sendo queimado pelos perseguidores.

A história das agressões contra os Xavante de Marãiwatsèdè, se prolonga por quase meio século. Seu território foi ocupado, no início da década de 1960. Nas imediações da aldeia foi erguida a sede da Fazenda Suiá Missu, em 1962. Em 1966, os índios foram arrancados de sua terra e despejados em outra aldeia a 400 km.

Em 1980, a Suiá Missu foi vendida para uma empresa italiana que, durante a Rio/92, pressionada por entidades brasileiras e italianas, se comprometeu a devolver aos Xavante 165.000 hectares.

Isto provocou revolta em fazendeiros e políticos locais que, ainda em 1992, organizaram a invasão da área ficando com as maiores e melhores terras e buscando famílias de sem-terra ou posseiros para ocupar o restante, para dizer que a terra tinha uma destinação social.

Em 1993, a área foi declarada Terra Indígena. Em 1998, já demarcada, foi homologada por Decreto do Presidente da República.

Mesmo assim, os Xavante só voltaram em 2004, promovendo uma ocupação do seu próprio território.

Desde 1995, medidas judiciais determinando ora a desintração da área, ora a suspensão da sentença, foram se sucedendo. Neste ano de 2012, quando a Funai e o MPF já tinham apresentado à Justiça o plano de desintração para ser iniciado em outu-

<sup>1</sup> Nota da Coordenação Nacional da CPT, emitida em 14/11/2012, em solidariedade ao Bispo Pedro Casaldáliga que sofreu ameaças de morte, pelo apoio à causa dos Xavante de Marãiwatsèdè, em Mato Grosso.

bro, um juiz do TRF-1, em 13 de setembro, determinou a suspensão da ação. Finalmente, em 17 de outubro, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu essa liminar e a Justiça Federal deu início, em 6 de novembro, à entrega das intimações para a retirada dos ocupantes ilegais da terra indígena. Uma força tarefa, com apoio da Força Nacional, Polícia Federal e Exército, está na área para a efetivação da decisão judicial.

A Coordenação Nacional da CPT se alegra com o desfecho deste caso, não sem antes observar a diferença de tratamento dispensado aos grupos indígenas e a outras comunidades tradicionais, em comparação à propriedade. O de Marãiwatsèdè é emblemático. Os direitos dos povos indígenas e demais comunidades primitivas são apenas tolerados, mas para que se tornem efetivos, o caminho a percorrer é árduo e longo. O prolongamento indefinido da solução de conflitos parece ser uma estratégia para minar a resistência das comunidades. Multiplicam-se ao extremo os re-

curso judiciais, nega-se a autenticidade dos documentos, põem-se sob suspeição os autores de laudos antropológicos e outras ações do gênero. Encontram-se milhares de subterfúgios legais, admitidos pela justiça, para que os processos, sobretudo os de reconhecimento territorial, não andem. Por outro lado, os processos que envolvem o “direito de propriedade” são de uma agilidade impressionante. Muitas vezes sem se exigir documentos que comprovem a propriedade legal e sem ouvir os que serão afetados, são emitidas liminares de reintegração de posse que rapidamente são executadas usando-se para isso todo o aparato coercitivo do Estado.

A Coordenação Nacional da CPT parabeniza os xavante de Marãiwatsèdè pela sua persistente luta de resistência, e apresenta à Prelazia de São Félix do Araguaia e de modo todo particular a seu bispo emérito, dom Pedro Casaldáliga, sua solidariedade, sobretudo neste momento em que ataques e ameaças se sucedem.

Goiânia, 14 de novembro de 2012.

Coordenação Nacional da CPT

## Nota de solidariedade a Dom Pedro Casaldáliga\*

Ao se aproximar a desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsèdè, após mais de 20 anos de invasão, quando os não indígenas estão para ser retirados desta área, multiplicam-se as manifestações de fazendeiros, políticos e dos próprios meios de comunicação contra a ação da justiça.

Neste momento de desespero, uma das pessoas mais visadas pelos invasores e pelos que os defendem é Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito de São Félix do Araguaia, a quem estão querendo, irresponsável e inescrupulosamente, imputar a responsabilidade pela demarcação da área Xavante nas terras do Posto da Mata.

As entidades que assinam esta nota querem externar sua mais irrestrita solidariedade a Dom Pedro. Desde o momento em que pisou este chão do Araguaia e mais precisamente, desde a hora em que foi sagrado bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, sua ação sempre se pautou na defesa dos interesses dos mais pobres, os povos indígenas, os posseiros e os peões. Todos sabem que Dom Pedro e a Prelazia sempre deram apoio a todas as ocupações de terra pelos posseiros e sem terra e como estas ocupações foram o suporte que possibilitou a criação da maior parte dos municípios da região.

Em relação à terra indígena Marãiwatsèdè, dos Xavante, os primeiros moradores da região nas décadas de 1930, 40 e 50 são testemunhas da presença dos indígenas na região e como eles perambulavam por toda ela. Foi com a chegada das empresas agropecuárias, na década de 1960, com apoio do governo militar, que a Suiá Missu se estabeleceu nas proximidades de uma das aldeias e até mesmo conseguiu o apoio do Serviço de Proteção ao Índio

para se ver livre da presença dos indígenas. A imprensa nacional noticiou a retirada de 289 xavante da região, os quais foram transportados em aviões da FAB, em 1966, para a aldeia de São Marcos, no município de Barra do Garças.

Em 1992, a AGIP, empresa italiana que tinha comprado a Suiá Missu das mãos da família Ometto, quis se desfazer destas terras. Por ocasião da ECO-92, sob pressão inclusive internacional, a empresa destinou 165.000 hectares para os Xavante que, durante todo este tempo, sonhavam em voltar à terra de onde tinham sido arrancados. Imediatamente fazendeiros e políticos da região fizeram uma grande campanha para ocupar a área que fora reservada aos Xavante, precisamente para impedir que os mesmos retornassem. Já no dia 20 de junho de 1992, algumas áreas tinham sido ocupadas e foi feita uma reunião no Posto da Mata, da qual participaram políticos de São Félix do Araguaia e de Alto Boa Vista e também havia repórteres. A reunião foi toda gravada. As falas deixam mais do que claro que a invasão da área era exatamente para impedir a volta dos Xavante. “Se a população achou por bem tomar conta dessa terra em vez de dá-la para os índios, nós temos que dar esse respaldo para o povo” (José Antônio de Almeida – Bau, prefeito de São Félix do Araguaia). “A finalidade dessa reunião é tentarmos organizar mais os posseiros que estão dentro da área... Se for colocar índio no seu habitat natural, tem que mandar índio lá para Jacareacanga, ou Amazonas, ou Pará...” (Osmar Kalil – Mazim, candidato a prefeito do Alto Boa Vista). “Nós ajudamos até todos os posseiros daqui serem localizados... Chegou a um ponto, ou nós ou eles (os Xavante) porque nós temos o direito... Dizer que aqui tem muito índio? Aqueles que estão pre-

\* Nota emitida pela CPT, CIMI e outras 13 entidades, emitida em 05/12/2012, em solidariedade a dom Pedro Casaldáliga em denúncia dos responsáveis pela invasão da Terra Indígena Marãiwatsèdè

ocupados com os índios que tem que assentar. Tem um monte de país que não tem índio. Pode levar a metade... Na Itália tem índio? Não, não tem! Leva! Leva pra lá! Carrega pra lá! Agora, não vem jogar em nós, não... ( Filemon Costa Limoeiro, à época funcionário do Fórum de São Félix do Araguaia)

A área reservada aos Xavante foi toda ocupada por fazendeiros, políticos e comerciantes. Muitos pequenos foram incentivados e apoiados a ocupar algumas pequenas áreas para dar cobertura aos grandes. O governo da República, porém estava agindo e logo, em 1993, declarou a área como Terra Indígena que foi demarcada e, em 1998 homologada pelo presidente FHC. Só agora é que a justiça está reconhecendo de maneira definitiva o direito maior dos índios. O que D. Pedro sempre pediu, em relação a esta terra, foi que os pequenos que

entraram enganados, fossem assentados em outras terras da Reforma Agrária. Mas o que se vê é que, ontem como hoje, os pequenos continuam sendo massa de manobra nas mãos dos grandes e dos políticos na tentativa de não se garantir aos povos indígenas um direito que lhes é reconhecido pela Constituição Brasileira.

Mais uma vez, queremos manifestar nossa solidariedade a Dom Pedro e denunciar mais esta mentira de parte daqueles que tentam eximir-se da sua responsabilidade sobre a situação de sofrimento, tensão e ameaça de violência que eles mesmos criaram, jogando esta responsabilidade sobre os ombros de nosso bispo emérito.

5 de dezembro de 2012.

Conselho Indigenista Missionário – CIMI - Brasília

Comissão Pastoral da Terra – CPT - Goiânia

Escritório de Direitos Humanos da Prelazia de São Félix do Araguaia – São Félix do Araguaia

Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção – ANSA – São Félix do Araguaia

Instituto Humana Raça Fêmeina – Inhurafe – São Félix do Araguaia

Associação Terra Viva – Porto Alegre do Norte

Associação Alvorada – Vila Rica

Associação de Artesanato Arte Nossa – São Félix do Araguaia

Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação - GPMSE - Cuiabá

Associação Brasileira de Homeopatia Popular – ABHP - Cuiabá

Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso - FDHT - Cuiabá

Centro Burnier Fé e Justiça – CBFJ - Cuiabá

Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD - Cuiabá

Instituto Caracol – ICARACOL - Cuiabá

Rede de Educação Ambiental de Mato Grosso – REMTEA - Cuiabá

# Siglas dos Movimentos Sociais, Organizações e Entidades

\*Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

AAV	Agente Ambiental Voluntário	ACBP	Assoc. Comunitária Bom Pastor
AMA-JF	Aliança do Meio Ambiente de Juiz de Fora	Acafi	Assoc. Comunitária dos Agricultores Familiares de Itamarandiba
Ama	Amigos do Meio Ambiente	Acordi	Assoc. Comunitária Rural de Imituba
APR	Animação Pastoral e Social no Meio Rural	ACSJT*	Assoc. Comunitária São José do Tomé
Acaram	Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua	Arqpedra	Assoc. da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
ASA	Articulação do Semi-Árido	ACSMAC	Assoc. da Comunidade São Miguel Arcanjo das Cachoeiras
Arpinsul	Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul	Aconeruq/MA	Assoc. das Com. Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
AEFP	Articulação Estadual de Fundo de Pasto	Acorjuve	Assoc. das Comunidades da Região Juruti Velho
ANP	Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras	ACRQ	Assoc. das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
APRBSF*	Articulação Pop. pela Revitalização da Bacia do São Francisco	ACQERJ	Assoc. das Comunidades Quilombolas do Estado do RJ
APPF	Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais	AQC*	Assoc. das Quebradeiras de Coco
APRAASSA	Ass. dos Prod. Rurais do P. A. do Seringal Santo Antônio	AATR	Assoc. de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais
AP - RJ	Assembleia Popular - Rio de Janeiro	Aacade-PB	Assoc. de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes
APMG*	Assembleia Popular de Minas Gerais	AAPP	Assoc. de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
ASPTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa	Acquilerj	Assoc. de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
ADC	Assoc. Direito e Cidadania	AMPCV	Assoc. de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho
AAIA	Assoc. Agroextrativista da Ilha do Arapari	AMA/Moeda	Assoc. de Meio Ambiente de Moeda
AAMPRP*	Assoc. Agrop. Mista dos Produtores Rurais de Pacajá	Amarqualta	Assoc. de Moradores e Agricultores Quilombolas do Alto Acará
AAC*	Assoc. Antônio Conselheiro	Amajar	Assoc. de Moradores e Amigos de Jaraguá
AAI*	Assoc. Arco Íris	Ajin	Assoc. de Moradores e Proprietários de Jurerê Internacional
ABA	Assoc. Brasileira de Antropologia	Asparmab	Assoc. de Pequenos Agricultores Rurais de Marabá
ABI	Assoc. Brasileira de Imprensa	APL*	Assoc. de Pescadores e Lavradores
Abra	Assoc. Brasileira de Reforma Agrária	Arqimar	Assoc. de Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia
Abust	Assoc. Brasileira do Uso Social da Terra	AST*	Assoc. de Sem Terra
ABU	Assoc. Brasileiros Unidos	ATRCMS*	Assoc. de Trabalhadores Rurais da Colônia Monte Sinai
Acam*	Assoc. Camponesa do Amazonas		
ACCS	Assoc. Catarinense dos Criadores de Suínos		
ACTRU*	Assoc. Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unai		
ACUTRMU	Assoc. Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais		

Ampa	Assoc. do Movimento dos Pequenos Agricultores	Aafit	Assoc. dos Auditores Fiscais do Trabalho
AAGRIFPOM	Assoc. dos Agricultores Familiares do Pombal	Abanorte	Assoc. dos Bananicultores do Norte de Minas
AATRSU	Assoc. dos Agricultores Trabalhadores Rurais de Sumaúma	ABB*	Assoc. dos Barqueiros de Babaçulândia
Arzup	Assoc. dos Assentados da Reforma Agrária Zumbi dos Palmares	AC*	Assoc. dos Chacareiros
AMVJ*	Assoc. dos Moradores da Vila Jaraguá	Adufa	Assoc. dos Docentes da Universidade Federal da Bahia
Amigreal	Assoc. dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas	Adufro	Assoc. dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia
AMPVC*	Assoc. dos Moradores de Prainha do Campo Verde	Adufpr	Assoc. dos Docentes da Universidade Federal do Paraná
AMAPPPAB	Assoc. dos Moradores, Amigos e Prop. Dos Pontões de Pancas e Água Branca	Aduferj	Assoc. dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
APPAAFCNF	Assoc. dos Peq. Prod. e Artesãos da Agric. Familiar de Congonhas Nossa Família	Aduff	Assoc. dos Docentes da Universidade Federal Fluminense
APPRBV	Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais Boa Vista	AGB	Assoc. dos Geógrafos Brasileiros
Terra Nossa	Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais da Agric. Familiar Terra Nossa	AMRP*	Assoc. dos Microprodutores Rurais de Petrolândia
Apescari	Assoc. dos Pescadores dos Cantos dos Rios	AMC*	Assoc. dos Moradores de Cupiúba
Apadrit	Assoc. dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi	Amora	Assoc. dos Moradores do Riozinho do Anfrísio
Agrofran	Assoc. dos Produtores Agropecuários da Gleba S. Francisco	APAJ*	Assoc. dos Pequenos Agricultores de Jarauçu
APAO	Assoc. dos Produtores Amigos Organizados	Apapais	Assoc. dos Pequenos Agricultores e Pescadoras Assent. do Sabiaguaba
Asprim	Assoc. dos Produtores Rurais e Imóveis	Aparast	Assoc. dos Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Santa Terezinha
ARQM	Assoc. dos Remanescentes de Quilombo de Muquém	Aprusfa	Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Araguaia e Muricilândia
ATRAMAG	Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva de Mata Grande	Asproja	Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru
Arquizumbi	Assoc. Quilombola Zumbi dos Palmares do Igarapé Vilar	APPRP*	Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais do Sul do Pará
Apapap	Assoc. do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira	APJ*	Assoc. dos Pescadores de Jatobá
ATRQPC*	Assoc. do Território Remanescente do Quilombo Pontal dos Crioulos	APCR*	Assoc. dos Pescadores do Canto do Rio
Atesf	Assoc. dos Agricultores Extrativistas Santa Fé	Apromar	Assoc. dos Prod. Rurais do Oeste de Machadinho
Aaico	Assoc. dos Amigos da Ilha de Colares	APA	Assoc. dos Produtores Alternativos
AAU	Assoc. dos Assentados de Uruará	Apapats*	Assoc. dos Produtores do Assentamento Tutuí
AAPSF	Assoc. dos Assentados do Projeto São Francisco	Aspparp	Assoc. dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe
AABSS	Assoc. dos Atingidos pela Barragem de São Salvador	APRGER*	Assoc. dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios
		APRNE	Assoc. dos Produtores Rurais de Nova Esperança
		Apracf*	Assoc. dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca

Aprocel*	Assoc. dos Produtores Rurais do Projeto Poranga	AQM*	Assoc. Quilombola do Machadinho
Arcan	Assoc. dos Reassentados de Campos Novos	AQSN*	Assoc. Quilombola do Sapê do Norte
Arquig	Assoc. dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá	ARTS	Assoc. Renovação dos Sem Terra
ARQS*	Assoc. dos Remanescentes de Quilombos de Santana	ARST	Assoc. Renovadora Sem Terra
ASTST*	Assoc. dos Sem Terra e Sem Teto	ARPRC*	Assoc. Rural dos Posseiros de Rio dos Couros
ATDST	Assoc. dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra	ASA*	Assoc. Santo Antônio
ATAFCZ	Assoc. dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul	Asseefa	Assoc. Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia
ATR	Assoc. dos Trabalhadores Rurais	Asteca	Assoc. Técnica de Cooperação Agrícola
Atri	Assoc. dos Trabalhadores Rurais de Ipaú	ATP	Assoc. Terra e Paz
Atrust	Assoc. dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros	AUV	Assoc. União da Vitória
ATRB*	Assoc. dos Trabalhadores Rurais do PDS Brasília	Astrarural	Astrarural
Astelivra	Assoc. dos Trabalhadores Sem Terra de Livramento	Brigada	Brigada Indígena - ES
Astelira	Assoc. dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento	CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra
Atuva	Assoc. dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida	Cáritas	Cáritas Brasileira
Assema	Assoc. em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	COAFBRS*	Central das Organizações de Agricultura Familiar do Baixo Rio São Francisco
ADT*	Assoc. em Direito da Terra	CMP	Central de Movimentos Populares
Fruto da Terra	Assoc. Fruto da Terra	CAR	Central dos Assentados de Roraima
Ahomar	Assoc. Homens do Mar da Baía da Guanabara	CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
AIMM*	Assoc. Independente Morro da Mesa	CUT	Central Única dos Trabalhadores
AIM	Assoc. Intermunicipal de Mulheres	CAA	Centro de Agricultura Alternativa
Alpapi	Assoc. Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu	Cepagri	Centro de Apoio e Promoção ao Pequeno Agricultor
Amda	Assoc. Mineira de Defesa do Ambiente	Ceap	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
Anab	Assoc. Nacional dos Atingidos por Barragens	Campo Vale	Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha
Antep	Assoc. Naviraiense Terra e Paz	CCL	Centro de Cidadania e Liderança
ASPJ*	Assoc. Padre Josimo	CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
ATTAC	Assoc. para Taxação das Transações Financeiras e Ajuda ao Cidadão	CDHHT	Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
Apeart	Assoc. Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário	Cedefes	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
PRORURAL	Assoc. Prorural	Ceris	Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
AQI*	Assoc. Quilombo de Ivaporunduva	Ceifar	Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural
AQCNJ	Assoc. Quilombola das Comunidades Nativas de Jaíba	Cepami	Centro de Estudos da Pastoral do Migrante
AQCC	Assoc. Quilombola de Conceição das Crioulas	COAAMS	Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
Aspoqui	Assoc. Quilombola de Quilombo	Cebi	Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos
		Ceapa	Centro Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agric. de Alagoas
		Cohre	Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos

CTV*	Centro Terra Viva	CIR	Conselho Indígena de Roraima
Cefar	Coletivo Amazônia de Formação e Ação Revolucionária	Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CPMG	Colônia dos Pescadores de Minas Gerais	CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
Comasses	Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo	CP**	Conselho Paroquial
CDH	Comissão de Direitos Humanos	CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
Cediter	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra	Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CEH	Comissão Estadual dos Hortos	CRABI	Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipú
Codema	Comissão Municipal de Meio Ambiente de Munhuaçu	CP*	Consulta Popular
Conatrae	Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo	Cooperosevelt	Cooperativa Agrícola Mista de Produção Roosevelt
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Coomigasp	Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada
CPPSM*	Comissão pela Preservação da Serra da Moeda	CMTRCR	Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região
CRMA*	Comissão Regional de Meio Ambiente	Coopemard	Cooperativa de Pescadores Márcilio Dias
Codevise	Comitê de Defesa da Vítimas de Santa Elina	Cooterra	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
CDS	Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz	Cemem	Cooperativa Ecológica de Mulheres Extrativistas de Marajó
CPN*	Comitê de Proteção às Nascentes	Comag*	Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá
CPCETEDNNF	Comitê Pop. de Combate e Errad. ao Trab. Escravo e Degrad. no N e NO Fluminense	Coopervida	Coopervida
CRCTE	Comitê Regional contra o Trabalho Escravo	Ceqneq	Coord. Est. das Com. Negras e Quil. da PB
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base	COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Confapesca	Conf. Nac. das Fed. e Ass. de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Ent. de Pesca	CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores	CECQESCZ*	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba
CNAP	Confederação Nacional de Agricultores Portugueses	Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombos
CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores	Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	CRQ	Coordenação Regional dos Quilombolas
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil	CSBP	Coordenação Sindical do Bico do Papagaio
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	Cese	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
Cotrec	Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres	DCE	Diretório Central dos Estudantes
CDRRI	Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Ituxi	DJP	Dominicans for the Justice and Peace
Ctac	Conselho dos Trabalhadores Assentados de Cáceres	Eeacone	Eeacone
Coema	Conselho Estadual do Meio Ambiente	EIV-MG	Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais
		Fuvi	Famílias Unidas do Vale do Ivinhema
		FAF	Federação da Agricultura Familiar
		Fapesca	Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do RJ

FAMCC	Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Estado		Agricultura do Estado de Tocantins
FCP*	Federação das Colônias dos Pescadores	Fetraece	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
Fepaemg	Federação de Pescadores Artesanais do Estado de Minas Gerais	Fetaes	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
Feraesp	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Fetaema	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
Feab	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil	Fetagri/PA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá
FPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro	Fetaep	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FPRN*	Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte	Fetag/PI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí
FPPMG	Federação dos Pescadores Profissionais de Minas Gerais	Fetaerj	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais	Fetarn	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
Fetaesp	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo	Fetag/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fetacre	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre	Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Fetag/RJ	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro	Fetrafsul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Fetag/BA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia	Fetagri	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado
Fetag/PB	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba	Fetadef	Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno
Fetag/AL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas	FIST	Federação Internacionalista dos Sem Teto
Fetaeg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás	FSDM-MG	Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de MG
Fetagri/MT	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso	Fase	Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional
Fetagri/MS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul	Fisco-Fórum	Fisco-Fórum
Fetape	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco	FTR	Força dos Trabalhadores Rurais
Fetagro	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia	FS	Força Sindical
Fetag/RR	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima	FCSSA	Fórum Cearense de Sobrevivência no Semi-Árido
Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina	FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
Fetase	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe	FPS	Fórum das Pastorais Sociais
Fetaet	Federação dos Trabalhadores na	FAF*	Fórum de Agricultura Familiar
		FLTDC*	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania
		FMADT*	Fórum de Meio Ambiente dos Trabalhadores
		Fompe*	Fórum de Mulhere de Pernambuco
		FMA	Fórum de Mulheres da Amazônia
		FMGBH*	Fórum de Mulheres da Grande BH

Fomes	Fórum de Mulheres do Espírito Santo	LCPCO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste
FDDI	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas	LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
FMCBH	Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas	LOC	Liga Operária e Camponesa
FMLTCS*	Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania	Mopic	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado
FNCVC*	Fórum Nacional contra a Violência no Campo	Montanha Viva	Montanha Viva
FNF	Fórum Nacional do Fisco	MACDV*	Movimento Alerta Contra o Deserto Verde
FNRAJC	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo	MBB	Movimento Bandeira Branca
FPCDH*	Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos	MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra
FPLTTC*	Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania	MBTR	Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais
FST	Fórum Social do Triângulo	MBUQT	Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra
FSM*	Fórum Social Mineiro	MCC	Movimento Camponês Corumbiara
FOE	Frente de Oposição de Esquerda	MCP	Movimento Camponês Popular
FPRT*	Frente de Proteção ao Rio Tibagi	Capão Xavier	Movimento Capão Xavier Vivo
FRP	Frente de Resistência Pataxó	MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra
FNP	Frente Nacional dos Petroleiros	MTI*	Movimento da Terceira Idade
Fata	Fundação Agrária de Tocantins/ Araguaia	MMCQ	Movimento das Mulheres Camponesas de Quilombo
Funáguas	Fundação Águas	MATR	Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural
FSOSMA*	Fundação SOS Mata Atlântica	MEB	Movimento de Educação de Base
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
GE*	Global Exchange	MLST-L	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta
Greenpeace	Greenpeace	MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
GADDDH	Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos	MLT	Movimento de Luta pela Terra
Gdasi	Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá	MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
GDN	Grupo de Defesa da Natureza	MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia	AMTBRAN	Movimento de Mulheres de Brasil Novo
Xambrê	Grupo Xambrê	MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
IA*	Igreja Anglicana	Ceta	Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil	M8M*	Movimento Dia 08 de Março
Indígenas	Indígenas	MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
Inesc	Instituto de Estudos Sócio Econômicos	Moab	Movimento dos Ameaçados por Barragens
IMS	Instituto Marista de Solidariedade	MAAP	Movimento dos Assentados do Amapá
Idesc	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira	MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial
ISA	Instituto Socioambiental		
Inst. Vidagua	Instituto Vidagua		
Intersindical	Intersindical		
JG*	Justiça Global		
LCC	Liga Camponesa Corumbiara		
LCP	Liga dos Camponeses Pobres		
LCPR	Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia		

MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	MPT	Movimento Pacífico pela Terra
MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra	Moral	Movimento para Reforma Agrária e Liberdade
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	MPL	Movimento Passe Livre
Mopeba	Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia	MUP	Movimento pela Universidade Popular
Mopepa	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará	MV*	Movimento pela Vida - SC
MPB*	Movimento dos Pescadores e das Pescadoras da Bahia	MSAMG*	Movimento pelas Serras e Águas de Minas
MSA	Movimento dos Sem Água	MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MSAR	Movimento dos Sem Água do Riachão	MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária
MT	Movimento dos Trabalhadores	MPRD	Movimento Pró Rio Doce
MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso	Moquibom	Movimento Quilombola do MA
MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra	Moriba	Movimento Ribeirinho de Abaetebua
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	MNF	Movimento Sem Terra Nova Força
MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração	MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	MSST	Movimento Social dos Sem Terra
MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos	MSO	Movimento Social Organizado
MTRI	Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes	MSTR*	Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia
MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil	MSONT	Movimento Sonho da Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Terra Livre	Movimento Terra Livre
MTRST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros	MTV	Movimento Terra Vida
MTRSTP	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná	MTP	Movimento Trabalhista de Poconé
MST***	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Pontal - SP- MST da Base	MTP*	Movimento Trabalho e Progresso
MTST*	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Sem Teto	MTST	Movimento Tucuruense Sem Terra
MSTI	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Independente	MUL	Movimento União dos Lavradores
MFP	Movimento Fé e Política	Must	Movimento Unido dos Sem Terra
MGA*	Movimento Grito das Águas	MUT	Movimento Unidos pela Terra
MIG	Movimento Indígena Guarani	MVAB	Movimento Vantuy Agroecológico no Brasil
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu	MXV*	Movimento Xingu Vivo
MNDDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos	NDH	Núcleo de Direitos Humanos
MND	Movimento Nacional de Desempregados	OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Monape	Movimento Nacional dos Pescadores	OAC	Organização Agrária Camponesa
		OLC	Organização da Luta no Campo
		OAS	Organização de Articulação do Semi-Árido
		OMR*	Organização de Moradores da Resex
		Omaquesp	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de SP
		OPI	Organização de Produtores de Ipirá
		OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
		OG	Organização Governamental
		OI*	Organização Independente
		OLST	Organização para a Libertação de Sem Terra

Humanitas	Organização para Direitos Humanos e Cidadania	STTR	Mato Grosso Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
OTL	Organização Terra e Liberdade	Sintaema	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente de SP
PCB	Partido Comunista Brasileiro	Sintero	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia
PT	Partido dos Trabalhadores	Sindiupes	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Past. da Criança	Pastoral da Criança	Sindipetro-RJ	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo - RJ
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular	STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura
PJR	Pastoral da Juventude Rural	Sindsaúde	Sindicato dos Trabalhadores na Saúde
PR	Pastoral Rural	SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro
Pégazus	Pégazus	Sinait	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
Pescadores	Pescadores	Sinpaf	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa
Planeta Vida	Planeta Vida	Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG
PSRF*	Pólo Sindical do Recôncavo e Feira	Sinergia	Sinergia
Preá	Preá	SDS	Social Democracia Sindical
Koinonia	Presença Ecumênica a Serviço	Sapê	Sociedade Angrense de Proteção Ambiental
Proj. Manuelzão	Projeto Manuelzão	SMDDH	Sociedade Marenhese de Defesa dos Direitos Humanos
PPE	Projeto Padre Ezequiel	SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
Quilombolas	Quilombolas	SOS Cachoeirão	SOS Cachoeirão
Rede Alerta	Rede Alerta contra o Deserto Verde	SOS Capivari	SOS Capivari
Reapi	Rede Ambiental do Piauí	TD*	Terra de Direitos
RCONGs	Rede Cerrado de Ongs	Tupã 3E	Tupã 3E
Raaca-Sul	Rede de Assistência Comunitária dos Assentados e Acampados do Sul da Bahia	UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
Fian	Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar	UMP	União das Mulheres Piauienses
Roda	Rede de Organizações em Defesa da Água	UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco
Remtea	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental	Uniterra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Renap	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares	USST	União dos Santanenses Sem Terra
SI	Sem informação	USTN	União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte
SS	Sem Sigla	UEE-RJ	União Estadual dos Estudantes do RJ
SAB	Serviço de Animação Bíblica	UFT	União Força e Terra
SFJP	Serviço Franciscano de Justiça e Paz	UNE	União Nacional dos Estudantes
SAF	Sindicato da Agricultura Familiar	UST*	União Socialista pela Terra
Sindbancários	Sindicato dos Bancários	Via Campesina	Via campesina
SERJ*	Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro	VT*	Via do Trabalho
SER	Sindicato dos Empregados Rurais		
SGSP	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada		
SJP*	Sindicato dos Jornalistas Profissionais		
SM	Sindicato dos Metalúrgicos		
SINPRA	Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados		
SQP	Sindicato dos Químicos e Petroleiros		
SRBH	Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte		
Sindsepe	Sindicato dos Servidores Federais do		

# Fontes de Pesquisa

\*Declaração e informes dos 21 Regionais da CPT

\*Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais

\*Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

## CPT's

Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, Araguaína-TO

Comissão Pastoral da Terra Regional Bahia - [www.cptba.org.br](http://www.cptba.org.br)

Comissão Pastoral da Terra Regional Paraná - [www.cpt.org.br](http://www.cpt.org.br)

Comissão Pastoral da Terra Regional Piauí - <http://cptpi.blogspot.com>

Comissão Pastoral da Terra - CPT NE 2 - [www.cptpe.org.br](http://www.cptpe.org.br)

Fala CPT - Boletim Informativo da CPT GO

Notícias da Terra - Boletim Informativo da CPT - RO - [www.cptrondonia.blogspot.com](http://www.cptrondonia.blogspot.com)

Notícias da Terra e da Água - Boletim Eletrônico - CPT Nacional - GO

Pastoral da Terra - CPT Nacional - Goiânia - GO

Pelejando - CPT - MG

## Igrejas

ACR do Brasil - Animação dos Cristãos no Meio Rural

Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina

Alvorada - Prelazia de São Félix do Araguaia - MT

APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural

Boletim Anunciando e Defendendo - Diocese de Ji-Paraná - RO

Cáritas Brasileira

Casa da Juventude - Goiânia - GO - [www.casadajuventude.org.br](http://www.casadajuventude.org.br)

CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Cebi - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores

Documentos de Dioceses

IEAB - Igreja Evangélica Anglicana do Brasil

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil

Jufra - Juventude Franciscana no Brasil

O Muriçoquinha - Paróquia Sta. Luzia - Anapu - PA

O Roceiro - Crateús-CE

Pastoral da Comunicação

PJ - Pastoral da Juventude

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PO - Pastoral Operária

Porantim - Brasília - DF

Ressureição e Vida - Senhor do Bonfim - BA

SPM - Serviço Pastoral do Migrante

## ONGs

Justiça Global Brasil - [www.global.org.br](http://www.global.org.br)

Boletim Informativo Alerta Contra o Deserto Verde - ES

Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

Cerrado Assessoria Jurídica Popular - GO

CDH-CP - Corte Interamericana de Direitos Humanos

CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade  
 CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro  
 CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos  
 Cendhec - Centro D. Helder Câmara de Estudos e Ação Social  
 Centro de Justiça Global  
 Cepasp - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular  
 CEPDH - Centro de Estudos, Pesquisa e Direitos Humanos  
 Circular Recopa - Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa)  
 Combate ao Racismo Ambiental  
 Confapesca - Conf. Nac. das Federações e Assoc. de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Entidades de Pesca  
 CSDDH - Centro Santo Dias de Direitos Humanos - SP  
 Fase - Federação de Órgãos para Assessoria Social e Educacional  
 Fian - Foodfirst Information e Action Network  
 GADDH - Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos  
 Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares  
 Greenpeace  
 GTA - Grupo de Trabalho Amazônico  
 Ifas - Instituto de Formação e Assessoria Sindical “Sebastião Rosa da Paz”  
 Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM  
 Justiça nos Trilhos - [www.justicanostrilhos.org](http://www.justicanostrilhos.org)  
 NDH - Núcleo de Direitos Humanos  
 ISA - Instituto Socioambiental  
 Portal Ecodebate  
 Rede Social de Justiça e Direitos Humanos  
 Repórter Brasil Agência de Notícias  
 Sasop - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais  
 SMDH - Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos  
 SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos  
 Terra de Direitos

## **Movimentos Sociais**

Ceta - Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados  
 Contraponto - Marabá-PA  
 CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros  
 Jornal do MST - São Paulo - SP  
 Letra Viva - MST  
 Liga dos Camponeses Pobres  
 Notícias da Amazônia - Secretaria do MST Pará - Marabá  
 Movimento Camponês Popular - MCP  
 Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB  
 Movimento dos Atingidos pela Base Espacial - MABE  
 Movimento de Mulheres Camponesas - MMC  
 Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST  
 Movimento de Luta pela Terra - MLT  
 Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA  
 Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia - Mopeba  
 Movimentos dos Trabalhadores Desempregados - MTD  
 Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo  
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST  
 Movimento Ecosocialista de Pernambuco  
 Movimento Juruti em Ação  
 Movimento Mundial de Mulheres - MMM  
 Movimento Terra Livre (antigo MTL - DI)

Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL  
Movimento Xingu Vivo  
Revista Sem Terra  
Via Campesina

## **Sindicatos**

Agência Contag de Notícias - Brasília - DF  
Central Única dos Trabalhadores - CUT  
Central Sindical e Popular - Conlutas  
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag  
Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf  
Federações dos Trabalhadores na Agricultura - Fetag  
Federações dos Trabalhadores na Ind. Da Const. Pesada - Fenatracop  
Sindicatos dos Servidores da Justiça Federal - Sindjus  
Sindicatos das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais - STTR  
Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Sintraf  
Sindicatos dos Trabalhadores na Lavoura - STL

## **Associações**

AAPP - Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba  
AATR - Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores Rurais - BA  
Acorjuve - Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho  
Apapap - Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranheira  
AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia  
Asseefa - Assoc. Solidária Econômica Eco. de Frutas da Amazônia  
Associação Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Pacajá  
Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal  
Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas  
Associação dos Pequenos Agricultores Paz e Alegria  
Associação Nacional de Cooperação Agrícola  
Associação Nacional dos Advogados da União - Anauni  
Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC  
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

## **Rede Data Luta**

UNESP - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA  
UFU - Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA  
UNIOESTE - Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade - GEOLUTAS  
UFRGS - Núcleo de Estudos Agrário - NEAG  
UFPB - Grupo de Estudos sobre Espaço, Trabalho e Campesinato  
Universidade Federal de Sergipe - UFS  
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT  
UFES - Observatório dos Conflitos no Campo no Espírito Santo

## **Outras fontes**

Agência 10envolvimento - BA  
Anistia Internacional  
Blogs  
CAI - Comissão de Assuntos Indígenas  
CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana  
Cefar - Coletivo Amazônia de Formação e Ação Revolucionária  
Centro de Estudos Ambientais  
Comissão de Direitos Humanos da OEA

Comitê Dorothy - PA  
 Comitê Rio Maria  
 Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos  
 Conselho Estadual de Povos Indígenas  
 Delegacia de Polícia Civil  
 Departamento de Medicina Legal  
 Diário da Justiça  
 Diretório Nacional do PT - Brasília-DF  
 Documentos Gerais  
 Fórum Carajás  
 Fórum da Amazônia Oriental - FAOR  
 Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso -  
 FDHT/MT  
 Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos  
 Fórum em defesa da Zona Costeira do Ceará  
 Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas  
 Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo  
 Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz  
 Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 Inbra  
 Informe Agropecuário - Epamig - Belo Horizonte - MG  
 Jornal Movimento Regional - Marabá - PA  
 Observatório do Pré-Sal e da Indústria Extrativa Mineral  
 Observatório Quilombola - [www.koinonia.org.br](http://www.koinonia.org.br)  
 Ofícios  
 OIT - Organização Internacional do Trabalho - ONU  
 ONU - Organização das Nações Unidas  
 Ordem dos Advogados do Brasil  
 Ouvidoria Agrária  
 Pé no Chão - PT - PB  
 Plataforma Dhesca Brasil - Direitos Humanos Econômicos,  
 Sociais, Culturais e Ambientais  
 Rede de Cooperação Alternativa - RCA  
 Renap - Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares  
 Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE  
 UFPA - Universidade Federal do Pará  
[www.caa.org.br](http://www.caa.org.br) - Centro de Agricultura Alternativa do Norte  
 de Minas  
[www.contasabertas.uol.com.br](http://www.contasabertas.uol.com.br)  
[www.frecsupa.net.br](http://www.frecsupa.net.br)  
[www.irpaa.org](http://www.irpaa.org)  
[www.portaldomar.org.br](http://www.portaldomar.org.br)  
[www.portalkaingang.org](http://www.portalkaingang.org)  
[www.resistenciacamponesa.com](http://www.resistenciacamponesa.com)  
[www.riosvivos.org.br](http://www.riosvivos.org.br)

## Imprensa

A Crítica - Manaus - AM  
 A Folha - São Carlos - SP  
 A Gazeta - Cuiabá - MT  
 A Gazeta - Rio Branco - AC  
 A Gazeta - Vitória - ES

A Notícia - Chapecó - SC  
 A Notícia - Pará  
 A Nova Democracia - Rio de Janeiro - RJ  
 A Província do Pará - Belém-PA  
 A Região - Itabuna-BA  
 A Tarde - Salvador - BA  
 A Tribuna - Criciúma - SC  
 A Tribuna - MT  
 A Tribuna - Santos - SP  
 A Tribuna do Povo - Umuarama - PR  
 Agecon - Agência Contestado de Notícias Populares  
 Agence France - Press - Paris - FR  
 Agência Alagoas  
 Agência Amazonas de Notícias  
 Agência Brasil - Rio de Janeiro - RJ  
 Agência Estado - São Paulo - SP  
 Agência Estadual de Notícias do Paraná  
 Agência Folha  
 Agência Minas  
 Agência Notícias do Planalto - Brasília - DF  
 Agência Pará  
 Agência Petroleira de Notícias - APN  
 Agora Bahia - Salvador - BA  
 Agora Paraná  
 Agora São Paulo - São Paulo - SP  
 Alagoas 24 Horas  
 Alto Madeira - Porto Velho - RO  
 Amazonas em Tempo - Manaus - AM  
 Amigos da Terra-Amazônia Brasileira - PA  
 BBC Brasil - Londres - ING  
 Bem Paraná - Portal Paranaense  
 Boletim da FAEP - Curitiba - PR  
 Boletim Família  
 Brasil de Fato - São Paulo - SP  
 Brasil Norte - Boa Vista - RR  
 Cada Minuto - Maceió  
 Campo Grande News - Campos Grande - MS  
 Capital News - MS  
 Carta Maior - São Paulo - SP  
 Cinform - Aracaju - SE  
 CMI Brasil - Centro de Mídia Independente  
 Coletivo - Brasília - DF  
 Comércio do Jahu - Jaú - SP  
 Contraponto - Marabá - PA  
 Correio - Uberlândia - MG  
 Correio Braziliense - Brasília - DF  
 Correio da Bahia - Salvador - BA  
 Correio da Cidadania - São Paulo - SP  
 Correio da Paraíba - João Pessoa - PB  
 Correio do Estado - Campo Grande - MS  
 Correio do Pará - Belém - PA  
 Correio do Povo - Porto Alegre - RS  
 Correio do Povo do Paraná - Laranjeiras do Sul - PR

Correio do Tocantins - Marabá - PA  
 Correio Lageano - RS  
 Correio Paranaense - PR  
 Correio Popular - Campinas - SP  
 Correio Popular - São Paulo - SP  
 Correio Riograndense - Caxias do Sul - RS  
 Correioweb - Brasília - DF  
 Cosno online - Campinas - SP  
 DCI - Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP  
 Dia a Dia - Campo Grande - MS  
 Diário Catarinense - Florianópolis - SC  
 Diário da Amazônia - Porto Velho - RO  
 Diário da Borborema - PB - www.db.com.br  
 Diário da Manhã - Chapecó - SC  
 Diário da Manhã - Goiânia - GO  
 Diário da Manhã - Ponta Grossa - PR  
 Diário da Manhã - RS  
 Diário da Região - São José do Rio Preto - SP  
 Diário da Serra - Tangará da Serra - MT  
 Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG  
 Diário da Tarde - São Paulo - SP  
 Diário de Aço - Caratinga - MG  
 Diário de Canoas - RS  
 Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT  
 Diário de Guarapuava - Guarapuava - PR  
 Diário de Natal - Natal - RN  
 Diário de Pernambuco - Recife - PE  
 Diário de São Paulo - São Paulo - SP  
 Diário do Amapá - Macapá - AP  
 Diário do Amazonas - Manaus - AM  
 Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG  
 Diário do Grande ABC - Santo André - SP  
 Diário do Iguazu - Chapecó - SC  
 Diário do Nordeste - Fortaleza - CE  
 Diário do Pará - Belém - PA  
 Diário do Povo - Dourados - MS  
 Diário do Povo - Teresina - PI  
 Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG  
 Diário do Sudoeste - PR  
 Diário do Vale - Rio de Janeiro - RJ  
 Diário dos Campos - Ponta Grossa - PR  
 Diário Oficial da União - Brasília - DF  
 Diário Popular - São Paulo - SP  
 Dourados News - Dourados - MS  
 Envolverde - Revista Digital de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
 Época - Rio de Janeiro - RJ  
 Estado de Minas - Belo Horizonte - MG  
 Expresso Santiago - RS  
 Extra - Rio de Janeiro - RJ  
 Folha da Baixada - Cuiabá - MT  
 Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes - RJ  
 Folha da Manhã - MG  
 Folha da Região - Araçatuba - SP  
 Folha de Boa Vista - RR  
 Folha de Carajás - Redenção - PA  
 Folha de Londrina - Londrina - PR  
 Folha de Pernambuco - Recife - PE  
 Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO  
 Folha de São Paulo - São Paulo - SP  
 Folha do Amapá - Macapá - AP  
 Folha do Estado - Cuiabá - MT  
 Folha do Paraná - Cascavel - PR  
 Folha do Paraná - Curitiba - PR  
 Folha do Povo - Campo Grande - MS  
 Folha Popular - Palmas - TO  
 Folha Regional - MG  
 Gazeta de Alagoas - Maceió - AL  
 Gazeta de Ribeirão - Ribeirão Preto - SP  
 Gazeta Digital - Guararapes - SP  
 Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras - PB  
 Gazeta do Oeste - Mossoró - RN  
 Gazeta do Pantanal - MS  
 Gazeta do Paraná - Cascavel - PR  
 Gazeta do Povo - Curitiba - PR  
 Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul - RS  
 Gazeta Mercantil - São Paulo - SP  
 Gazeta Nacional - Rio de Janeiro - RJ  
 Gazeta Online - Vitória - ES  
 Globo News  
 Globo Rural  
 GP1 - O 1º Grande Portal do Piauí  
 Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG  
 Informativo Stúdio Rural - Campina Grande - PB  
 Informe Agropecuário - Campo Grande-MS  
 Isto É - São Paulo - SP  
 Isto É Dinheiro - São Paulo - SP  
 Jornal A Cidade - Ribeirão Preto - SP  
 Jornal Agora - Porto Alegre - RS  
 Jornal Amazônia Hoje - Belém - PA  
 Jornal Arinos - Nova Mutum - MT  
 Jornal Correio Popular de Rondônia - Ji - Paraná - RO  
 Jornal Cultura - Guarapuava - PR  
 Jornal da Cidade - Baurú - SP  
 Jornal da Comunidade - Brasília - DF  
 Jornal da Manhã - Aracajú - SE  
 Jornal da Manhã - Uberaba - MG  
 Jornal da Paraíba - Campina Grande - PB  
 Jornal da Tarde - São Paulo - SP  
 Jornal de Brasília - Brasília - DF  
 Jornal de Cuiabá - MT  
 Jornal de Fato - Natal - RN  
 Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC  
 Jornal de Santarém - PA  
 Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ  
 Jornal do Cariri - Juazeiro do Norte - CE

Jornal do Comércio - RS  
 Jornal do Comércio - Recife - PE  
 Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ  
 Jornal do Dia - Macapá - AP  
 Jornal do Estado - Curitiba - PR  
 Jornal do Tocantins - Palmas - TO  
 Jornal Folha do Maranhão  
 Jornal Hoje - Cascavel - PR  
 Jornal Pequeno - São Luís - MA  
 Jornal Planalto Central - Brasília - DF  
 Jornal Spalhafatos - Brasília - DF  
 Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos - SP  
 Le Monde - Paris - FR  
 Marco Zero - Macapá - AP  
 Meio Norte - Teresina - PI  
 Monitor Campista - RJ  
 Nova Fronteira - Salvador - BA  
 Novo Extra - Maceió - AL  
 O Barriga Verde - SC  
 O Debate - Macaé - RJ  
 O Dia - Rio de Janeiro - RJ  
 O Dia - Teresina - PI  
 O Diário de São Paulo - São Paulo - SP  
 O Estadão - Porto Velho - RO  
 O Estado de São Paulo - São Paulo - SP  
 O Estado do Maranhão - São Luís - MA  
 O Estado do Norte - Porto Velho - RO  
 O Estado do Paraná - Curitiba - PR  
 O Estado do Tapajós - PA  
 O Falcão - Abelardo Luz - PR  
 O Globo - Online  
 O Imparcial - Presidente Prudente - SP  
 O Imparcial - São Luís - MA  
 O Jornal - Maceió - AL  
 O Jornal dos Municípios - São Paulo - SP  
 O Liberal - Belém - PA  
 O Mercador On Line - Rio Verde - GO  
 O Mossoroense - Mossoró - RN  
 O Nacional - Passo Fundo - RS  
 O Norte - João Pessoa - PB  
 O Paraná - Cascavel - PR  
 O Popular - Goiânia - GO  
 O Povo - Fortaleza - CE  
 O Progresso - Dourados - MS  
 O Progresso - Imperatriz - MA  
 O Rio Branco - Rio Branco - AC  
 O São Paulo - São Paulo - SP  
 O Tempo - Belo Horizonte - MG  
 Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP  
 Opinião - Marabá - PA  
 Página 20 - Rio Branco - AC  
 Paraná Online - Curitiba - PR  
 Portal A Notícia - Florianópolis - SC  
 Portal de Notícias Conexão Tocantins  
 Portal IG  
 Portal ORM  
 Portal R7  
 Portal RPC  
 Portal Terra  
 Portal Uol  
 Radiobrás - Agência Brasil - São Paulo - SP  
 Revista Caros Amigos - SP  
 Revista Carta Capital  
 Revista Missões - SP  
 Revista República - São Paulo - SP  
 Revista Século Diário - Vitória - ES  
 Revista Sina - MT  
 Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro - RJ  
 Revista Terra Brasilis - EUA  
 Revista Valor - Portugal  
 Tododia - Americana - SP  
 Tribuna da Bahia - Salvador - BA  
 Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ  
 Tribuna da Produção - Palmeira das Missões - RS  
 Tribuna de Alagoas - Maceió - AL  
 Tribuna de Petrópolis  
 Tribuna do Brasil - Brasília - DF  
 Tribuna do Ceará - Fortaleza - CE  
 Tribuna do Cricaré - São Mateus - ES  
 Tribuna do Interior - Campo Mourão - PR  
 Tribuna do Norte - Apucarana - PR  
 Tribuna do Norte - Natal - RN  
 Tribuna do Planalto - Goiânia - GO  
 Umuarama Ilustrado - Umuarama - PR  
 Valor Econômico - São Paulo - SP  
 Zero Hora - Porto Alegre - RS  
[www.100preconceitopa.com.br](http://www.100preconceitopa.com.br)  
[www.ac24horas.com](http://www.ac24horas.com)  
[www.acessepiaui.com.br](http://www.acessepiaui.com.br)  
[www.achanoticias.com.br](http://www.achanoticias.com.br)  
[www.acredigital.net](http://www.acredigital.net)  
[www.agazeta.net](http://www.agazeta.net)  
[www.agenciafreelancer.com](http://www.agenciafreelancer.com)  
[www.alagoasdiario.com.br](http://www.alagoasdiario.com.br)  
[www.alagoasnoticias.com.br](http://www.alagoasnoticias.com.br)  
[www.alagoastempo.com](http://www.alagoastempo.com)  
[www.amazonasnoticias.com.br](http://www.amazonasnoticias.com.br)  
[www.amazonia.org.br](http://www.amazonia.org.br)  
[www.amazoniadagente.org.br](http://www.amazoniadagente.org.br)  
[www.aquidauananews.com](http://www.aquidauananews.com)  
[www.atalaiaagora.com.br](http://www.atalaiaagora.com.br)  
[www.bahianoticias.com.br](http://www.bahianoticias.com.br)  
[www.bastosja.com.br](http://www.bastosja.com.br)  
[www.bemparana.com.br](http://www.bemparana.com.br)  
[www.berohoka.com.br](http://www.berohoka.com.br)  
[www.bonde.com.br](http://www.bonde.com.br)

[www.brasiloeste.com.br](http://www.brasiloeste.com.br)  
[www.campograndenoticias.com.br](http://www.campograndenoticias.com.br)  
[www.carajasojornal.com.br](http://www.carajasojornal.com.br)  
[www.cearaagora.com.br](http://www.cearaagora.com.br)  
[www.cgn.inf.br](http://www.cgn.inf.br)  
[www.cidadeverde.com](http://www.cidadeverde.com)  
[www.clicabrasilia.com.br](http://www.clicabrasilia.com.br)  
[www.clickpb.com.br](http://www.clickpb.com.br)  
[www.clicrbs.com.br](http://www.clicrbs.com.br)  
[www.conesul.com.br](http://www.conesul.com.br)  
[www.conexaoto.com.br](http://www.conexaoto.com.br)  
[www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)  
[www.contilnet.com.br](http://www.contilnet.com.br)  
[www.correiodatarde.com.br](http://www.correiodatarde.com.br)  
[www.correiodesergipe.com](http://www.correiodesergipe.com)  
[www.correiodolitoral.com](http://www.correiodolitoral.com)  
[www.correiodopovo-al.com.br](http://www.correiodopovo-al.com.br)  
[www.crbio3.gov.br](http://www.crbio3.gov.br)  
[www.cruzeironet.com.br](http://www.cruzeironet.com.br)  
[www.dams-info.org](http://www.dams-info.org)  
[www.defato.inf.br](http://www.defato.inf.br)  
[www.diaadianews.com.br](http://www.diaadianews.com.br)  
[www.diariodaparaiba.com.br](http://www.diariodaparaiba.com.br)  
[www.diariodemarilia.com.br](http://www.diariodemarilia.com.br)  
[www.diarioliberalidade.org](http://www.diarioliberalidade.org)  
[www.diarioms.com.br](http://www.diarioms.com.br)  
[www.diarioregionalmt.com](http://www.diarioregionalmt.com)  
[www.ecoeacao.com.br](http://www.ecoeacao.com.br)  
[www.emtempo.com.br](http://www.emtempo.com.br)  
[www.estaminas.com.br](http://www.estaminas.com.br)  
[www.estrelaguianews.com.br](http://www.estrelaguianews.com.br)  
[www.expressomt.com.br](http://www.expressomt.com.br)  
[www.extralagoas.com.br](http://www.extralagoas.com.br)  
[www.extremosulam.com.br](http://www.extremosulam.com.br)  
[www.farolcomunitario.com.br](http://www.farolcomunitario.com.br)  
[www.fatimanews.com.br](http://www.fatimanews.com.br)  
[www.fazendomedia.com](http://www.fazendomedia.com)  
[www.folhadaparaiba.com.br](http://www.folhadaparaiba.com.br)  
[www.folhadebetim.com.br](http://www.folhadebetim.com.br)  
[www.folhadevilhena.com.br](http://www.folhadevilhena.com.br)  
[www.folhadoacre.com](http://www.folhadoacre.com)  
[www.folhadobico.com.br](http://www.folhadobico.com.br)  
[www.folhadoprogresso.com](http://www.folhadoprogresso.com)  
[www.folhadosulonline.com.br](http://www.folhadosulonline.com.br)  
[www.folhavitoria.com.br](http://www.folhavitoria.com.br)  
[www.ftiapr.org.br](http://www.ftiapr.org.br)  
[www.g1.globo.com](http://www.g1.globo.com)  
[www.gazetadelimeira.com.br](http://www.gazetadelimeira.com.br)  
[www.gazetadigital.com.br](http://www.gazetadigital.com.br)  
[www.gazetamaringa.com.br](http://www.gazetamaringa.com.br)  
[www.gazetaweb.globo.com](http://www.gazetaweb.globo.com)  
[www.gentedeopiniao.com](http://www.gentedeopiniao.com)  
[www.globoamazonia.com](http://www.globoamazonia.com)

[www.infonet.com.br](http://www.infonet.com.br)  
[www.infosaj.com.br](http://www.infosaj.com.br)  
[www.interiordabahia.com.br](http://www.interiordabahia.com.br)  
[www.interligaonline.com](http://www.interligaonline.com)  
[www.itabatanews.com.br](http://www.itabatanews.com.br)  
[www.jangadeiroonline.com.br](http://www.jangadeiroonline.com.br)  
[www.jcnet.com.br](http://www.jcnet.com.br)  
[www.jfolharegional.com.br](http://www.jfolharegional.com.br)  
[www.jirauonline.com.br](http://www.jirauonline.com.br)  
[www.jm1.com.br](http://www.jm1.com.br)  
[www.jornalagazeta-ap.com](http://www.jornalagazeta-ap.com)  
[www.jornalaqui.com.br](http://www.jornalaqui.com.br)  
[www.jornalcidade.uol.com.br](http://www.jornalcidade.uol.com.br)  
[www.jornaldacidade.net](http://www.jornaldacidade.net)  
[www.jornaldelondrina.com.br](http://www.jornaldelondrina.com.br)  
[www.jornaldeuberaba.com.br](http://www.jornaldeuberaba.com.br)  
[www.jornaldosol.com.br](http://www.jornaldosol.com.br)  
[www.jornale.com.br](http://www.jornale.com.br)  
[www.jornalimpactoonline.com.br](http://www.jornalimpactoonline.com.br)  
[www.jornalresistenciaonline](http://www.jornalresistenciaonline)  
[www.jornalstylo.com.br](http://www.jornalstylo.com.br)  
[www.jornalwebminas.com.br](http://www.jornalwebminas.com.br)  
[www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br)  
[www.leopoldinense.com.br](http://www.leopoldinense.com.br)  
[www.liberdadedigital.com.br](http://www.liberdadedigital.com.br)  
[www.moginews.com.br](http://www.moginews.com.br)  
[www.montesclaros.com](http://www.montesclaros.com)  
[www.navegadormt.com](http://www.navegadormt.com)  
[www.nominuto.com](http://www.nominuto.com)  
[www.nortaonoticias.com.br](http://www.nortaonoticias.com.br)  
[www.nossacara.com](http://www.nossacara.com)  
[www.noticiasdahora.com.br](http://www.noticiasdahora.com.br)  
[www.noticiavirtual.com.br](http://www.noticiavirtual.com.br)  
[www.novanews.com.br](http://www.novanews.com.br)  
[www.novojornal.com](http://www.novojornal.com)  
[www.oacre.com.br](http://www.oacre.com.br)  
[www.oeco.com.br](http://www.oeco.com.br)  
[www.oestadoce.com.br](http://www.oestadoce.com.br)  
[www.ogirassol.com.br](http://www.ogirassol.com.br)  
[www.ogoiias.com.br](http://www.ogoiias.com.br)  
[www.olhardireto.com.br](http://www.olhardireto.com.br)  
[www.oparlamento.com](http://www.oparlamento.com)  
[www.orm.com.br](http://www.orm.com.br)  
[www.overmundo.com.br](http://www.overmundo.com.br)  
[www.parecis.net](http://www.parecis.net)  
[www.passapalavra.info](http://www.passapalavra.info)  
[www.pbagora.com.br](http://www.pbagora.com.br)  
[www.pindavale.com.br](http://www.pindavale.com.br)  
[www.politicapb.com.br](http://www.politicapb.com.br)  
[www.portalamazonia.globo.com](http://www.portalamazonia.globo.com)  
[www.portalaz.com.br](http://www.portalaz.com.br)  
[www.portalcorreio.com.br](http://www.portalcorreio.com.br)  
[www.portaldopurus.com.br](http://www.portaldopurus.com.br)

[www.portalnahora.com.br](http://www.portalnahora.com.br)  
[www.primeiraedicao.com.br](http://www.primeiraedicao.com.br)  
[www.radar64.com](http://www.radar64.com)  
[www.radoruraldesantarem.com.br](http://www.radoruraldesantarem.com.br)  
[www.redebomdia.com.br](http://www.redebomdia.com.br)  
[www.redebrasilatual.com.br](http://www.redebrasilatual.com.br)  
[www.redesuldenoticias.com.br](http://www.redesuldenoticias.com.br)  
[www.rets.org.br](http://www.rets.org.br)  
[www.revistado brasil.net](http://www.revistado brasil.net)  
[www.revistatempo.com.br](http://www.revistatempo.com.br)  
[www.ribeiraopretoonline.com.br](http://www.ribeiraopretoonline.com.br)  
[www.rondoniadigital.com.br](http://www.rondoniadigital.com.br)  
[www.rondoniadinamica.com](http://www.rondoniadinamica.com)  
[www.rondoniagora.com](http://www.rondoniagora.com)  
[www.rondoniaovivo.com](http://www.rondoniaovivo.com)  
[www.routenews.com.br](http://www.routenews.com.br)  
[www.sistemaodia.com](http://www.sistemaodia.com)  
[www.sonoticias.com.br](http://www.sonoticias.com.br)  
[www.sulnews.com.br](http://www.sulnews.com.br)  
[www.supernoticia.com.br](http://www.supernoticia.com.br)  
[www.tapajoslivre.org](http://www.tapajoslivre.org)

[www.tarobacascavel.com.br](http://www.tarobacascavel.com.br)  
[www.teixeiranews.com.br](http://www.teixeiranews.com.br)  
[www.terramagazine.terra.com.br](http://www.terramagazine.terra.com.br)  
[www.tribunadeanapolis.com.br](http://www.tribunadeanapolis.com.br)  
[www.tribunadodia.com.br](http://www.tribunadodia.com.br)  
[www.tribunadosol.com.br](http://www.tribunadosol.com.br)  
[www.tudoagora.com.br](http://www.tudoagora.com.br)  
[www.tudonahora.uol.com.br](http://www.tudonahora.uol.com.br)  
[www.tudoparana.com](http://www.tudoparana.com)  
[www.tudorondonia.com.br](http://www.tudorondonia.com.br)  
[www.tvt.org.br](http://www.tvt.org.br)  
[www.uai.com.br](http://www.uai.com.br)  
[www.valedoinvinhemagora.com.br](http://www.valedoinvinhemagora.com.br)  
[www.valeparaibano.com.br](http://www.valeparaibano.com.br)  
[www.viagora.com.br](http://www.viagora.com.br)  
[www.viasdefato.jor.br](http://www.viasdefato.jor.br)  
[www.wn.frizz.com.br](http://www.wn.frizz.com.br)  
[www.wscom.com.br](http://www.wscom.com.br)  
[www.youtube.com](http://www.youtube.com)  
[www.zedudu.com.br](http://www.zedudu.com.br)

# Comissão Pastoral da Terra - Nacional

## SECRETARIA NACIONAL

Rua 19 n° 35, 1° Andar Ed. D. Abel - Centro  
CEP 74030-090  
Goiânia - GO  
Fone: 62 4008-6466/4008-6400  
Fax: 62 4008-6405  
E-mail: [cpt@cptnacional.org.br](mailto:cpt@cptnacional.org.br)  
Site: [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br)

## ACRE

Travessa Amapá, 261, Bairro Cerâmica  
CEP 69.908-970  
Rio Branco - AC  
Caixa Postal: 284  
Fone/Fax: 68 3223-2193  
E-mail: [cptac@uol.com.br](mailto:cptac@uol.com.br)

## AMAPÁ

Av. Pe. Manoel da Nóbrega, 1000  
B. Jesus de Nazaré  
CEP 68.906-970  
Macapá - AP  
Fone: 96 3223-2539  
Fax: 96 3222-1047  
E-mail: [cptamapa@gmail.com](mailto:cptamapa@gmail.com)

## AMAZONAS

Rua Silva Ramos, 555 Centro.  
CEP 69025-030  
Manaus - AM  
Fone/Fax: 92 3232-1160  
E-mail: [cptamazonas@gmail.com](mailto:cptamazonas@gmail.com)

## ARAGUAIA / TOCANTINS

R. Porto Alegre, 446 B. São João  
CEP: 77.807-070  
Araguaína - TO  
Caixa Postal: 51  
Fone/Fax: 63 3412-3200/3664  
E-mail: [cptartoc@cultura.com.br](mailto:cptartoc@cultura.com.br)

## BAHIA

R. Gal Labatut, 78 B. Barris  
CEP: 40.070-100  
Salvador - BA  
Fone: 71 3328- 4672  
Fax: 71 3328-4683  
E-mail: [cptba@cptba.org.br](mailto:cptba@cptba.org.br)  
site: [www.cptba.org.br](http://www.cptba.org.br)

## CEARÁ

R. Mons. Otávio de Castro,  
150, Bairro Fátima  
CEP: 60.050-150  
Fortaleza - CE  
Fone/Fax: 85 3226-1413  
E-mail: [cptce@netbandalarga.com.br](mailto:cptce@netbandalarga.com.br)  
[www.cptce.blogspot.com](http://www.cptce.blogspot.com)

## ESPÍRITO SANTO

Rua São José, 259 - Sernanby,  
CEP: 29.930-720  
São Mateus - ES  
Caixa Postal: 312  
Fone/Fax: 27 3763-3505  
E-mail: [cptesrj@veloxmail.com.br](mailto:cptesrj@veloxmail.com.br)

## GOIÁS

R. 19 n° 35 1° Andar, Ed.  
D. Abel, Centro  
CEP: 74.030-090  
Goiânia - GO  
Fone: 62 3223 5724/3223 0890  
Fax: 62 3225 65 34  
Email: [cptgo@hotmail.com](mailto:cptgo@hotmail.com)  
[www.cptgoias.com](http://www.cptgoias.com)

**MARANHÃO**

Rua do Sol, 457 Centro  
 CEP: 65.020-590  
 São Luís - MA  
 Fone: 98 3222-4243 / Fax: 98 3232-8763  
 E-mail: [cptma@elo.com.br](mailto:cptma@elo.com.br)

**MATO GROSSO**

R. Amambaí, 160  
 Setor Alvorada  
 CEP: 78.048-460  
 Cuiabá - MT  
 Fone: 65 3054 3068 / Fax: 65 3621-2942  
 E-mail: : [cptmt10@yahoo.com.br](mailto:cptmt10@yahoo.com.br)  
[cptmt10@gmail.com](mailto:cptmt10@gmail.com).

**MATO GROSSO DO SUL**

R. Nicolau Frageli, 71  
 Bairro Amambaí  
 CEP: 79.008-570  
 Campo Grande - MS  
 Fone/Fax: 67 3029-7729  
 E-mail: [cptms1@yahoo.com.br](mailto:cptms1@yahoo.com.br)

**MINAS GERAIS**

R. Cassiterita, 59  
 Bairro Santa Inês  
 CEP 31.080-150  
 Belo Horizonte - MG  
 Fone: 31 3466-0202 / 3481-5420  
 E-mail: [cptminas.adm@gmail.com](mailto:cptminas.adm@gmail.com)  
 site: [www.cptmg.org.br](http://www.cptmg.org.br)

**NORDESTE II**

R. Esperanto, 490  
 Ilha do Leite  
 CEP: 50.070-390  
 Recife - PE  
 Fone: 81 3231-4445  
 E-mail: [cpt@cptpe.org.br](mailto:cpt@cptpe.org.br)  
 Site: [www.cptpe.org.br](http://www.cptpe.org.br)

**PARÁ**

Tr. Barão do Triunfo, 3151  
 Bairro Marco  
 CEP: 66.093-050  
 Belém - PA  
 Fone/Fax: 91 3226 -6491  
 E-mail: [cptpa@cnbbn2.org.br](mailto:cptpa@cnbbn2.org.br)

**PARANÁ**

R. Paula Gomes, 703, 1º Andar  
 São Francisco  
 CEP 80.510-070  
 Curitiba - PR  
 Fone/Fax: 41 3224 -7433 / 41-3526 0705  
 Email: [cptparana@gmail.com](mailto:cptparana@gmail.com)

**PIAUI**

R. Desemb. Pires de Castro,  
 631, Centro Norte  
 CEP 64.000-390  
 Terezina - PI  
 Fone: 86 3222-4555 / Fax: 86 3223-9370  
 E-mail: [cptpi@veloxmail.com.br](mailto:cptpi@veloxmail.com.br)  
[www.cptpi.blogspot.com](http://www.cptpi.blogspot.com)

**RIO GRANDE DO SUL**

Rua Manoel Ferrador, 155,  
 Bairro Passo das Pedras  
 CEP 91.230-370  
 Porto Alegre - RS  
 Fone/Fax: 51 3344-4415  
 E-mail: [cptrs@portoweb.com.br](mailto:cptrs@portoweb.com.br)

**RONDÔNIA**

R. Sen. Álvaro Maia, 1034  
 Bairro Olaria  
 CEP 76.902-220  
 Porto Velho - RO  
 Fone: 69 3224-4800  
 E-mail: [pastoraldaterra.ro@gmail.com](mailto:pastoraldaterra.ro@gmail.com)  
[www.cptrondonia.blogspot.com](http://www.cptrondonia.blogspot.com)

**RORAIMA**

Rua Floriano Peixoto, 402-B Centro  
CEP 69.301-320  
Boa Vista – RR  
Fone: 95 3224-4636  
E-mail: cptroraima@gmail.com

**SANTA CATARINA**

R. Dep. Antônio Edu Vieira, 1524, Pantanal  
CEP 88.040-001  
Florianópolis - SC  
Fone/Fax: 48- 3234 4766  
E-mail: cptscc@cnbbsul4.org.br

**SÃO PAULO**

Cúria Diocesana de Pres. Prudente  
Rua Pe. João Goetz, n. 400, Jd. Esplanada –  
CEP 19061-460 – Pres. Prudente – SP  
Fone: (18) 3918-5000 – ramal 54  
Email: glauciavania@ig.com.br  
www.cptsp.com.br